



RELATÓRIO ANUAL 2015



Banco de Cabo Verde

RELATÓRIO
DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
RELATÓRIO E CONTAS 2015

Banco de Cabo Verde
Cidade da Praia
2016

BANCO DE CABO VERDE

Avenida Amílcar Cabral, 27
CP 7600-101 - Praia - Cabo Verde
Tel: +238 2607000 / Fax: +238 2607197
<http://www.bcv.cv>

Edição

Departamento de Estudos Económicos e Estatísticas
Departamento de Contabilidade e Controlo Financeiro

Impressão

Tipografia Santos, Lda

Tiragem

200 Exemplares

Índice

Estrutura Orgânica do Banco de Cabo Verde

Responsáveis pelos Órgãos de Gestão

Parte I. A Economia de Cabo Verde em 2015

Avaliação Global.....	13
Capítulo 1. Enquadramento Internacional	15
Capítulo 2. Políticas Macroeconómicas	20
2.1. Política Monetária e Condições Monetárias e Financeiras	20
2.2. Política e Situação Orçamental.....	25
Capítulo 3. Oferta e Procura.....	30
Capítulo 4. Mercado de Trabalho.....	40
Capítulo 5. Inflação	48
Capítulo 6. Contas Externas	50
Anexos Estatísticos.....	55

Parte II. O Sistema Financeiro em 2015

Capítulo 7. Sector Bancário.....	82
Capítulo 8. Sector Segurador	85
Capítulo 9. Mercado de Valores Mobiliários	88

Parte III. Atividades do Banco Central

Capítulo 10. Funções da Autoridade Monetária.....	94
10.1. Estudos Económicos e Estatísticas.....	94
10.2. Execução da Política Monetária.....	96
10.3. Gestão de Ativos Externos.....	97
10.4. Sistemas de Pagamentos.....	99
10.5. Emissão Monetária.....	103
Capítulo 11. Estabilidade Financeira.....	106
11.1. Regulação.....	106
11.2. Supervisão Prudencial das Instituições de Crédito e de Seguros.....	108

11.3. Supervisão Comportamental das Instituições de Crédito e de Seguros.....	108
11.4. Averiguação e Ação Sancionária das Instituições de Crédito e Seguros.....	110
11.5. Função de Resolução das Instituições de Crédito.....	111
11.6. Supervisão dos Mercados de Valores Mobiliários	111
Capítulo 12. Organização e Gestão de Recursos.....	114
Capítulo 13. Serviços à Sociedade.....	119
Capítulo 14. Representação Internacional e Cooperação Institucional.....	122

Parte IV. Relatório e Contas

Capítulo 15. Relatório e Contas.....	127
--------------------------------------	-----

Índice de Figuras

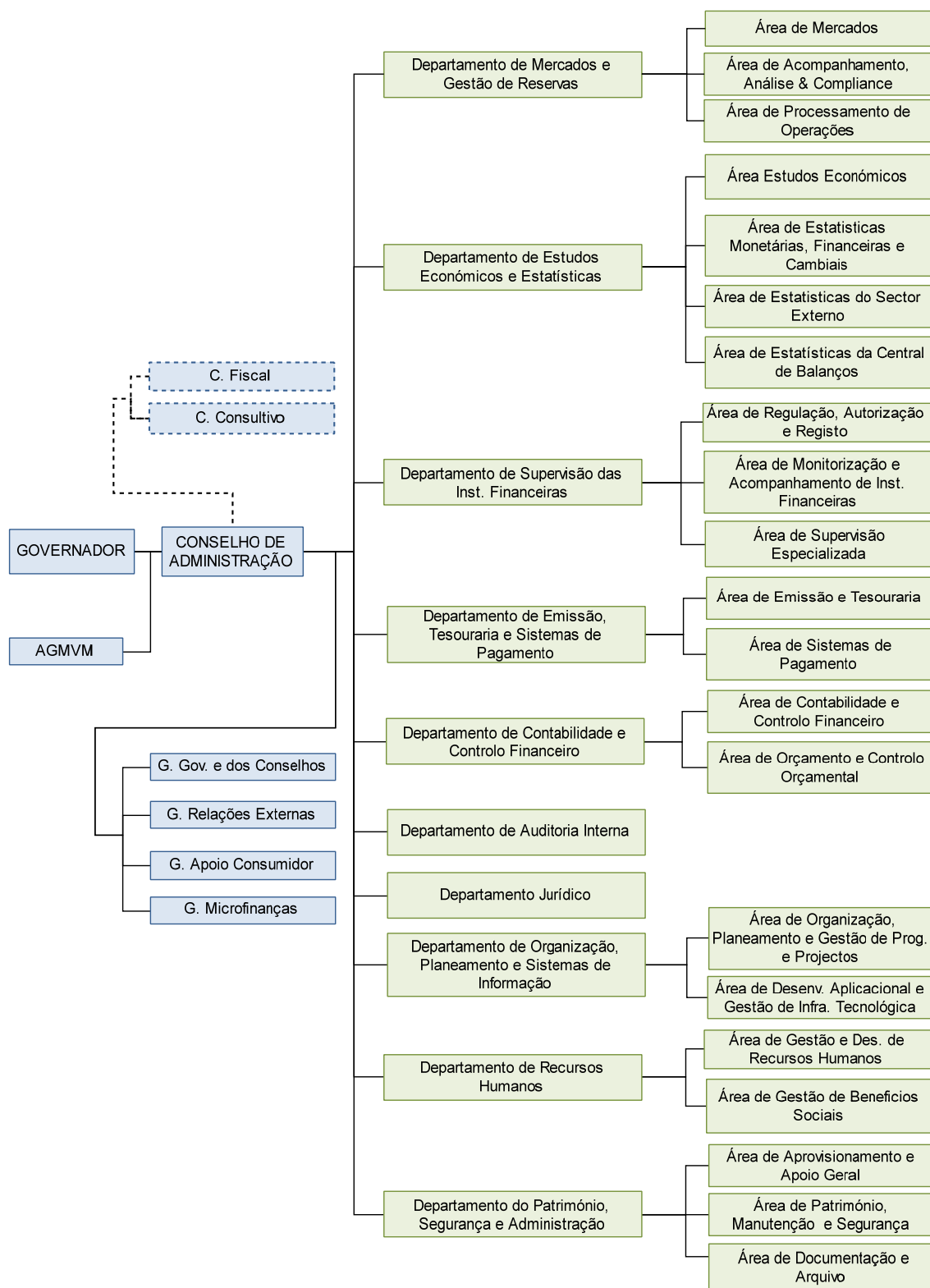
Figura 1. Desempenho da Economia Global.....	15
Figura 2. Política Macroeconómica da Área do Euro	16
Figura 3. Principais Indicadores Macroeconómicos dos EUA.....	17
Figura 4. Transmissão Monetária em Cabo Verde.....	21
Figura 5. Decomposição do Saldo Global e Despesas Correntes Primárias	26
Figura 6. Evolução e Distribuição das Receitas Orçamentais.....	27
Figura 7. Evolução e Distribuição das Despesas do Estado.....	27
Figura 8. Evolução dos Encargos com os Juros da Dívida do Governo Central.....	28
Figura 9. Caracterização da Carteira da Dívida do Estado.....	29
Figura 10. Evolução do Produto Interno Bruto.....	30
Figura 11. Condicionamentos ao Ambiente de Negócios.....	33
Figura 12. Evolução do Rendimento Nacional Disponível e do PIB <i>per capita</i>	34
Figura 13. Evolução da Taxa de Ocupação por Concelhos.....	41
Figura 14. Taxa de Ocupação por Ramos de actividade.....	42
Figura 15. Evolução da <i>Headline Inflation</i> em Cabo Verde	48
Figura 16. Evolução Homóloga da Inflação Subjacente	49
Figura 17. Principais Rubricas da Balança Corrente	50
Figura 18. Evolução de Rendimentos e Transferências Unilaterais	52
Figura 19. Evolução das Principais Componentes da Balança Financeira	53
Figura 20. Estrutura do Passivo e Evolução dos Recursos de Clientes	83
Figura 21. Taxa de Penetração e Densidade do Seguro.....	85
Figura 22. Estrutura da Carteira de Prémios.....	86
Figura 23. Estrutura dos Custos com Sinistros não Vida	86
Figura 24. Evolução da Provisão Técnica.....	87
Figura 25. Base Monetária, Liquidez Excedentária e Curva de Rendimento.....	96
Figura 26. RIL por Instrumentos, <i>Credit Rating</i> e Distribuição Geográfica.....	99
Figura 27. Evolução dos Meios e Instrumentos de Pagamentos	100
Figura 28. Depósitos <i>versus</i> Levantamentos de Numerário	105
Figura 29. Reclamações ao Gabinete de Apoio ao Consumidor.....	109

Índice de Quadros

Quadro 1. Principais Indicadores Macroeconómicos.....	14
Quadro 2. Situação Monetária.....	22
Quadro 3. Principais Indicadores Orçamentais	25
Quadro 4. Principais Indicadores do Mercado de Trabalho.....	40
Quadro 5. Perfil dos Desempregados.....	42
Quadro 6. Evolução do Comércio Externo de Bens e Serviços	51
Quadro 7. Principais Indicadores de <i>Perfomance</i> do Sistema Financeiro	81
Quadro 8. Evolução das Principais Rubricas do Ativo.....	82
Quadro 9. Principais Rubricas do Passivo e do Capital Próprio.....	83
Quadro 10. Indicadores de Solidez do Sistema Bancário	84
Quadro 11. Indicadores de <i>Performance</i> dos Mercados de Capitais	88
Quadro 12. Emissões no Mercado Primário.....	89
Quadro 13. Volume de Transacções no Mercado Secundário	89
Quadro 14. Carteira de Activos Externos.....	98
Quadro 15. Cartões e Terminais da Rede Vinti4.....	101
Quadro 16. Emissão de Notas.....	103
Quadro 17. Circulação de Notas.....	104
Quadro 18. Contrafacção de Notas (Circuladas).....	105
Quadro 19. Evolução dos Efectivos.....	117
Quadro 20. Nível Académico dos Colaboradores.....	117
Quadro 21. Número de Participações em Acções de Formação.....	118
Quadro 22. Publicações do Banco de Cabo Verde.....	120

**ESTRUTURA ORGÂNICA DO
BANCO DE CABO VERDE**

Organigrama do Banco de Cabo Verde



Governador

João António Pinto Serra

Conselho de Administração

João António Pinto Serra

Oswaldo Évora Lima

Carlos Manuel da Luz Delgado Rocha

Horácio Moreira Semedo (desde dezembro de 2015)

Conselho Fiscal

Aristides Ortet Alcântara (até novembro de 2015)

Manuel Miranda (desde novembro de 2015)

António Oliveira (desde novembro de 2015)

Luís Maximiano (desde novembro de 2015)

Conselho Consultivo

João António Pinto Serra

Amaro Alexandre da Luz

António Hilário Cruz

Aristides Ortet Alcântara (até novembro de 2015)

Carlos Augusto Duarte de Burgo

Corentino Virgílio Santos

Manuel Miranda (desde novembro de 2015)

Paulo Santos Monteiro Jr.

Olavo Avelino Garcia Correia

Orlando Mascarenhas

Oswaldo Miguel Sequeira

Oswaldo Miguel Sequeira

Representante das Instituições Financeiras

Responsáveis pelos Órgãos de Gestão

Auditoria Geral do Mercado de Valores Mobiliários

Maria Encarnação Rocha

Gabinete do Governador e dos Conselhos

Faraílda Évora

Gabinete de Relações Externas

Faraílda Évora

Gabinete de Apoio ao Consumidor

Solange Lisboa Ramos

Gabinete de Microfinanças

João Carlos Fidalgo

Departamento de Mercados e Gestão de Reservas

Teresa Henriques

Departamento de Estudos Económicos e Estatísticas

Ana Cristina Semedo

Departamento de Supervisão das Instituições Financeiras

Suzy Brito

Departamento de Emissão, Tesouraria e Sistemas de Pagamentos

Antónia Lopes

Departamento de Contabilidade e Controlo Financeiro

Maria Salomé Rodrigues

Departamento de Auditoria Interna

Yuri Spencer

Departamento Jurídico

António Semedo

Departamento de Organização, Planeamento e Sistemas de Informação

José Manuel Veiga

Departamento de Recursos Humanos

Jesuína Caixeirinho

Departamento do Património, Segurança e Administração

Jesuína Caixeirinho

PARTE I
A ECONOMIA DE CABO VERDE EM 2015

Avaliação Global

Num contexto de melhoria ainda que modesta do enquadramento externo, a economia cabo-verdiana evidenciou um dinamismo moderado.

As condições macroeconómicas e financeiras relativamente mais favoráveis dos principais parceiros do país, bem como o menor crescimento da sua inflação, numa conjuntura de baixa generalizada dos preços das matérias-primas nos mercados internacionais, favoreceram a redução da fatura das importações do país, a recuperação das exportações de turismo, o crescimento das remessas dos emigrantes e a contenção dos preços no consumidor, beneficiando consequentemente o rendimento disponível das famílias cabo-verdianas.

De acordo com as estimativas das contas nacionais trimestrais do Instituto Nacional de Estatística, o ritmo de crescimento real da economia abrandou entretanto em 2015 de 1,9 para 1,5 por cento. Num contexto de reforço do pendor acomodatório da política monetária, o arrefecimento da economia refletiu os impactos na atividade económica da política de consolidação orçamental (evidenciada no aumento das receitas fiscais, na redução das despesas de investimento e na contenção das despesas de funcionamento), do surgimento de constrangimentos na execução de determinados investimentos públicos e da contínua deterioração da confiança dos agentes económicos, com efeitos a nível da dinâmica do consumo (num ano em que o desemprego reduziu três pontos percentuais) e do investimento (consubstanciado numa procura bancável de crédito ainda modesta).

A evolução muito contida da procura interna, a par da contínua redução da inflação importada, explica em boa medida a diminuição do défice da balança corrente e a acumulação de reservas internacionais líquidas no nível histórico de 6,4 meses de importações de bens e serviços. Não obstante, a posição de investimento internacional líquida negativa do país aumentou para 148 por cento do PIB.

O défice financeiro do país manteve-se, entretanto, concentrado em instrumentos não geradores de dívida e em dívida concessional, tendo os *stocks* de investimento direto estrangeiro e de dívida externa pública concessional representado, respetivamente, 66 e 64 por cento da posição líquida dos investimentos internacionais.

Quadro 1. Principais Indicadores Macroeconómicos

	Unidades	2013	2014	2015
I. Sector Real				
Produto Interno Bruto	variação real em %	0,8	1,9	1,5
Inflação Média dos 12 meses	taxa variação em %	1,5	-0,2	0,1
Taxa de Desemprego	taxa variação em %	16,4	15,8	12,4
II. Sector Monetário e Cambial				
Activo Externo Líquido do Sistema	taxa variação em %	38,1	21,8	13,4
Reservas Internacionais Líquidas	taxa variação em %	16,8	21,1	7,8
Crédito Interno Líquido	taxa variação em %	3,7	2,4	2,2
Crédito à Economia	taxa variação em %	2,0	-0,2	2,7
Massa Monetária	taxa variação em %	11,0	7,3	5,9
Índice de Taxa de Câmbio Efectiva Nominal	2001=100; valores médios	104,5	104,4	102,4
Índice de Taxa de Câmbio Efectiva Real (*)	2001=100; valores médios	114,0	112,9	110,9
III. Sector Externo				
Balança Corrente + Balança de Capital	em % do PIB	-5,3	-8,5	-3,1
Balança Corrente	em % do PIB	-5,7	-9,0	-4,3
Reservas/Importações	meses	4,8	5,4	6,4
Posição de Investimento Internacional	em % do PIB	-140,7	-144,2	-147,7
IV. Finanças Públicas				
Saldo Global	em % do PIB	-9,3	-7,5	-4,1
Saldo Primário	em % do PIB	-7,1	-5,3	-1,5
Dívida Pública	em % do PIB	102,7	114,7	123,4

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Ministério das Finanças e do Planeamento e Banco de Cabo Verde.

Notas: Os dados do PIB, do Sector Externo e das Finanças Públicas são provisórios. O PIB de 2014 e 2015 são estimativas do Instituto Nacional de Estatística.

(*) Um aumento da taxa de câmbio efectiva real sinaliza a perda de competitividade-preço do país e vice-versa.

Capítulo 1. Enquadramento Internacional

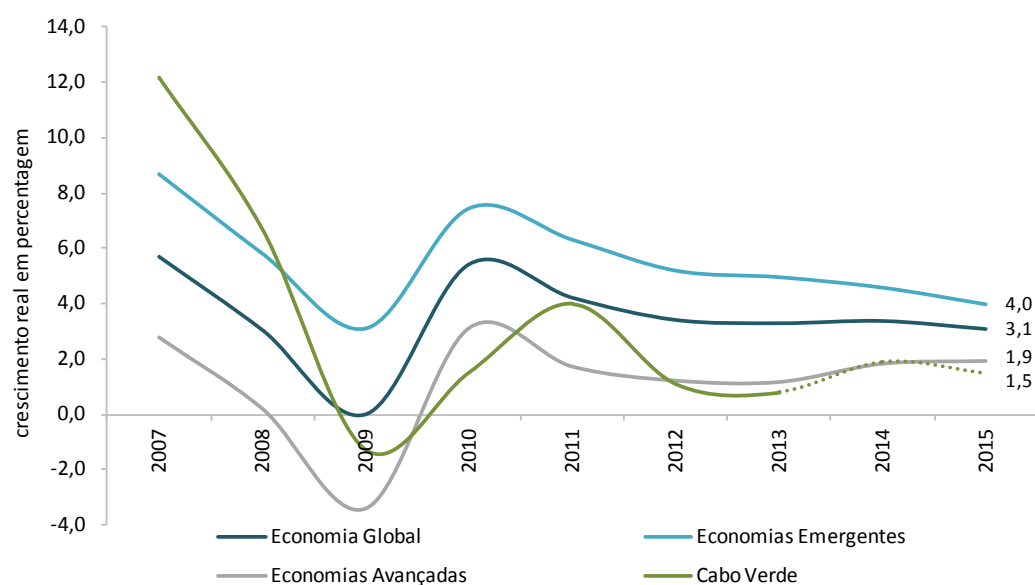
O enquadramento externo da economia cabo-verdiana foi relativamente favorável em 2015, com a contínua recuperação económica dos principais parceiros do país. Não obstante, a economia global registou o pior desempenho desde 2009, o ano da grande recessão.

De acordo com as estimativas preliminares do Fundo Monetário Internacional (FMI) o crescimento real da economia mundial foi de 3,1 por cento em 2015, menos 0,3 pontos percentuais que o de 2014, traduzindo a desaceleração do ritmo de crescimento das economias emergentes e em desenvolvimento em 0,6 pontos percentuais para quatro por cento em 2015, o menor crescimento desde 2002. As economias avançadas cresceram em termos reais 1,9 por cento em 2015, que compara a 1,8 por cento em 2014.

A aceleração do crescimento das economias avançadas, ainda que modesta, foi suportada, em grande medida, pelas taxas de juro baixas, pela melhoria das condições no mercado de trabalho e pelo aumento da confiança dos agentes económicos.

A economia da Área do Euro, o principal parceiro externo do país, cresceu em termos reais 1,5 por cento em 2015 (0,9 por cento em 2014), determinado pelo aumento do consumo privado e das exportações, num contexto de depreciação do euro e de queda dos preços do petróleo, que proporcionaram um apoio adicional ao rendimento disponível real das famílias, à rentabilidade e ao investimento das empresas.

Figura 1. Desempenho da Economia Global



Fonte: Fundo Monetário Internacional e Instituto Nacional de Estatística.

Figura 2. Política Macroeconómica da Área do Euro e seu Efeito na Confiança e Atividade Económica



Fonte: Banco Central Europeu, Eurostat, Comissão Europeia e Fundo Monetário Internacional.

O desempenho económico da Área do Euro também refletiu o impacto dos estímulos monetários nas condições de financiamento, bem como a política orçamental neutra. O Banco Central Europeu (BCE) reforçou o cariz excecionalmente acomodatório da sua política monetária em 2015, numa conjuntura de pressão descendente dos preços no consumidor, através da implementação de um programa de aquisição mensal de ativos em 60 mil milhões de euros e da redução das taxas *refi* e da facilidade de cedência de liquidez, para 0,05 e 0,3 por cento, respetivamente, da redução da facilidade de absorção de liquidez para -0,3 por cento. Neste quadro, as taxas Euribor mantiveram a tendência decrescente, tendo as taxas de um, três e seis meses atingido valores negativos, respetivamente no primeiro, segundo e terceiro trimestres do ano.

Note-se, entretanto, que os constrangimentos relacionados à excessiva alavancagem do sector privado e à redução da procura global inibiram um crescimento mais acelerado da região monetária europeia.

O maior dinamismo da atividade económica na Área do Euro traduziu-se em melhorias no mercado de trabalho, conforme mostra a redução da taxa de desemprego de 11,4 por cento em 2014 para 10,4 por cento em 2015.

Os Estados Unidos da América, outro importante parceiro do país, manteve, em 2015, o ritmo de crescimento registado em 2014 (2,4 por cento). O desempenho económico dos EUA foi determinado pelo dinamismo do consumo das famílias, cujo crescimento

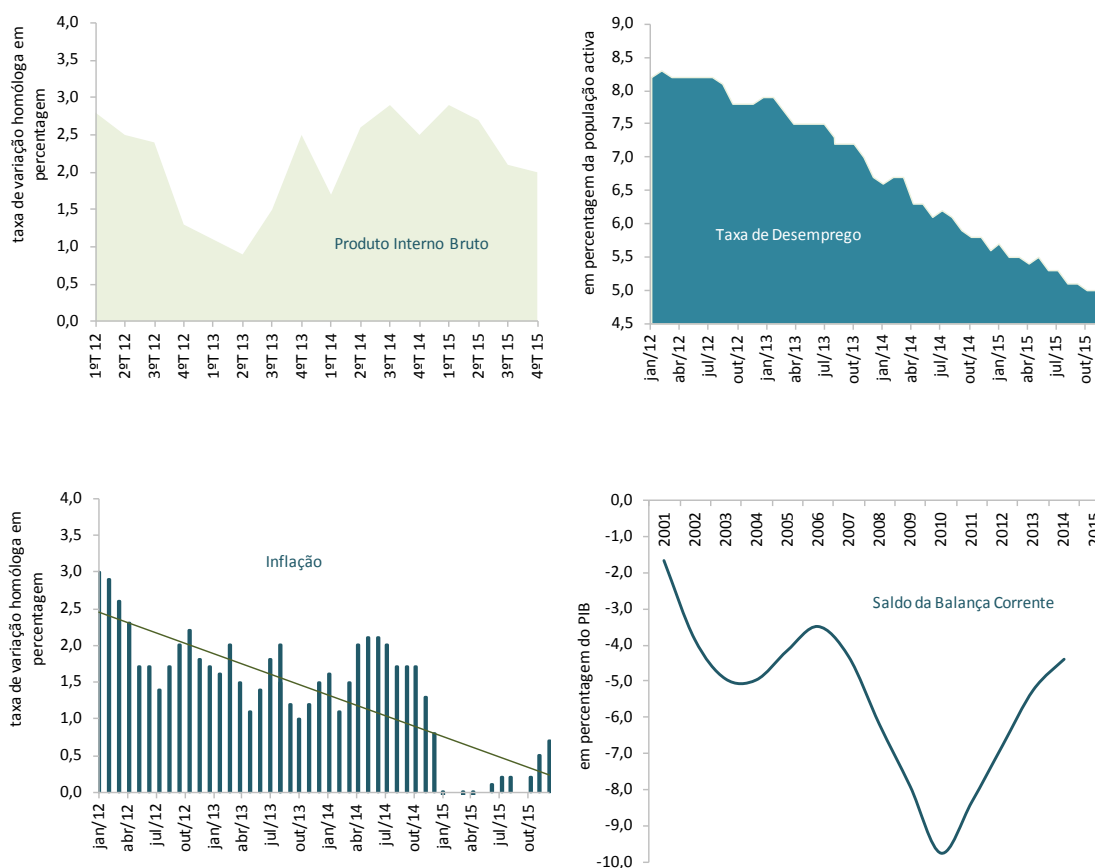
em volume foi superior a três por cento pela primeira vez desde 2006, suportado pelo aumento do rendimento disponível real, num contexto de redução consistente da taxa de desemprego (de 5,6 por cento em 2014 para cinco por cento em 2015), de reforço do nível de confiança dos consumidores e de aumento dos investimentos no sector imobiliário.

Em contrapartida, a queda dos preços do petróleo refletiu-se negativamente nos investimentos realizados, dado o peso das petrolíferas naquele agregado e na atividade industrial, enquanto as exportações abrandaram significativamente em consequência da apreciação do dólar.

A Reserva Federal iniciou o ciclo de normalização dos *fed funds rates* em dezembro, aumentando, pela primeira vez em uma década as taxas de juro. O intervalo de variação de 0-0,25 do *fed funds rate* aumentou para 0,25-0,50 por cento. Esta alteração refletiu, particularmente, os sinais de recuperação da economia norte-americana e a descida consistente do desemprego, para valor abaixo do registado em 2008.

A economia do Reino Unido, que tem sido um importante mercado do turismo nacional, registou um crescimento de 2,2 por cento em 2015 (2,9 por cento em 2014), reflexo do arrefecimento das atividades industriais, de construção e energia, não obstante o aumento do rendimento disponível real das famílias, suportado pela redução do desemprego (de 6,3 por cento em 2014 para 5,4 por cento em 2015) e por condições de financiamento menos restritivas.

Figura 3. Principais Indicadores Macroeconómicos dos EUA



Fonte: Bureau of Economic Analysis, Bureau of Labor Statistics e Fundo Monetário Internacional.

Ao contrário do desempenho das economias avançadas, as economias emergentes e em desenvolvimento apresentaram uma performance menos positiva em 2015.

A desaceleração do ritmo de crescimento da economia dos mercados emergentes e em desenvolvimento esteve fortemente relacionada ao arrefecimento da economia chinesa. O crescimento real da atividade económica na China desacelerou pelo quinto ano consecutivo em 2015, tendo-se fixado em 6,9 por cento (7,3 por cento em 2014), refletindo o processo em curso de reestruturação do modelo macroeconómico e as fragilidades do sector financeiro. Os efeitos de contágio, através do canal de comércio, se fizeram sentir nos parceiros da maior economia asiática de forma direta, via redução da procura da China, e indireta, via impactos nos preços internacionais de bens específicos que o país importa.¹

O desempenho das economias emergentes e em desenvolvimento foi igualmente constrangido pelas condições de financiamento mais restritivas (em parte devido ao início do processo de normalização da política monetária norte-americana) e pela redução dos preços das matérias-primas, num contexto de abrandamento do comércio internacional, de aumento de incerteza política e de recrudescimento de conflitos e atos de terrorismo em algumas economias do grupo.

Refira-se que o produto interno bruto do Brasil e da Rússia contraiu 3,8 e 3,7 por cento, respetivamente, em 2015, em função sobretudo da expressiva redução dos seus investimentos (em larga medida causada pelo impacto da redução dos preços das matérias-primas nos investimentos dos sectores relacionados a esses bens) e das importações (em virtude da forte depreciação das suas moedas, que se traduziu numa elevada inflação dos preços no consumidor).² Note-se, ainda, que a Rússia continuou a ressentir-se das sanções económicas impostas pela União Europeia.

Destacando a sub-região onde Cabo Verde está inserido, note-se que o crescimento económico da África Subsariana desacelerou em 2015 para o nível mais baixo dos últimos seis anos, fixando-se em 3,5 por cento (menos 1,5 pontos percentuais que em 2014). O desempenho económico menos favorável refletiu a queda dos preços das commodities e o agravamento dos custos de financiamento nos mercados externos, que levaram a expressivos ajustamentos orçamentais nas economias exportadoras de matérias-primas (em particular, Nigéria e Angola).³ Igualmente, os desequilíbrios internos em alguns países de

¹ A nível do comércio mundial, a China encontra-se entre os dez maiores parceiros comerciais de mais de 100 economias, que no conjunto representam cerca de 80 por cento do produto interno bruto mundial. Estima-se que a redução de um ponto percentual no crescimento económico da China, causada pela redução do seu nível de investimentos, tem um impacto negativo de 0,25 pontos percentuais no crescimento do grupo das vinte maiores economias do mundo (G20). Adicionalmente, sendo a China o maior importador de matérias-primas (40 por cento da procura global em 2014), em especial dos metais, a desaceleração do seu ritmo de investimentos traduziu-se numa menor procura por matérias-primas que, por sua vez, determinou a redução dos preços desses bens (em particular, os preços dos metais reduziram desde 2011, em média, em torno de 60 por cento).

² O investimento e as importações têm evidenciado também uma elevada sensibilidade à procura agregada nessas economias, em períodos de constrangimentos económicos.

³ A dependência de matérias-primas tornou cerca de metade dos países da África Subsariana vulnerável à redução dos seus preços. O aumento das atividades extrativas, desde os anos 90, colocou a região entre as mais dependentes da exportação de matérias-primas do mundo, a par da África do Norte e do Médio Oriente. As economias da África Subsariana que foram mais afetadas com a redução dos preços foram as exportadoras de petróleo, estimando-se que o impacto do choque de preços seja negativo entre três e 3,5 pontos percentuais sobre o crescimento económico, por vários anos após o choque. Por sua vez, a redução dos preços dos metais afetou de forma menos negativa os países exportadores. Por um lado, estão expostos a uma maior variedade desse tipo de bens e, por outro, por muitos serem importadores de petróleo, o impacto da redução dos preços dos metais foi parcialmente compensado pela redução das faturas de importação de petróleo. Contudo, alguns países assistiram ao encerramento de algumas minas de extração de metal, com impactos negativos na atividade económica e no rendimento das famílias.

rendimento médio (em particular, África do Sul, Gana e Zâmbia), também contribuíram para o enfraquecimento da performance da região.

O mercado das *commodities* foi marcado por uma queda generalizada dos preços, contribuindo direta e indiretamente para a redução da inflação nacional importada. O preço internacional de matérias-primas energéticas registou um decréscimo acentuado, sobretudo no segundo semestre do ano, reduzindo 47,1 por cento em 2015, em termos médios anuais. A manutenção da quota de produção, por parte da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), num contexto de redução da procura global, contribuiu em larga medida para a queda do valor das matérias-primas energéticas. Por sua vez, o preço das matérias-primas não energéticas reduziu 17,4 por cento.

A relativa melhoria das condições macroeconómicas e financeiras dos principais parceiros do país, bem como o menor crescimento da sua inflação, numa conjuntura de baixa dos preços das matérias-primas, favoreceram a recuperação das exportações de turismo do país, o crescimento das remessas dos emigrantes, a diminuição da fatura das importações e a contenção dos preços no consumidor, beneficiando consequentemente o rendimento disponível das famílias cabo-verdianas.

Capítulo 2. Políticas Macroeconómicas

2.1. Política Monetária e Condições Monetárias e Financeiras da Economia Cabo-Verdiana

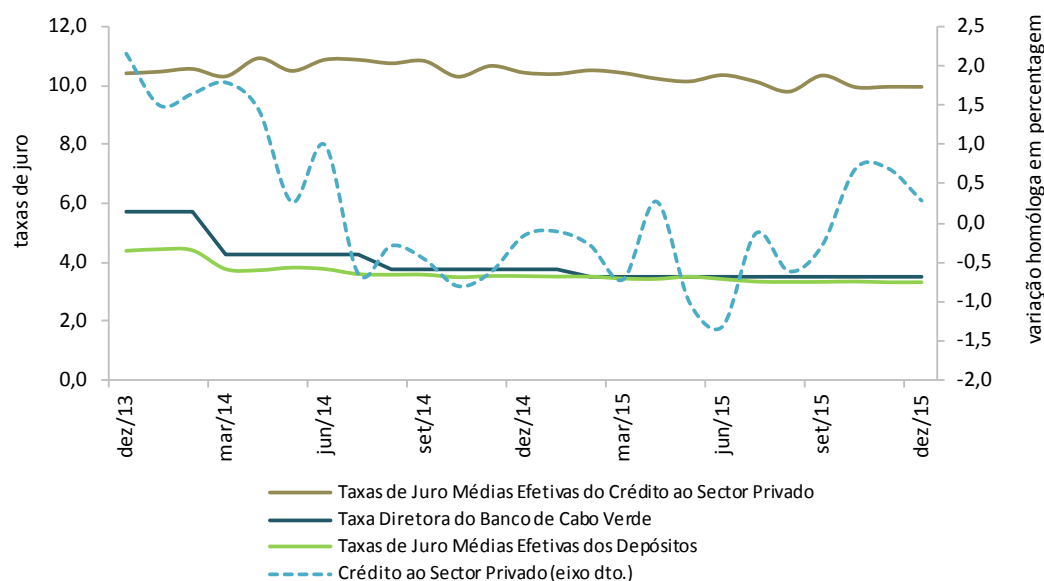
Num contexto de baixas pressões inflacionistas e de manutenção das reservas em níveis compatíveis com o imperativo de garantir a credibilidade do regime cambial de *peg* unilateral ao euro e, consequentemente, a estabilidade macroeconómica e financeira do país, o Banco de Cabo Verde (BCV) reforçou a orientação acomodatória da política monetária em 2015.

O BCV implementou em fevereiro um conjunto de medidas, visando incentivar o financiamento de investimentos produtivos, que incluía: (1) a redução da taxa de reservas mínimas em três pontos percentuais para 15 por cento; (2) a diminuição da taxa diretora em 25 pontos base para 3,5 por cento; (3) a redução da taxa da facilidade permanente de absorção de liquidez em 25 pontos base para 0,25 por cento. As taxas da facilidade permanente de cedência de liquidez e de redesconto, por estarem indexadas à taxa diretora, registaram também uma diminuição de 25 pontos base, para 6,5 e 7,5 por cento, respetivamente.

Apesar da manutenção, pelos bancos, de critérios restritivos na aprovação de empréstimos, devido à persistência de um sentimento de aversão ao risco, que continuaram a enfrentar constrangimentos relacionados com o nível de cumprimento do serviço da dívida dos clientes, bem como com a elegibilidade da procura, sobretudo, de empresas sem contabilidade organizada, registou-se alguma transmissão das medidas de política monetária à economia real.

Os bancos flexibilizaram, em alguma medida, as condições de financiamento, baixando as taxas ativas e aumentando o volume de crédito ao sector privado, respetivamente, em 0,73 pontos percentuais e em 1,6 por cento, em média, entre fevereiro e dezembro.

Figura 4. Transmissão Monetária em Cabo Verde



Fonte: Banco de Cabo Verde.

No entanto, devido à persistência de elevados níveis de liquidez excedentária no sistema bancário e de alto grau de aversão aos riscos macroeconómicos e de crédito, a transmissão monetária ficou aquém do desejável. O *spread* relativamente elevado, em função também da redução dos custos de *fundings* (em termos médios as taxas de juros de depósitos reduziram 0,21 pontos percentuais), mitigou os efeitos negativos do fraco crescimento do crédito na margem financeira dos bancos.

Desenvolvimentos Monetários e Financeiros

Em 2015, numa conjuntura de reforço do pendor acomodatório da política monetária, a melhoria da posição externa líquida do país e o aumento do crédito à economia impulsionaram a expansão monetária.

A massa monetária, agregado M2, registou um crescimento homólogo de 5,9 por cento, que compara a 7,3 por cento registado em 2014, refletindo o aumento das disponibilidades líquidas sobre o exterior em 13,4 por cento e a recuperação do crédito à economia, que cresceu 2,7 por cento, depois de ter reduzido 0,2 por cento em 2014.

O comportamento dos ativos externos líquidos do país refletiu a acumulação das reservas internacionais líquidas, em cerca de 33 milhões de euros, e o aumento das aplicações dos bancos no exterior, em 20,3 milhões de euros.

O crescimento do crédito à economia foi impulsionado sobretudo pelo aumento dos empréstimos às empresas públicas, na ordem dos 2.359 milhões de escudos. Os empréstimos ao sector privado cresceram 0,3 por cento (reduziram 0,2 por cento em 2014), em função do aumento do financiamento bancário de empresas dos ramos das indústrias transformadoras, serviços sociais e pessoais, comércio e restaurantes e hotéis, bem como de particulares para aquisição ou construção de habitação própria e consumo.

Não obstante a recuperação do crédito à economia, o ritmo de crescimento do crédito interno líquido moderou, com a estabilização do crédito ao sector público administrativo, num contexto de aumento das receitas fiscais e dos donativos ao Estado cabo-verdiano.

Relativamente aos custos de financiamento interno do sector privado, embora se tenha registado, de acordo com os bancos, um aumento na restritividade dos critérios de aprovação de empréstimos a empresas não financeiras, (associado às características da procura, direcionada sobretudo para reestruturação de dívidas, de acordo com os bancos, e devido ao nível de incumprimento relativamente elevado, bem como aos riscos de crédito de empresas sem contabilidade organizada), as taxas de juro ativas reduziram em termos médios anuais 0,54 pontos percentuais em dezembro de 2015, face ao período homólogo.

O recurso ao mercado de capitais, enquanto fonte alternativa de financiamento, permaneceu condicionado às exigências de um mercado mais sofisticado. Com efeito, o aumento das emissões de obrigações empresariais no mercado primário (na ordem dos 1.950 milhões de escudos, 1,8 por cento do crédito total à economia), em 2015, traduziu as ofertas particulares de três empresas públicas.^{4 5}

Quadro 2. Situação Monetária

	2013	2014	2015
	saldos em milhões de escudos		
Posição Externa	36.168,0	44.061,5	49.957,4
Ativos Externos Líquidos do BCV	38.005,6	46.365,8	50.026,0
Crédito Interno Líquido	120.790,2	123.688,7	126.416,9
Crédito Líquido ao Sector Público Administrativo	26.271,7	29.347,1	29.502,4
Crédito à Economia	94.518,5	94.341,6	96.918,8
Massa Monetária	136.080,4	146.005,4	156.191,5
Base Monetária	38.427,4	45.778,5	46.749,5
Memo itens			
<i>Inflação (var. média anual IPC em %)</i>	1,5	-0,2	0,1
<i>Taxa de Câmbio Efetiva Real (t.v.h. em %)*</i>	-0,50	-1,52	-1,79
<i>Taxas dos Bilhetes do Tesouro (a 91 dias, média em %)</i>	3,43	1,67	0,99

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Notas: t.v.h.-taxa de variação homóloga; p.p.-pontos percentuais; IPC-Índice de Preços no Consumidor e BT-Bilhetes do Tesouro.

* Um aumento implica uma redução da competitividade preço do país.

Os depósitos, principal fonte de financiamento dos bancos nacionais, cresceram 6,3 por cento, reflexo principalmente do aumento dos depósitos a prazo e de poupança de emigrantes (em seis por cento) e de residentes (7,8 por cento), não obstante a redução da taxa média de remuneração dos depósitos de residentes e emigrantes, ambas em 0,33 pontos percentuais.

Registe-se que os depósitos a prazo e de poupança (7,3 por cento) cresceram a um ritmo tendencialmente superior ao dos depósitos à ordem (4,5 por cento) e da moeda em circulação (três por cento), sugerindo a realização de alguma poupança precaucional pelos agentes económicos em 2015, em linha com a sua perceção de riscos macroeconómicos e financeiros.

⁴ Crédito total à economia inclui crédito bancário e dívida titulada concedidos a empresas e particulares. Ascendia em dezembro de 2015 a 110.323,7 milhões de escudos, equivalente a 69,2 por cento do PIB.

⁵ As transações de ações e obrigações de empresas no mercado secundário totalizaram 210,6 milhões de escudos, o que representa uma redução de 44 por cento face a 2014. O segmento acionista registou o maior volume de transações (67 por cento do total do mercado), sendo que 78 por cento estiveram associadas à oferta pública de venda de ações de um banco nacional.

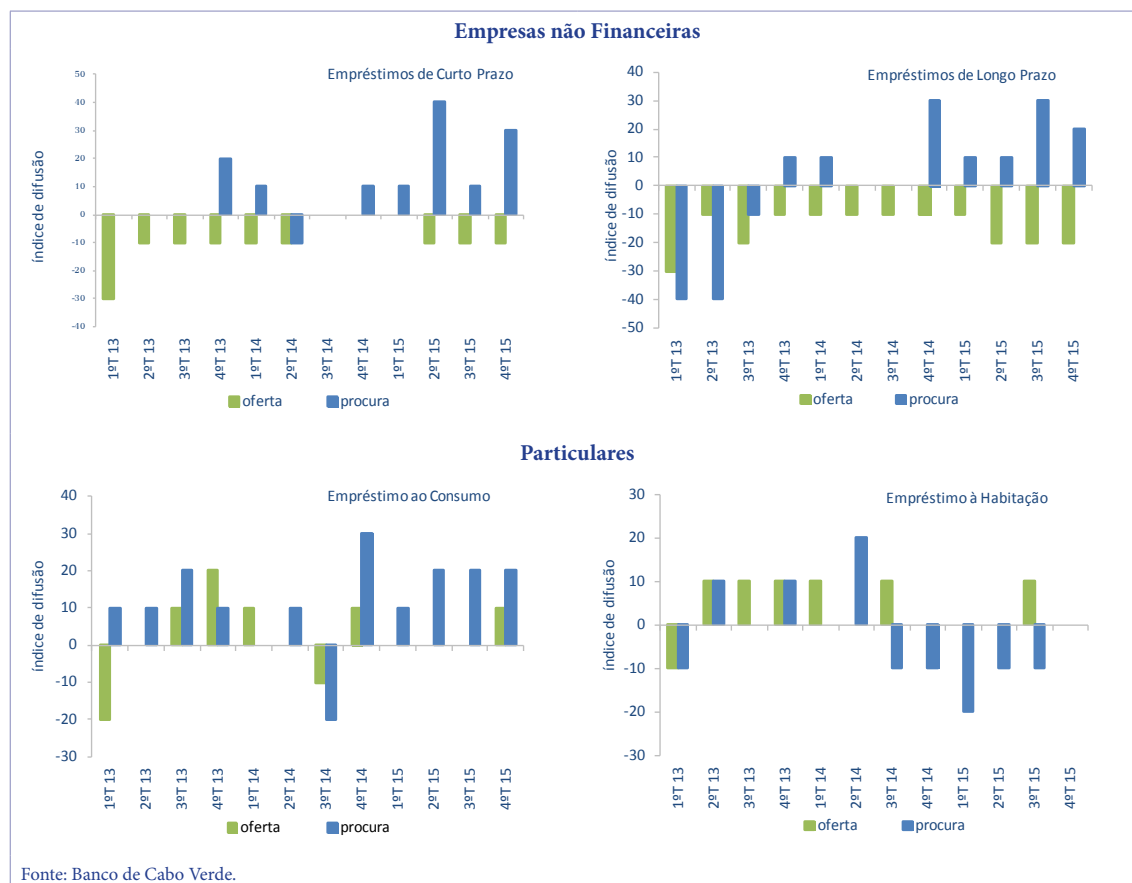
A Política de Crédito dos Bancos em 2015

No âmbito da análise dos desenvolvimentos no mercado de crédito, o Banco de Cabo Verde realiza trimestralmente um inquérito aos bancos, com o objetivo de obter informações mais detalhadas sobre as políticas de crédito seguidas e as condições no mercado de crédito.

De acordo com os resultados dos inquéritos realizados em 2015 aos seis bancos que fazem parte da amostra, face ao ano de 2014, os critérios de aprovação de empréstimos tanto de curto prazo como de longo prazo a empresas tornaram-se mais restritivos.⁶ As principais razões apontadas para explicar este aumento da restritividade foram o nível de incumprimento dos clientes e os riscos associados às empresas sem contabilidade organizada. Contudo, a posição de liquidez e o custo de capital, por terem sido positivamente avaliados pelos bancos, contribuíram para mitigar em parte o aumento da restritividade dos critérios.

As condições aplicadas nos empréstimos concedidos tornaram-se, entretanto, menos restritivas, com destaque para o nível do *spread* aplicado nos empréstimos de risco médio, as comissões e outros encargos não relacionados com taxas de juro e as alterações nas taxas de juro. Contudo, a diferenciação com base no perfil de risco acentuou-se ao longo do ano, com o aumento da restritividade no *spread* aplicado pelos bancos nos empréstimos de maior risco.

A procura de empréstimos de curto e longo prazos por parte das empresas aumentou, motivada principalmente por maiores necessidades de reestruturação da dívida e de fundo de maneio, bem como de financiamento de existências e investimento.



No que diz respeito aos particulares, os critérios de concessão de empréstimos para aquisição de habitação mantiveram-se sem grandes alterações, sendo contudo de destacar que um banco tornou os seus critérios menos restritivos. Da mesma forma, os fatores que influenciaram os critérios adotados mantiveram-se, em termos globais, praticamente inalterados. Refira-se, contudo, que as expectativas quanto à atividade

⁶ Note-se que a maior parte dos bancos não reportou alterações nos critérios de concessão de empréstimos a empresas, nos inquéritos trimestrais.

económica em geral e as perspectivas para o mercado de habitação contribuíram negativamente para a flexibilização dos critérios.

Em relação às condições aplicadas nos contratos de crédito à habitação, não obstante a maioria dos bancos não reportar alterações nas condições aplicadas, ao longo de 2015 mais bancos tenderam a se posicionar no sentido do aumento da restrição, nas condições inquiridas, comparativamente àqueles que reportaram menor restritividade. Em particular, observou-se um aumento da restritividade ao nível do rácio entre o valor do empréstimo e o valor da garantia, bem como do *spread* aplicado nos empréstimos de maior risco. As condições mais favoráveis foram registadas ao nível do *spread* aplicado nos empréstimos de risco médio e das comissões e outros encargos não relacionados com taxas de juro. O nível de endividamento dos clientes foi o fator mais referido pelos bancos para justificar o grau de incumprimento do serviço da dívida. Por sua vez, o emprego no sector formal e a disponibilidade de outras fontes de rendimento tiveram impacto positivo no cumprimento do serviço da dívida.

A procura de empréstimos de longo prazo por particulares diminuiu. Entre os fatores indicados para justificar este comportamento da procura, destacam-se a confiança dos consumidores, o nível de emprego e condições salariais dos clientes e as despesas de consumo não relacionadas com a habitação.

No segmento dos empréstimos a particulares para o consumo e outros fins, os critérios de concessão de crédito também permaneceram sem alterações significativas, com apenas um banco a registar critérios menos restritivos nos empréstimos ao consumo. No entanto, as expectativas quanto à atividade económica em geral terão coibido uma menor restrição dos critérios aplicados. No que respeita às condições de aprovação de empréstimos, observou-se uma diminuição da restritividade no *spread* aplicado nos empréstimos de risco médio.

Em relação à procura, registou-se um aumento da procura de empréstimos de curto prazo por particulares, não obstante o efeito negativo exercido pela confiança deteriorada dos consumidores.

2.2. Política e Situação Orçamental⁷

Com o objetivo de promover a sustentabilidade das finanças públicas, a política orçamental adotada em 2015 preconizou a consolidação gradual e consistente das contas públicas.

Neste quadro, do lado das receitas, o Orçamento do Estado para 2015 (OE 2015) previu a implementação dos novos Códigos de Imposto sobre o Rendimento (de pessoas coletivas e singulares) e a consolidação do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado e do Código Aduaneiro, objetivando alargar a base tributária e aumentar a eficácia fiscal. Igualmente, o OE 2015 perspetivou a promoção da eficiência na arrecadação das receitas, com a implementação da versão melhorada do sistema aduaneiro (Sydonia World), a automatização do bloqueio ao desalfandegamento de mercadorias por parte dos incumpridores fiscais, a consolidação dos processos de declaração eletrónica do imposto sobre o valor acrescentado e de atualização do cadastro dos contribuintes, entre outras medidas de combate à fraude e à evasão fiscal.

Do lado das despesas, o OE 2015 estipulou o reforço de um conjunto de medidas de consolidação das despesas públicas, entre as quais, a evolução salarial moderada no quadro da adoção do novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS), a contenção do quadro de pessoal da função pública (excetuando para as áreas de segurança, justiça, saúde, educação e finanças), a racionalização na aquisição de bens de consumo intermédio, a redução das transferências para os Fundos e Serviços Autónomos para reforçar a implementação de medidas de racionalização e sustentabilidade financeira, a racionalização de estruturas na Administração Pública, bem como a redução gradual das despesas de investimento.⁸

Quadro 3. Principais Indicadores Orçamentais

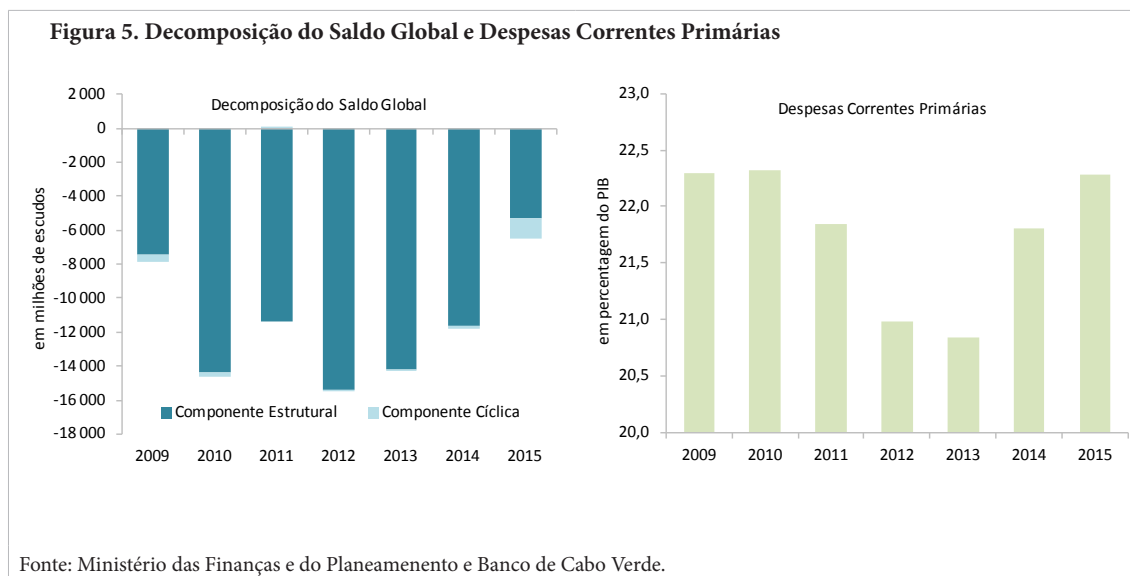
	2013	2014	2015	2013	2014	2015	2013	2014	2015
	em milhões de escudos			taxa de execução (%)			em % do PIB		
Receitas Totais	37.716	35.328	40.410	80,3	79,2	90,9	24,5	22,6	25,3
Receitas Fiscais	28.099	27.061	30.253	81,1	82,7	93,4	18,3	17,3	19,0
Donativos	4.024	2.787	3.262	74,4	52,8	68,6	2,6	1,8	2,0
Outras Receitas	5593	4.480	6.894	98,6	82,4	98,1	3,6	3,5	4,3
Despesas Totais	52.039	47.393	47.185	86,1	81,9	82,5	33,9	30,3	29,6
Despesas com o Pessoal	16.601	17.172	16.556	91,5	92,9	88,3	10,8	11,0	10,4
Aquisição de Bens e Serviços	5.062	5.744	5.551	59,7	68,4	64,6	3,3	3,7	3,5
Juros da Dívida	3.383	3.444	4.142	91,9	82,0	99,0	2,2	2,2	2,6
Activos não Financeiros	16.615	9.850	7.521	90,7	69,5	56,5	10,8	6,3	4,7
dos quais: PPIP	16.546	9.691	7.386	91,1	69,4	56,5	10,8	6,2	4,6
Saldo Global incl. Donativos	-14.308	-11.756	-6.491				-9,3	-7,5	-4,1
<i>Saldo Global excl. Donativos</i>	<i>-18.332</i>	<i>-14.542</i>	<i>-9.753</i>				<i>-11,9</i>	<i>-9,3</i>	<i>-6,1</i>
<i>Saldo Primário incl. Donativos</i>	<i>-10.925</i>	<i>-18.312</i>	<i>-2.349</i>				<i>-7,1</i>	<i>-5,3</i>	<i>-1,5</i>
Dívida Pública	157.867	179.366	196.804				102,7	114,7	123,4

Fonte: Ministério das Finanças e do Planeamento e Instituto Nacional de Estatística.

Nota: As estatísticas das finanças públicas foram apresentadas de acordo com a abordagem antiga da metodologia do Fundo Monetário Internacional.

⁷ Análise realizada com a informação disponível em 30 de Abril de 2016.

⁸ A execução de projetos de infraestruturação, nomeadamente a construção e expansão de portos e estradas, a melhoria e a criação de infraestruturas do sector energético e para a mobilização da água, a construção de barragens, entre outros, manteve-se como a principal prioridade da política de investimento do Governo em 2015.



A implementação das medidas de política orçamental acima elencadas, aliada a alguns fatores de natureza exógena, nomeadamente o aumento extraordinário dos donativos e de dividendos distribuídos por empresas públicas, traduziu-se no crescimento das receitas do Estado na ordem dos 14 por cento (acima dos seis por cento previstos no orçamento).

As despesas públicas, por seu turno, reduziram 0,4 por cento, refletindo a queda das despesas de investimento. Neste contexto, o défice orçamental diminuiu de 11.757 milhões de escudos registados em 2014 para 6.491 milhões de escudos, não obstante os condicionamentos impostos pela conjuntura económica menos favorável, como sugere a análise da decomposição do saldo orçamental ilustrada na figura 5.

A necessidade de financiamento do orçamento, ainda que menor, determinou o aumento na ordem dos dez por cento do stock da dívida pública para 196.804 milhões de escudos.

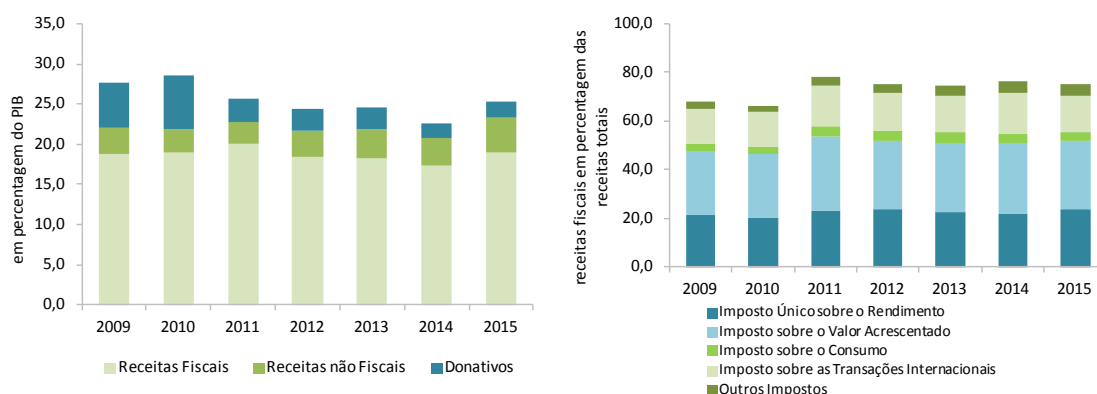
Receitas Públicas

As receitas do Estado aumentaram de 35.327 para 40.410 milhões de escudos em 2015, invertendo a tendência descendente observada em 2014, em função do aumento tanto das receitas fiscais como das receitas não fiscais.

As receitas fiscais fixaram-se em 30.253 milhões de escudos em 2015 (27.060 milhões em 2014), com o aumento do valor arrecadado do imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas (na ordem dos 58 por cento, que compara a uma redução de 28 por cento em 2014) e do imposto sobre o valor acrescentado (em 11 por cento, após redução de três por cento no ano anterior), não obstante a desaceleração do ritmo de crescimento económico e redução das importações.

As receitas não fiscais cresceram 22,9 por cento em 2015, em função da integração no orçamento de receitas de organismos autónomos no quadro do processo de bancarização do Tesouro, do aumento em 336 por cento dos dividendos distribuídos ao Estado por uma empresa pública e do crescimento na ordem dos 30 por cento de donativos, em larga medida direcionados ao apoio dos desalojados de Chã das Caldeiras.

Figura 6. Evolução e Distribuição das Receitas Orçamentais



Fonte: Ministério das Finanças e do Planeamento e Banco de Cabo Verde.

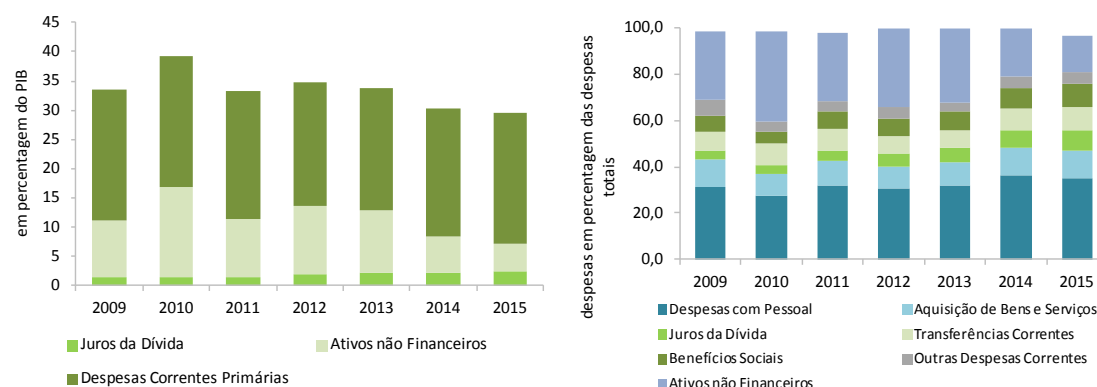
Despesas Públicas

As despesas orçamentais reduziram de 47.393 para 47.185 milhões de escudos em 2015, em função sobretudo da diminuição em 13 por cento das despesas de investimento.

Registe-se que as despesas de investimento, especialmente com a aquisição de ativos não financeiros, reduziram para além do previsto no OE 2015, devido a atrasos nos desembolsos por parte dos credores externos, na execução e nos processos de *procurement* de alguns projetos (que determinaram o arranque desses projetos apenas na segunda metade do ano).⁹

As despesas de funcionamento cresceram 5,5 por cento (abaixo do previsto no OE 2015, mas superior ao aumento de 3,8 por cento em 2014), tendo-se fixado em 33.964 milhões de escudos no final do ano. O crescimento mais acelerado das despesas correntes

Figura 7. Evolução e Distribuição das Despesas do Estado



Fonte: Ministério das Finanças e do Planeamento e Banco de Cabo Verde.

⁹ Destaque-se, em particular, os projetos relacionados: ao ordenamento e valorização das bacias hidrográficas de Alto Mira, Ribeira da Torre e Principal; ao sistema, produção e distribuição de água em Santiago; ao abastecimento de água às populações e ao saneamento; ao reforço da capacidade de diagnóstico e investigação em saúde, bem como à construção, ampliação e reabilitação de estruturas de saúde; à construção de escolas de ensino básico e secundário; etc.

foi determinado pelo aumento dos encargos com os juros da dívida (em cerca de 20 por cento), pelo aumento do número de beneficiários das pensões de aposentação e do regime não contributivo (que se traduziu num aumento dos benefícios sociais na ordem dos oito por cento) e pelo aumento das transferências do Estado para a Administração Pública (em quatro por cento).

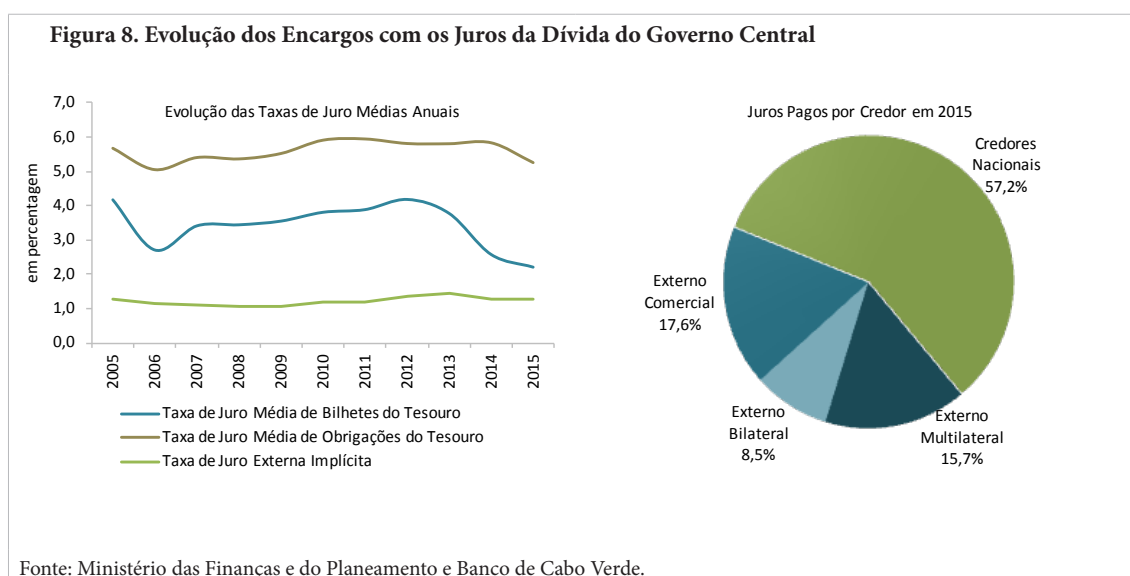
Em particular, os encargos com os juros da dívida atingiram cerca de 12 por cento das despesas de funcionamento (11 por cento em 2014), num contexto de aumento mais acentuado dos juros pagos a credores internos (não obstante a redução das taxas de juro dos bilhetes e das obrigações do Tesouro, de 2,6 para 2,2 por cento e de 5,8 para 5,3 por cento, respetivamente) e de agravamento dos encargos com o serviço da dívida externa, em resultado da depreciação do escudo face ao dólar.

O contínuo aumento das despesas não discricionárias tem contribuído para uma maior rigidez da estrutura das despesas públicas. Refira-se que o aumento das despesas de funcionamento foi, contudo, atenuado pela redução das despesas com aquisições de bens e serviços (em 14 por cento) e das despesas com o pessoal (em cerca de três por cento).¹⁰

Financiamento

O crescimento do valor nominal da dívida em cerca de dez por cento, para financiar o défice público, foi determinado em larga medida pelo aumento dos empréstimos contratados junto a parceiros externos (em torno de dez por cento) e das emissões de obrigações junto a entidades nacionais não bancárias (em cerca de 21 por cento).¹¹

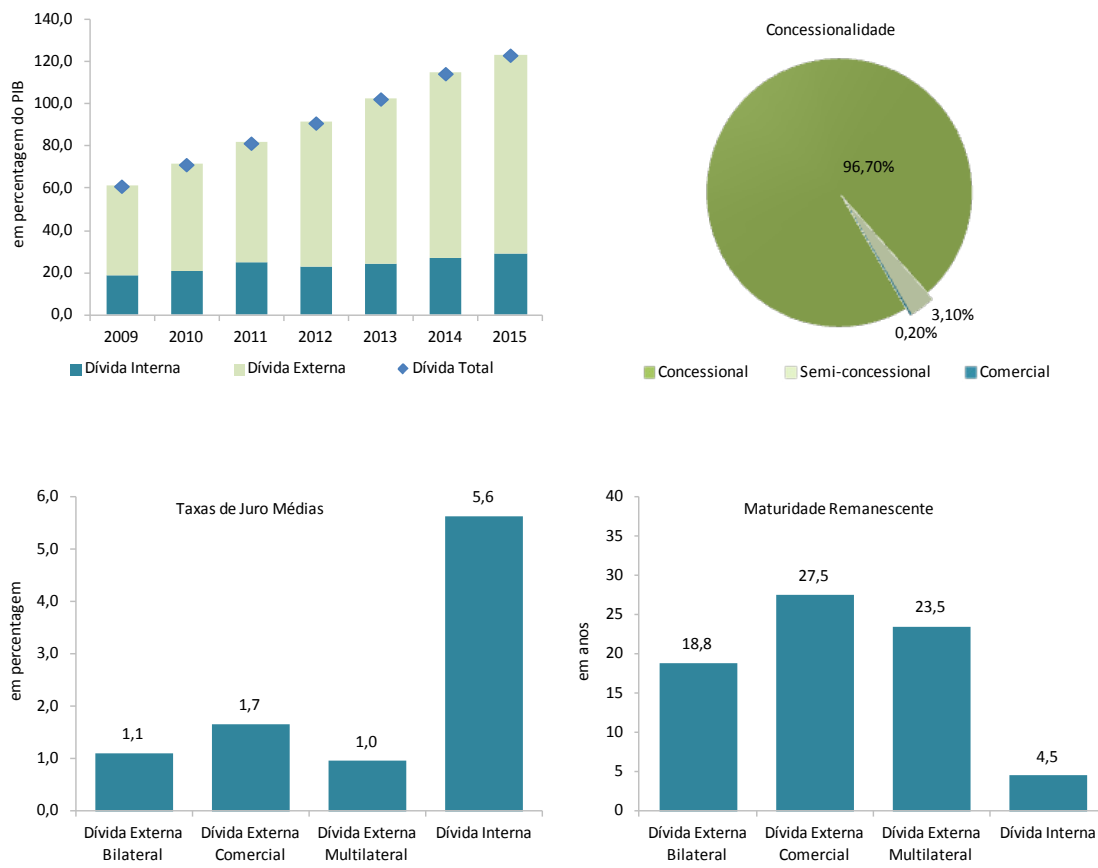
A política de financiamento do Estado, centrada na estratégia de endividamento de médio prazo, continuou a privilegiar a contratação de dívida externa para financiar os investimentos públicos. A carteira da dívida do Estado manteve-se caracterizada por um nível de concessionalidade igual ou superior a 35 por cento, com períodos de carência e maturidade longos, e pela prevalência do euro como moeda de contratação.



¹⁰ Os dados provisórios apontam para um valor por regularizar de 1.440 milhões de escudos que, após a devida classificação, poderá alterar as variações provisórias das rubricas aqui apresentadas.

¹¹ A carteira da dívida do Estado permaneceu composta sobretudo por empréstimos concedidos por parceiros externos multilaterais e bilaterais (69 por cento do total), em condições muito concessionais.

Figura 9. Caracterização da Carteira da Dívida do Estado



Fonte: Ministério das Finanças e do Planeamento e Banco de Cabo Verde.

O recurso ao financiamento interno continuou a ser efetuado para atender às necessidades de tesouraria e para financiar as contrapartidas nacionais do programa de investimento público. Em 2015, a preferência do Estado por financiamento interno de longo prazo, com o objetivo de reduzir o serviço da dívida de curto prazo, esteve alinhada com a preferência dos credores no mercado primário de títulos da dívida pública. Estes tiveram maior apetência para a rentabilidade das suas aplicações, através de taxas de juro mais elevadas proporcionadas pelas obrigações do Tesouro, em detrimento de um menor risco de maturidade.

Capítulo 3. Oferta e Procura

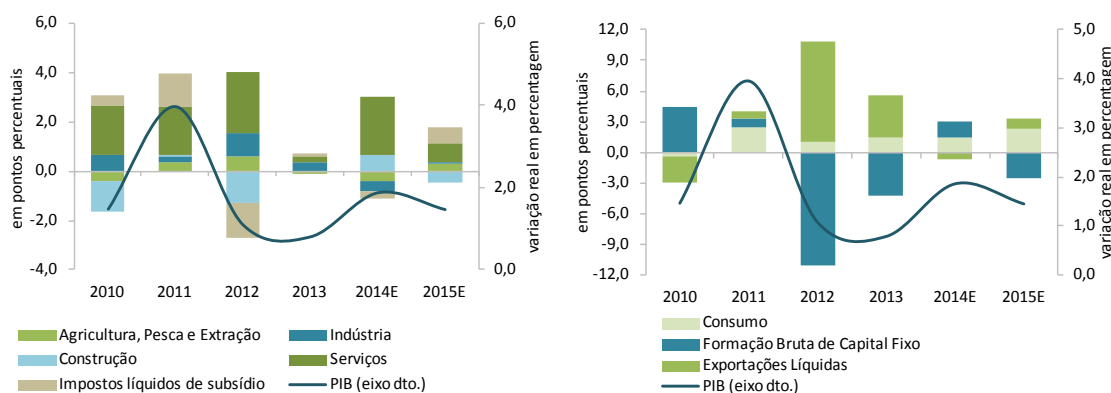
Num contexto de contínua recuperação económica, embora modesta, dos principais parceiros do país, de reforço do pendor acomodatório da política monetária e de contenção orçamental, o ritmo de crescimento da economia cabo-verdiana desacelerou.

De acordo com as estimativas das contas nacionais trimestrais do Instituto Nacional de Estatística (INE), o produto interno bruto cresceu 1,5 por cento em volume (1,9 por cento em 2014), determinado pela recuperação dos sectores de alojamento e restauração e da agricultura, aliada ao aumento da arrecadação de impostos pelo Estado. Por seu turno, a redução do valor acrescentado bruto dos ramos da construção, dos serviços de telecomunicações e correios e do comércio, bem como a desaceleração do ritmo de crescimento dos serviços da administração pública explicam o abrandamento da atividade económica.

Do lado da procura, o menor dinamismo da atividade económica terá sido determinado pela contração da formação bruta de capital fixo e das exportações, não obstante o crescimento das exportações de serviços de turismo.

Uma análise do desempenho dos diversos ramos permite atestar que o sector de alojamento e restauração foi o que evidenciou maior dinamismo em 2015, reflexo do aumento da procura, medida em termos de dormidas de residentes e não residentes, em 8,6 por cento, pese embora o crescimento do índice de preço turístico (em 3,7 por cento, em termos médios anuais, de acordo com o INE) e a redução da capacidade de alojamento (em 0,9 por cento). Com uma evolução contrária à de alojamento e restauração, o fraco desempenho do sector da construção refletiu a fraca dinâmica de execução de investimentos públicos, tanto pelo governo central como pelas empresas públicas, bem como a redução do investimento direto estrangeiro.

Figura 10. Evolução do Produto Interno Bruto, a Preços do Ano Anterior pelas Óticas da Oferta e Procura



Fonte: Instituto Nacional de Estatística. Cálculos do Banco de Cabo Verde.

Nota: E-Estimativas do Instituto Nacional de Estatística.

A Atividade Turística em 2015

A atividade turística nacional teve uma *performance* favorável em 2015, tendo a procura turística internacional, medida em termos de entrada de hóspedes não residentes nos estabelecimentos hoteleiros, crescido 5,3 por cento (menos cinco por cento em 2014), o que se traduziu numa recuperação das receitas brutas do turismo para 3,3 por cento (-3,6 por cento em 2014), não obstante o contexto de aumento dos preços turísticos (3,7 por cento, em termos médios anuais).

A procura turística nacional aumentou num contexto de redução da procura para a região subsariana (menos um por cento), tendo sido superior à dinâmica registada a nível mundial. Segundo a Organização Mundial do Turismo, em termos globais, a atividade turística cresceu 4,4 por cento em 2015, determinado sobretudo pelo aumento do rendimento disponível dos turistas, favorecido pela queda do preço internacional do petróleo e pelas flutuações cambiais registadas ao longo do ano.

Por sua vez, em termos regionais, as informações disponíveis apontam para um decréscimo da procura turística em três por cento no continente africano, em larga medida devido à diminuição da procura dirigida aos países do Norte de África (menos oito por cento).

O desempenho do turismo nacional traduziu o aumento da procura dos principais mercados, nomeadamente do Reino Unido (em 36,8 por cento), dos Países Baixos (em 19 por cento) e da Alemanha (em 12,6 por cento), numa conjuntura de controlo da propagação do vírus Ébola na sub-região oeste africana, de recuperação económica na Europa, de aumento do rendimento disponível dos turistas, bem como de aumento de atos de terrorismo e instabilidades políticas e sociais em mercados concorrentes de Cabo Verde, para além da dissipação do efeito de desvio da procura turística para o Brasil (para assistir à copa do mundo de futebol).

Principais Indicadores do Turismo

	2013	2014	2015
Entrada de Turistas Internacionais nos Estabelecimentos Hoteleiros	502.874	493.732	519.722
Número de Dormidas de Turistas Internacionais	3.279.928	3.284.271	3.314.731
Receitas Brutas do Turismo Internacional (milhões de escudos)	33.325	32.121	33.182
Receitas Brutas do Turismo Internacional <i>per capita</i> por dia (em escudos) (*)	11.232	10.665	10.134
Número de Camas Disponíveis	15.995	18.188	18.055
Taxa de Ocupação	56%	53%	49%
Duração da Estadia (n.º de noites)	5,9	6,1	6,3

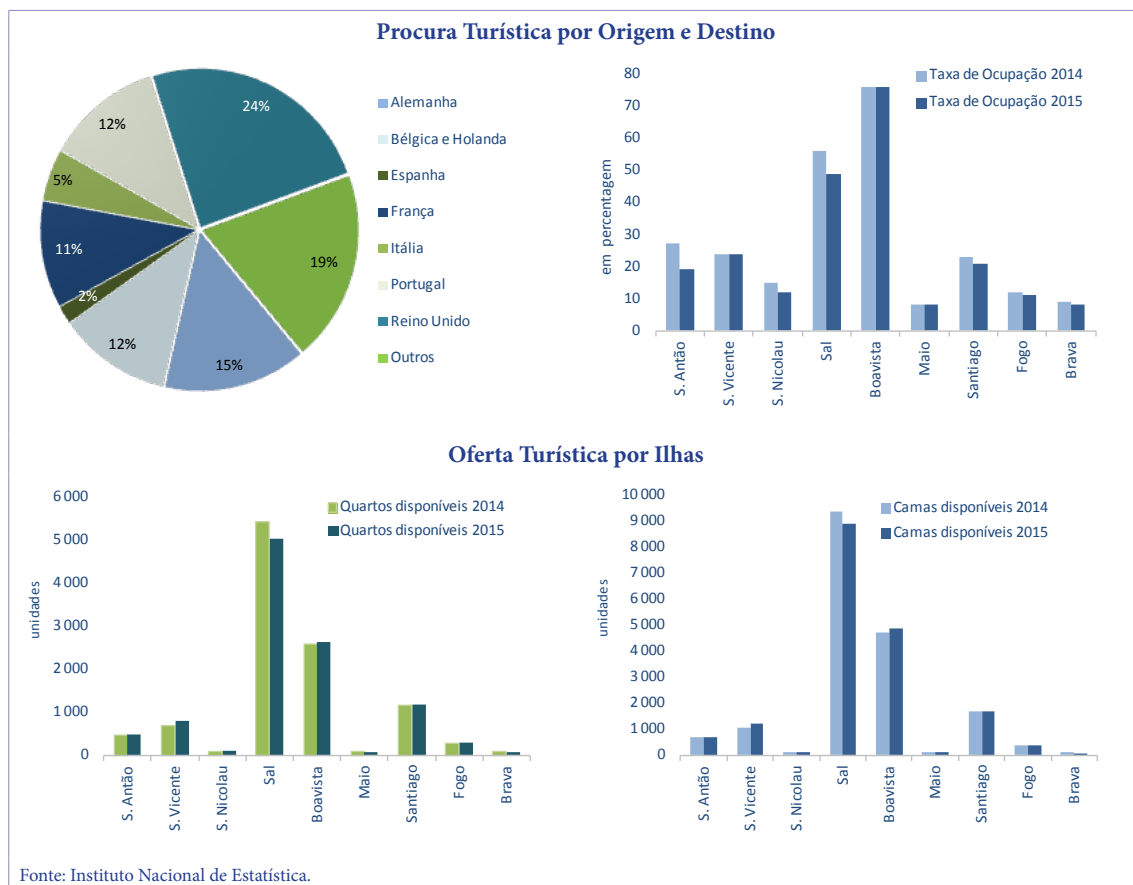
Fonte: Instituto Nacional de Estatística e Banco de Cabo Verde. Cálculos do Banco de Cabo Verde.

Notas: (*) Não inclui excursionistas.

As ilhas do Sal e da Boavista foram as que mais turistas atraíram, com uma taxa de ocupação de camas de 49 e 76 por cento, respetivamente.

Note-se contudo que, apesar do aumento do número de turistas e das receitas de turismo, o gasto médio diário por turista manteve a tendência decrescente, registando uma queda na ordem dos cinco por cento em 2015.

Relativamente à oferta turística nacional, o número de estabelecimentos hoteleiros, em termos líquidos, diminuiu 1,3 por cento, traduzindo-se numa redução da capacidade de alojamento de 0,9 por cento (após um aumento de 19,3 por cento em 2014). Refira-se, contudo, que a capacidade de alojamento terá aumentado no primeiro semestre do ano, com a entrada em funcionamento do maior resort turístico no último trimestre de 2014, o que terá contribuído para a redução da taxa anual de ocupação de camas para 49 por cento, a menor taxa desde 2010.



O posicionamento competitivo de Cabo Verde no turismo mundial melhorou, mas a nível da África Subsaariana piorou. De acordo com o Travel & Tourism Competitiveness Report 2015, do World Economic Forum, Cabo Verde, enquanto destino turístico, ocupou o octogésimo sexto lugar em 141 países, (87 em 140 países em 2013). Por sua vez, não obstante ter ocupado o primeiro lugar entre os países do centro e ocidente africano, Cabo Verde perdeu duas posições no *ranking* da África Subsaariana entre 2013 e 2015 (conquistadas por Namíbia e Quênia) e piorou a sua posição face aos maiores concorrentes da região (África do Sul, Seychelles e Maurícias).

Uma análise mais detalhada do desempenho do turismo nacional mostra que, entre os sub-índices, o país ocupa melhor posição na disponibilidade de infraestruturas, nomeadamente no que diz respeito à oferta de quartos por habitantes, densidade populacional aeroportuária e à dinâmica de voos por habitantes.

O segundo sub-índice no qual o país melhor se posicionou é o de políticas para o sector de viagens e turismo, para a qual contribuíram positivamente os investimentos realizados pelo Estado, nomeadamente a criação da Agência de Turismo e Investimento de Cabo Verde e da Autoridade Turística Central (respetivamente, para promover e regular/fiscalizar o sector), a implementação do Balcão Único de Investimento, a criação de instrumentos fundamentais para a avaliação do sector (Contas Satélites do Turismo e os Índices de Preços Turísticos), bem como a facilitação de vistos de entrada no país e a competitividade das taxas aeroportuárias em vigor.

Para a posição do sub-índice ambiente de negócios favorável contribuíram em larga medida o ambiente de negócios do país no sector do turismo, a facilidade de entrada de pessoas estrangeiras no mercado de trabalho, a inexistência de atividades terroristas no país e a baixa incidência da malária e do vírus VIH.

Por último, o país ficou pior considerado no sub-índice dos recursos naturais e culturais (ocupou a posição 139 em 141 países), refletindo o baixo número de espécies (fauna) conhecidas no país, a baixa percentagem de áreas protegidas, a fraca dinâmica de realização de reuniões de negócio internacionais no país, a baixa procura de serviços de turismo cultural/entretenimento digital, entre outros fatores.

Travel & Tourism Competitiveness Index 2015 – Cabo Verde

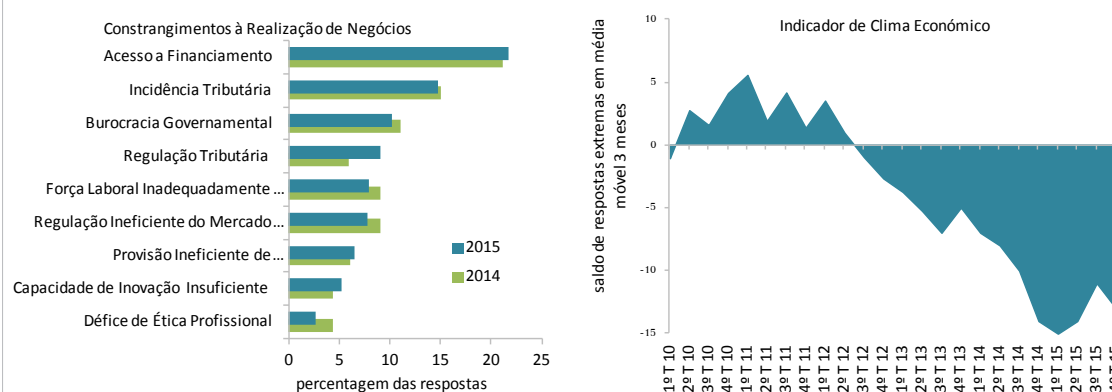
	Rank (1-141)	Classificação (1-7)
Índice de Competitividade de Viagens e Turismo	86	3,46
I. Ambiente Adequado	82	4,43
1. Ambiente de negócios	72	4,42
2. Segurança	81	5,18
3. Saúde e higiene	96	4,64
4. Recursos humanos e mercado de trabalho	82	4,39
5. Capacidade de adaptação às TIC	90	3,52
II. Políticas de Viagens e Turismo	76	4,11
6. Prioridade atribuída ao sector de Turismo e Viagens	72	4,52
7. Abertura internacional	68	3,13
8. Competitividade de preços	85	4,48
9. Sustentabilidade ambiental	49	4,32
III. Infraestrutura	55	3,87
10. Infraestrutura de transporte aéreo	43	3,63
11. Infraestrutura de transporte terrestre e portuária	70	3,42
12. Infraestrutura turística	60	4,56
IV. Recursos culturais e naturais	139	1,44
13. Recursos naturais	138	1,83
14. Recursos culturais e viagens de negócios	137	1,05

Fonte: World Economic Forum.

Na ótica da despesa, a procura interna evidenciou um desempenho menos favorável em 2015, refletindo a redução do investimento do governo central, em linha com a estratégia de *phasing-out* do programa plurianual de investimento público, bem como a diminuição dos investimentos direto estrangeiro e das empresas públicas, em larga medida consequência do efeito de base de avultados investimentos realizados no ano anterior nos sectores do turismo e de transportes marítimos e devido a constrangimentos administrativos e financeiros ligados ao projeto de habitação social.

No que concerne ao sector privado doméstico, as suas condições de financiamento tornaram-se em geral menos restritivas, ainda que com crescente diferenciação no perfil de risco das empresas, favorecendo o seu investimento. Adicionalmente, os constrangimentos à realização de negócios no país e as expetativas dos operadores económicos, de

Figura 11. Condicionamentos ao Ambiente de Negócios e Indicador de Clima Económico em Cabo Verde



Fonte: Banco Mundial, Corporação Financeira Internacional e Instituto Nacional de Estatística.

acordo, respetivamente, com o Banco Mundial e o INE, registaram, em termos anuais, uma tendência de melhoria ligeira.

De acordo com o INE, o clima económico manteve-se deteriorado ao longo de 2015, em larga medida devido a constrangimentos à atividade económica, relacionados com excesso de burocracia e regulamentação, dificuldades financeiras e na obtenção de crédito, bem como à fraca dinâmica da procura, sobretudo nos primeiros dois trimestres do ano.

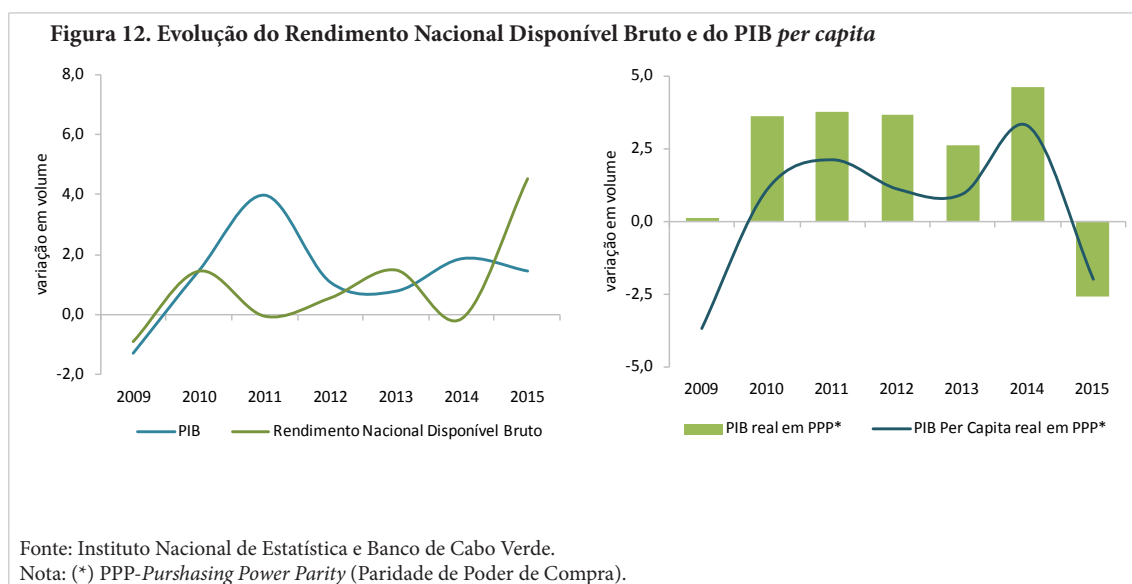
Ao contrário da formação bruta de capital fixo, estima-se que o consumo privado tenha acelerado relativamente a 2014, induzido por algum crescimento do rendimento disponível das famílias, não obstante o aumento dos impostos, em função da redução do desemprego, do aumento das remessas dos emigrantes e das transferências do Estado para as famílias, num contexto de aumento muito contido dos preços no consumidor. Entretanto, a manutenção de um sentimento negativo quanto à evolução da situação económica e financeira do país terá favorecido alguma poupança precaucional e inibido, consequentemente, uma maior propensão ao consumo.

Dado o arrefecimento da procura interna, a *performance* da procura externa líquida, reflexo da redução das importações de bens e serviços, foi determinante para o crescimento económico registado em 2015.

A diminuição das importações traduziu a contração dos investimentos na economia (em linha com a redução das quantidades importadas de bens de capital), a menor dinâmica da produção nacional de bens (patente na diminuição das importações de bens de consumo intermediários), bem como a redução das importações de serviços.

O crescimento do rendimento nacional disponível bruto superou em cerca de dois pontos percentuais o crescimento do PIB, reflexo do aumento significativo das transferências externas (oficiais e remessas de emigrantes) e da redução dos rendimentos pagos ao exterior (dissipado o efeito do aumento extraordinário de dividendos expatriados em 2014 e refletindo a redução dos juros pagos ao exterior por outros sectores).

A apreciação do dólar em 2015 determinou a redução do PIB per capita real, medido em termos de paridade de poder de compra, que registou um decréscimo em torno de dois por cento para 6.387 USD.



Caixa 1. Contas dos Sectores Institucionais 2007-2012

De acordo com a nomenclatura dos sectores institucionais, adotada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) no quadro do Sistema de Contas Nacionais de 1993, a economia nacional é composta pelas sociedades não financeiras, sociedades financeiras, administração pública, famílias e instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias.

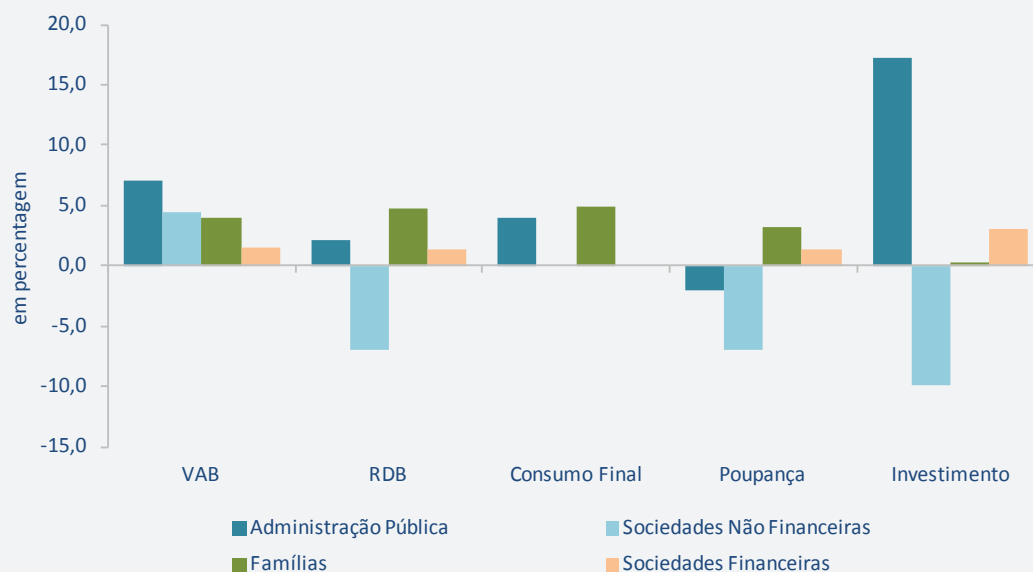
No período 2007-2012, segundo os dados publicados pelo INE, as sociedades não financeiras e as famílias representaram em média cerca de 70 por cento do produto interno bruto nominal, destacando-se como os sectores institucionais mais produtivos (cerca de 84 por cento da produção bruta nacional).

O rendimento nacional disponível bruto nominal nesse período foi constituído na sua maioria pelos rendimentos das famílias e da administração pública (em torno de 86 por cento), tendo sido contudo destinado sobretudo ao consumo final.

O sector institucional que em média mais poupou foram as famílias, canalizando, a par das sociedades financeiras, parte da sua poupança para os sectores que mais investiram nesse período (as sociedades não financeiras e a administração pública).

A poupança interna, contudo, não foi suficiente para compensar o défice de financiamento das sociedades não financeiras e da administração pública, que suportaram parte do nível de investimento realizado com recursos externos (cerca de 22 por cento do total investido, em média).

Taxa Média de Crescimento Anual dos Principais Indicadores por Sector Institucional (2007-2012)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística. Nota: VAB – Valor Acrescentado Bruto; RDB – Rendimento Disponível Bruto.

Entre 2007 e 2012, o sector institucional que evidenciou maior dinamismo económico foi a administração pública, com uma taxa média de crescimento anual do valor acrescentado bruto de 7,1 por cento, determinado pelo ritmo acelerado dos investimentos realizados no período (17,2 por cento, o mais elevado entre os sectores). Refira-se que este sector realizou despesas de consumo final a um ritmo inferior ao da geração de riqueza para o país (quatro por cento).

As sociedades não financeiras foram o único sector institucional cujo rendimento disponível bruto apresentou uma tendência decrescente, com uma taxa média de crescimento anual negativa de sete por cento, o que repercutiu-se no nível de investimento realizado no período. Efetivamente, as maiores responsabilidades financeiras e fiscais deste sector institucional reduziram gradualmente a sua poupança, constringendo a dinâmica dos seus investimentos, que registou o pior

desempenho entre os sectores (-9,9 por cento, em termos de taxa média de crescimento anual). Não obstante, este sector foi o segundo mais dinâmico na geração de valor acrescentado bruto para a economia nacional, tendo crescido a uma taxa média anual de 4,5 por cento.

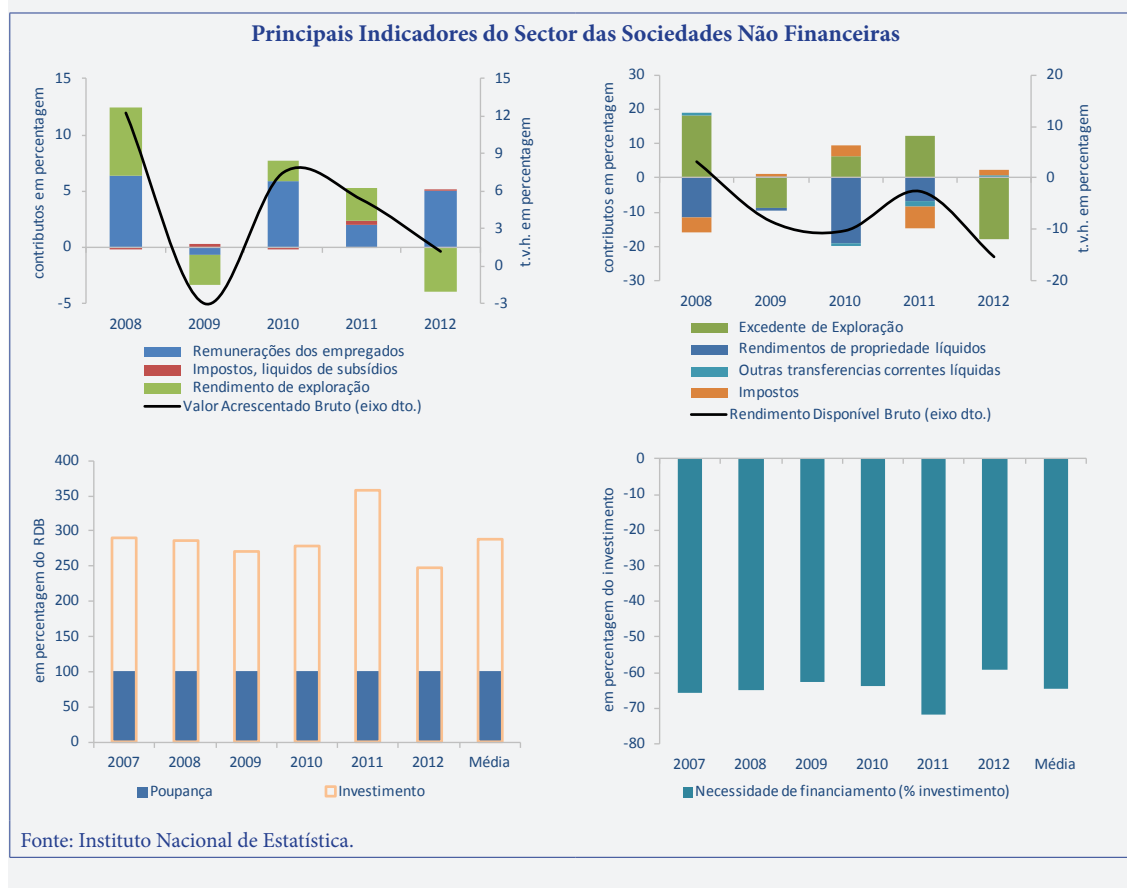
O rendimento disponível bruto das famílias cresceu ao ritmo mais acelerado, com uma taxa média de crescimento anual de 4,7 por cento. As despesas de consumo final cresceram, contudo, a uma taxa superior, inibindo um maior ritmo de constituição de poupança para suportar os investimentos de outros sectores. Saliente-se, ainda, que as famílias foram o segundo sector que apresentou a menor dinâmica de investimentos no período.

Refira-se que as sociedades financeiras são o sector institucional menos representativo da economia nacional e evidenciaram um fraco dinamismo na geração de riqueza para o país, tendo o seu valor acrescentado bruto crescido a uma taxa média anual de 1,6 por cento, constrangido pela redução dos seus rendimentos de exploração no período.

As Sociedades Não Financeiras

O valor acrescentado bruto (VAB) das sociedades não financeiras cresceu, em termos médios, 4,5 por cento no período 2007-2012. Em termos da repartição do VAB pelos factores produtivos, a componente mais dinâmica foi remunerações dos empregados, não obstante os rendimentos de exploração constituírem em média mais de 50 por cento da estrutura do seu VAB.

O rendimento disponível bruto (RDB) reduziu ao longo do período, em sete por cento em termos médios anuais, em resultado essencialmente do aumento de rendimentos de propriedade devidos a outros sectores (nomeadamente, juros e dividendos), que superaram os proveitos recebidos, num contexto de crescimento das responsabilidades fiscais (a uma taxa média de crescimento anual de 4,2 por cento). Refira-se que os rendimentos de propriedade, em termos líquidos, reduziram a uma taxa média anual de 14,6 por cento, que compara ao crescimento dos excedentes de exploração em 1,3 por cento, em termos médios anuais.



O rendimento disponível bruto das sociedades não financeiras foi integralmente destinado à realização de investimentos, cuja necessidade de financiamento superou a poupança gerada pelo sector. Efetivamente, os investimentos do sector foram em média 2,9 vezes superiores à poupança, originando uma necessidade de financiamento para suportar, em média, cerca de 65 por cento do nível de investimento realizado.

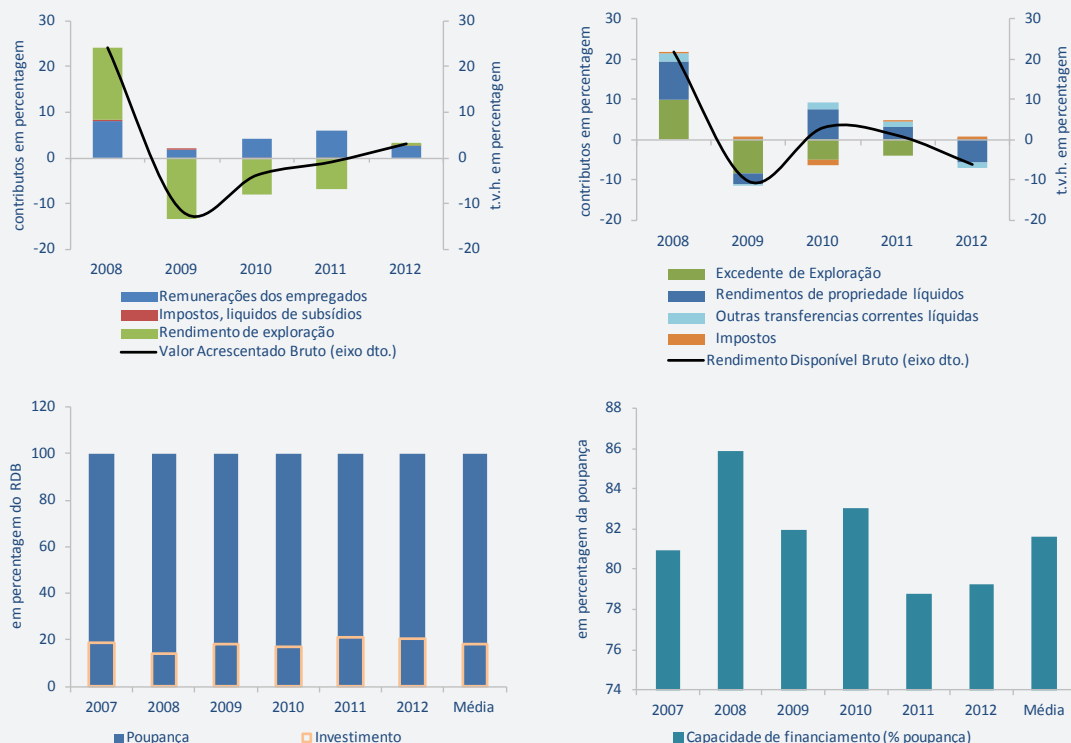
As Sociedades Financeiras

O valor acrescentado bruto das sociedades financeiras cresceu, em termos médios anuais, 1,6 por cento no período 2007-2012. A produção gerada destinou-se sobretudo às remunerações dos empregados, que representaram em média cerca de 52 por cento da estrutura do seu VAB. Os rendimentos de exploração do sector, por sua vez, reduziram em média 6,5 por cento por ano nesse período.

O rendimento disponível bruto, o mais baixo entre os sectores institucionais, aumentou 1,3 por cento em termos médios anuais, determinado pelo aumento dos rendimentos de propriedade (em particular, dos juros recebidos) e das transferências correntes líquidas, que mais que compensaram a redução dos excedentes de exploração. Refira-se que os rendimentos de propriedade representaram em média cerca de 61 por cento da estrutura do seu rendimento disponível bruto, mais que o dobro dos seus excedentes de exploração.

O rendimento disponível bruto das sociedades financeiras foi parcialmente destinado à realização de investimentos (que registou o nível mais baixo entre os sectores institucionais), gerando uma capacidade de financiamento de outros sectores que atingiu, em média, cerca de 82 por cento da poupança do sector realizada no período.

Principais Indicadores do Sector das Sociedades Financeiras



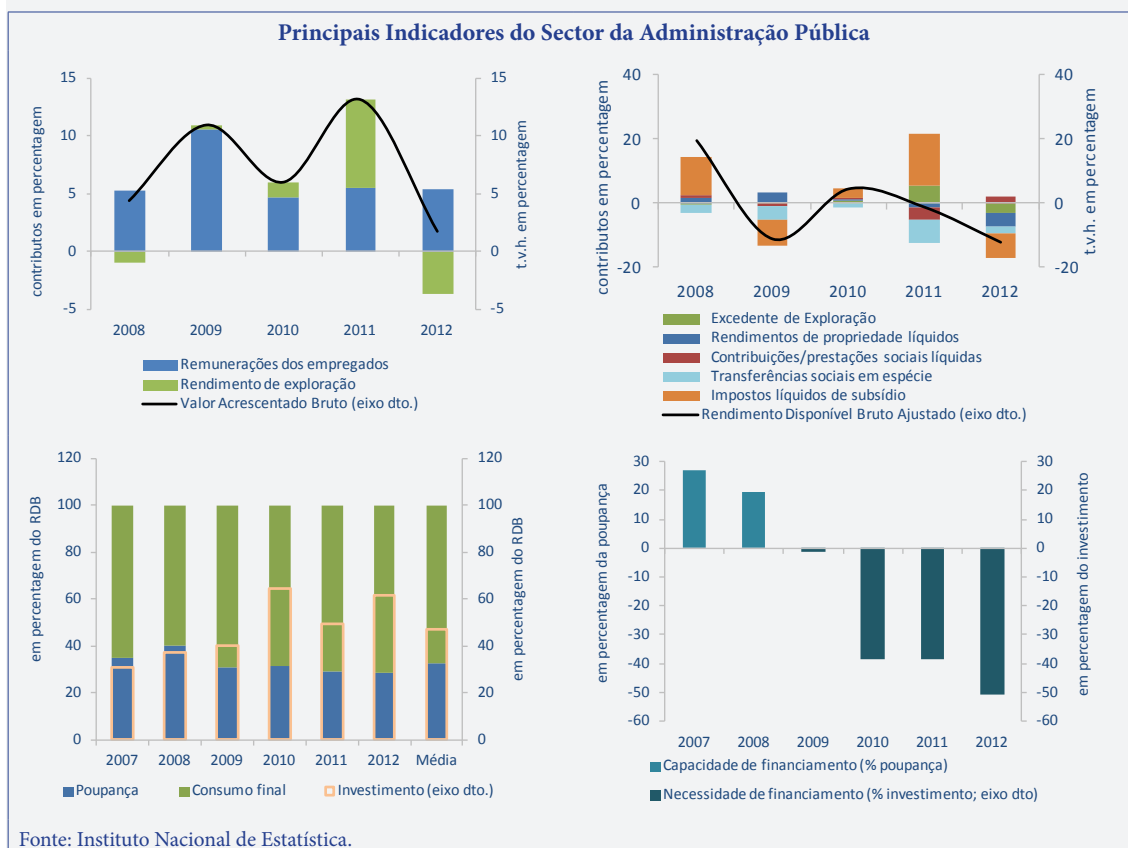
Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

A Administração Pública

O valor acrescentado bruto da administração pública cresceu, em termos médios, 7,1 por cento no período 2007-2012, determinando em larga medida o crescimento das remunerações dos empregados, que representaram em média cerca de 86 por cento da estrutura do seu VAB. Os rendimentos de exploração do sector cresceram a uma taxa média anual de 6,7 por cento, contribuindo em menor medida para o crescimento do VAB.

O rendimento disponível bruto aumentou em média 2,1 por cento anualmente, impulsionado pelo crescimento dos impostos líquidos e pela redução dos subsídios atribuídos aos produtos e à produção. Refira-se, contudo, que o rendimento disponível bruto ajustado evidenciou uma tendência decrescente no período, registando uma taxa média de crescimento anual negativa de 0,8 por cento, em função do aumento das transferências sociais em espécie realizadas pela administração pública a favor das famílias.

O rendimento disponível bruto da administração pública foi maioritariamente destinado ao consumo final (cerca de 68 por cento do RDB, em média). A poupança gerada pelo sector (cerca de 32 por cento do RDB) não foi suficiente para suportar o nível de investimentos realizados a partir de 2009, ano em que se iniciou a política de investimento contracíclica da administração central para reverter a fraca dinâmica da economia nacional. Entre 2009 e 2012, os investimentos foram em média 1,8 vezes superiores à poupança gerada pelo sector, originando uma necessidade de financiamento para suportar cerca de 32 por cento do nível de investimento realizado.



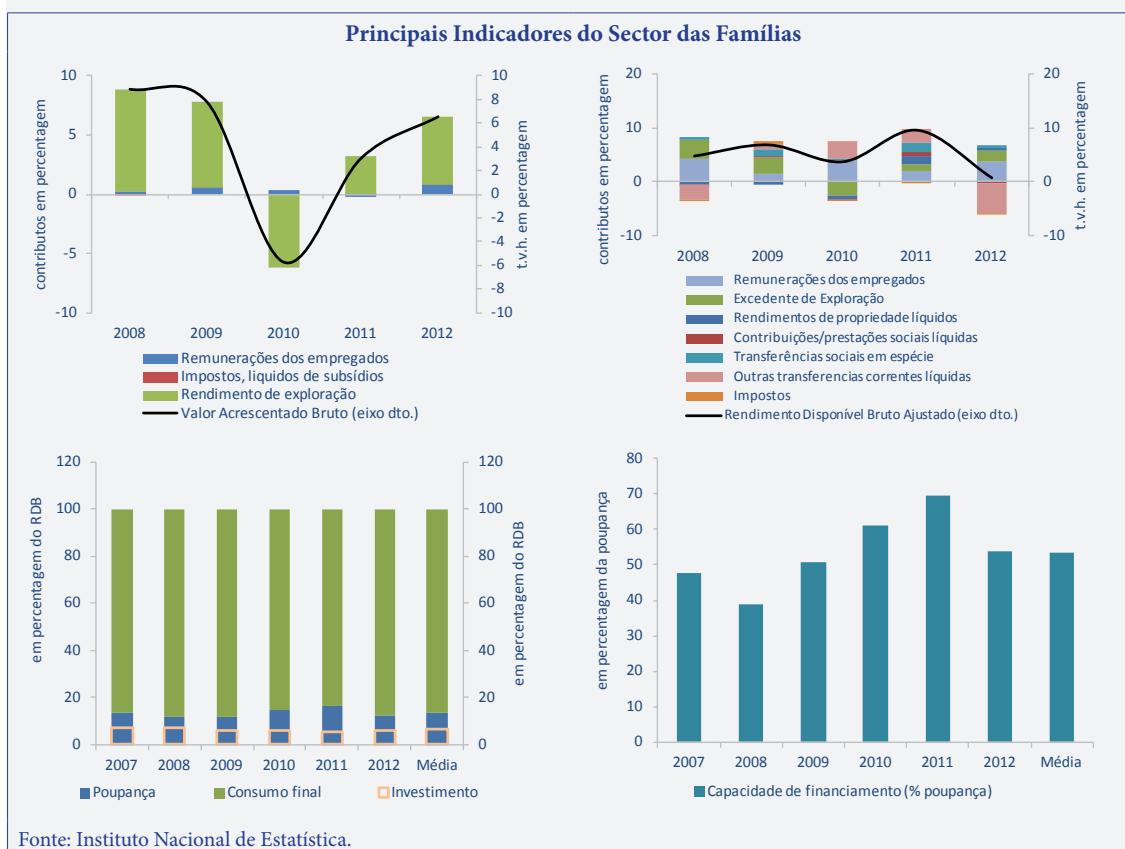
As Famílias

O valor acrescentado bruto (VAB) das famílias cresceu, em termos médios, 3,9 por cento no período 2007-2012, determinando o crescimento dos rendimentos de exploração em 3,7 por cento por ano, em média. Note-se, em particular, que a recessão económica de 2009 terá impactado negativamente a atividade das famílias no período seguinte (2010), registando um

decréscimo do seu valor acrescentado bruto em 5,7 por cento, em termos homólogos.

Na ótica do rendimento, o produto interno bruto das famílias aumentou em função do crescimento das remunerações dos empregados e dos excedentes de exploração. Os rendimentos de propriedade líquidos das famílias foram negativos no período, refletindo a predominância e o aumento das obrigações com os juros devidos (em linha com o maior nível de endividamento das famílias), mas evidenciaram alguma tendência de recuperação, impulsionada em larga medida pelo crescimento acentuado dos proveitos de dividendos distribuídos pelas sociedades. Refira-se, ainda, que o aumento das transferências sociais em espécie pelo Estado reforçou o rendimento disponível bruto das famílias, que em termos ajustados cresceu a uma taxa média anual de 5,1 por cento.

O rendimento disponível bruto das famílias foi em larga medida destinado às despesas de consumo final, que absorveram em média cerca de 87 por cento do total. As famílias investiram em média cerca de 49 por cento da sua poupança, gerando uma capacidade de financiamento para outros sectores superior a 50 por cento. Esta disponibilidade de recursos representou cerca de 55 por cento da capacidade de financiamento interna do país, entre 2009 e 2012.



Capítulo 4. Mercado de Trabalho

As condições do mercado de trabalho cabo-verdiano melhoraram em 2015, segundo os resultados do inquérito ao emprego realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

Quadro 4. Principais Indicadores do Mercado de Trabalho

	2013	2014	2015	Variação 2015/2014
Mercado de trabalho				
População Ativa	221.874	217.158	222.085	4.927
Empregada	185.486	182.831	194.485	11.654
Desempregada	36.388	34.327	27.599	-6.728
População em Idade Ativa	368.928	374.749	380.995	6.246
Taxa de Atividade (%)	60,1	57,9	58,3	0,34 p.p.
Taxa de Ocupação (%)	50,3	48,8	51,0	2,2 p.p.
Taxa de Desemprego (%)	16,4	15,8	12,4	-3,4 p.p.
População ocupada				
Por Meio				
Urbano	67,6	72,8	53,4	-19,4 p.p.
Rural	32,4	27,2	46,2	19,0 p.p.
Por Sexo				
Homens	45,8	54,3	53,5	-0,8 p.p.
Mulheres	54,2	45,7	46,5	0,8 p.p.
Por Faixa Etária				
15 24 anos	24,4	22,9	24,5	1,6 p.p.
15 34 anos	42,3	41,4	43,7	2,3 p.p.
35 64 anos	69,4	67,0	68,9	1,9 p.p.
65+	15,5	10,8	12,6	1,8 p.p.
Por Sector de Atividade				
Primário	23,0	16,7	19,8	3,1 p.p.
Secundário	16,6	17,8	17,6	-0,2 p.p.
Terciário	60,4	65,5	62,6	-2,9 p.p.
Por Nível de Instrução				
Sem qualificação	6,8	5,1	5,7	0,6 p.p.
Alfabetização	2,0	2,1	2,2	0,1 p.p.
Ensino Básico	43,4	40,8	42,8	2,0 p.p.
Ensino Secundário	34,1	36,4	35,7	-0,7 p.p.
Curso Médio	2,7	1,7	1,5	-0,2 p.p.
Curso Superior	11,0	13,9	12,1	-1,8 p.p.

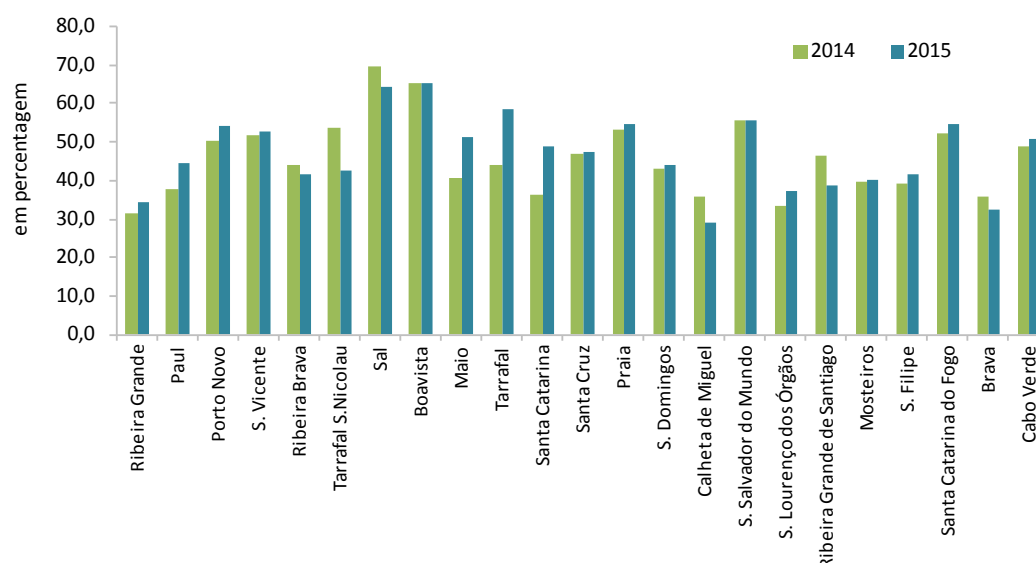
Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Nota: p.p. – pontos percentuais.

A taxa de atividade da população cabo-verdiana aumentou 0,3 pontos percentuais para 58,3 por cento da população em idade ativa, traduzindo o aumento da população empregada na ordem dos seis por cento (mais 11.654 postos de trabalho), enquanto a taxa de inatividade aumentou 0,8 por cento (que compara a crescimentos de 7,2 e 8,9 por cento registados, respetivamente, em 2014 e 2013).¹²

¹² O aumento da taxa de inatividade em 2015 está em boa medida associado ao desencorajamento da população desempregada e ao crescimento do número de estudantes, de acordo com os resultados do inquérito ao emprego.

Figura 13. Evolução da Taxa de Ocupação por Concelhos



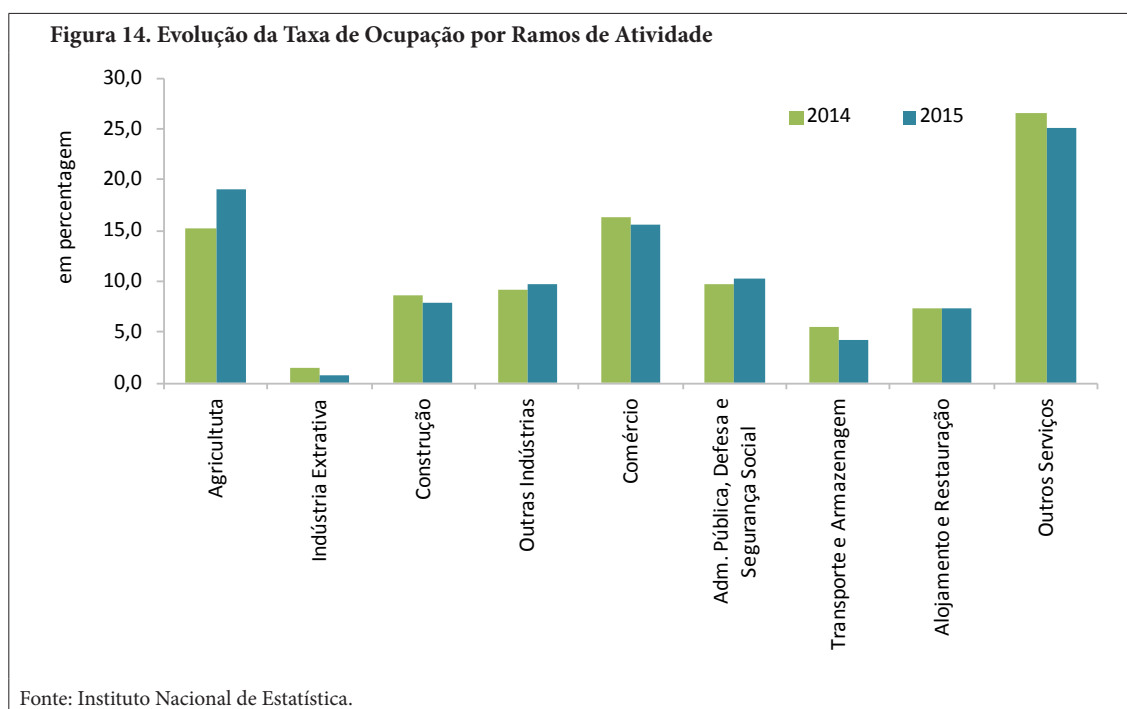
Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

De acordo com os dados do INE, a melhoria das condições no mercado de trabalho refletiu essencialmente o aumento da oferta de trabalho na agricultura, em função da pluviosidade registada na época das chuvas.¹³

Com efeito, a taxa de ocupação da população em idade ativa aumentou 2,2 pontos percentuais para 51 por cento, determinada pelo aumento da população empregada, com baixo nível de instrução (com qualificação máxima de ensino primário), no meio rural, sobretudo em concelhos com forte vocação agrícola.

Atendendo à redução da representatividade dos sectores da construção, do transporte e armazenagem e das indústrias extrativas no total de empregos, infere-se que a agricultura terá absorvido parte da sua mão-de-obra.

¹³ Refira-se que a recolha de dados do inquérito ao emprego de 2015 decorreu entre os meses de outubro e dezembro de 2015.



Note-se, entretanto, que o aumento do emprego fez-se acompanhar do crescimento da taxa de subemprego (de 25,8 para 26,5 por cento) e da redução da cobertura da população ocupada pelo sistema nacional de segurança social (de 40,5 para 35,9 por cento), sugerindo alguma precariedade dos postos de trabalho criados em 2015.

O número de pessoas desempregadas, mas que ativamente procuraram emprego nas quatro semanas que precederam o inquérito, reduziu 19,6 por cento (menos 6.728 indivíduos), tendo a queda do desemprego sido mais acentuada entre as mulheres jovens (com idade até 34 anos).

Quadro 5. Perfil dos Desempregados

	2013	2014	2015	Varição 2015/2014
	em percentagem			
Distribuição por sexo				
Masculino	56,4	56,5	58,7	2,2 p.p.
Feminino	43,6	43,5	41,3	-2,2 p.p.
Idade média (anos)	29,1	29,6	29,7	0,1 anos
Distribuição por categoria de desempregado (*)				
Procura de primeiro emprego	23,8	23,4	22,8	-0,6 p.p.
Já trabalhou	76,2	76,6	77,2	0,6 p.p.
Duração média no desemprego (meses)	16,9	16,8	-	
Nível de instrução				
Sem nível	7,2	8,3	6,3	-2,0 p.p.
Primário	13,9	13,5	10,3	-3,3 p.p.
Secundário	21,3	20,6	16,3	-4,3 p.p.
Pós- Secundário	15,6	12,0	11,2	-0,8 p.p.

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

Notas: p.p. – pontos percentuais; (*) Os dados referentes ao ano 2013 foram corrigidos pelo Instituto Nacional de Estatística, pelo que o peso dos jovens à procura do primeiro emprego representou 23,7 por cento e não 76,2 por cento, como referido no Relatório Anual de 2013.

Os postos de trabalho criados no meio rural absorveram parte considerável da população desocupada no meio urbano, contribuindo para a queda da taxa de desemprego no meio urbano na ordem dos 2,8 pontos percentuais.

Não obstante a redução em 2015, o desemprego continua a atingir uma importante franja da população ativa (27.599 indivíduos), sobretudo homens (58,7 por cento do total) e jovens (idade média dos desempregados é de 29,7 anos). Note-se ainda que a maioria dos desempregados já trabalhou (77,2 por cento do total) e está habilitada com o primeiro ciclo do ensino secundário (em termos médios, possuem 8,5 anos de escolaridade).

O contínuo aumento da idade média dos desempregados e da proporção dos desempregados que já trabalharam sugere a prevalência de desemprego de longa duração com custos, a nível individual, na empregabilidade da pessoa no desemprego e, a nível social, no potencial de crescimento do país.

Caixa 2: A Economia Informal em Cabo Verde

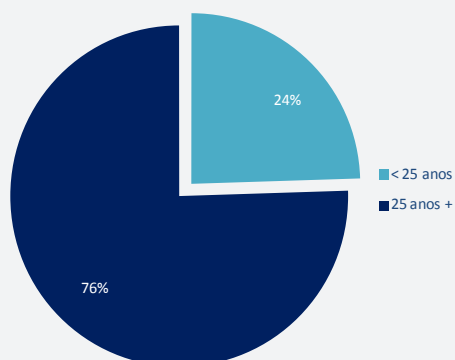
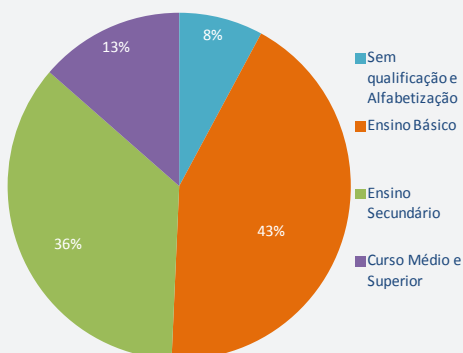
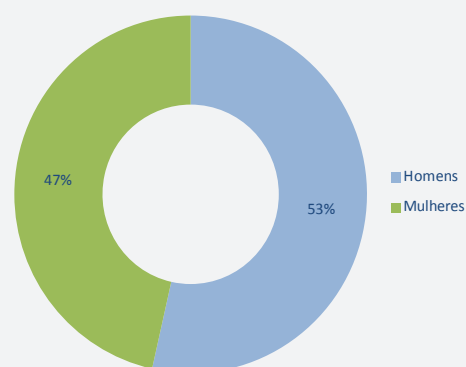
A economia informal pode ser definida como o conjunto de atividades económicas de trabalhadores e unidades económicas que não são abrangidas, em virtude da legislação ou da prática, por disposições formais.

Em termos mais específicos, o Instituto Nacional de Estatística (INE) define o sector informal da economia cabo-verdiana, no âmbito do inquérito realizado em 2015 e com o intuito de o caracterizar, como sendo o conjunto de unidades de produção que não dispõe de um número de contribuinte e/ou de uma contabilidade organizada.

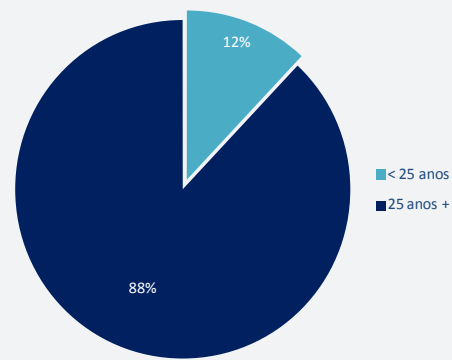
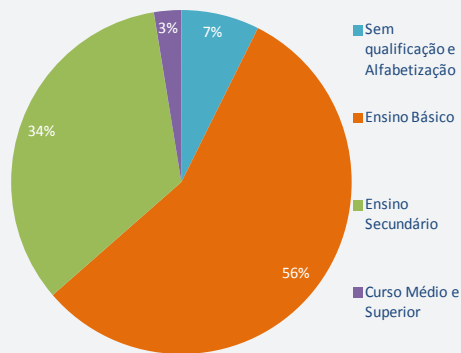
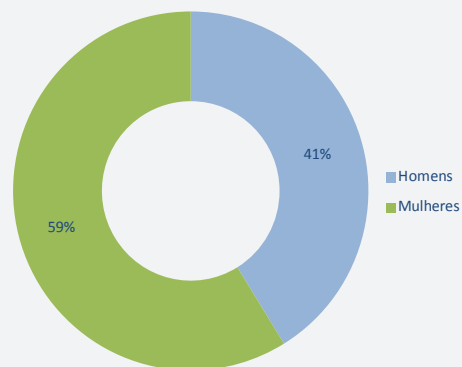
A economia informal tem uma dimensão importante em Cabo Verde.

De acordo com os resultados do inquérito realizado pelo INE, entre finais de junho e primeira quinzena de setembro de 2015, o valor acrescentado bruto das atividades informais, excluindo o sector agrícola, ascende a 12 por cento do PIB do país.

Características da População Cabo-Verdiana Empregada em 2015



Características dos Efetivos da Economia Informal Cabo-Verdiana 2015



Fonte: Instituto Nacional de Estatística. Cálculos do Banco de Cabo Verde.

A economia informal emprega perto de 40.000 pessoas (10,5 por cento da população em idade ativa), dos quais 85 por cento de forma permanente.

As atividades informais (excluindo as do sector agrícola) são exercidas predominantemente no meio urbano, por mulheres, com idade média em torno dos 40 anos e com nível de instrução correspondente ao ensino obrigatório (seis anos).

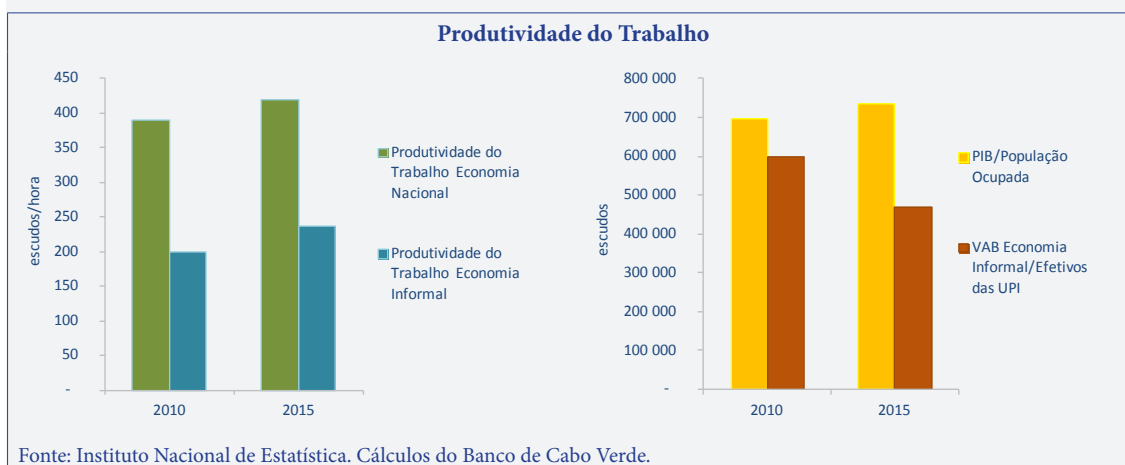
Comparativamente a inícios de 2010, o número de unidades de produção informais (UPI) não agrícolas de Cabo Verde registou um crescimento na ordem dos 38 por cento, que se traduziu num aumento do seu número de efetivos em 27,5 por cento.¹⁴

O crescimento mais célere da economia informal, comparativamente ao da população em idade ativa (13,5 por cento entre 2010 e 2015), sugere que condições macroeconómicas menos favoráveis (que resultaram no crescimento da população no desemprego em cerca de 30 por cento entre 2010 e 2015) estarão a explicar, em boa medida, a expansão da informalidade nos últimos anos em Cabo Verde. Essa inferência é corroborada pelo facto de 40 por cento das UPI terem sido criadas após 2009 e pelo aumento da taxa de autoemprego (de 82,9 para 86,5 por cento), não assalariado (de 3,2 para 6,8 por cento), na economia informal.

A distribuição das UPI por sector de atividades sugere uma importante alteração nas características do informalidade em Cabo Verde. Se, até inícios de 2010, o comércio era a atividade dominante da economia informal, em 2015 há uma distribuição mais uniforme das UPI entre os ramos da indústria (36,6 por cento), do comércio (34,9 por cento) e de outros serviços (28,5 por cento).

A indústria agroalimentar e os outros serviços foram as atividades que cresceram mais rapidamente entre 2010 e 2015, contribuindo, respetivamente, em 22 e 19 pontos percentuais para o crescimento de 38 por cento registado no número das UPI.¹⁵

O efetivo da economia informal trabalha em média 38,6 horas semanais (de acordo com o INE em termos médios a população empregada em Cabo Verde trabalhava em média 36,7 horas por semana em 2015), sendo que metade auferia menos de 14,2 mil escudos por mês. A produtividade do trabalho é estimada em 236,5 escudos por hora, enquanto a produtividade do capital é de 25,8 escudos/hora.



O investimento médio por UPI nos 12 meses que precederam a realização do inquérito ronda os cem mil escudos. Naquele período, cerca de 70, 67 e 58 por cento das UPI dos ramos da indústria, comércio e outros serviços, respetivamente, investiram principalmente na aquisição de terreno-local profissional, de máquinas e veículos.

¹⁴ Registe-se que, em inícios de 2010, o INE realizou o segundo inquérito para caracterizar a economia informal em Cabo Verde. Em 1997, o Instituto do Emprego e Formação Profissional tinha realizado um estudo similar.

¹⁵ O contributo do comércio para o aumento do número das UPI entre 2015 e 2010 foi menos três pontos percentuais. Não obstante, o valor acrescentado bruto do comércio informal permaneceu muito superior ao dos demais ramos.

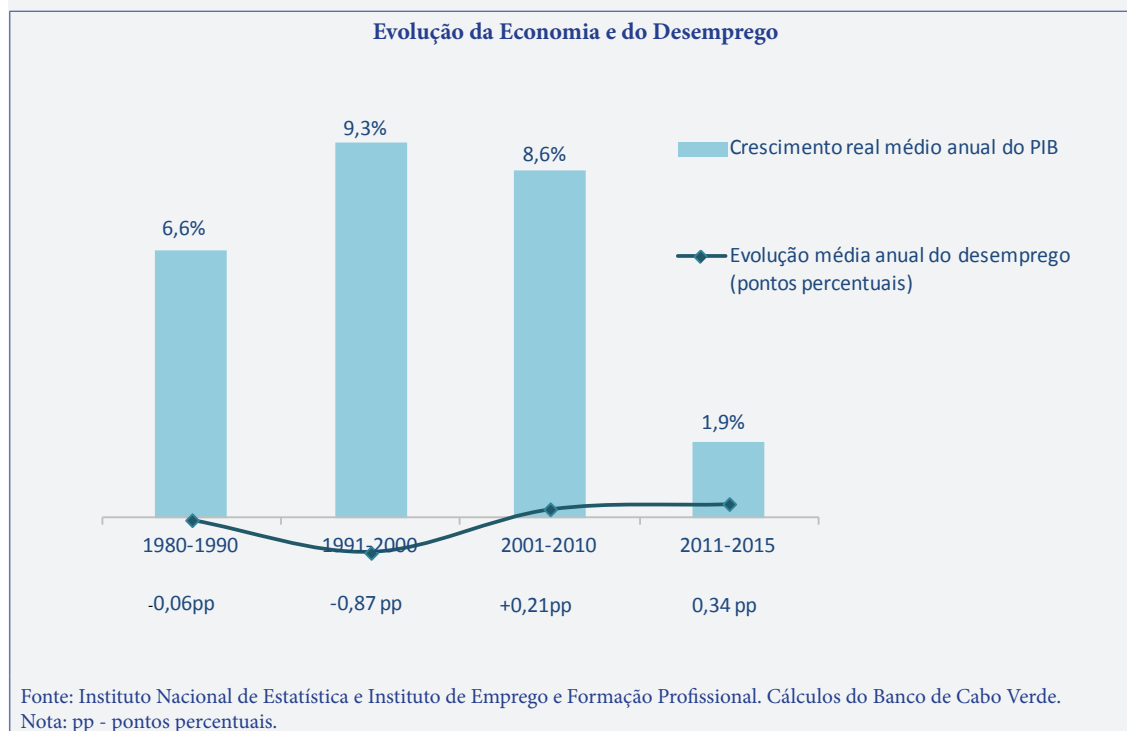
Para investir e para custear gastos operacionais, 1.594 UPI (num total de 33.228) recorreram a empréstimos, sobretudo junto a familiares, no último ano à data da realização do inquérito.¹⁶ Cerca de 65 por cento dos empréstimos contratados pelas UPI seriam utilizados na compra de matérias-primas ou de mercadorias, quatro por cento na compra de equipamentos e 31 por cento no pagamento de salários e reembolso de dívidas contratadas anteriormente.

A dimensão da economia informal cabo-verdiana, embora importante, é consideravelmente mais baixa que a média dos países em desenvolvimento e em particular da África Subsariana.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima, num *paper* publicado em 2009, que o emprego informal representa cerca de 65 por cento do emprego não agrícola nos países em desenvolvimento (51 por cento na América Latina, 48 por cento na África do Norte e 72 por cento na África Subsariana). Considerando o sector agrícola, estima-se que em África pelo menos nove em cada dez trabalhadores rurais e urbanos tenham empregos informais. A OIT realça o défice de governação e a fraqueza institucional como fatores explicativos da alta incidência da informalidade na África Subsariana.¹⁷

Da análise de dados históricos disponíveis para Cabo Verde, infere-se que a informalidade da economia terá também subjacente uma componente estrutural relacionada, em boa medida, a questões de governança político-económica.

Com efeito, a adoção de medidas de liberalização da economia na década de 90 despoletou uma transição importante de efetivos da economia formal (da administração pública e do sector empresarial do Estado, em particular) para a economia informal. O *boom* verificado no comércio internacional informal indicia que medidas adotadas no quadro da alteração do modelo de desenvolvimento económico não terão sido acompanhadas por medidas complementares adequadas de regulação da economia ou que a capacidade de *enforcement* não terá sido suficientemente forte.



¹⁶ O capital das UPI provém essencialmente de poupança, donativos e herança (90,3 por cento). Menos de cinco por cento provém de empréstimos, sendo 80 por cento contraído junto a familiares.

¹⁷ De acordo com a 103ª Conferência Internacional do Trabalho, realizada em 2014, o emprego não agrícola na economia informal representa 66 por cento do emprego total na África Subsariana.

As reformas estruturais implementadas sequencialmente, igualmente, não terão sido direcionadas para estimular a criação expressiva do emprego formal e para a contínua qualificação do capital humano, possivelmente influenciado pelo pensamento económico dominante até finais do século XX de que o crescimento económico por si só geraria postos de trabalho na economia formal, suficientes para absorver a população ativa.

A aversão ao risco, o excesso de burocracia, bem como a elevada fiscalidade e parafiscalidade constituem também fatores que poderão explicar a dimensão do informalismo económico em Cabo Verde.

A atividade informal coadjuva parte importante da economia formal. O receio da perda de um rendimento estável auferido num emprego formal na administração pública ou nas grandes empresas não incentiva a formalização do empreendedorismo e limita a densificação do tecido empresarial do país.

Se por um lado deve ser reconhecida à economia informal o mérito de prover meios de subsistência (ainda que baixos e irregulares), consumo e educação a uma camada importante da população, possibilitando alguma mitigação da exclusão social e da insegurança, não serão menosprezáveis as implicações negativas da informalidade.

O défice de capacidade de organização e de investimento dos agentes da economia informal, bem como a dimensão insuficiente das unidades produtivas informais, traduzem-se numa baixa produtividade e num fraco potencial para gerar crescimento económico.

Os trabalhadores e as unidades produtivas da economia informal são predominantemente pobres, com défice de acesso a bens e serviços, à informação, aos mercados, ao financiamento, à formação e à tecnologia, e têm dificuldade em recorrer ao sistema judicial para fazer valer os seus contratos. Assim sendo, a economia informal, quando detém um peso significativo, constitui uma das principais características de um sistema económico dual.

O défice de trabalho digno é mais marcado na economia informal. Os trabalhadores da economia informal e as UPI não são reconhecidos nem declarados. Além de não beneficiarem da proteção social, não beneficiam da proteção conferida pela legislação laboral, pelo que se sentem impossibilitados de os exercer ou de os defender. Por sua vez, não estando geralmente organizados, raras vezes são representados coletivamente junto dos empregadores ou das autoridades públicas.

Por limitar a base tributária, reduz o potencial de atuação do Estado para a promoção da eficiência e da equidade. As empresas não declaradas e não regulamentadas, por não cumprirem as suas obrigações fiscais, nem as suas obrigações sociais em relação aos seus trabalhadores, fazem concorrência desleal às empresas formalmente constituídas.

Não obstante, a economia informal pode constituir um bom potencial empresarial e uma fonte de empreendedorismo. Muitos dos seus agentes têm um sentido apurado do negócio, espírito criativo, dinamismo e capacidade de inovação. Assim sendo, é de todo desejável a implementação de medidas e estratégias eficazes que incentivem a transição suave, mas permanente, da informalidade para a formalidade.

Capítulo 5. Inflação

Em 2015, os preços no consumidor evoluíram favoravelmente, numa conjuntura de abrandamento do crescimento económico e de contínua queda dos preços internacionais das matérias-primas.

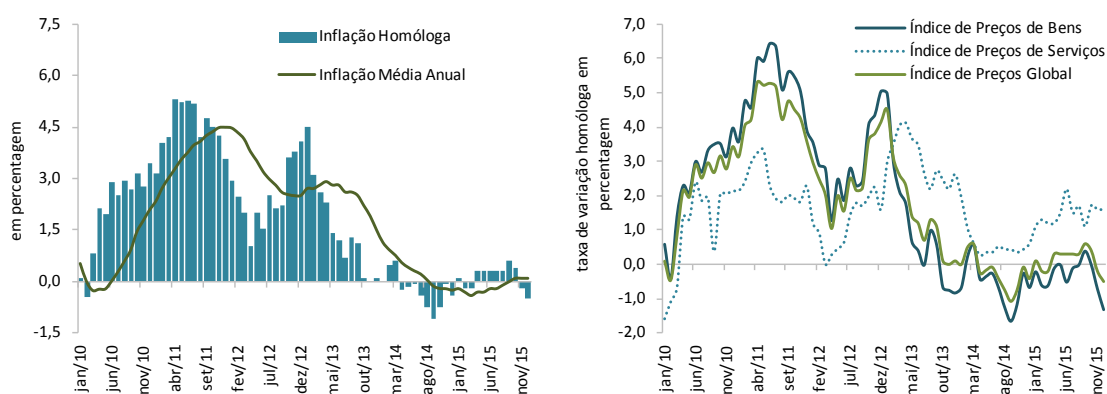
Após ter atingido o valor mínimo em março (-0,4 por cento), a inflação média anual registou uma inflexão da sua tendência, tendo-se fixado, em dezembro, em 0,1 por cento. Este comportamento foi determinado por desenvolvimentos a nível interno, nomeadamente pela redução da produção local de frescos, conforme sugere o contributo da classe dos bens alimentares e bebidas não alcoólicas para alguma pressão ascendente dos preços no consumidor.

Os impactos da subida do imposto sobre o valor acrescentado (em 0,5 pontos percentuais, para 15,5 por cento) em todas as classes do índice de preços no consumidor (IPC), para cofinanciar o apoio às vítimas e a reconstrução das infraestruturas destruídas pela erupção do Pico do Fogo, determinaram também a inflexão da tendência da inflação média anual.

No entanto, a queda dos preços internacionais de bens energéticos e a evolução contida dos preços no consumidor e no produtor dos principais fornecedores do país mitigaram parte substancial das pressões ascendentes sobre os preços, determinando uma baixa inflação média anual.

Efetivamente, nos dois últimos anos, em termos médios, os preços internacionais do brent (petróleo de referência para Cabo Verde) reduziram quase dois terços, num contexto de ascensão dos Estados Unidos da América como maior produtor mundial de petróleo, de manutenção de elevados níveis de produção por parte dos membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), bem como de arrefecimento da economia chinesa (com efeitos negativos na procura global).

Figura 15. Evolução da *Headline Inflation* em Cabo Verde



Fonte: Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde e Instituto Nacional de Estatística de Portugal.

Nota: IPC – Índice de Preços no Consumidor.

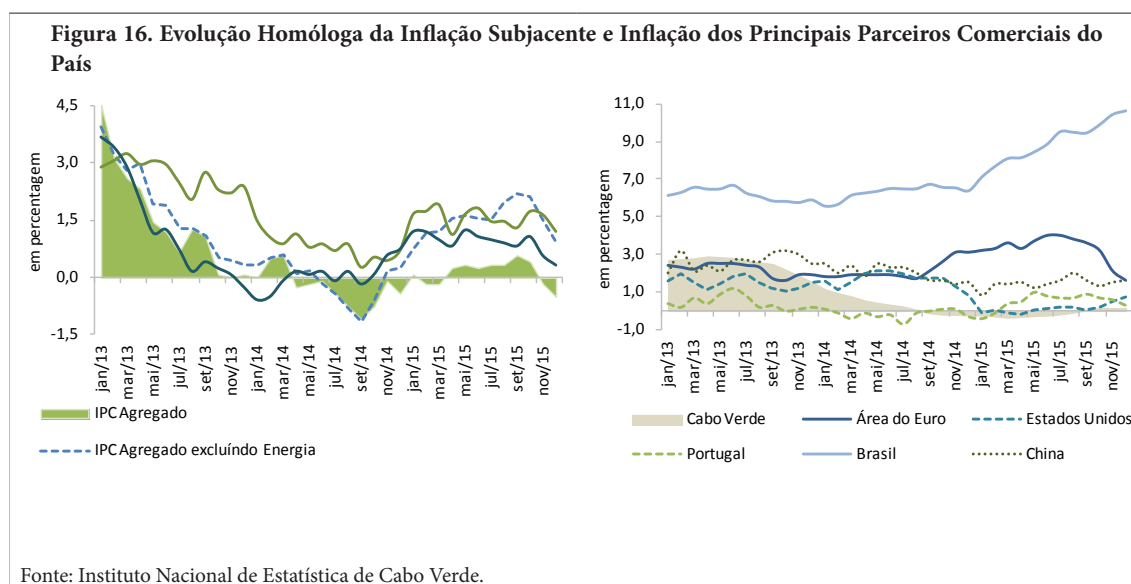
A nível nacional, os efeitos dessa redução, quer diretos (sobre os preços no consumidor dos produtos energéticos) quer indiretos (sobre os custos de produção), resultaram numa deflação na ordem dos seis e três por cento, respetivamente, das classes de rendas de habitação, água, eletricidade e manutenção corrente e dos transportes.

Para além do contexto externo, o dinamismo moderado da procura agregada, numa conjuntura de contenção salarial, contribuiu também para o aumento comedido da inflação global.

Ao longo de 2015, o comportamento da inflação homóloga foi impulsionado, em boa medida, pela evolução dos preços da classe de produtos alimentares e bebidas não alcoólicas e, em menor grau, pelo contributo ascendente da classe dos acessórios, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação. Registe-se que, até setembro, a inflação homóloga seguiu uma tendência crescente, em resultado sobretudo do mau ano agrícola de 2014, que se traduziu numa redução da produção local de frescos. No entanto, a tendência da inflação homóloga infletiu-se a partir de novembro, tendo-se fixado em -0,5 por cento em dezembro, impulsionada pelas expetativas de melhoria da produção agrícola com as chuvas de 2015, pela contínua descida dos preços dos bens energéticos, bem como pela redução dos preços de vestuário e calçado.

A inflação subjacente, medida pelo IPC excluindo produtos energéticos e alimentares não transformados, aumentou 0,3 por cento em termos homólogos e 0,8 por cento em termos médios anuais, em dezembro. O diferencial positivo da *core inflation* face à *headline inflation* indicia que o comportamento dos preços no consumidor tem sido explicado, em larga medida, por fatores externos e internos relacionados às suas componentes mais voláteis, nomeadamente os preços internacionais mais baixos do petróleo e os impactos da produção agrícola nacional sobre os preços dos alimentos, e que a inflação importada continua a ser a principal fonte de pressão descendente dos preços no consumidor.

A evolução contida dos preços no consumidor, para além de beneficiar o poder de compra das famílias, determinou o aumento da competitividade-preço do país, patente no decréscimo do índice de taxa de câmbio efetiva real do país em torno de dois por cento, num contexto de acentuada depreciação do euro em 2015.



Capítulo 6. Contas Externas

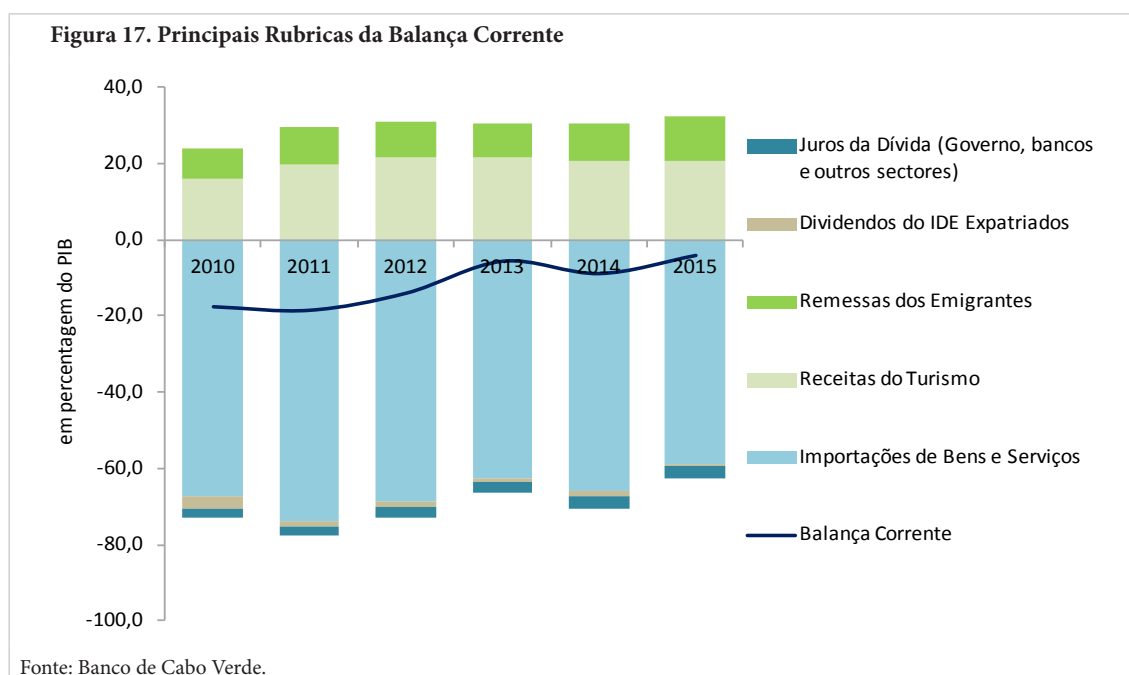
As contas externas registaram um comportamento favorável em 2015, tendo as reservas internacionais líquidas do país atingido o valor máximo histórico de 453,4 milhões de euros, a 31 de dezembro de 2015, em função da redução do défice da balança corrente em cerca de 51 por cento.

A evolução menos desfavorável do desequilíbrio externo do país foi, sobretudo, determinada por fatores conjunturais, nomeadamente pela redução dos preços no produtor e no consumidor nos mercados fornecedores do país (o efeito preço explica em 79 por cento a redução das importações), pelo apoio às vítimas da erupção vulcânica e da seca em 2014 (que contribuiu para o aumento exponencial dos donativos e das remessas dos emigrantes, respetivamente, em 24,9 e 20,1 por cento) e pela dissipação do efeito da expatriação em 2014 de reservas constituídas por vários anos por uma empresa com capital externo.

Com efeito, a melhoria da conta corrente foi determinada pela redução do défice da balança de bens em 4,7 por cento, pelo aumento das transferências unilaterais em 16,5 por cento e pela redução dos dividendos expatriados em 57,3 por cento.

A balança comercial (de bens e serviços) registou uma diminuição do défice em 5,6 por cento em 2015, que compara ao aumento de 8,7 por cento registado no ano anterior, impulsionada em larga medida pelo comportamento da balança de bens.

As importações de bens e serviços diminuíram 8,7 por cento, depois de terem registado um aumento de 6,8 por cento em 2014, em larga medida devido à diminuição das importações de bens de capital e de combustíveis (respetivamente, em 23,6 e 22 por cento), de serviços de comunicação, financeiros e outros serviços empresariais e técnicos (respetivamente, em 67,5, 48,6 e 12,3 por cento) e de serviços de transporte marítimo (em 5,8 por cento).



Quadro 6. Evolução do Comércio Externo de Bens e Serviços

	2013	2014	2015
	em milhões de escudos		
Importações de Bens e Serviços	96.159,6	102.658,8	93.755,0
dos quais:			
Bens de Consumo	22.995,8	23.311,6	23.797,6
Bens de Capital	6.558,0	11.126,8	8.499,1
Combustíveis	12.583,2	9.780,8	7.629,9
Viagens de Negócios	5.016,1	5.317,5	6.616,6
Viagens Pessoais	4.921,2	3.781,0	3.405,5
Serviços de Transporte (incluindo fretes)	7.019,5	7.842,1	7.602,1
Serviços Empresariais e Técnicos Diversos	2.722,0	4.200,2	3.134,4
Exportação de Bens e Serviços	69.833,8	74.285,9	66.964,1
dos quais:			
Pescado	4.835,6	5.675,8	5.635,7
Vestuário	354,8	476,2	539,3
Calçado	419,6	458,3	375,8
Fornecimentos à Navegação Aérea e Marítima	10.312,9	12.945,9	8.868,4
Serviços de Comunicação	2.263,8	4.389,5	2.276,4
Serviços de Turismo	33.325,4	32.124,8	33.184,7
Taxa de Cobertura das Importações pelas Exportações	73%	72%	71%

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Igualmente, as exportações de bens e serviços diminuíram 9,9 por cento, que compara ao crescimento de 6,4 por cento em 2014. A referida diminuição foi determinada sobretudo pela redução dos fornecimentos à navegação aérea e marítima (em 31,5 por cento, em larga medida relacionada ao efeito preço) e das exportações de mercadorias (em 26,2 por cento, refletindo o efeito de base da venda em 2014 de três aviões ATR pela transportadora aérea nacional, num contexto de relativa estabilização das exportações de pescado), bem como devido à queda das exportações de serviços de comunicação (em 48,1 por cento, reflexo, sobretudo, do efeito de base de um aumento extraordinário de receitas de conectividade ocorrido em 2014), de serviços de seguros e outros empresariais (respetivamente, em 44,1 e 13,6 por cento).

Refira-se que as receitas brutas com viagens de turismo cresceram 3,3 por cento, recuperando de uma queda de 3,6 por cento em 2014 e mitigando a queda das exportações de serviços, num contexto de melhoria da atividade económica, ainda que modesta, na Área do Euro, de controlo da propagação do Ébola na África Ocidental, de dissipação do efeito de desvio da procura turística para assistir à copa do mundo de futebol no Brasil, de aumento da insegurança em destinos concorrentes de Cabo Verde (nomeadamente, Norte de África), bem como de algum aumento do *marketing* para atrair a procura turística, com a entrada em funcionamento do maior resort turístico do país em outubro de 2014.

Por sua vez, uma análise às exportações de mercadorias por destino evidencia a manutenção da predominância das exportações para a Área do Euro, que representaram 85,3 por cento do mercado de exportação em 2015. Não obstante, as exportações de mercadorias para a Área do Euro diminuíram 1,3 por cento, em consequência da contração das exportações para Portugal em 5,1 por cento e do abrandamento do ritmo de crescimento das exportações para Espanha em 7,2 pontos percentuais. Realce-se a ligeira tendência de diminuição da concentração geográfica das exportações nacionais, a favor de outros destinos como por exemplo os Estados Unidos da América.

A balança de rendimentos registou, por sua vez, um défice de 3,6 por cento do PIB (4,9 por

cento em 2014), explicado sobretudo pela dissipação do efeito do aumento significativo de rendimentos distribuídos aos investidores externos em 2014 e, em menor medida, pela redução dos juros pagos ao exterior (bancos e sector privado).

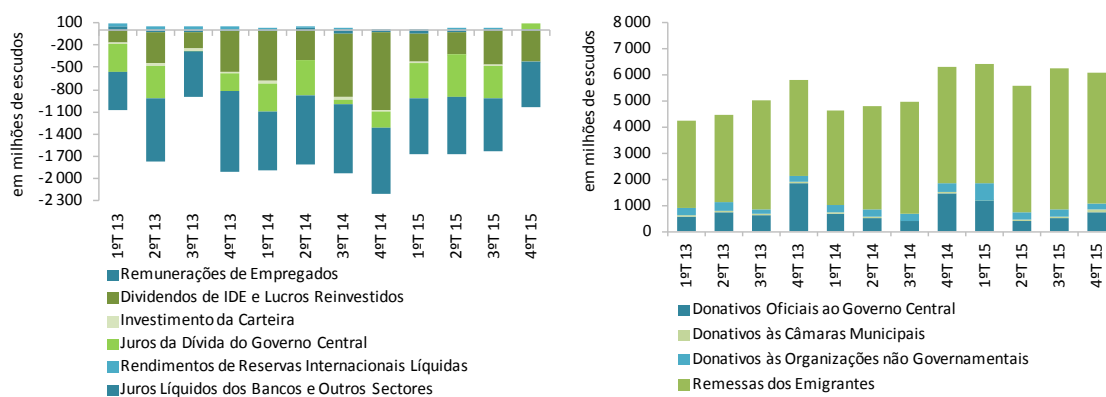
Igualmente, a balança de transferências evoluiu favoravelmente, devido tanto ao aumento dos donativos como ao crescimento das remessas dos emigrantes.

Os donativos ao Estado de Cabo Verde aumentaram 24,9 por cento em 2015, não obstante a redução da ajuda orçamental, impulsionados em larga medida pelo apoio à recuperação de infraestruturas destruídas pela erupção vulcânica e às famílias desalojadas de Chã das Caldeiras. O apoio às vítimas da erupção vulcânica, a par do apoio às vítimas da seca de 2014, terá contribuído também para acelerar o crescimento das remessas dos emigrantes (20,1 por cento, que compara a 12,4 por cento em 2014), num contexto de melhoria da situação económica e financeira e das condições do mercado de trabalho nos países de acolhimento.

A contração do défice corrente refletiu-se na diminuição das necessidades de financiamento da economia e, consequentemente, na redução dos influxos financeiros.

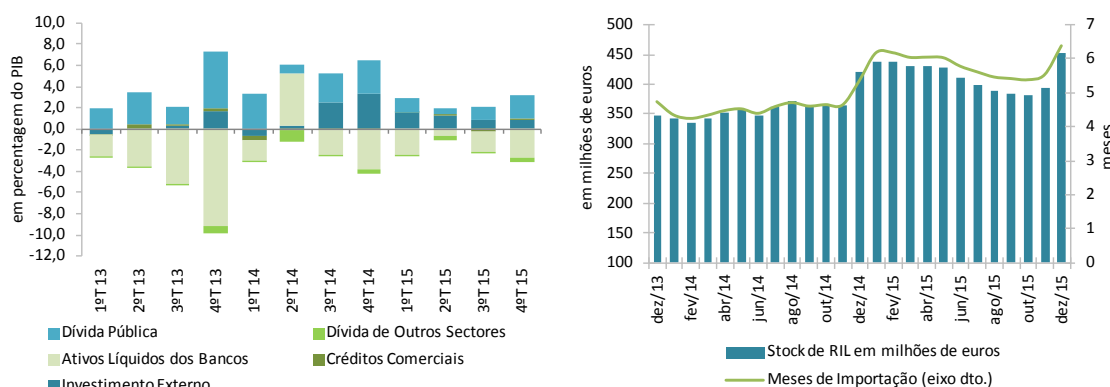
A balança financeira, que constitui o canal através do qual se processa o financiamento externo da economia, registou em 2015 uma entrada líquida de fundos na ordem de 3,6 por cento do PIB, que compara a 6,9 por cento em 2014. A contração do excedente da balança financeira em 47,8 por cento foi sobretudo determinada pela redução dos desembolsos líquidos da dívida externa pública (em 45,6 por cento) e do investimento direto estrangeiro (em 13,4 por cento, não obstante os investimentos de emigrantes terem aumentado 20 por cento), bem como pelo aumento das aplicações dos bancos no exterior (em 20,3 milhões de euros).

Figura 18. A Evolução de Rendimentos e Transferências Unilaterais



Fonte: Banco de Cabo Verde.

Figura 19. Evolução das Principais Componentes da Balança Financeira



Fonte: Banco de Cabo Verde.

As necessidades da economia foram financiadas maioritariamente por empréstimos financeiros contratados pelo governo central, não obstante a redução dos desembolsos efetivos, e por investimentos externos, pese embora a redução de 17,5 por cento.

A evolução da balança financeira, aliada a algum impacto da depreciação do euro nas posições externas dos bancos comerciais, no *stock* das reservas internacionais líquidas e na dívida externa denominada em dólar norte-americano, determinou o agravamento da posição de investimento internacional do país na ordem dos 4,5 por cento (4,8 por cento em 2014).

A posição externa líquida negativa do país aumentou de 144 para 148 por cento do PIB. O défice financeiro do país manteve-se, entretanto, concentrado em instrumentos não geradores de dívida e em dívida concessional, tendo os *stocks* de investimento direto estrangeiro e de dívida externa pública concessional representado, respetivamente, 66 e 64 por cento da posição líquida do investimento internacional.

ANEXOS ESTADÍSTICOS

Principais Indicadores Económicos e Financeiros

	Unidades	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Contas Nacionais, Preços e Emprego											
Produto Interno Bruto ¹	a preços do ano anterior; em %	9,5	12,2	6,7	-1,3	1,5	4,0	1,1	0,8	1,9	1,5
Inflação Média Anual	taxa variação em %	4,8	4,4	6,8	1,0	2,1	4,5	2,5	1,5	-0,2	0,1
Inflação Homóloga	taxa variação em %	5,8	4,0	6,7	-0,4	3,4	3,6	4,1	0,1	-0,4	-0,5
Taxa de Desemprego	em %	13,4	15,2	13,0	13,1	10,7	12,2	16,8	16,4	15,8	12,4
Sector Monetário e Financeiro											
Massa Monetária	taxa variação em %	17,7	10,6	7,9	3,3	5,9	3,3	6,3	11,0	7,3	5,9
Ativo Externo Líquido do Sistema	taxa variação em %	14,8	22,8	-6,3	-1,6	3,4	-27,6	23,0	38,1	21,8	13,4
Crédito Interno Líquido	taxa variação em %	17,1	0,7	19,1	10,0	7,2	11,7	4,6	3,7	2,4	2,2
Crédito à Economia ²	em % do PIB	41,2	42,5	49,5	54,9	59,8	62,4	61,6	61,5	60,3	60,8
Dep. do Sector Privado Não Financeiro Total ³	em % do PIB	69,8	68,8	67,3	68,7	71,7	66,6	73,5	79,3	84,8	88,5
Depósitos de Emigrantes a Prazo e de Poupança	em % do PIB	25,1	23,3	21,8	23,2	24,3	25,0	26,8	28,4	30,0	31,2
Taxas de Câmbio											
Índice de Taxa de Câmbio Efetiva Nominal	valores médios	103,5	104,3	105,4	105,1	104,5	105,0	104,1	104,5	104,4	102,5
Índice de Taxa de Câmbio Efetiva Real	valores médios	106,2	109,4	114,1	114,7	114,5	116,9	115,8	114,0	112,9	110,9
Taxa de Câmbio USD/CVE	valores médios	87,9	80,6	75,3	79,4	83,3	79,3	85,8	83,1	83,1	99,4
Sector Externo											
Balança Corrente + Balança de Capital	em % do PIB	-5,2	-11,2	-12,2	-11,9	-11,1	-15,5	-13,3	-5,4	-8,5	-3,1
Balança Corrente	em % do PIB	-6,6	-12,9	-13,7	-14,6	-13,5	-16,2	-14,0	-5,8	-9,0	-4,3
Remessas de Emigrantes	em % do PIB	10,6	8,8	8,2	7,5	7,5	9,1	9,6	9,0	9,9	11,7
Receitas Brutas de Turismo	em % do PIB	16,1	19,3	18,9	15,5	16,1	20,0	21,5	21,7	20,5	20,8
Investimento Direto Estrangeiro em Cabo Verde	em % do PIB	10,8	12,6	11,6	7,3	7,0	5,5	6,7	3,0	6,7	5,7
Reservas/Importações	meses	3,6	4,1	4,0	4,2	4,2	3,2	3,8	4,8	5,4	6,4
Finanças Públicas											
Saldo Global	em % do PIB	-3,2	1,2	-1,6	-5,8	-10,5	-7,7	-10,3	-9,3	-7,5	-4,1
Saldo Primário	em % do PIB	-1,4	2,7	-0,2	-4,5	-9,0	-6,1	-8,4	-7,2	-5,3	-1,5
Stock da Dívida Externa	em % do PIB	43,7	39,9	38,5	42,8	50,8	56,9	68,1	78,3	87,9	94,4
Stock da Dívida Interna ⁴	em % do PIB	26,6	22,6	18,6	20,0	21,4	22,6	23,2	24,4	26,8	29,0

Fontes: Instituto Nacional de Estatística; Banco de Cabo Verde; Ministério das Finanças.

Notas: 1 Os valores do PIB para 2014 e 2015 são estimativas de Contas Nacionais Trimestrais do Instituto Nacional de Estatística.

2 Não inclui dívida titulada das Sociedades Não Financeiras.

3 Inclui todos os depósitos de sociedades não financeiras e particulares, incluindo emigrantes de todas as maturidades.

4 Exclui os Títulos Consolidados de Mobilização Financeira (TCMF).

n.d.-Não disponível.

Produto Interno Bruto - Ótica da Procura

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
valores a preços correntes, em milhões de escudos							
Consumo Final	98 067	104 603	111 547	112 865	120 265	123 619	127 167
Consumo Privado	76 770	81 864	86 839	87 328	92 864	97 656	100 330
Consumo Público	21 296	22 739	24 708	25 536	27 401	25 963	26 837
Investimento	60 730	65 376	59 501	66 024	70 277	55 921	48 622
Formação Bruta de Capital Fixo	53 944	57 285	52 337	62 625	69 128	52 844	46 337
Variação de Existências	6 787	8 091	7 164	3 399	1 149	3 076	2 285
Procura Interna	158 797	169 979	171 048	178 889	190 542	179 540	175 789
Exportações de Bens e Serviços	43 932	49 698	42 228	45 271	52 541	60 790	62 246
Procura Global	202 729	219 677	213 276	224 160	243 084	240 330	238 035
Importações de Bens e Serviços	80 755	84 979	77 396	85 591	95 159	89 978	84 312
PIB	121 974	134 698	135 879	138 569	147 924	150 351	153 723
		2008	2009	2010	2011	2012	2013
taxa de variação real, em percentagem							
Consumo Final		2,1	6,3	-0,5	3,0	1,2	1,8
Consumo Privado		1,6	6,1	-1,2	2,2	3,3	1,8
Consumo Público		3,8	7,3	2,0	6,0	-5,9	1,9
Investimento		3,8	-9,0	10,2	1,7	-20,5	-12,8
Formação Bruta de Capital Fixo		2,5	-8,5	19,0	5,6	-23,5	-12,0
Variação de Existências		14,5	-12,7	-53,9	-69,0	162,2	-25,3
Procura Interna		2,8	0,4	3,2	2,6	-6,8	-2,7
Contributo Procura Interna para PIB (a)		3,6	0,5	4,0	3,3	-8,7	-3,2
Exportações de Bens e Serviços		7,9	-16,8	6,9	10,9	13,5	0,6
Procura Global		3,9	-3,5	3,9	4,2	-2,4	-1,9
Importações de Bens e Serviços		-0,3	-7,0	8,3	4,7	-7,8	-6,4
Contributo Procura Externa Líquida para PIB (a)		3,1	-1,8	-2,6	0,7	9,8	4,0
PIB		6,7	-1,3	1,5	4,0	1,1	0,8

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

Notas: (a) Contributo para a taxa de variação do PIB em pontos percentuais.

Produto Interno Bruto - Ótica da Oferta

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
valores a preços correntes, em milhões de escudos							
Agricultura, Produção Animal e Floresta	9 386	9 655	10 043	9 705	10 597	11 660	11 393
Pesca	1 003	786	1 261	1 367	1 005	1 040	1 334
Indústria e Energia	7 242	8 858	9 588	10 175	10 823	12 364	13 510
Construção	13 376	16 409	16 584	14 973	15 455	13 203	13 415
Comércio	15 389	15 540	16 833	17 610	19 003	18 785	17 278
Alojamento e Restauração	4 255	4 712	4 653	4 793	5 896	8 651	9 065
Transportes e Comunicações	19 929	22 083	20 917	21 035	20 283	19 630	20 794
Atividades Financeiras e de Seguro	4 844	6 016	5 316	5 119	5 077	5 237	5 377
Outros Serviços Mercantis	13 897	15 418	15 566	16 602	17 289	18 659	18 747
Serviços não Mercantis	16 041	16 742	18 497	19 592	22 097	22 501	23 783
Total VAB	105 362	116 219	119 258	120 970	127 525	131 730	134 697
Impostos e Taxas Líquidos de Subsídios	16 612	18 479	16 621	17 598	20 399	18 621	19 026
PIB	121 974	134 698	135 879	138 569	147 924	150 351	153 723
taxa de variação real, em percentagem							
Agricultura, Produção Animal e Floresta	36,2	3,4	8,2	-4,8	9,5	7,4	-3,2
Pesca	-17,0	-21,8	38,9	5,8	-31,9	30,9	20,7
Indústria e Energia	8,5	17,1	-1,1	9,5	2,2	12,5	4,7
Construção	12,2	19,1	-7,7	-11,0	0,6	-13,0	0,5
Comércio	17,1	-3,7	5,9	2,4	2,2	-2,1	-8,0
Alojamento e Restauração	37,4	5,9	-4,5	-4,3	20,7	34,4	3,7
Transportes e Comunicações	6,2	6,7	-4,0	6,6	-7,4	3,7	3,0
Atividades Financeiras e de Seguro	31,5	21,9	-11,4	-2,8	-2,2	0,4	0,5
Outros Serviços Mercantis	10,3	6,0	-1,5	2,9	4,1	4,1	0,4
Serviços não Mercantis	-6,4	1,8	8,6	4,4	12,5	1,1	4,3
Total VAB	10,8	6,7	0,1	1,2	3,0	3,0	0,7
Impostos e Taxas Líquidos de Subsídios	22,1	6,2	-9,8	3,7	10,6	-10,8	1,3
PIB	12,2	6,7	-1,3	1,5	4,0	1,1	0,8

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

Estimativa das Contas Nacionais Trimestrais - Ótica da Oferta

Produto Interno Bruto a preços correntes

Ano Base= 2007, em milhões de escudos

Ramos de Atividade	2014			2015			2014				2015			
							1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim
Ramos de Atividade														
Agricultura	10 137		10 760	3 227	3 116	1 665	2 129				2 841	2 986	2 038	2 894
Pesca	1 646		1 832	364	405	461	416				346	448	530	509
Indústrias Extrativas	655		660	183	178	161	133				176	164	163	157
Indústrias Transformadoras	8 269		8 225	1 879	2 097	2 183	2 110				2 081	2 039	2 120	1 986
Eletricidade e Água	4 082		4 194	926	1 001	1 026	1 129				999	939	1 159	1 097
Construção	14 779		13 461	3 689	3 833	3 951	3 306				3 645	3 381	3 314	3 121
Comércio	18 020		17 387	4 467	4 169	4 491	4 893				4 155	4 223	4 365	4 643
Transportes	15 018		15 844	3 449	3 640	3 958	3 971				3 780	3 963	4 056	4 045
Alojamento e Restauração	8 861		9 896	2 435	2 165	1 799	2 462				2 783	2 380	2 108	2 624
Telecomunicações e Correios	6 281		5 866	1 554	1 501	1 565	1 661				1 553	1 430	1 464	1 420
Serviços Financeiros	5 522		5 747	1 378	1 373	1 373	1 398				1 443	1 417	1 445	1 443
Imobiliária e Outros Serviços	16 340		16 585	4 071	4 150	3 942	4 177				4 135	4 164	4 003	4 284
Serviços às Empresas	3 992		4 322	948	1 053	961	1 030				909	1 084	1 104	1 226
Administração Pública	24 207		24 747	5 912	6 339	5 651	6 306				5 932	6 410	5 810	6 595
Valor Acrescentado Bruto	137 808		139 528	34 481	35 021	33 186	35 119				34 777	35 028	33 678	36 045
Impostos Líquidos de Subsídios	18 571		19 875	4 413	4 496	4 542	5 120				4 663	4 983	4 604	5 626
Produto Interno Bruto	156 378		159 404	38 895	39 517	37 728	40 239				39 440	40 011	38 282	41 670

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

Estimativa das Contas Nacionais Trimestrais - Ótica da Oferta

Produto Interno Bruto a preços encadeados

Ano Base= 2007, em milhões de escudos

2014		2015	2014				2015			
Ramos de Atividade			1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim
Agricultura	10 521	10 815	3 276	3 355	1 751	2 139	2 911	3 119	2 000	2 785
Pesca	1 524	1 669	316	370	436	402	316	402	481	470
Indústrias Extrativas	437	422	109	114	116	98	112	105	104	101
Indústrias Transformadoras	6 942	6 787	1 584	1 763	1 832	1 763	1 722	1 683	1 749	1 633
Eleticidade e Água	2 894	3 130	665	712	726	791	690	715	881	844
Construção	12 435	11 781	3 077	3 242	3 324	2 792	3 154	2 937	2 902	2 788
Comércio	15 454	15 070	3 785	3 616	3 870	4 184	3 556	3 607	3 807	4 100
Transportes	13 460	13 742	3 137	3 309	3 454	3 561	3 401	3 431	3 410	3 500
Alojamento e Restauração	6 794	7 506	1 886	1 662	1 369	1 877	2 108	1 813	1 604	1 980
Telecomunicações e Correios	8 987	8 532	2 207	2 140	2 243	2 397	2 248	2 079	2 134	2 072
Serviços Financeiros	5 240	5 442	1 296	1 295	1 310	1 340	1 366	1 342	1 369	1 365
Imobiliária e Outros Serviços	13 818	14 031	3 446	3 529	3 332	3 512	3 485	3 535	3 386	3 626
Serviços às Empresas	3 769	4 008	898	996	905	970	848	1 004	1 022	1 135
Administração Pública	22 384	22 689	5 461	5 849	5 233	5 840	5 449	5 880	5 325	6 035
Valor Acrescentado Bruto	124 679	125 849	31 103	31 911	29 955	31 710	31 392	31 635	30 290	32 532
Impostos Líquidos de Subsídios	16 044	16 892	3 813	3 884	3 924	4 423	3 965	4 226	3 936	4 764
Produto Interno Bruto	140 608	142 653	34 880	35 758	33 854	36 116	35 325	35 838	34 201	37 289

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

Estimativa das Contas Nacionais Trimestrais - Ótica da Oferta

Produto Interno Bruto a preços encadeados

Ano Base= 2007, taxa de variação homóloga em percentagem

	2014						2015			
	2014	2015	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim
Ramos de Atividade										
Agricultura	-7,5	2,8	-15,3	-3,4	2,9	-8,2	-11,1	-7,0	14,2	30,2
Pesca	23,0	9,5	16,4	18,4	28,9	26,9	0,0	8,6	10,3	16,9
Indústrias Extrativas	7,0	-3,4	18,3	-2,0	-1,5	19,2	3,1	-7,5	-10,3	2,4
Indústrias Transformadoras	-8,0	-2,2	0,8	-7,7	-5,1	-17,2	8,7	-4,5	-4,6	-7,4
Eletricidade e Água	1,1	8,2	-2,3	1,3	1,3	3,7	3,9	0,5	21,3	6,6
Construção	7,9	-5,3	15,6	-0,8	0,9	21,3	2,5	-9,4	-12,7	-0,1
Comércio	4,5	-2,5	0,6	2,5	3,1	11,9	-6,1	-0,2	-1,6	-2,0
Transportes	4,1	2,1	19,5	-2,5	2,9	0,1	8,4	3,7	-1,3	-1,7
Alojamento e Restauração	-1,9	10,5	9,8	6,3	-20,1	-2,8	11,8	9,1	17,2	5,5
Telecomunicações e Correios	2,7	-5,1	5,7	11,3	-2,9	-1,1	1,9	-2,9	-4,9	-13,6
Serviços Financeiros	4,6	3,9	6,1	5,7	4,0	2,8	5,4	3,6	4,5	1,9
Imobiliária e Outros Serviços	1,7	1,5	4,1	0,9	0,1	2,0	1,1	0,2	1,6	3,3
Serviços às Empresas	15,2	6,3	27,6	10,8	22,5	4,1	-5,5	0,8	12,9	16,9
Administração Pública	4,6	1,4	6,9	6,2	3,3	2,0	-0,2	0,5	1,7	3,3
Valor Acrescentado Bruto	2,5	0,9	5,0	1,8	0,8	2,4	0,9	-0,9	1,1	2,6
Impostos Líquidos de Subsídios	-2,6	5,3	1,4	-2,8	-9,3	0,7	4,0	8,8	0,3	7,7
Produto Interno Bruto	1,9	1,5	4,6	1,2	-0,5	2,2	1,3	0,2	1,0	3,2

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

Importações Cabo-Verdianas de Bens por Zona Económica e Países de Destino

	2014	2015	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	Estrutura das Importações - pesos em %		em milhões de escudos									
Área do Euro	82,9	77,6	40 664,2	50 754,4	52 879,9	47 302,3	54 112,8	65 529,7	53 147,6	49 884,4	50 366,2	46 625,5
CEDEAO	1,2	1,8	595,6	832,8	919,3	1 214,0	1 148,1	1 308,7	928,5	887,1	758,6	1 088,9
Alemanha	0,8	1,0	545,6	853,9	975,2	1 280,7	276,1	391,9	679,4	820,2	496,4	607,2
Brasil	3,4	3,8	3 024,7	3 743,3	3 528,7	2 508,1	2 300,0	2 056,1	2 646,7	2 158,5	2 082,9	2 274,6
Costa do Marfim	0,1	0,2	127,8	260,1	252,0	180,0	143,8	38,0	239,2	34,2	38,9	99,5
Espanha	8,0	7,1	2 668,3	2 666,5	4 533,3	5 531,3	6 577,5	7 421,8	4 701,3	4 737,8	4 857,1	4 283,1
Estados Unidos da América	1,2	1,4	659,9	697,8	539,1	583,1	980,7	713,1	3 483,6	734,6	753,6	870,0
França	1,8	2,2	1 184,1	5 721,7	1 256,1	1 088,4	2 265,2	1 260,2	1 077,5	818,8	1 106,8	1 314,8
Itália	1,5	1,7	2 267,2	2 275,1	1 695,5	1 737,8	1 074,9	3 345,2	1 041,1	892,0	911,1	991,0
Países Baixos	21,2	13,1	7 270,8	9 771,2	10 576,2	9 412,2	10 373,9	14 391,1	9 859,3	12 538,2	12 902,1	7 863,6
Portugal	43,7	46,3	23 878,1	27 059,3	31 369,7	27 170,6	31 795,5	33 606,2	31 672,5	26 340,0	26 538,2	27 791,6
Reino Unido	0,7	0,8	649,5	621,4	559,7	270,4	271,9	287,9	490,4	510,0	453,6	460,1
Senegal	1,1	1,4	312,4	496,4	411,7	690,8	689,6	1 053,2	461,0	762,5	641,0	833,9
Suécia	0,1	0,1	682,0	616,8	270,8	91,8	170,0	48,6	113,1	55,7	54,4	64,6
Outros Países	16,3	21,0	4 294,1	5 336,7	6 355,1	5 674,4	4 910,8	10 527,4	9 233,7	9 683,7	9 896,7	12 601,5
Total	100,0	100,0	47 564,5	60 120,3	62 323,2	56 219,6	61 829,8	75 140,6	65 698,7	60 086,1	60 732,7	60 055,5

Fonte: Direcção Geral das Alfândegas e Instituto Nacional de Estatística.

Importações Cabo-Verdianas de Bens por Grupos e Produtos

	2015	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	Pesos (%)	taxa de variação nominal, em percentagem									
Bens de Consumo	39,6	17,5	8,4	9,2	-5,0	6,4	8,2	-4,9	-1,1	1,4	2,1
Produtos Alimentares Primários	5,4	26,9	18,6	16,2	-20,1	14,6	5,4	1,8	16,1	-10,4	4,2
Produtos Alimentares Transformados	23,3	13,9	11,8	7,8	2,0	2,3	10,6	-5,3	1,7	-3,4	7,5
Material de Transporte	2,0	37,8	9,3	9,0	-30,5	-0,7	11,3	-8,1	-31,8	12,0	15,4
Outros Bens Consumo Duradouros	3,0	16,2	-7,2	9,4	-3,2	30,1	-17,4	2,8	-27,5	42,3	-26,0
Outros Bens Consumo Semi-Duradouros	2,5	22,2	-7,6	27,3	-14,2	-4,0	29,4	-14,8	5,4	25,8	4,4
Outros Bens Consumo não Duradouros	3,4	11,6	4,2	-2,1	5,2	6,0	19,1	-10,8	2,1	0,2	-9,5
Bens Intermédios	23,4	26,3	16,5	25,6	-22,0	13,6	2,1	-15,6	-8,0	13,9	-0,4
Produtos Alimentares Primários	0,8	60,8	16,2	27,1	-48,3	14,0	70,0	-19,3	33,0	-12,9	-26,5
Produtos Alimentares Transformados	0,6	-11,8	8,8	37,5	35,6	-22,7	-9,0	17,7	7,1	5,3	4,6
Produtos Primários não Especificados	0,3	-24,0	215,5	28,2	-8,6	-15,7	-30,1	14,1	-26,0	-1,2	10,1
Produtos Transformados para Agricultura	0,1	43,0	2,0	3,9	30,6	-30,5	24,9	-10,0	25,8	-7,3	10,4
Produtos Transformados para Indústria Alimentar	0,6	39,0	8,0	21,6	1,2	15,0	14,2	0,0	4,7	5,9	9,3
Produtos Transformados para Confeção e Calçado	0,2	-17,1	26,7	-1,3	-21,7	-9,3	55,1	-13,7	-17,1	-5,7	33,1
Produtos Transformados para Indústrias Várias	0,8	-7,0	6,0	30,7	2,4	4,7	19,7	-13,8	11,8	2,7	-10,5
Produtos Transformados para Construção	10,3	34,1	19,4	33,9	-30,4	2,9	6,1	-16,6	-13,6	17,2	-1,7
Cimento	3,1	23,7	14,5	16,4	-17,8	0,3	-0,8	-12,1	-6,1	6,1	-9,1
Ferro	3,9	66,6	24,6	42,5	-43,2	11,6	21,3	-26,5	-15,0	17,5	-4,7
Produtos Transformados para Carpintaria	1,6	10,8	8,6	9,2	-28,3	5,8	15,8	-17,0	-17,6	29,6	-5,2
Material Eléctrico	3,3	29,4	30,7	11,5	-11,0	129,4	-30,2	-28,8	-13,3	39,5	12,6
Produtos Transformados, n.e.	4,2	24,2	-0,7	20,9	-2,4	-3,2	7,0	-6,6	-3,8	5,3	-0,1
Peças e Acessórios para Material de Transporte	0,6	29,9	24,2	-12,1	-15,2	33,8	32,7	-27,8	7,4	-3,5	3,4
Bens de Capital	14,2	27,0	71,5	-31,7	-2,6	12,5	32,7	-3,8	-51,8	69,7	-23,6
Máquinas	9,3	54,4	31,2	-12,7	-1,7	26,1	18,0	-32,9	-22,9	90,5	-33,9
Meios de Transporte	3,8	-7,7	182,7	-49,6	-13,2	-6,2	0,1	154,2	-77,7	35,5	1,1
Motores	1,0	39,7	-48,7	-24,2	127,5	-19,5	466,5	-87,1	32,4	-6,7	47,1
Combustíveis	12,7	23,7	55,4	10,3	-9,2	12,6	95,7	-33,8	34,7	-22,3	-22,0
Diesel Oil	6,6	24,9	67,9	1,0	-9,9	13,9	106,4	-41,6	46,2	-26,7	-25,7
Fuel Oil	3,6	44,1	-0,1	53,3	17,1	-3,9	174,6	-35,2	42,5	-24,6	-18,2
Gasolina	0,9	81,9	43,8	25,6	-54,2	44,4	-5,7	7,2	5,7	4,8	-7,6
Artigos Diversos n.e.	10,1	22,9	10,8	18,4	-3,4	7,5	12,9	-7,0	-5,8	12,6	-5,0
Total Geral	100,0	22,3	25,7	4,1	-9,8	10,0	21,5	-12,6	-8,4	7,5	-7,2

Fonte: Direcção Geral das Alfândegas.
Nota: n.e. - não especificado.

Exportações Cabo-Verdianas de Bens por Zona Económica e Países de Destino

	2015	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	Estrutura das Exportações - Pesos em %	em milhões de escudos									
Área do Euro	81,94	1 413,3	1 228,4	1 887,0	2 732,0	3 557,2	5 133,5	4 222,5	4 990,5	5 467,3	5 466,4
CEDEAO	0,31	75,9	1,4	147,3	2,3	20,0	8,3	7,0	6,3	2,3	20,6
Angola	0,05	0,0	0,5	0,0	0,2	1,5	0,1	4,3	8,0	13,8	3,2
Alemanha	0,31	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	9,0	1,5	20,5
Guiné Bissau	0,00	75,9	1,4	2,5	1,3	20,0	8,2	4,7	0,8	0,8	0,0
Países Baixos	0,32	10,5	3,7	11,8	13,5	10,4	8,4	7,5	12,0	11,3	21,3
Portugal	14,07	905,9	901,7	979,3	928,2	839,6	977,2	729,0	924,0	991,0	938,4
França	0,02	0,2	0,4	0,3	80,2	21,8	337,4	2,3	196,0	175,1	1,2
Espanha	67,23	496,8	322,6	895,7	1 710,1	2 685,3	3 810,5	3 483,7	3 849,5	4 288,5	4 485,0
Estados Unidos da América	1,83	25,0	21,5	8,6	25,2	59,6	29,7	58,7	60,1	60,2	121,9
El Salvador	2,53	116,9	60,4	0,0	0,0	0,0	190,7	221,6	193,1	240,4	169,0
Marrocos	3,16	161,4	113,0	65,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	39,3	210,6
Japão	0,00	9,3	114,3	10,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros Países	10,49	17,1	7,5	434,8	2,1	59,0	74,2	53,9	461,6	525,6	700,0
Total	100,0	1 819,0	1 547,1	2 409,2	2 760,9	3 697,4	5 436,4	4 565,7	5 714,0	6 347,2	6 671,2

Fonte: Direcção Geral das Alfândegas e Instituto Nacional de Estatística.

Exportações Cabo-Verdianas de Bens por Grupos e Produtos

	2015	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	Pesos em %	taxa de variação nominal, em percentagem									
Produtos Tradicionais	84,6	40,1	-36,5	151,9	30,5	52,7	58,0	-14,2	26,0	17,5	-0,8
Produtos do Mar	84,6	40,1	-36,5	151,9	30,5	52,7	58,0	-14,2	26,0	17,4	-0,7
Enlatado	40,4	610,1	-57,8	235,6	1 794,2	65,7	58,2	-18,8	12,9	20,8	-0,3
Congelado	44,0	-66,8	879,4	157,2	-33,1	40,8	55,3	-10,0	41,0	19,7	-0,9
Fresco	0,0	75,1	-99,9	579,9	-97,3	144,2	4 215,6	-29,7	110,5	-95,5	-91,3
Crustáceos	0,2	8,6	-17,1	10,6	0,2	6,1	96,5	30,2	12,3	-82,3	-15,3
Produtos Transformados	13,7	-8,5	16,1	-3,4	-6,3	-5,6	8,3	-29,0	29,3	20,7	-2,1
Calçado	5,6	7,5	42,4	-9,3	-9,4	19,1	3,4	-0,6	11,1	9,2	-18,0
Vestuário	8,1	-14,9	2,8	0,7	-4,4	-20,4	12,7	-52,3	60,4	34,2	13,3
Outros Produtos	1,7	87,0	-51,2	51,2	-25,0	8,8	30,2	13,1	-18,9	1,9	5,3
Total de Exportações	100,0	15,8	-15,0	55,7	14,6	34,0	46,9	-16,0	25,2	17,6	-0,9

Fonte: Direcção Geral das Alfândegas.

Balança de Pagamentos

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013 ^P	2014 ^P	2015 ^E
	em milhões de ecudos									
Balança Corrente	-7 214	-15 787	-18 467	-19 800	-18 722	-23 943	-21 053	-8 898	-14 026	-6 857
Bens	-40 694	-53 243	-57 233	-53 735	-56 822	-67 206	-57 394	-52 364	-51 284	-48 877
Exportações	8 429	6 545	8 640	7 365	11 282	16 759	15 698	16 398	22 144	16 024
Importações	-49 123	-59 788	-65 873	-61 100	-68 104	-83 965	-73 092	-68 762	-73 429	-64 900
Serviços	11 612	15 762	18 404	12 782	16 529	20 449	20 471	26 038	22 911	22 086
Exportações	33 534	39 386	44 659	37 961	41 634	45 749	50 850	53 436	52 142	50 940
Transportes	10 838	10 177	13 138	11 192	14 396	11 349	10 957	11 235	9 526	9 478
Viagens e Turismo	17 495	23 495	25 415	21 002	22 268	29 523	32 251	33 325	32 121	33 182
Importações	-21 922	-23 624	-26 256	-25 179	-25 105	-25 300	-30 379	-27 397	-29 230	-28 855
Rendimentos	-3 515	-2 530	-3 540	-3 442	-6 710	-5 655	-6 438	-5 367	-7 692	-5 732
Rendimentos de Investimento	-3 526	-2 445	-3 427	-3 096	-6 623	-5 572	-6 496	-5 376	-7 625	-5 691
Rendimentos Investimento Directo	-2 083	-2 217	-2 769	-2 054	-4 759	-3 255	-2 774	-1 368	-2 975	-1 539
Juros Dívida Externa Pública	-522	-519	-520	-548	-667	-852	-1 142	-1 438	-1 518	-1 734
Juros Dívida Externa Privada (Bancos e Outros Sectores)	-2 002	-1 159	-1 758	-1 450	-2 083	-2 262	-3 126	-3 077	-3 529	-2 859
Transferências Correntes	25 383	24 224	23 902	24 596	28 281	28 469	22 308	22 795	22 039	25 665
Transferências Oficiais	4 184	5 454	7 839	6 894	8 790	5 535	5 116	4 948	4 664	5 823
Remessas de Emigrantes	11 478	10 769	11 029	10 222	10 325	13 423	14 380	13 779	15 485	18 593

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Nota: P - Provisório; E - Estimativa.

Balança de Pagamentos

	em milhões de escudos									
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013 ^P	2014 ^P	2015 ^E
Balança de Capital e de Operações Financeiras	7 972	15 587	28 933	26 018	29 747	36 732	23 336	9 015	11 507	7 546
Balança de Capital	1 540	2 148	2 084	3 670	3 311	985	1 122	533	659	1 884
Balança Financeira	6 432	13 439	26 849	22 348	26 436	35 747	22 214	8 481	10 848	5 662
Investimento Direto	11 767	15 310	15 617	9 917	9 645	8 087	10 120	4 627	10 519	9 114
Outros Investimentos	-22	4 959	7 465	7 712	14 464	11 452	17 845	11 739	10 175	2 161
Ativos	1 048	-749	2 711	-559	1 108	-5 583	-8 030	-12 500	6 987	-5 432
Passivos	-1 070	5 709	5 643	7 932	13 467	25 142	25 876	24 239	3 187	7 592
Créditos Comerciais	243	431	164	671	213	5 499	840	876	-1 375	372
Dívida Externa Pública	2 266	2 326	3 216	6 302	14 657	14 266	17 751	18 671	15 773	8 573
Dívida Externa Privada (Bancos e Outros Sectores)	-4 452	893	1 150	-1 779	-1 535	-110	2 172	-895	-3 583	-2 009
Moedas e Depósitos	588	1 619	490	-765	1 007	-6 211	-2 489	-5 796	-1 594	-4 614
Ativos Líquidos dos Bancos	1 377	-41	1 795	-28	-283	-515	-217	-960	783	-127
Ativos de Reserva	-5 044	-7 120	-2 254	551	-2 218	3 484	-4 058	-5 604	-7 845	-3 524
Erros e Omissões	-758	200	-4 445	-2 502	-6 937	-65	-2 283	-117	2 519	-689
<i>Por memória</i>										
Balança Corrente + Balança Capital	-5 674	-13 639	-16 383	-16 130	-15 411	-22 958	-19 931	-8 364	-13 367	-4 973

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Nota: P - Provisório; E- Estimativa.

Balança de Pagamentos

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013 ^P	2014 ^P	2015 ^E
	em percentagem do PIB									
Balança Corrente	-6,6	-12,9	-13,7	-14,6	-13,5	-16,2	-14,0	-5,8	-9,0	-4,3
Bens	-37,4	-43,7	-42,5	-39,5	-41,0	-45,4	-38,2	-34,1	-32,8	-30,7
Exportações	7,8	5,4	6,4	5,4	8,1	11,3	10,4	10,7	14,2	10,1
Importações	-45,2	-49,0	-48,9	-45,0	-49,1	-56,7	-48,6	-44,7	-47,0	-40,7
Serviços	10,7	12,9	13,7	9,4	11,9	13,8	13,6	16,9	14,7	13,9
Exportações	30,8	32,3	33,2	27,9	30,0	30,9	33,8	34,8	33,3	32,0
Transportes	10,0	8,3	9,8	8,2	10,4	7,7	7,3	7,3	6,1	5,9
Viagens e Turismo	16,1	19,3	18,9	15,5	16,1	19,9	21,5	21,7	20,5	20,8
Importações	-20,2	-19,4	-19,5	-18,5	-18,1	-17,1	-20,2	-17,8	-18,7	-18,1
Rendimentos	-3,2	-2,1	-2,6	-2,5	-4,8	-3,8	-4,3	-3,5	-4,9	-3,6
Rendimentos de Investimento	-3,2	-2,0	-2,5	-2,3	-4,8	-3,8	-4,3	-3,5	-4,9	-3,6
Rendimentos de Investimento Direto	-1,9	-1,8	-2,1	-1,5	-3,4	-2,2	-1,8	-0,9	-1,9	-1,0
Juros Dívida Externa Pública	-0,5	-0,4	-0,4	-0,4	-0,5	-0,6	-0,8	-0,9	-1,0	-1,1
Juros Dívida Externa Privada (Bancos e Outros Sectores)	-1,8	-1,0	-1,3	-1,1	-1,5	-1,5	-2,1	-2,0	-2,3	-1,8
Transferências Correntes	23,3	19,9	17,7	18,1	20,4	19,2	14,8	14,8	14,1	16,1
Transferências Oficiais	3,8	4,5	5,8	5,1	6,3	3,7	3,4	3,2	3,0	3,7
Remessas de Emigrantes	10,6	8,8	8,2	7,5	7,5	9,1	9,6	9,0	9,9	11,7

Fonte: Banco de Cabo Verde e Instituto Nacional de Estatística.

Nota: Para o cálculo foram utilizadas as contas nacionais anuais definitivas até 2013 e as contas nacionais anuais provisórias para 2014 e 2015. P - Provisório; E- Estimativa.

Balança de Pagamentos

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013 ^P	2014 ^P	2015 ^E
	em percentagem do PIB									
Balança de Capital e de Operações Financeiras	7,3	12,8	21,5	19,1	21,5	24,8	15,5	5,9	7,4	4,7
Balança de Capital	1,4	1,8	1,5	2,7	2,4	0,7	0,7	0,3	0,4	1,2
Balança Financeira	5,9	11,0	19,9	16,4	19,1	24,1	14,8	5,5	6,9	3,6
Investimento Direto	10,8	12,6	11,6	7,3	7,0	5,5	6,7	3,0	6,7	5,7
Outros Investimentos	0,0	4,1	5,5	5,7	10,4	7,7	11,9	7,6	6,5	1,4
Créditos Comerciais	0,2	0,4	0,1	0,5	0,2	3,7	0,6	0,6	-0,9	0,2
Dívida Externa Pública	2,1	1,9	2,4	4,6	10,6	9,6	11,8	12,1	10,1	5,4
Dívida Externa Privada (Bancos e Outros Sectores)	-4,1	0,7	0,9	-1,3	-1,1	-0,1	1,4	-0,6	-2,3	-1,3
Moedas e Depósitos	0,5	1,3	0,4	-0,6	0,7	-4,2	-1,7	-3,8	-1,0	-2,9
Ativos Líquidos dos Bancos	1,3	0,0	1,3	0,0	-0,2	-0,3	-0,1	-0,6	0,5	-0,1
Ativos de Reserva	-4,6	-5,8	-1,7	0,4	-1,6	2,4	-2,7	-3,6	-5,0	-2,2
Erros e Omissões	-0,7	0,2	-3,3	-1,8	-5,0	0,0	-1,5	-0,1	1,6	-0,4
<i>Por memória</i>										
Balança Corrente + Balança Capital	-5,2	-11,2	-12,2	-11,9	-11,1	-15,5	-13,3	-5,4	-8,5	-3,1

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Nota: Para o cálculo foram utilizadas as contas nacionais anuais definitivas até 2013 e as contas nacionais anuais provisórias para 2014 e 2015. P - Provisório; E- Estimativa.

Posição de Investimento Internacional Líquida

	2006	2007	2008 ^p	2009 ^p	2010 ^p	2011 ^p	2012 ^p	2013 ^p	2014 ^p	2015 ^p
em milhões de escudos										
Posição de Investimento Internacional Líquida*	-58 707,7	-71 883,9	-100 105,6	-122 778,3	-146 447,9	-183 431,3	-206 256,0	-215 198,0	-225 508,0	-235 496,7
Ativos	49 394,0	59 030,3	57 375,2	57 164,5	58 829,1	60 584,4	74 761,6	96 063,6	100 419,5	112 492,2
Investimento Direto no Estrangeiro	0,0	29,6	30,0	172,3	175,7	289,4	946,8	2 096,4	2 816,8	3 139,3
Ações e Outras Participações de Capital e Utilidades Reinvestidas	0,0	29,6	30,0	172,3	175,7	289,4	946,8	2 096,4	2 816,8	3 139,3
Outras Participações de Capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Investimento de Carteira	11,2	43,9	43,9	43,9	43,9	43,9	1 591,4	3 892,1	5 357,9	7 450,8
Títulos de Participação no Capital	11,2	43,9	43,9	43,9	43,9	43,9	43,9	43,9	43,9	43,9
Títulos de Dívida	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1 547,6	3 848,2	5 314,0	7 406,9
Outros Investimentos	28 078,8	30 532,6	26 615,1	26 706,1	26 182,3	31 499,5	39 445,2	51 795,5	45 874,1	51 829,0
Créditos Comerciais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,2	0,2
Empréstimos	1 328,6	1 864,7	2 696,2	3 473,9	4 183,3	3 292,1	3 266,2	3 495,7	5 615,0	4 700,5
Moeda e Depósitos	6 956,0	14 743,3	11 780,5	11 079,3	9 689,1	15 267,0	23 023,9	34 187,7	26 919,1	33 648,1
Outros Ativos	19 794,2	13 924,5	12 138,4	12 152,9	12 309,9	12 940,3	13 155,1	14 111,8	13 339,7	13 480,1
Ativos de Reserva	21 304,0	28 424,3	30 686,3	30 242,2	32 427,2	28 751,6	32 778,1	38 279,7	46 370,7	50 073,1
Passivos	108 101,7	130 914,2	157 480,8	179 942,8	205 277,0	244 015,7	281 017,6	311 261,7	325 927,5	347 988,9
Investimento Direto na Economia Declarante	45 268,2	60 607,5	81 357,1	95 311,4	108 528,0	121 351,2	132 128,4	137 880,4	148 981,9	158 399,7
Ações e Outras Participações de Capital e Utilidades Reinvestidas	44 062,5	59 476,5	79 676,3	93 508,6	105 278,1	115 171,6	129 254,6	139 216,7	149 931,9	157 820,8
Outras Participações de Capital	1 205,7	1 131,1	1 680,8	1 802,9	3 250,0	6 179,6	2 873,8	-1 336,3	-950,0	578,9
Investimento de Carteira	30,6	353,4	353,5	804,0	1 530,5	1 536,2	1 389,9	1 409,3	874,0	878,1
Títulos de Participação no Capital	30,6	200,4	200,4	356,5	356,5	356,5	356,5	356,5	356,5	356,5
Títulos de Dívida	0,0	153,0	153,1	447,6	1 174,1	1 179,8	1 033,4	1 052,9	517,6	521,7
Outros Investimentos	62 802,9	69 953,3	75 770,2	83 827,3	95 218,5	121 128,3	147 499,3	171 972,0	176 071,5	188 711,1
Créditos Comerciais	1 489,7	1 904,2	1 823,9	3 847,5	3 270,6	3 755,0	4 550,0	5 009,1	3 934,5	4 298,0
Empréstimos	57 655,7	62 769,9	68 095,5	73 526,4	84 248,7	99 542,2	119 780,7	137 964,3	152 459,6	162 539,7
Moeda e Depósitos	3 579,4	5 205,8	5 777,8	5 352,0	6 526,8	16 631,5	21 990,0	27 869,0	18 471,0	20 583,7
Outros Passivos	78,1	73,4	73,0	1 101,4	1 172,4	1 199,6	1 178,6	1 129,6	1 206,4	1 289,7

Fonte: Banco de Cabo Verde, Empresas, Bancos Comerciais, Ministério das Finanças.

Notas: (*) ativos - passivos; (P) Provisório. No quadro de implementação de um plano de melhoria da abrangência das estatísticas do sector externo, em linha com as recomendações de uma missão de assistência técnica do FMI, as estatísticas de 2012 a 2015 foram consolidadas com informações de transações não intermediadas pelo sistema bancário nacional, recolhidas através de inquéritos e disponibilizadas por fontes administrativas. Foi, igualmente, consolidada a classificação de algumas rubricas, nomeadamente os ativos e passivos líquidos dos bancos. Assim sendo, os valores de certos instrumentos financeiros não são comparáveis com os dados dos anos anteriores. Está em curso um plano de revisão das estatísticas publicadas desde 2008.

Condições Monetárias e Financeiras da Economia Cabo-Verdiana

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Taxas de Juro (valores médios)										
<i>Policy Rate</i>	3,38	4,00	5,25	5,25	4,25	4,25	5,75	5,75	3,75	3,50
Taxa de Rendibilidade de Bilhetes do Tesouro de 91 dias	3,00	3,44	3,40	3,59	4,00	4,00	4,08	3,43	1,67	0,99
Taxa de Rendibilidade de Obrigações do Tesouro de 10 anos	5,06	5,43	5,40	5,52	5,87	5,93	5,79	5,79	5,94	5,53
Taxas de Juro dos Saldos dos Empréstimos a Residentes com Maturidade de 181 dias a 1 ano	8,14	9,83	9,33	9,30	9,04	8,68	9,51	9,08	8,93	8,70
Taxas de Juro dos Saldos dos Empréstimos a Residentes com Maturidade de 1 a 2 anos	12,43	11,81	11,82	10,69	10,08	10,16	9,71	10,61	11,05	10,41
Taxas de Juro dos Saldos dos Empréstimos a Residentes com Maturidade Superior a 10 anos	10,92	10,77	10,43	10,12	9,83	9,26	9,25	8,87	8,87	8,76
Taxas de Câmbio (variação percentual dos valores em final de período)										
Índice Cambial Efetivo Nominal (2001=100)	103,47	104,34	105,38	105,11	104,55	105,05	104,11	104,54	104,43	102,42
Taxa de Câmbio USD/CVE	87,93	80,62	75,34	79,38	83,28	79,28	85,84	83,07	83,08	99,39
Empréstimos Concedidos pelo Sector Bancário ao Sector Privado (taxa de crescimento anual em final de período)										
Particulares	20,03	-21,27	95,03	14,00	9,29	9,40	-2,66	1,59	-0,02	2,54
Para Aquisição de Habitação	20,05	-37,71	90,57	10,87	13,26	9,27	4,04	4,07	0,44	2,74
Para Consumo	19,97	56,28	103,42	19,51	2,82	9,64	-14,38	-3,70	-1,07	2,09
Sociedades não Financeiras	62,78	19,58	48,91	8,14	10,50	20,52	2,00	4,15	-2,23	4,20
<i>Por memória</i>										
Taxa de Variação Média Anual do Índice de Preços no Consumidor	4,80	4,40	6,80	1,00	2,10	4,50	2,50	1,50	-0,20	0,10

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Empréstimos Concedidos pelo Sector Bancário a Sociedades não Financeiras

Desagregação Sectorial, taxa de variação anual em fim de período em percentagem													
	2015 Peso em %	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015		
		100,0	62,8	19,6	48,9	8,1	10,5	20,5	2,0	4,2	-2,2	4,2	
Por Sector de Atividade													
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	0,2	-5,7	8,5	2,1	-5,2	-45,0	-10,8	-8,4	20,6	30,6	-26,8		
Indústria Extrativas	0,4	296,2	31,5	164,7	59,9	10,8	-38,8	-9,8	33,5	28,5	25,7		
Indústrias Transformadoras	6,3	9,9	43,4	53,9	10,8	4,2	-6,6	12,3	-6,2	-19,7	14,2		
Eletricidade, Água e Gás	2,5	2 808,2	-44,0	8,6	-10,1	-32,0	62,2	-10,4	-7,3	-1,8	-13,1		
Construção e Obras Públicas	7,4	96,8	46,7	49,6	23,4	26,9	22,5	0,6	-8,1	-25,9	-6,6		
Comércio, Restaurante e Hotéis	25,5	16,3	35,4	46,7	0,7	6,6	21,6	3,0	6,9	2,8	2,0		
Transportes e Comunicações	12,3	29,6	8,1	35,6	9,3	15,5	40,7	3,3	34,6	-9,5	20,6		
Serviços Prestados às Empresas	26,4	40,5	166,4	156,9	67,1	14,3	20,7	13,3	3,8	36,7	0,6		
Serviços Sociais e Pessoais	19,1	14,2	61,0	59,3	-2,8	20,8	12,5	-5,1	-2,7	-7,6	4,7		

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Operações do Sector Público Administrativo

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015 ^E
	em milhões de escudos									
Receitas Totais	32 017	34 220	38 163	37 522	39 679	37 915	36 688	37 716	35 328	40 410
Receitas Correntes (excluindo donativos)	25 726	28 908	32 421	29 985	30 239	33 573	32 486	33 692	32 541	37 086
Impostos	22 670	26 082	29 402	25 530	26 241	29 581	27 573	28 099	27 061	30 253
Imposto sobre o Rendimento	6 921	7 655	8 526	8 061	7 892	8 678	8 616	8 596	7 747	9 561
Imposto sobre Bens e Serviços	9 639	11 356	13 286	11 081	12 015	13 840	12 512	13 136	12 870	14 036
Imposto sobre Valor Acrescentado - IVA	8 439	9 917	11 723	9 747	10 521	11 603	10 405	10 523	10 170	11 283
Imposto para Serviços de Incêndio	0	0	0	0	0	0	52	45	37	35
Imposto sobre o Consumo	982	1 223	1 340	1 147	1 227	1 706	1 498	1 664	1 507	1 478
Outros Impostos	218	216	222	187	267	531	557	903	1 157	1 239
Imposto sobre Transações Internacionais	5 070	5 591	6 124	5 438	5 634	6 228	5 778	5 700	5 754	6 082
Outros Impostos	1 040	1 479	1 466	951	701	835	668	668	688	575
Segurança Social	497	87	51	46	42	37	41	43	56	45
Transferências	6 291	5 312	5 741	7 536	9 440	4 342	4 203	4 024	2 787	3 325
Outras Receitas	2 558	2 740	2 969	4 409	3 956	3 956	4 872	5 550	5 424	6 787
Rendimentos de Propriedade	223	550	604	904	316	339	384	476	209	912
Venda de Bens e Serviços	1 310	1 811	1 840	3 063	3 077	3 143	3 874	3 897	4 010	3 652
Multas e Outras Penalidades	157	236	309	270	376	280	332	511	706	454
Outras Transferências	91	54	44	58	41	85	195	32	128	33
Outras Receitas não Especificadas	778	90	171	113	146	109	86	635	371	1 735

Fonte: Ministério das Finanças e do Planeamento e Banco de Cabo Verde.

Nota: Nova série das finanças públicas, decorrente da adopção da metodologia do novo manual de estatísticas das finanças públicas. E- Estimativas preliminares.

Operações do Sector Público Administrativo

em milhões de escudos

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015 ^E
Despesas Correntes Totais	28 392	28 760	29 142	32 159	33 099	34 591	34 409	35 424	37 542	39 664
Despesas com Pessoal	11 682	12 130	12 439	14 207	14 810	15 679	15 886	16 601	17 172	16 556
Aquisição de Bens e Serviços	4 518	5 074	4 607	5 294	5 171	5 248	4 995	5 062	5 744	5 551
Juros Correntes	1 920	1 881	1 847	1 861	2 173	2 276	2 858	3 383	3 444	4 142
Dívida Externa	522	520	528	547	699	852	1 142	1 438	1 518	1 734
Dívida Interna	1 398	1 360	1 317	1 271	1 460	1 425	1 715	1 878	1 910	2 371
Outros Encargos	0	1	1	43	14	0	0	67	16	37
Subsídios	1 989	377	973	874	752	994	274	101	107	161
Transferências Correntes	2 909	3 156	3 426	3 781	4 939	4 571	4 057	4 074	4 389	4 853
Organismos Internacionais	74	35	223	357	410	204	277	248	189	153
Administração Pública	2 835	3 121	3 203	3 424	4 529	4 367	3 780	3 603	4 200	4 700
Benefícios Sociais	2 072	2 288	2 583	2 890	2 893	3 715	3 918	4 150	4 348	4 729
Outras Despesas Correntes	3 301	3 854	3 266	3 252	2 362	2 107	2 421	2 053	2 339	2 231
Transferências de Capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Valor a Regularizar	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1 440
Atrasados	202	655	0	0	0	0	0	0	0	0
Ativos não Financeiros	7 024	3 412	11 605	13 249	21 164	14 650	17 742	16 600	9 541	7 237
Compra de Ativos	7 573	7 793	12 626	13 268	21 214	14 720	17 744	16 615	9 850	7 521
dos quais: Programa de Investimento	7 455	7 596	12 373	13 129	20 961	14 623	17 663	16 546	9 691	7 386
Venda de Ativos	549	4 381	1 021	18	50	70	2	14	310	284
Saldo Total	-3 399	2 048	-2 584	-7 886	-14 584	-11 325	-15 463	-14 308	-11 756	-6 491
Saldo Total (excluindo donativos)	-9 689	-3 264	-8 326	-15 423	-24 024	-15 667	-19 666	-18 332	-14 543	-9 815
<i>Por memória:</i>										
Despesa Corrente Primária	26 472	26 879	27 295	30 298	30 926	32 314	31 551	32 041	34 098	35 522
Saldo Primário (excluindo donativos)	-7 769	-1 383	-6 479	-13 561	-21 851	-13 391	-16 808	-14 949	-11 099	-5 674
Dívida do Governo Central	73 914	71 983	73 109	83 391	99 213	120 930	137 258	157 867	179 366	196 804

Fonte: Ministério das Finanças e do Planeamento e Banco de Cabo Verde.

Nota: Nova série das finanças públicas, decorrente da adopção da metodologia do novo manual de estatísticas das finanças públicas. E- Estimativas preliminares.

Operações do Sector Público Administrativo

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015 ^E
	em percentagem do PIB									
Receitas Totais	29,4	28,1	28,3	27,6	28,6	25,6	24,4	24,5	22,6	25,3
Receitas Correntes (excluindo donativos)	23,7	23,7	24,1	22,1	21,8	22,7	21,6	21,9	20,8	23,3
Impostos	20,9	21,4	21,8	18,8	18,9	20,0	18,3	18,3	17,3	19,0
Imposto sobre o Rendimento	6,4	6,3	6,3	5,9	5,7	5,9	5,7	5,6	5,0	6,0
Imposto sobre Bens e Serviços	8,9	9,3	9,9	8,2	8,7	9,4	8,3	8,5	8,2	8,8
Imposto sobre Valor Acrescentado - IVA	7,8	8,1	8,7	7,2	7,6	7,8	6,9	6,8	6,5	7,1
Imposto para Serviços de Incêndio	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Imposto sobre o Consumo	0,9	1,0	1,0	0,8	0,9	1,2	1,0	1,1	1,0	0,9
Outros Impostos	0,2	0,2	0,2	0,1	0,2	0,4	0,4	0,6	0,7	0,8
Imposto sobre Transacções Internacionais	4,7	4,6	4,5	4,0	4,1	4,2	3,8	3,7	3,7	3,8
Outros Impostos	1,0	1,2	1,1	0,7	0,5	0,6	0,4	0,4	0,4	0,4
Segurança Social	0,5	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Transferências	5,8	4,4	4,3	5,5	6,8	2,9	2,8	2,6	1,8	2,1
Outras Receitas	2,4	2,2	2,2	3,2	2,9	2,7	3,2	3,6	3,5	4,3
Rendimentos de Propriedade	0,2	0,5	0,4	0,7	0,2	0,2	0,3	0,3	0,1	0,6
Venda de Bens e Serviços	1,2	1,5	1,4	2,3	2,2	2,1	2,6	2,5	2,6	2,3
Multas e Outras Penalidades	0,1	0,2	0,2	0,2	0,3	0,2	0,2	0,3	0,5	0,3
Outras Transferências	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,0	0,1	0,0
Outras Receitas não Especificadas	0,7	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,4	0,2	1,1

Fonte: Ministério das Finanças e do Planeamento e Banco de Cabo Verde.

Nota: Nova série das finanças públicas, decorrente da adopção da metodologia do novo manual de estatísticas das finanças públicas.

Para o cálculo foram utilizadas as contas nacionais anuais definitivas até 2013 e as contas nacionais anuais provisórias para 2014 e 2015; E- Estimativa.

Operações do Sector Público Administrativo

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015 ^E
	em percentagem do PIB									
Despesas Correntes Totais	26,1	23,6	21,6	23,7	23,9	23,4	22,9	23,0	24,0	24,9
Despesas com Pessoal	10,7	9,9	9,2	10,5	10,7	10,6	10,6	10,8	11,0	10,4
Aquisição de Bens e Serviços	4,2	4,2	3,4	3,9	3,7	3,5	3,3	3,3	3,7	3,5
Juros Correntes	1,8	1,5	1,4	1,4	1,6	1,5	1,9	2,2	2,2	2,6
Dívida Externa	0,5	0,4	0,4	0,4	0,5	0,6	0,8	0,9	1,0	1,1
Dívida Interna	1,3	1,1	1,0	0,9	1,1	1,0	1,1	1,2	1,2	1,5
Outros Encargos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Subsídios	1,8	0,3	0,7	0,6	0,5	0,7	0,2	0,1	0,1	0,1
Transferências Correntes	2,7	2,6	2,5	2,8	3,6	3,1	2,7	2,7	2,8	3,0
Organismos Internacionais	0,1	0,0	0,2	0,3	0,3	0,1	0,2	0,2	0,1	0,1
Administração Pública	2,6	2,6	2,4	2,5	3,3	3,0	2,5	2,3	2,7	2,9
Benefícios Sociais	1,9	1,9	1,9	2,1	2,1	2,5	2,6	2,7	2,8	3,0
Outras Despesas Correntes	3,0	3,2	2,4	2,4	1,7	1,4	1,6	1,3	1,5	1,4
Transferências de Capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Valor a Regularizar	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,9
Atrasados	0,2	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ativos não Financeiros	6,5	2,8	8,6	9,8	15,3	9,9	11,8	10,8	6,1	4,5
Compra de Ativos	7,0	6,4	9,4	9,8	15,3	10,0	11,8	10,8	6,3	4,7
dos quais: Programa de Investimento	6,9	6,2	9,2	9,7	15,1	9,9	11,7	10,8	6,2	4,6
Venda de Ativos	0,5	3,6	0,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,2
Saldo Total	-3,1	1,7	-1,9	-5,8	-10,5	-7,7	-10,3	-9,3	-7,5	-4,1
Saldo Total (excluindo donativos)	-8,9	-2,7	-6,2	-11,4	-17,3	-10,6	-13,1	-11,9	-9,3	-6,2
<i>Por memória:</i>										
Despesa Corrente Primária	24,3	22,0	20,3	22,3	22,3	21,8	21,0	20,8	21,8	22,3
Saldo Primário (excluindo donativos)	-7,1	-1,1	-4,8	-10,0	-15,8	-9,1	-11,2	-9,7	-7,1	-3,6
Dívida do Governo Central	68,0	59,0	54,3	61,4	71,6	81,8	91,3	102,7	114,7	123,4

Fonte: Ministério das Finanças e do Planeamento e Instituto Nacional de Estatística.

Nota: Nova série das finanças públicas, decorrente da adopção da metodologia do novo manual de estatísticas das finanças públicas.

Para o cálculo foram utilizadas as contas nacionais anuais definitivas até 2013 e as contas nacionais anuais provisórias para 2014 e 2015; E- Estimativa.

PARTE II
O SISTEMA FINANCEIRO EM 2015

A *performance* do sector financeiro em 2015 permaneceu condicionada à aversão a riscos macroeconómicos e financeiros, tendo o seu contributo para o produto interno bruto permanecido em torno dos quatro por cento.

O sector bancário, entretanto, registou um desempenho relativamente mais favorável, consubstanciado no aumento da sua rentabilidade e melhoria dos seus rácios prudenciais. O seu melhor desempenho traduziu, em larga medida, os efeitos da alteração da norma prudencial no sentido do alargamento do prazo para alienação de bens recebidos em reembolso do crédito (dação em cumprimento).

A atividade seguradora observou igualmente uma melhoria, em função do crescimento dos prémios de seguro direto.

A dinâmica do mercado de valores mobiliários continuou a refletir a conjuntura macrofinanceira nacional pouco favorável, bem como as dificuldades de acesso de grande parte das empresas ao financiamento através de mecanismos e instrumentos muito mais complexos e exigentes que o bancário. Neste quadro, o sector público continuou a ser o grande impulsionador das transações de valores mobiliários.

Quadro 7. Principais Indicadores da *Performance* do Sistema Financeiro

	Unidades	2013	2014	2015
1. Sector Bancário				
Produto Bancário	variação em %	-0,8	-4,9	8,1
Rácio de Solvabilidade	em %	15,1	15,6	16,1
Crédito com Imparidade	em % do crédito total	16,4	18,7	16,5
Rentabilidade dos Ativos (ROA)	em %	0,27	0,25	0,42
Rentabilidade dos Capitais Próprios (ROE)	em %	3,48	3,10	5,66
Ativo Líquido/Passivo de Curto Prazo	em %	27,9	24,4	26,8
2. Sector Segurador				
Produto Segurador (carteira de prémios)	variação em %	-3,0	-4,0	6,2
Rácio de Solvência	em %	408,2	379,7	401,8
Grau de Cobertura das Provisões Técnicas	em % dos ativos representativos	150,6	115,9	108,6
3. Mercado de Capitais				
Emissões no Mercado Primário	variação do valor em %	-16,4	34,1	12,4
Transações no Mercado Secundário	variação do valor em %	-70,4	283,7	-48,2
Capitalização Bolsista	em % do PIB	35,9	37,8	39,2

Fonte: Bancos Comerciais, Companhias Seguradoras, Bolsa de Valores de Cabo Verde, Instituto Nacional de Estatística e Banco de Cabo Verde.

Capítulo 7. Sector Bancário

A atividade bancária foi marcada em 2015 pela aceleração do crescimento dos ativos, financiada pelo contínuo aumento dos depósitos de clientes.

O ativo agregado do sector registou um crescimento de 5,9 por cento, que compara a 2,4 por cento registado em 2014. O crescimento mais acelerado do ativo ficou a dever-se sobretudo ao aumento das aplicações em instituições de crédito (30,6 por cento), tanto no país (em 39 por cento) como no exterior (em cerca de 19 por cento). A recuperação do crédito, que registou um crescimento de 3,2 por cento, por seu turno, contribuiu em 27 por cento para o crescimento dos ativos.

Quadro 8. Evolução das Principais Rubricas do Ativo

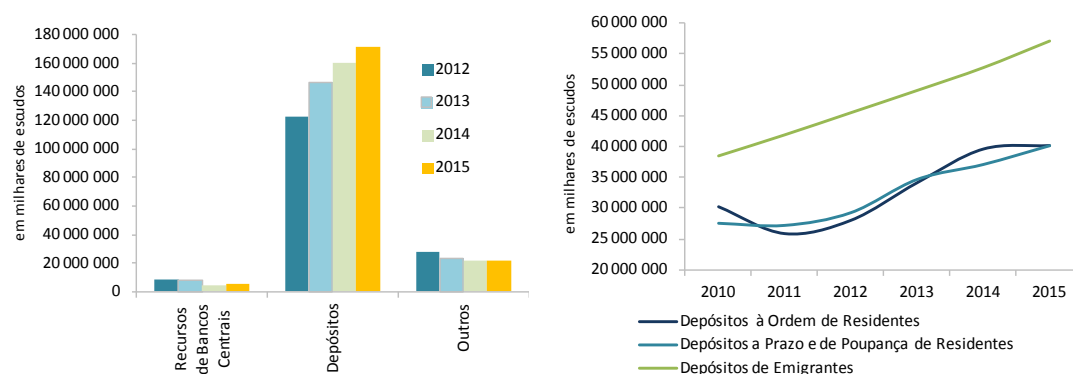
	2013	2014	2015
	em milhares de escudos		
Caixa e Disponibilidades	15 792 971	30 158 739	24 626 094
Aplicações em Instituições de Crédito	45 415 538	29 720 878	38 806 580
Crédito Total	99 082 170	98 810 981	101 951 094
Títulos	30 845 532	35 952 603	37 338 657
Ativos não financeiros disponíveis para venda	416 768	1 382 025	2 721 261
Outros	1 346 044	1 539 415	3 695 498
Total	192 899 024	197 564 640	209 139 185

Fonte: Relatórios e Balancetes dos Bancos Comerciais. Cálculos do Banco de Cabo Verde.

Não obstante o aumento do crédito, o contexto de persistência de riscos macroeconómicos e financeiros e de deterioração do clima económico e da confiança dos consumidores continuou a incentivar a preferência dos bancos por investimentos de baixo risco, nomeadamente aplicação em depósitos *overnight* e em títulos do Tesouro e do BCV. Estes instrumentos de investimento dos bancos registaram crescimentos na ordem dos 121 e quatro por cento, respetivamente, em 2015.

Do lado do passivo, os depósitos de clientes cresceram 6,8 por cento, reforçando a sua posição dominante na estrutura de *funding* dos bancos nacionais. O contínuo aumento dos depósitos, pese embora o contexto macrofinanceiro nacional ainda desafiante, reafirma a confiança dos agentes económicos no sistema bancário do país. Realce-se, o crescimento dos depósitos totais dos emigrantes na ordem dos oito por cento. Estes passaram a representar, em 2015, 33 por cento de totais dos recursos de clientes no sistema bancário nacional.

Figura 20. Estrutura do Passivo e Evolução dos Recursos de Clientes



Fonte: Relatórios e Balancetes dos Bancos Comerciais. Cálculos do Banco de Cabo Verde.

Os resultados do exercício do sector aumentaram cerca de 46,4 por cento em 2015, refletindo o efeito conjugado do aumento do crédito (com impactos positivos na margem financeira e na margem complementar) e da redução dos gastos operacionais e das imparidades (com o desreconhecimento de créditos a receber por contrapartida de bens recebidos em dação).

Quadro 9. Principais Rubricas do Passivo e do Capital Próprio

	Dez-13	Dez-14	Dez-15
	em milhares de escudos		
Recursos de Bancos Centrais	8 038 765	4 847	5 394
Depósitos	146 855 534	160 561 268	171 417 793
Outros	23 315 018	21 782 846	22 192 338
Total Passivo	178 209 317	182 348 962	193 615 525
Capital e Reservas	17 088 803	17 471 503	17 977 729
Resultados Transitados	-2 910 400	-2 741 304	-3 165 038
Resultado do Exercício	511 304	485 480	710 968
Total Capital Próprio (CP)	14 689 707	15 215 679	15 523 659
Total do Passivo + Capital Próprio	192 899 024	197 564 640	209 139 185

Fonte: Relatórios e Balancetes dos Bancos Comerciais. Cálculos do Banco de Cabo Verde.

O melhor desempenho do sector bancário induziu à melhoria generalizada dos indicadores prudenciais.

O rácio de solvabilidade aumentou para 16,1 por cento (15,6 por cento em 2014), refletindo a melhor *performance* financeira do sector e a constituição de *buffers* de capital (de melhor qualidade – Tier I), em função da política conservadora de distribuição de dividendos, incentivada pelo banco central nos últimos anos, num contexto de crescimento moderado dos ativos ponderados pelos riscos. A melhoria do indicador de adequação de capital traduz um aumento da capacidade do sector absorver choques adversos no seu balanço.

A qualidade dos ativos igualmente registou uma melhoria, em função tanto da redução do peso dos créditos em incumprimento e reestruturado no total do crédito concedido, como do aumento da cobertura do crédito com imparidade pelas imparidades constituídas.

Refira-se que o crédito com imparidade registou uma contração de 8,8 por cento, determinando a redução do crédito em incumprimento de 18,7 para 16,5 por cento e o aumento da cobertura do risco de crédito pelas imparidades em cerca de seis pontos percentuais para 54 por cento. A melhoria registada na carteira de crédito, reflete, por um lado e em boa medida, a resolução de créditos através de dação em cumprimento e, por outro, o aumento do fluxo de crédito.

Quadro 10. Indicadores da Solidez do Sistema Bancário

	2013	2014	2015
	em percentagem		
1. Adequação de Capital			
Rácio de Solvabilidade	15,1	15,6	16,1
Capital Tier I/ Ativos Ponderados pelo Risco	13,7	14,4	14,8
Imparidades/Capital Tier I	63,5	67,3	63,5
2. Qualidade dos Ativos			
Crédito em Incumprimento*	16,4	18,7	16,5
Crédito Reestruturado/Crédito Total	8,8	9,9	5,9
Imparidades/Crédito com Imparidades	51,6	48,8	54,4
3. Rentabilidade			
<i>Return on Assets</i> (ROA)	0,27	0,25	0,42
<i>Return on Equities</i> (ROE)	3,48	3,22	5,66
Margem Financeira/Produto Bancário	75,3	71,6	73,1
4. Liquidez			
Ativo Líquido/Ativo Total	21,3	19,9	22,0
Ativo Líquido/Passivo de Curto Prazo	27,9	24,4	26,8
Rácio de Transformação**	67,5	61,5	59,5

Fonte: Bancos Comerciais. Cálculos do Banco de Cabo Verde.

Notas: (*) Crédito com Imparidades/Crédito Total; (**) Depósitos/Créditos.

A análise dos indicadores de liquidez sugere que estes permanecem em níveis globalmente adequados, assegurando a capacidade das instituições de crédito fazerem face às suas responsabilidades. De notar que tanto o rácio ativo líquido por ativo total como a cobertura dos passivos de curto prazo pelos ativos líquidos aumentaram relativamente a 2014, enquanto o rácio de transformação reduziu ligeiramente.

Não obstante o contínuo aumento dos depósitos, a intermediação financeira permanece condicionada à conjuntura macroeconómica pouco favorável e ao estado de desenvolvimento do sistema financeiro, que enfrenta o desafio de oferecer produtos de financiamento adequados a uma procura predominantemente de empreendimentos de pequeno porte que funcionam tipicamente num contexto de elevada informalidade, e consequentemente de maior risco.

Nessa perspetiva uma adequada estratégia de mitigação de riscos constitui um fator relevante em prol da melhoria da intermediação financeira.

Capítulo 8. Sector Segurador

A *performance* do sector segurador continua largamente condicionada pelo contexto macroeconómico ainda pouco favorável e pela cultura dominante de limitado acautelamento de riscos.

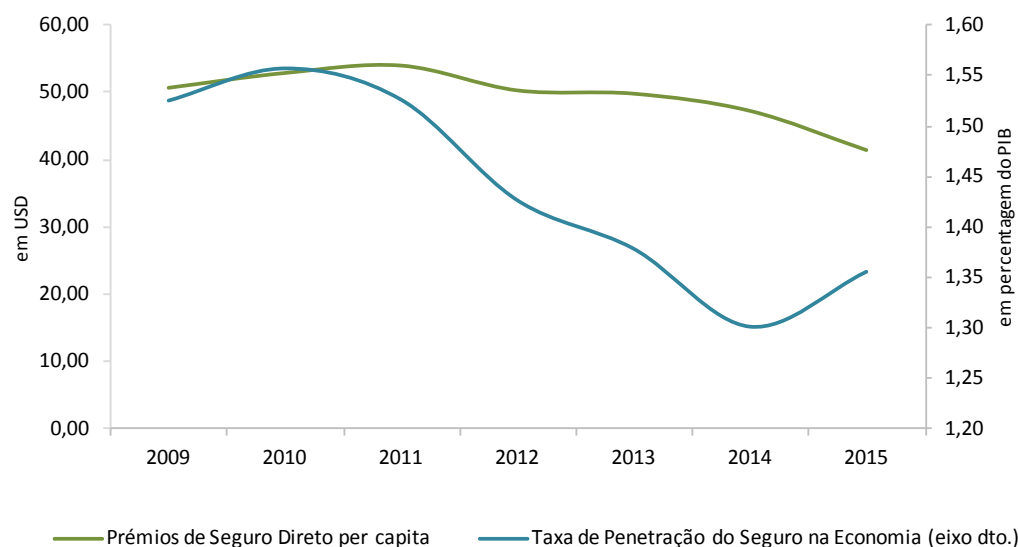
O ano de 2015 foi, entretanto, marcado pela inflexão da tendência descendente do produto segurador, em função do aumento na ordem dos seis por cento da carteira de prémios.

A evolução positiva do produto do sector refletiu, por um lado, o aumento dos prémios tanto do ramo vida em 42,4 por cento, em boa medida resultado do aumento do crédito à habitação (de 0,4 por cento registado em 2014 para 2,7 por cento em 2015) cujo contrato obriga a contratação de seguro de vida. Por outro lado, o crescimento do ramo não vida em 4,3 por cento também justifica o aumento do produto segurador.

Para o crescimento dos prémios do ramo não vida, que representa 93 por cento do total da carteira de prémios de seguro direto, destacam-se os contributos das componentes: incêndio e outros ramos (com um crescimento de 16,3 por cento); responsabilidade civil, em particular profissional (crescimento de 21,3 por cento); e acidentes e doença, que inclui o seguro obrigatório e facultativo de acidentes de trabalho (que cresceu 4,4 por cento).

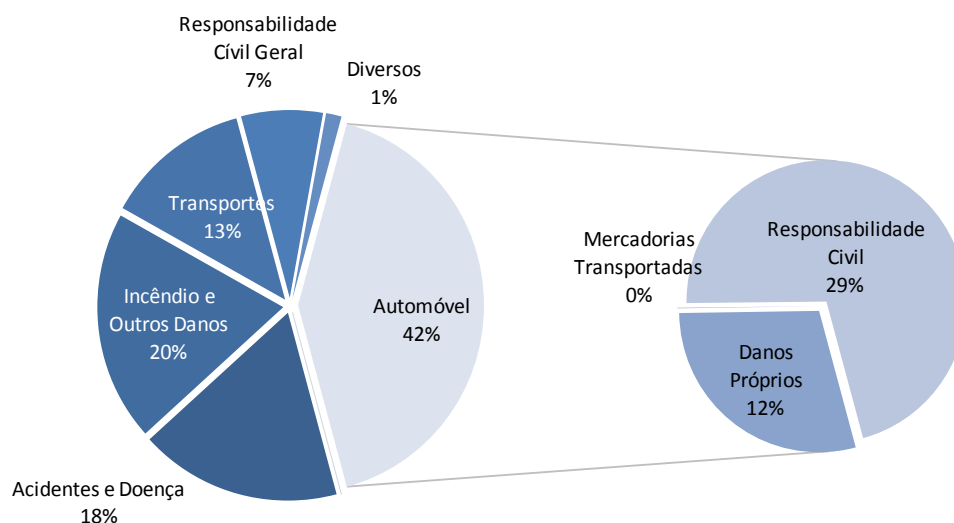
Realce-se o crescimento muito moderado de seguro automóvel (1,2 por cento), que pelo seu carácter predominantemente compulsório continua sendo o mais representativo na estrutura do ramo não vida. A evolução do seguro automóvel estará fortemente correlacionada com a *performance* da economia nacional.

Figura 21. Taxa de Penetração e Densidade do Seguro



Fonte: Banco de Cabo Verde.

Figura 22. Estrutura da Carteira de Prémios



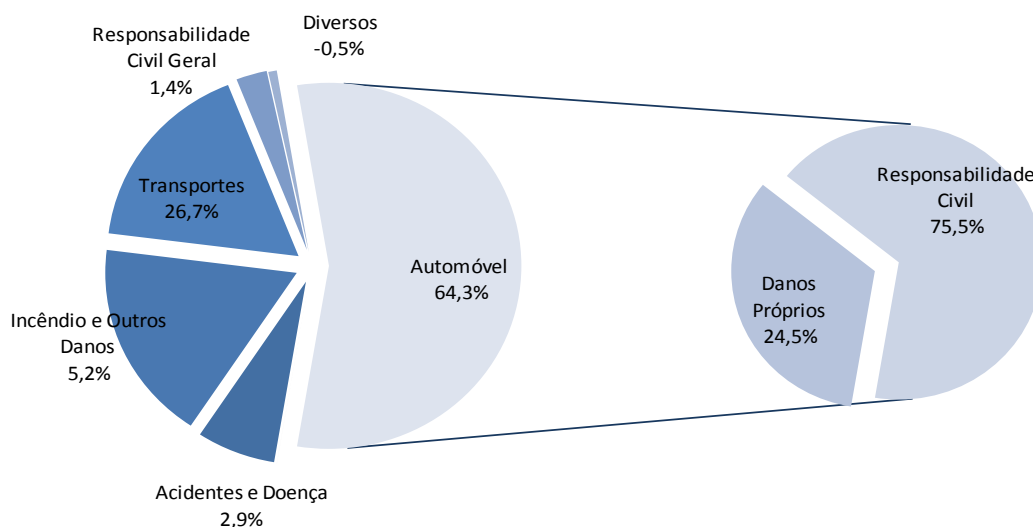
Fonte: Banco de Cabo Verde.

No que respeita ao resseguro (transferência de risco), em 2015 o nível de cedência (medida pelo rácio dos prémios de resseguro cedido pelos prémios brutos emitidos) baixou de 46 para 43 por cento, em resultado da diminuição das taxas de cedência dos seguros de transporte e de automóvel.

Os custos com sinistros diminuíram 10,9 por cento em 2015, refletindo o efeito da redução dos sinistros nos ramos automóvel e nos ramos de transporte, determinado pelo menor número de acidentes e de estragos, bem como da melhoria da avaliação dos processos pelas seguradoras.

Os lucros do sector, entretanto, diminuíram 13,4 por cento, refletindo o impacto, nos resultados de 2014, da alienação da participação detida de um banco comercial numa das seguradoras.

Figura 23. Estrutura dos Custos com Sinistros não Vida



Fonte: Banco de Cabo Verde.

A redução dos resultados do sector traduziu-se na redução da rentabilidade dos capitais próprios de 13,9 para 11,5 por cento em 2015.

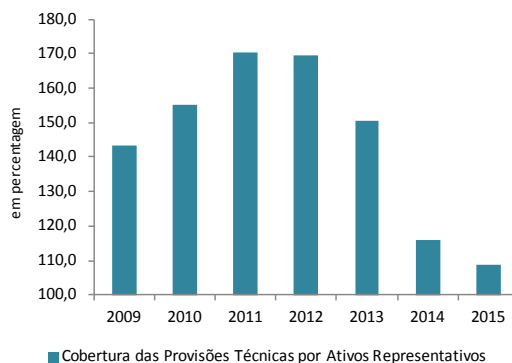
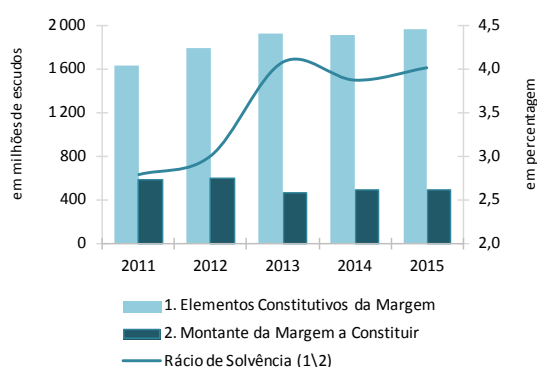
Em termos globais os indicadores prudenciais evoluíram favoravelmente em 2015.

O rácio de solvência aumentou 14,2 pontos percentuais para 401,5 por cento, em função da evolução positiva da margem de solvência, que superou em quatro vezes o valor exigível.

As provisões técnicas constituídas para fazer face às responsabilidades futuras aumentaram 3,6 por cento, passando a cobrir 94,4 por cento dos prémios.

Entretanto, a carteira de investimentos do sector registou uma redução de 1,6 por cento, com a retração dos investimentos em títulos de dívida pública. Não obstante essa redução e aumento das responsabilidades técnicas em função da evolução do negócio, a cobertura das provisões técnicas por ativos fixou-se nos 108,6 por cento, nível considerado confortável, em termos prudenciais.

Figura 24. Evolução da Provisão Técnica



Fonte: Banco de Cabo Verde.

Capítulo 9. Mercado de Valores Mobiliários

A dinâmica do mercado de valores mobiliários continuou a refletir a conjuntura macrofinanceira nacional pouco favorável, bem como as dificuldades de acesso de grande parte das empresas ao financiamento através de mecanismos e instrumentos muito mais complexos e exigentes que o bancário. Neste quadro, o sector público continuou a ser o grande impulsionador das transações de valores mobiliários.

Quadro 11. Indicadores de *Performance* do Mercado de Capitais

	2013	2014	2015
Títulos Cotados			
Ações	4	4	4
Obrigações de Empresas	17	18	14
Obrigações Municipais	2	2	2
Títulos do Tesouro	221	223	216
Transacções e Capitalização Bolsista			
Emissões no Mercado Primário (milhões CVE)	9.603,9	12.858,5	14.006,5
Transacções no Mercado Secundário (milhões CVE)	105,9	406,4	210,6
Capitalização Bolsista (milhões de escudos)	55.196,5	59.147,4	62.466,2
Capitalização Bolsista (em % do PIB)	35,9	37,8	39,2
<i>Turnover Ratio</i> (em %)	0,2	0,7	0,3

Fonte: Bolsa de Valores de Cabo Verde e Auditoria Geral do Mercado de Valores Mobiliários.

Nota: *Turnover ratio* = volume transacionado no Mercado Secundário/Capitalização Bolsista.

As emissões no mercado primário totalizaram 14.470,7 milhões de escudos em finais de 2015, representando um crescimento de 12 por cento face às emissões de 2014, em larga medida impulsionado pela oferta particular de seis séries de *corporate bonds* (que totalizaram 1.950 milhões de escudos) e aumento das emissões do Tesouro na ordem dos 398 milhões de escudos face a 2014.

Traduzindo a preferência dos investidores, reflexo da tendência descendente das taxas de juro de curto prazo, bem como a do Estado por financiamento de longo prazo, que requererá menor pressão sobre a liquidez a curto prazo, as obrigações do Tesouro foram os instrumentos mais negociados no mercado da dívida pública em 2015 (representando 83,4 por cento do total dos títulos públicos transacionados no mercado primário).

Quadro 12. Emissões no Mercado Primário

	2013	2014	2015
	em milhões de escudos		
Ações	0,0	19,2	464,2
Obrigações de Empresas	120,0	1.200,0	1.950,0
Bilhetes do Tesouro	2.078,2	4.104,3	1.959,8
Obrigações do Tesouro	7.405,7	7.554,2	10.096,7
Total	9.603,9	12.858,5	14.006,5

Fonte: Bolsa de Valores de Cabo Verde e Auditoria Geral dos Mercados de Valores Mobiliários.

Refletindo o efeito de base do aumento extraordinário registado em 2014, em resultado particularmente da alienação da participação do Estado numa instituição financeira e a venda de participações sociais de duas instituições não financeiras, as transações no mercado secundário registaram uma queda de 48,2 por cento em 2015.

A dinâmica do mercado secundário continua muito aquém da do mercado primário. Em 2015, as transações no mercado secundário representaram apenas 1,5 por cento das registadas no mercado primário.

Quadro 13. Volume de Transações no Mercado Secundário

	2013	2014	2015
	em milhões de escudos		
Ações	37,1	336,7	141,3
Obrigações de Empresas	4,9	39,7	69,3
Obrigações Municipais	0	0	0
Bilhetes do Tesouro	0	0	0
Obrigações do Tesouro	63,9	30	0
Total	105,9	406,4	210,6

Fonte: Bolsa de Valores de Cabo Verde e Auditoria Geral dos Mercados de Valores Mobiliários.

A capitalização bolsista, refletindo o aumento das emissões do segmento empresarial (de *corporate bonds* e *equity*, este último na sequência da oferta pública de venda de títulos detidos pelo Estado numa emitente) e o contínuo crescimento das emissões da dívida pública, registou um aumento de 5,6 por cento, passando a representar 39,2 por cento do PIB (37,8 por cento do PIB em 2014).

Em termos de rendibilidade, os lucros das empresas cotadas aumentaram cerca de 15 por cento em 2015, principalmente devido ao desempenho das instituições financeiras monetárias. Os dividendos distribuídos aos emitentes ascenderam a 396,1 milhões de escudos, valor superior aos distribuídos em 2014 em cerca de 341 milhões de escudos, não obstante a contínua constituição de reservas prudenciais, além das legais.

De registar que no segmento obrigacionista, os juros vencidos ascenderam a 3.046,4 milhões de escudos, dos quais 28 por cento ficaram por cumprir.

Apesar de algum crescimento, o contributo do mercado de capitais para o financiamento das empresas públicas e privadas permaneceu relativamente modesto. Os empréstimos obrigacionistas representaram apenas 12 por cento da dívida total da economia, pese embora as taxas de juro do cupão tenham permanecido mais atrativas (6,7 por cento em termos médios) que as do mercado de crédito bancário (em torno de dez por cento).

PARTE III
ATIVIDADES DO BANCO CENTRAL

Missão e Valores do Banco de Cabo Verde

No quadro do estabelecido na sua lei orgânica, o banco central da República de Cabo Verde tem por missão a defesa da estabilidade de preços e a salvaguarda de um sistema financeiro sólido e eficiente. Ainda, no âmbito das suas atribuições principais, o BCV é responsável pela emissão monetária e pela gestão das reservas cambiais do país. Produz estatísticas macroeconómicas e financeiras, elabora estudos aplicados à economia nacional e concebe regulamentos que suportam o cumprimento da sua missão.

Constituem valores do Banco de Cabo Verde:

- **Ética e Compromisso com a Instituição** - os colaboradores do BCV regem-se por elevados padrões éticos na preservação do interesse público e na prossecução dos objetivos da instituição.
- **Excelência** – O seu modelo de governança tem como referência as melhores práticas internacionais e é continuamente aprimorado para atender aos desafios macro-financeiros do país, à visão, aos valores e à missão da instituição.
- **Espírito de Equipa** - O BCV atua num espírito de entreatajuda e de partilha de conhecimento, com lealdade e transparência.

Esta parte do Relatório Anual destaca as principais atividades desenvolvidas em 2015 pelas diversas unidades orgânicas que compõem o Banco de Cabo Verde.

Capítulo 10. Funções da Autoridade Monetária

Na qualidade de autoridade monetária de Cabo Verde a atuação do BCV compreende: a elaboração de estudos aplicados à economia nacional, de análises e pareceres que sustentam as decisões de política monetária; a produção de estatísticas monetárias, financeiras, cambiais da balança de pagamentos e da posição de investimento internacional; a execução da política monetária; a gestão de ativos externos; a promoção do funcionamento eficiente dos sistemas de pagamentos e a emissão monetária.

De seguida são apresentados os principais desenvolvimentos nas referidas áreas em 2015.

10.1 Estudos Económicos e Estatísticas

Uma análise económica isenta, baseada em estatísticas que reflitam a realidade do país e em estudos de elevada qualidade técnica é condição necessária à prossecução da missão do banco central. Neste quadro, objetivando a melhoria do processo de definição e a eficácia da política monetária, em 2015, elaborou-se e apresentou-se no Comité de Política Monetária:

- um parecer, antecipando o impacto na economia nacional da redução das disponibilidades mínimas de caixa e das taxas de referência do Banco de Cabo Verde.
- os boletins de conjuntura que integram a análise evolutiva do enquadramento externo da economia nacional, bem como dos principais indicadores macroeconómicos e financeiros do país.
- os relatórios de acompanhamento monetário que contextualizam a execução das decisões de política monetária e que sintetizam os principais desenvolvimentos no mercado monetário, bem como as perspetivas de evolução da liquidez no sistema bancário.
- as projeções macroeconómicas de 2015 a 2016, bem como os *drafts* técnicos dos Relatórios semestrais de Política Monetária.

Ainda, no quadro do objetivo, realizou-se, trimestralmente, o inquérito à política de crédito dos bancos, que fornece *inputs* para análise coincidente e avançada da tendência da oferta e procura de crédito bancário.

Com vista a imprimir maior eficiência ao processo de produção das estatísticas monetárias, financeiras, cambiais e do sector externo, bem como obter indicadores que permitam um monitoramento mais eficiente das vulnerabilidades da economia nacional e uma mitigação mais eficaz dos riscos que ameaçam a estabilidade económica e financeira do país, o BCV deu continuidade, em 2015, à estruturação faseada de um Sistema multi-modular Integrado de Produção de Estatísticas. Neste quadro, deu-se sequência:

- à construção de uma Plataforma para a Produção de Estatísticas e Indicadores Monetários e Financeiros, com o propósito de servir, igualmente, para a avaliação dos riscos à estabilidade financeira; e

- ao processo de reestruturação do Sistema de Notificação das Transações com o Exterior, em conformidade com as normas conceptuais e regras metodológicas do 6º Manual do Fundo Monetário Internacional (FMI) para a produção das Estatísticas da Posição de Investimento Internacional e da Balança de Pagamentos.

Além das atividades de desenvolvimento, visando a melhoria do processo de produção de estatísticas, ao longo do ano, e de acordo com as suas atribuições estatutárias, o BCV compilou e difundiu:

- a síntese monetária, o balanço consolidado dos bancos comerciais e do BCV, bem como as estatísticas de juros, depósitos, crédito e de câmbios, numa periodicidade mensal;
- as estatísticas das remessas de emigrantes, numa periodicidade mensal, da balança de pagamentos, do comércio externo, do investimento direto estrangeiro, bem como da dívida externa pública, numa periodicidade trimestral;
- as estatísticas da posição de investimento internacional, numa base anual.

A persistência de riscos macrofinanceiros, com elevada probabilidade de se materializarem, e o ambiente de incertezas que tem caracterizado o desempenho da economia cabo-verdiana desde 2009, têm requerido um redobrado esforço do BCV no aperfeiçoamento da avaliação da conjuntura macrofinanceira do país. Neste quadro, o banco central, em 2015:

- revisitou e consolidou os indicadores quantitativos de tendência da procura interna;
- propôs, num *Concept Note*, um conjunto de indicadores que permitem reforçar a análise da inflação, nomeadamente os índices de preços de bens e serviços transacionáveis, não transacionáveis, administrados e não administrados;
- propôs, num *Issue Paper*, uma análise de indicadores alternativos de inflação subjacente;
- preparou e publicou no Relatório Anual do Banco de Cabo Verde uma análise da integração da economia cabo-verdiana com a Área do Euro, desde o período pré-crise financeira de 2007. Na análise também antecipa-se os *spillover effects*, na economia nacional, da recuperação económica dos principais parceiros económicos do país.

Visando o aprofundamento do conhecimento da economia nacional, o BCV, ainda:

- analisou os determinantes do crescimento económico;
- deu início a um estudo por questionário visando estimar o impacto do microcrédito no financiamento da economia nacional;
- avaliou o grau de inclusão financeira, a partir da análise do acesso de micro, pequenas e médias empresas ao crédito bancário;
- estudou, a partir das estatísticas da central de balanços, o sector do turismo, considerado o motor da economia nacional.

10.2 Execução da Política Monetária

A política monetária de Cabo Verde objetiva a estabilidade de preços, uma condição necessária para a estabilidade macroeconómica. A âncora nominal foi estabelecida, desde 1998, pelo regime cambial de *peg* unilateral do escudo cabo-verdiano, num primeiro momento, face ao escudo português e, através deste, ao euro.

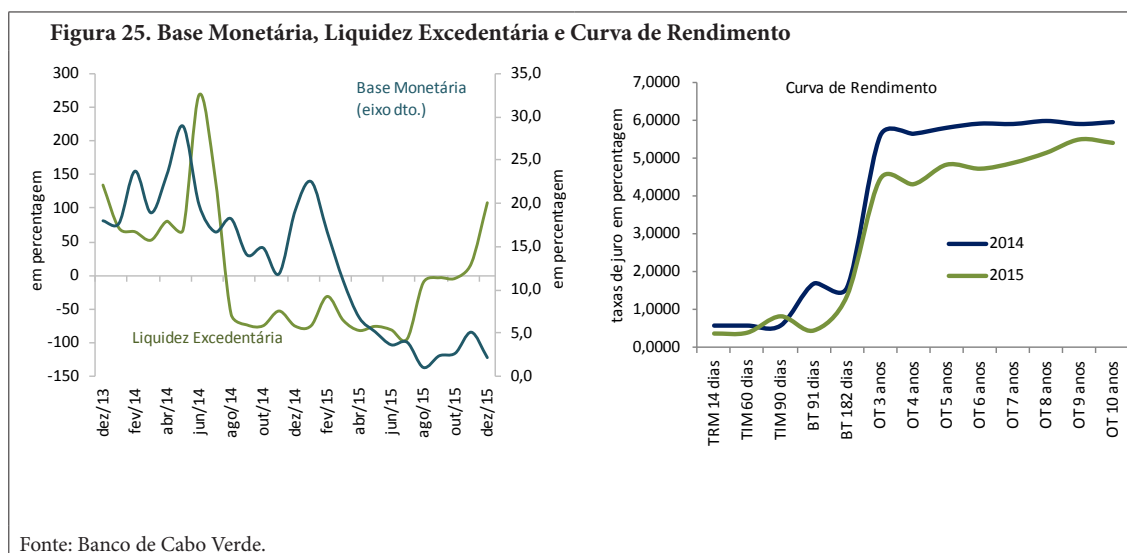
Neste quadro, o objetivo estratégico da política monetária do país é a defesa da credibilidade do regime cambial, através da manutenção de um nível de reservas internacionais líquidas suficiente para garantir a cobertura, a curto prazo, das responsabilidades contratuais e contingenciais do país, fazer face a uma eventual escassez temporária de capitais e minimizar o risco de ataques especulativos.

A operacionalização das decisões de política, no quadro do regime de controlo monetário indireto que prevalece no país, é feita com recurso às operações de *open market type*, a alterações das taxas das disponibilidades mínimas de caixa, bem como a alterações das taxas das facilidades permanentes de absorção e de cedência de liquidez e da taxa diretora do BCV.

Em 2015, visando estimular o financiamento de investimentos produtivos, num contexto de baixa inflação e de reduzidas pressões na balança de pagamentos, reforçou-se o pendor acomodatório da política monetária, com a redução das taxas de juro de referência do BCV em 0,25 pontos percentuais e do coeficiente das disponibilidades mínimas de caixa em três pontos percentuais.

A execução da política, num contexto de persistência de um excedente estrutural de liquidez no sistema bancário, realizou-se por via de um conjunto de intervenções no mercado, através da emissão de títulos de regularização monetária (TRM) e de títulos de intervenção monetária (TIM), e no quadro das facilidades permanentes de liquidez, visando a absorção, ainda que parcial, da liquidez excedentária.

As emissões de TRM e de TIM aumentaram, respetivamente, 86 e 25 por cento em 2015 não obstante o *stock* ter se mantido em 2.500 milhões de escudos, contribuindo, a par dos fatores autónomos de liquidez (nomeadamente emissões de títulos do Tesouro e de compra e venda de divisas aos bancos comerciais), para a redução da liquidez excedentária na ordem dos 64 por cento.



O excesso de liquidez do sistema, em termos médios anuais, fixou-se nos 1.446 milhões de escudos, em resultado da redução mais acentuada da oferta de liquidez relativamente à procura de liquidez. Com efeito, a procura, medida pelo valor médio diário das disponibilidades mínimas de caixa, reduziu 11,8 por cento para 18.083 milhões de escudos, enquanto a oferta, medida pelos depósitos médios diários dos bancos, decresceu 20,3 por cento para 19.530 milhões de escudos.

Registe-se igualmente que o mercado monetário interbancário (MMI) registou algum dinamismo em 2015, tendo a permuta de fundos entre os bancos comerciais se fixado em 7.016 milhões de escudos. Em 2014 não se registaram quaisquer trocas de fundos no MMI.

10.3 Gestão de Ativos Externos

A política de investimentos do Banco de Cabo Verde está ancorada num sólido sistema de governação. A gestão das reservas internacionais líquidas do país é feita em conformidade com as Normas Orientadoras de Gestão de Reservas (NOGR), que determinam a estratégia de investimento em conformidade com o perfil de risco desejado.

A gestão das reservas externas do país pauta-se pelos princípios da prudência e da ética profissional, visando a prossecução dos objetivos de preservação do capital, liquidez e rentabilidade.

O BCV dispõe de um *framework* de gestão das reservas, com uma clara divisão de responsabilidades entre os diversos intervenientes no processo: o *front office* que contrata as operações, o *back office* que é responsável pelo processamento das operações, e o *middle office* que procede à avaliação e ao controlo do cumprimento das normas. Todo o processo, desde a avaliação, o acompanhamento, o controlo e o *reporting*, é conduzido de forma independente pelos diversos intervenientes.

No quadro da sua política de investimentos, em 2015, considerando os desenvolvimentos nos mercados cambiais, monetários e financeiros a nível global, bem como as características e as perspetivas de evolução dos ativos externos líquidos dos agentes económicos nacionais, o BCV:

- procedeu à atualização da estratégia de composição cambial adequada das reservas externas. Os parâmetros centrais passaram a estabelecer, a partir de Janeiro de 2015, a proporção de 69 por cento da carteira em euros e 31 por cento em dólares dos EUA, com uma margem de flutuação máxima de +/- 5 pontos percentuais para dólares, equivalente a um limite mínimo de 26 por cento e máximo de 36 por cento;
- adoptou um novo *benchmark* tático para a sub carteira de *trading*, que faz parte da carteira de liquidez, gerida internamente norteadas prioritariamente pelos critérios de preservação do capital e de liquidez dos ativos;
- ajustou a sua estratégia de investimentos à política monetária do Banco Central Europeu, que determinou a redução da taxa de facilidade de depósitos para valores negativos desde 2014, implementando as seguintes medidas de contingência para a carteira de liquidez:
 - a. investimento de dez por cento da carteira em euros em títulos governamentais de países não elegíveis, em termos de risco de crédito, no quadro das NOGR;

- b. alargamento, temporário, do limite de aplicações em instituições financeiras, para 50 por cento; e
- c. aumento do prazo de investimento em títulos para três anos.
- aprovou a adoção das seguintes medidas de contingência para a carteira de investimentos, que é gerida pelo Banco Central de Luxemburgo:
 - a. novos limites para a duração modificada, reduzindo o limite mínimo de 0,5 anos para zero anos e aumentando o limite máximo de 1,5 anos para dois anos;
 - b. aumento da quota máxima para investimentos em emitentes com classificação de crédito “A” de 30 para 50 por cento do valor da carteira;
 - c. redução do limite mínimo para investimentos com classificações entre “AAA” e “AA-” de 70 para 50 por cento; e
 - d. alargamento da maturidade máxima dos investimentos em títulos para sete anos.

As reservas cambiais de Cabo Verde sob gestão ascenderam em finais de 2015 a 49.599 milhões de escudos distribuídas entre as carteiras de liquidez, gerida internamente, e de investimento, gerida pelo Banco Central de Luxemburgo.

Quadro 14. Carteira de Ativos Externos

	em milhões de escudos			
Carteiras	2012	2013	2014	2015
Investimentos	12 569	12 596	12 711	12 713
Liquidez	19 620	25 285	33 133	36 886
<i>Trading</i>	16 733	20 393	31 770	31 563
Tesouraria	2 887	4 893	1 363	5 323
Total	32 189	37 881	45 844	49 599

Fonte: Banco de Cabo Verde.

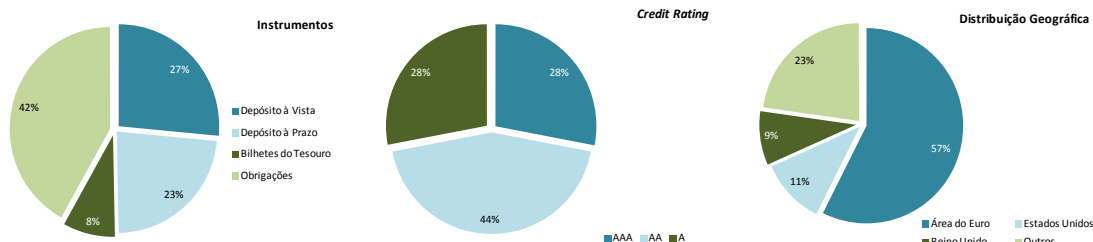
O aumento das reservas, na ordem dos oito por cento em 2015, foi determinado sobretudo pelos desenvolvimentos na balança de pagamentos e por algum aumento da rentabilidade da carteira de liquidez (0,65 por cento), em função da melhoria da remuneração dos depósitos a prazo em USD e da queda das *yields* dos títulos europeus.

A carteira de investimentos, constituída exclusivamente por ativos denominados em euros, fixou-se nos 115,3 milhões de euros em dezembro de 2015, equivalente a um decréscimo de 0,01 por cento face ao ano anterior. O comportamento da carteira de investimentos foi determinado pelo aumento das *yields* dos instrumentos de taxa fixa, em função da subida da taxa de juro de referência dos EUA, que determinou a queda do valor de mercado dos títulos, ao acarretar uma diminuição de seus preços.

Em conformidade com as NORG, na gestão das carteiras são analisados e mitigados os riscos de liquidez, de crédito, de mercado e operacional.

Neste quadro, a gestão visou a diversificação dos vencimentos em função das responsabilidades de curto prazo.

Figura 26. RIL por Instrumentos, Credit Rating e Distribuição Geográfica



Fonte: Banco de Cabo Verde e Standard & Poor's.

O risco de crédito das carteiras, atendendo ao perfil conservador do banco central, esteve devidamente acautelado, como sugere a distribuição dos investimentos por *credit rating* e geograficamente.

O risco de mercado, nomeadamente de taxa de juro, passou a ser monitorizado em 2015, através da metodologia *Value-at-Risk*, que calcula a probabilidade de alteração nas taxas de juro que afeta o justo valor e o fluxo financeiro futuro dos instrumentos, bem como a perda esperada.

O risco de câmbio é acompanhado através de uma abordagem de gestão de ativos e passivos, que exige a cobertura das posições das principais moedas no curto prazo (*matched positions*). A composição cambial dos ativos, a 31 de Dezembro, era de 65,8 por cento em euros e 34,2 por cento em dólares.

Para a prevenção e controlo do risco operacional, o BCV possui sistemas de controlo interno, adaptados à característica da sua atividade, aos regulamentos (que estabelecem as competências de cada interveniente), bem como às normas e aos manuais (que definem os critérios e procedimentos que devem ser adotados).

O sistema integrado de gestão de reservas (SIGER), que opera também como um sistema de gestão de risco, é fundamental na minimização dos riscos operacionais. O cumprimento dos normativos internos e a observância dos sistemas de controlo interno são acompanhados pelo Departamento de Auditoria Interna, a quem compete zelar pela integridade dessas ações.

10.4 Sistemas de Pagamentos

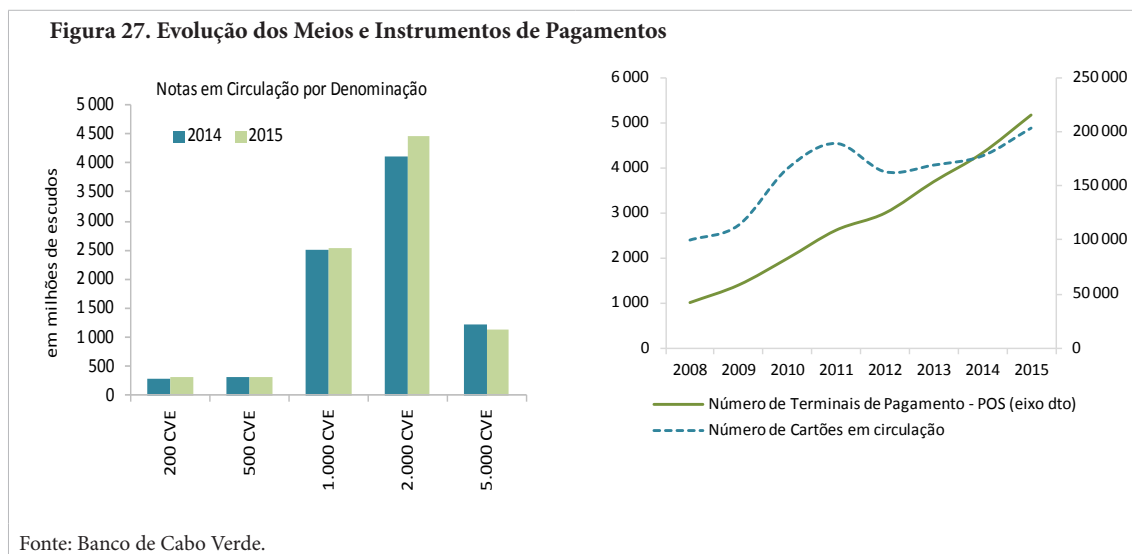
O Banco de Cabo Verde continuou a apostar, em 2015, na consolidação das infraestruturas de pagamento, com vista à promoção da eficiência no funcionamento dos sistemas e instrumentos de pagamento e da confiança na moeda escritural como ativo de liquidação.

Meios e Instrumentos de Pagamento

A tendência de evolução dos meios e instrumentos de pagamento em Cabo Verde continuou a apontar para uma alteração permanente no comportamento da população em relação aos pagamentos, com uma preferência crescente por instrumentos electrónicos.

O numerário prevaleceu como o meio de pagamento mais utilizado pela população,

não obstante a análise do peso de cada instrumento de pagamento na circulação monetária mostrar uma preferência crescente por instrumentos de pagamento alternativos.



A circulação monetária registou, no final de 2015, uma diminuição de 0,3 por cento face ao ano de 2014, tendo as notas e moedas em circulação atingido o montante de 8,9 mil milhões de escudos. Em 2015, foram processados um total de 1,5 milhões de cheques, no valor de 200,7 mil milhões de escudos, correspondentes a um aumento no número e no montante de cheques processados de 0,1 e 8,1 por cento, respetivamente. Consequentemente, a média diária de cheques processados passou de 6.216 cheques no valor de 737,1 milhões de escudos, em 2014, para 6.276 no valor de 796,5 milhões de escudos. Relativamente ao ano anterior, houve um aumento de 0,1 por cento em quantidade e de 8,1 por cento em valor dos cheques pagos através da compensação.

Igualmente, registou-se um aumento em quantidade (0,8 por cento) e em valor (9,1 por cento) dos cheques pagos através dos balcões. Estes mantêm a predominância, em termos de representatividade, com um peso de 80,7 por cento em quantidade e 64,3 por cento em valor, no total dos cheques processados no sistema bancário.

Em 2015, foram processados 2,5 milhões de transferências bancárias, no valor de 459 mil milhões de escudos, o que resulta numa diminuição em quantidade de 17,5 por cento e num aumento em valor de 21,9 por cento, respetivamente.

O decréscimo significativo no número das transferências processadas no sistema bancário ficou a dever-se ao comportamento das transferências intrabancárias que, individualmente, registaram uma diminuição de 22,5 por cento.

Encontravam-se emitidos e reconhecidos na rede Vinti4, em 2015, 203.541 cartões de pagamento, número superior em cerca de cinco por cento face ao registado em 2014.¹⁸

A utilização de cartões na rede Vinti4 registou um crescimento expressivo em 2015. Foram efetuados 19,9 milhões de operações na rede, correspondendo a um aumento de 15,8 por cento, comparativamente a 2014.

¹⁸ No que concerne à evolução das infraestruturas de pagamento, destaca-se que no final de 2015 a rede Vinti4 contava com um total de 5.336 terminais, dos quais 169 caixas automáticas (ATM) e 5.167 terminais de pagamento (POS), representativos de um decréscimo de 1,2 e aumento de 19,5 por cento, respetivamente, face a 2014.

Do total das operações efetuadas com cartões Vinti4 com movimentação de fundos (75 por cento), cerca de 43 por cento foram efetuadas nas caixas automáticas (ATM), 56 por cento nos terminais de pagamentos (POS) e um por cento através da Televinti4 e Vinti4net. O valor total transaccionado na rede situou-se em torno dos 54 mil milhões de escudos, mais oito mil milhões de escudos que no ano anterior.

O serviço de caixa automática tem-se revelado como o segmento de maior procura. O número de operações no serviço foi de 11 milhões em 2015, seis milhões dos quais com movimentação de fundos no valor de 34.571,3 milhões de escudos. A evolução positiva da procura do serviço de caixa automática acompanhou a tendência da oferta, nomeadamente o aumento do número de terminais no país, a disseminação geográfica da rede e a diversificação das operações no serviço acessível sem quaisquer restrições de horários.

Quadro 15. Cartões e Terminais da Rede Vinti4

	2013	2014	2015
	unidade		
Número de Terminais	3 850	4 495	5 336
Caixas Automáticas - ATM	163	171	169
Terminais de Pagamento - POS	3 687	4 324	5 167
Cartões Emitidos	185 543	193 281	203 541
Cartões Vinti4	169 418	177 861	188 581
Cartões de Crédito	16 225	15 420	14 960
	taxa de crescimento em percentagem		
Número de Terminais	22,1	16,8	18,7
Caixas Automáticas - ATM	0,6	4,9	-1,2
Terminais de Pagamento - POS	23,3	17,3	19,5
Cartões Emitidos	7,0	4,2	5,3
Cartões Vinti4	3,7	5,0	6,0
Cartões de Crédito	2,8	-5,0	-3,0

Fonte: Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos e Instituições de Crédito.

O serviço de pagamento automático tem conhecido, igualmente, uma evolução positiva ao longo dos anos, reflexo da boa aceitação pela população e pelos estabelecimentos comerciais. Em 2015 o número de terminais instalados aumentou cerca de 20 por cento e foram realizadas através dos mesmos 9.012.365 operações, no valor global de 27,5 mil milhões de escudos.

O serviço de Televinti4 é outro canal de acesso ao serviço da rede que vem crescendo gradualmente. Em 2015, os utilizadores do serviço ascendiam a 24 mil, que registaram um total de 221.684 operações, das quais 77,6 por cento com movimentação de fundos (no valor de 97,9 milhões de escudos).

A rede de pagamentos automáticos coloca ainda à disposição dos seus utilizadores o serviço Vinti4net que a partir de 2012 passou a ser utilizado exclusivamente para pagamento de serviços. Em 2015, neste serviço foram processados 4.087 operações, que movimentaram 125,9 milhões de escudos.

Sistemas de Compensação e de Liquidação Interbancária

O Banco de Cabo Verde assegura a gestão e o funcionamento do Sistema Integrado de Compensação Interbancária e Liquidação (SICIL), que integra os subsistemas de compensação de cheques e documentos afins, de transferências interbancárias e de operações da rede Vinti4, e é o operador e gestor do Sistema de Gestão de Depósitos e Liquidação (SGDL).

Os fluxos de pagamento entre as instituições participantes no SICIL e no SGDL realizam-se através de contas únicas de liquidação domiciliadas no BCV, com carácter irrevogável e incondicional, sendo que no SICIL a liquidação processa-se por compensação de saldos, enquanto que no SGDL as operações são processadas numa base individual. No primeiro sistema faz-se o processamento de operações de baixo valor, consequentemente de risco sistémico limitado, e, no segundo, faz-se o processamento de operações de grandes montantes.

Em 2015 registou-se um crescimento na ordem dos 22 por cento das operações processadas através do SGDL, tendo sido liquidado um total de 11,9 mil operações no valor de 5.263 mil milhões de escudos.

Em termos da média diária global de operações liquidadas, verificou-se um aumento das operações liquidadas no SGDL em termos de quantidade em 21,5 por cento e em valor em 137,1 por cento. O crescimento das liquidações no SGDL é explicado essencialmente pelas operações efetuadas através do mercado aberto, que registaram um aumento de 90 por cento em quantidade e de 159 por cento em valor.

As transações através do SICIL evidenciaram, igualmente, uma tendência de evolução positiva, crescendo 22 por cento em quantidade e 15,3 por cento em valor, em função do comportamento dos subsistemas de cheques e de transferências.

As transações do subsistema de cheques cresceram 1,6 por cento em quantidade e 6,2 por cento em valor. O número de cheques processados e devolvidos através da compensação fixou-se nos 305.802, totalizando 72 mil milhões de escudos.¹⁹

Seguindo a mesma tendência de evolução do ano anterior, o subsistema de compensação de transferências registou uma evolução positiva em 2015, tendo sido processadas 503.763 transações, no valor de 111 mil milhões de escudos. Em termos de peso, o subsistema representou 51,4 por cento em valor e 4,2 por cento em quantidade do total das operações realizadas através do SICIL.

A distribuição das transferências apresentadas à compensação por participante apresentou a mesma configuração de 2014, permanecendo o Tesouro como o agente mais representativo em termos de quantidade (64,6 por cento), mas menos representativo que as instituições de crédito no que concerne ao valor processado (33,9 por cento). O valor médio de transferências apresentado pelo Tesouro manteve-se nos 0,1 milhões de escudos, correspondente a metade do valor médio do total das transferências processadas no subsistema (0,2 milhões de escudos).

¹⁹ O cheque continua a apresentar um peso bastante expressivo no valor total processado (33 por cento). O valor médio, nos últimos cinco anos, manteve-se aproximadamente em 0,2 milhões de escudos por cheque.

10.5 Emissão Monetária

O Banco de Cabo Verde emite e põe em circulação notas e moedas metálicas do escudo cabo-verdiano com curso legal e poder liberatório, incluindo as comemorativas.²⁰

No quadro desta atribuição fundamental, destaca-se que no final do ano de 2015 o saldo das notas emitidas pelo BCV ascendia a 14.336 milhões de escudos, representando um aumento de 12,4 por cento face ao valor registado no final de 2014. Verificou-se um aumento de emissões de notas em todas as denominações, com exceção das de 5.000 escudos, e um crescimento mais significativo das denominações de 200 e de 2.000 escudos, em resultado de uma gestão cautelosa ocorrida até dezembro de 2014, decorrente da insuficiência de *stock* verificada daquelas notas.

Em 2015, o BCV deu sequência ao plano de lançamento de nova família de notas, com a emissão e colocação em circulação de novas notas de 500 e 5.000 escudos

Quadro 16. Emissão de Notas

Denominação CVE	2013	2014	2015
	em milhares de escudos		
200	384 292	387 606	481 466
500	567 860	622 695	689 547
1.000	3 379 223	4 079 320	4 519 430
2.000	4 933 947	5 470 962	6 576 687
5.000	2 304 265	2 196 025	2 069 320
Total	11 569 587	12 756 608	14 336 450

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Em termos de fluxos, durante o ano foram emitidas e colocadas em circulação 5,6 milhões de notas, no valor de 5.945 milhões de escudos. Deste total, as denominações de 1.000 e 2.000 escudos representaram, em conjunto, 61,43 por cento, em quantidade e 84,39 por cento, em valor (cerca de três milhões de notas). As denominações de 200 e 500 escudos representaram, respetivamente, cerca de 25,08 e 12,44 por cento do total das emissões, enquanto a nota de 5.000 escudos teve um peso irrisório nas emissões, um por cento em quantidade e cinco por cento em valor.

As notas depositadas no Banco de Cabo Verde são contadas e avaliadas, unitariamente de acordo com requisitos de qualidade definidos, de forma a garantir a genuinidade e a qualidade daquelas que devem regressar à circulação. Assim, em 2015, foram retiradas da circulação quatro milhões de notas, no valor de 4.365 milhões de escudos, por não oferecerem qualidade para retornar à circulação. Das notas retiradas de circulação, 37 por cento referiam-se às denominações de menores valor facial, 200 e 500 escudos, 36 por cento à denominação de 1.000 escudos e 25 por cento à denominação de 2.000 escudos. A comparticipação da denominação de 5.000 escudos no total de notas retiradas de circulação foi residual (cerca de dois por cento).

À semelhança de anos anteriores, das notas na posse do público predominaram as denominações de 1.000 e 2.000 escudos. Em termos agregados, estas ascenderam a 66,3 por cento em quantidade e 79,7 por cento em valor do total das notas em circulação,

²⁰ No quadro do n.º 3 do artigo 6º da Lei n.º 10/VI/2002 de 15 de julho, “é ilimitado o poder liberatório das notas, sendo o das moedas o estabelecido nos diplomas que autorizarem a sua emissão.”

assumindo-se como denominações-padrão do sistema de pagamentos em Cabo Verde, em boa medida devido ao facto de serem as únicas denominações disponibilizadas nas caixas automáticas.

Quadro 17. Circulação de Notas (em milhares de escudos)

Denominação CVE	2014				2015			
	Emissão	Notas em Caixa		Circulação	Emissão	Notas em Caixa		Circulação
		BCV	Bancos			BCV	Bancos	
200	387 606	57 769	51 059	278 778	481 466	123 153	49 802	308 511
500	622 695	189 879	104 515	328 301	689 547	265 646	97 141	326 760
1.000	4 079 320	973 405	600 515	2 505 400	4 519 430	1 462 344	514 800	2 542 286
2.000	5 470 962	799 166	557 048	4 114 748	6 576 687	1 514 028	590 922	4 471 737
5.000	2 196 025	796 895	165 735	1 233 395	2 069 320	760 190	159 665	1 149 465
Total	12 756 608	2 817 114	1 478 872	8 460 622	14 336 450	4 125 361	1 412 330	8 798 759

Fonte: Banco de Cabo Verde.

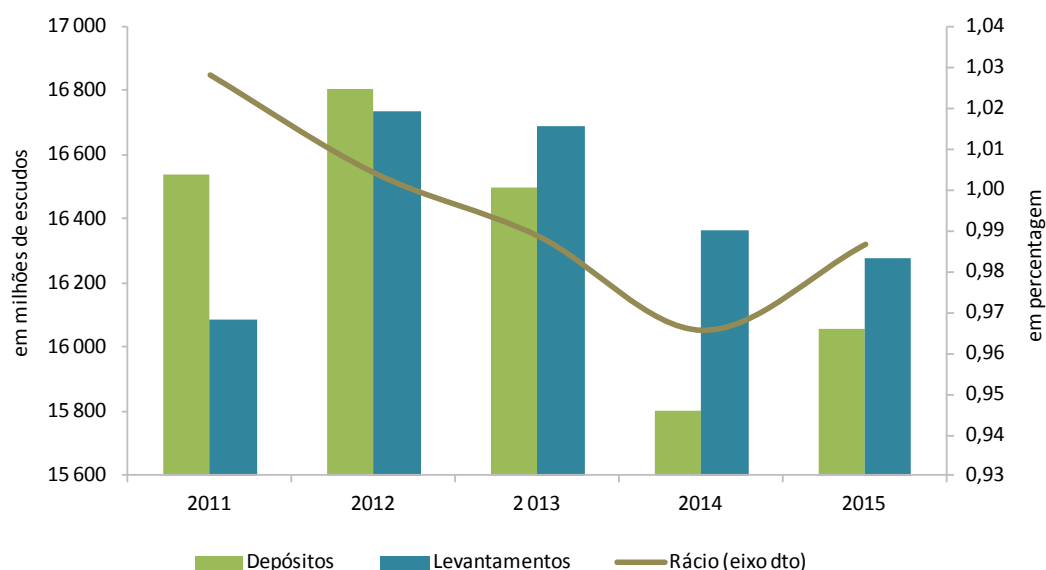
No que concerne às moedas, a circulação aumentou 6,4 por cento, o que corresponde em termos de valor a 33 milhões de escudos. Verificou-se um aumento da circulação em todas as denominações, com exceção da moeda de 200 escudos.

De salientar a colocação em circulação, em dezembro de 2015, de uma moeda comemorativa de 250 escudos, alusiva ao 40º Aniversário da Independência Nacional e da Criação do Banco de Cabo Verde.

Os registos dos movimentos totais dos depósitos e dos levantamentos realizados, em valor, pelas instituições de crédito, em 2015, junto da tesouraria do Banco de Cabo Verde e das instituições executantes do protocolo de tesouraria ascenderam a 16.056 e 16.275 milhões de escudos, respetivamente. Os depósitos registaram uma ligeira variação positiva de 1,6 por cento, enquanto os levantamentos evidenciaram uma variação negativa de 0,6 por cento.

Durante o ano de 2015 foram trocadas no BCV 2.495 notas das famílias de 1989 e de 1992, retiradas da circulação através dos Decretos-Lei n.º 6/2006 e n.º 44/2008, de 23 de janeiro de 2006 e de 1 de dezembro de 2008, respetivamente.

Figura 28. Depósitos versus Levantamentos



Fonte: Banco de Cabo Verde.

Do total das notas trocadas, cerca de 73,7 por cento em quantidade e 78,3 por cento em valor correspondiam à denominação de 1.000 escudos, no valor equivalente a 1,8 milhões de escudos.

Das notas retiradas de circulação, encontravam-se ainda na posse do público 626 mil notas, no valor de 283,3 milhões de escudos. De salientar que deste total, as denominações de 200 e 500 escudos representavam em termos agregados 48,9 por cento em quantidade e 34,3 por cento em valor. A denominação de 1.000 escudos correspondia a 20,89 por cento em quantidade e 46,31 por cento em valor, e as denominações de 100 e 2.500 escudos, em conjunto, correspondiam a 19,4 por cento em valor e 30,1 por cento em quantidade.

Quadro 18. Contrafação de Notas (Circuladas)

Denominação CVE	2013		2014		2015	
	Quantidade (unidade)	Valor (escudos)	Quantidade (unidade)	Valor (escudos)	Quantidade (unidade)	Valor (escudos)
200	12	2 400	1	200		
500	7	3 500	8	4 000	3	1 500
1.000	60	60 000	33	33 000	12	12 000
2.000	26	52 000	9	18 000	10	20 000
5.000	3	15 000	0	0	0	0
Total	108	132 900	51	55 200	25	33 500
Notas Estrangeiras	23	0	16	0	27	0

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Nota: t.v.a.-taxa de variação anual.

Durante o ano de 2015, foram detetadas através do sistema bancário um total de 25 contrafações, representando as denominações de 1000 e 2000 escudos cerca de 88 por cento. De destacar, entretanto, a tendência de contínuo decréscimo da contrafação de todas as denominações.

Capítulo 11. Estabilidade Financeira

A salvaguarda de um sistema financeiro sólido e eficiente, conforme consagrada na sua Lei Orgânica, constitui uma das principais atribuições do Banco de Cabo Verde. No âmbito da estabilidade financeira, o BCV possui competências em matéria de regulação, de supervisão prudencial e comportamental, de averiguação e ação sancionatória de todo o sistema financeiro nacional.

Este capítulo sumariza a atuação do banco central na promoção e salvaguarda da estabilidade financeira em 2015.

11.1 Regulação

A atividade de regulação em 2015 centrou-se na regulamentação da Lei de Bases do Sistema Financeiro (Lei n.º 61/VIII/2014, de 23 de Abril) e da Lei das Atividades e das Instituições Financeiras (Lei n.º 62/VIII/2014, de 23 de Abril), que definem as bases e os princípios orientadores que devem reger o sistema financeiro. Neste quadro foram publicados, para garantir a aplicabilidade do quadro normativo referencial para o sistema financeiro, os seguintes Avisos:

- Aviso n.º 1/2015, de 05 de março, que aprova o modelo de renúncia concernente às instituições de crédito de autorização restrita;
- Aviso n.º 2/2015, de 20 de março, que regula o funcionamento do fundo de garantia automóvel;
- Aviso n.º 3/2015, de 12 de maio, que fixa o capital social mínimo das instituições financeiras;
- Aviso n.º 4/2015, de 10 de julho, que determina as medidas que os bancos deverão adotar com vista ao restabelecimento do equilíbrio financeiro e define os procedimentos de submissão dos planos de recuperação ao Banco de Cabo Verde;
- Aviso n.º 5/2015, de 10 de julho, que define o conteúdo e as regras dos planos de resolução dos bancos com sede em Cabo Verde;
- Aviso n.º 6/2015, de 16 de novembro, que define os termos e as condições a que se encontra sujeito o registo das Centrais Privadas de Informação de Crédito (CPIC) junto do Banco de Cabo Verde, e que regula os requisitos de informação a que estas instituições estão obrigadas e as normas pertinentes à sua atividade;
- Aviso n.º 7/2015, de 24 de dezembro, que impõe limites ao valor total das ações, ou outras partes de capital, de quaisquer sociedades não abrangidas no ativo imobilizado de que as instituições de crédito podem ser titulares, e estabelece critérios adicionais de autorização para a aquisição de imóveis por parte das instituições de crédito;
- Aviso n.º 8/2015, de 24 de dezembro, que fixa os limites aplicáveis à subscrição ou

aquisição, por parte das instituições de crédito sujeitas à supervisão do Banco de Cabo Verde, de ações ou títulos de participação não colocados junto dos destinatários de uma oferta e, bem assim, à subscrição de ações, quando acompanhada da obrigação de colocação superveniente das mesmas junto dos acionistas ou de terceiros;

- Aviso n.º 9/2015, de 24 de dezembro, que estabelece os prazos e métodos de amortização de instalações e equipamentos, bem como das despesas de instalação, de trespasse e outras de natureza similar; e
- Aviso n.º 10/2015, de 24 de dezembro, que estabelece as regras adicionais a serem observadas pelas instituições financeiras concernentes à submissão prévia, aprovação e reporte do relatório anual de gestão, das contas do exercício, dos demais documentos de prestação de contas e do relatório de provisões mínimas regulamentares, este último, nos termos de aviso próprio.

No caso específico do sector segurador destaca-se a preparação e à submissão à consulta restrita (às empresas seguradoras e corretoras de seguros) dos seguintes avisos, a serem publicados em inícios de 2016, que:

- estabelece os princípios e as regras dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno a implementar pelas empresas seguradoras;
- aprova a tabela de comissões de mediação e de cobrança para os seguros novos e continuados; e
- estabelece os valores mínimos das comissões exigidas aos mediadores de seguros, pessoas singulares e coletivas, para que não lhes seja cancelada a respetiva inscrição.

Encontram-se em fase de finalização para serem encaminhados à consulta pública, os projetos de avisos de rácio de solvabilidade, de fundos próprios e de riscos, produzidos em 2015.

Foi, igualmente, concebido o projeto de decreto-lei das taxas cobradas pelo BCV no âmbito do exercício de supervisão e regulação do sector financeiro, bem como no que diz respeito aos serviços cambiais prestados enquanto banco central. Tal projeto de diploma advém do novo panorama legislativo-fiscal vigente no país, tendo em conta a promulgação dos novos códigos tributários – Código Geral Tributário, Código de Processo Tributário e Código das Execuções Tributárias, aprovados, respetivamente, pelas Leis n.º 47/VIII/2013 e n.º 48/VIII/2013, ambas de 20 de dezembro, e pela Lei n.º 49/VIII/2013, de 26 de dezembro - e a recente entrada em vigor do Regime Geral das Taxas e Contribuições, aprovado pela Lei n.º 100/VIII/2015, de 10 de dezembro.

No âmbito da regulação e supervisão das instituições de micro-finanças destacam-se as seguintes ações:

- levantamento e preparação de medidas para a regulamentação da Lei n.º 83/VIII/2015, que estabelece o regimento jurídico da atividade de micro-finanças; e
- desenvolvimento do modelo de *reporting* das instituições de micro-finanças, para tratamento das informações económico-financeiras, prudenciais e contabilísticas.

11.2 Supervisão Prudencial das Instituições de Crédito e de Seguros

O Banco de Cabo Verde monitoriza o sector financeiro para identificar, avaliar e mitigar as fontes de risco sistémico que possam por em causa a estabilidade financeira do país.

Com o intuito de fazer face a um contexto macrofinanceiro desafiante, o BCV adotou em 2015 a metodologia de supervisão baseada no risco. Esta nova abordagem que foi aplicada ao longo do ano nos procedimentos de supervisão, nomeadamente nas inspeções *on-site* e acompanhamento *off-site*, baseia-se na identificação e monitorização de riscos financeiros e não financeiros que ameaçam a solidez do sistema financeiro, bem como nos controlos implementados pelas instituições para a sua mitigação.

A par das melhorias introduzidas nos modelos de supervisão dos bancos de autorização genérica e das seguradoras, procedeu-se à reestruturação do modelo de acompanhamento dos bancos de autorização restrita, no quadro do aperfeiçoado modelo do Fundo Monetário Internacional de avaliação dos Financial Soundness Indicators –FSI.

Enquanto instrumento de supervisão macro prudencial foi elaborado e publicado o Relatório de Estabilidade Financeira de 2014, que incorpora os resultados de stress tests realizados no sector bancário.

11.3 Supervisão Comportamental das Instituições de Crédito e de Seguros

A Lei de Bases do Sistema Financeiro e a Lei das Instituições Financeiras, publicadas ambas em abril de 2014, reforçaram as competências do Banco de Cabo Verde no âmbito da supervisão comportamental, ao reconhecê-la como um dos pilares em que assentam a solidez e a estabilidade do sistema financeiro.

A Norma interna de Aplicação Permanente (NAP n.º2/ 2015, de 6 de Agosto) que reviu a estrutura orgânica do BCV, regulamentou a sua competência em matéria de supervisão comportamental, conferindo ao Gabinete de Apoio ao Consumidor (GAP) a missão de supervisionar a conduta das instituições financeiras com os seus clientes, estabelecendo regras específicas para a defesa dos direitos, garantias e interesses legítimos dos consumidores do sector financeiro nacional.

Neste quadro, na execução das atribuições, o GAP efetua a receção e acompanha o tratamento de reclamações procedentes do livro de reclamações ou apresentadas diretamente (via email, atendimento ou exposição escrita), desde que relacionadas com produtos e serviços financeiros negociados, oferecidos ou prestados, no território nacional, que ainda não tenham sido resolvidas por uma autoridade arbitral.

A apreciação das reclamações constitui um instrumento de fiscalização do cumprimento das normas em vigor pelas instituições financeiras. Com efeito, o BCV promove, no quadro do Aviso n.º 3/2007, de 17 de outubro, que estabelece as regras e procedimentos a serem observados pelas instituições financeiras na relação com os seus clientes, as diligências necessárias para a verificação do cumprimento das normas por cuja observância lhe caiba zelar, adotando as medidas adequadas para obter a sanção dos incumprimentos detetados, sem prejuízo da instauração de procedimento contraordenacional sempre que a conduta das entidades reclamadas, nomeadamente pela sua gravidade ou reiteração, o justifique.

Reclamações de Clientes Financeiros

Em 2015, o BCV recebeu e tratou 240 reclamações, das quais 16 através da área reservada ao consumidor na sua *webpage*. Registe-se que a gestão das reclamações passou a ser feita a partir de 2015 automaticamente através do portal Extranet do BCV.

O número de reclamações recebidas em 2015 foi sensivelmente superior ao dos anos anteriores. A tendência ligeiramente crescente das reclamações refletiu o aumento do número das reclamações concernentes aos encargos cobrados na generalidade dos produtos bancários e relacionadas, em grande medida, com questionamentos surgidos após a sanção aplicada ao Banco Cabo-Verdiano de Negócios, nessa sede, no 1º semestre do ano.

As reclamações enviadas diretamente ao BCV representaram, em 2015, 61 por cento do total (49 por cento em 2014), percentagem significativamente superior às reclamações inscritas nos livros de reclamações dos bancos comerciais

A análise das reclamações pelo BCV conduziu ao ressarcimento de 4,1 milhões de escudos aos reclamantes, valor superior aos devolvidos em 2014 em cerca de 2,5 milhões de escudos.

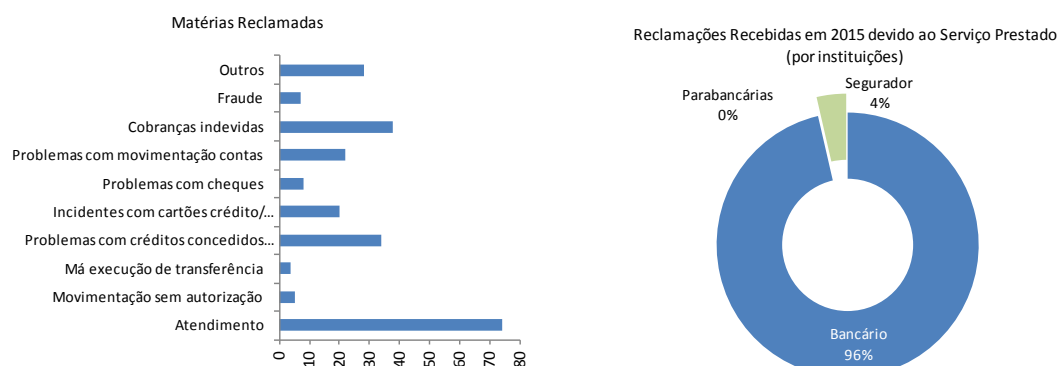
Em termos numéricos, as reclamações bancárias mantêm-se, em larga medida, superiores às do sector segurador. A este nível, o foco das reclamações permanece nos diferentes relacionados com o seguro automóvel.

Preçário de Produtos Financeiros

Cabe, igualmente, ao BCV a análise das propostas de preçários das instituições financeiras e suas alterações, em obediência ao disposto no Aviso n.º 1/2013 de 12 de Abril, que estabelece as regras que as instituições financeiras devem observar na divulgação do preçário e define os deveres de informação e de assistência que recaem sobre aquelas.

Neste âmbito, em 2015, o GAP analisou as versões preliminares das propostas de preçários apresentadas pelos bancos, mediante a verificação da conformidade legal dos Folhetos de Comissões e Despesas e de Taxas de Juros, donde, resultaram alguns comentários e recomendações, que foram submetidos à apreciação do Conselho de Administração.

Figura 29. Reclamações ao Gabinete de Apoio ao Consumidor



Fonte: Banco de Cabo Verde.

De destacar, ainda, o início de um estudo visando a uniformização da terminologia a respeitar nos preços, com a finalidade de dar cumprimento ao n.º 3 do artigo 10º do Aviso n.º 1/2013, nos termos do qual as instituições devem adotar a nomenclatura mínima comum para as comissões e despesas relativas à prestação dos seus serviços ou fornecimento dos seus produtos, de acordo com o que a instrução técnica do BCV vier a determinar.

Educação Financeira

A educação financeira concorre para uma melhor cultura financeira, resultando numa utilização mais eficiente e eficaz dos produtos e serviços financeiros colocados à disposição dos cidadãos. Com ela procura-se cultivar um relacionamento mais transparente entre o sector financeiro e a sociedade, contribuindo também para a estabilidade do sistema financeiro.

Neste quadro, com o financiamento da Cooperação Luxemburguesa, o Banco de Cabo Verde promoveu a elaboração do Iº Estudo sobre Literacia Financeira, cuja execução e sistematização do inquérito estiveram a cargo do Instituto Nacional de Estatística. O acompanhamento interno do desenvolvimento do inquérito foi realizado por uma equipa do BCV, integrada por colaboradores da Auditoria Geral dos Mercados de Valores Mobiliários, do Departamento de Estudos Económicos e Estatísticas e do Gabinete de Apoio ao Consumidor.

O diagnóstico efetuado visou a análise dos comportamentos, atitudes e conhecimentos dos cidadãos face a questões financeiras, como o intuito final de orientar a definição de estratégias de formação e informação financeiras, enquadradas num futuro Plano Nacional de Educação Financeira.

11.4 Averiguação e Ação Sancionatória das Instituições de Crédito e Seguros

Para a monitorização do risco de crédito, que é o risco com maior probabilidade de materialização, cuja efetivação tem impacto relevante na intermediação financeira, foram realizadas em 2015 inspeções à carteira de crédito dos quatro maiores bancos do sistema, que resultaram na emissão de determinações no sentido do reforço dos níveis de imparidades e provisões. Além destas ações, realizaram-se visitas de reconhecimento de determinadas instituições financeiras, para certificar a existência de condições do exercício da atividade autorizada.

No que tange a processos de licenciamento e registos de instituições financeiras e respetivos membros dos órgãos sociais, procedeu-se ao controlo da idoneidade dos acionistas com participações qualificadas e membros dos órgãos de administração e fiscalização daquelas instituições, o que resultou na rejeição de um pedido de licenciamento de uma instituição bancária.

Durante o ano de 2015, o BCV instaurou cinco processos de contraordenação por violação de normas que regem a atividade financeira, três dos quais relacionados ao incumprimento de regras prudenciais, de início de atividade de membros de órgãos sociais sem registo prévio e alteração da estrutura da administração sem a prévia autorização do supervisor. Os restantes processos referiam-se à cobrança indevida e ilegal de comissões e taxas e à movimentação de contas sem aviso prévio ao titular.

11.5 Função de Resolução das Instituições de Crédito

Em 2015, o Banco de Cabo Verde prosseguiu a complexa missão de preparar as condições para prevenção de crises e a aplicação de medidas de recuperação e resolução de instituições financeiras.

Neste contexto, com base num estudo elaborado sobre um esquema de garantia de depósitos para Cabo Verde, foi produzido um projeto de diploma que permite a criação do fundo de garantia de depósitos.

No quadro do desenvolvimento normativo sobre matérias relacionadas com a prevenção, gestão e resolução de crises constantes nas leis em vigor elaborou-se uma proposta de Aviso sobre o conteúdo dos planos de recuperação e de resolução, identificou-se as normas que carecem de regulação no âmbito da prevenção gestão e resolução de crises e estudou-se propostas para reformulação da estrutura de capital das instituições financeiras.

11.6 Supervisão dos Mercados de Valores Mobiliários

A Auditoria Geral do Mercado de Valores Mobiliários (AGMVM), criada na dependência do Governador do BCV, tem como missão supervisionar e regular os mercados de valores mobiliários, bem como a actividade de todos os agentes que neles atuam.

Neste contexto e visando uma melhor proteção dos investidores, em 2015 a AGMVM adoptou um conjunto de medidas, em linha com os melhores padrões internacionais de supervisão, para implementar de modo eficaz os mecanismos previstos no Código do Mercado de Valores Mobiliários (Código MVM).

A actividade da AGMVM centrou-se, particularmente, na implementação dos mecanismos de acompanhamento do mercado e na avaliação dos riscos emergentes no próprio mercado. Neste quadro, a AGMVM acompanhou o cumprimento das obrigações contratuais dos emitentes, bem como as suas responsabilidades com o dever de informação. Apesar de já se terem registado progressos notórios, alguns emitentes continuaram a mostrar alguma resistência no cumprimento do dever de informação.

No concernente à mitigação dos riscos, a AGMVM trabalhou no sentido de reforçar a capacidade de gestão dos emitentes, iniciando o processo de identificação dos seus eventuais riscos, e melhorou o acompanhamento dos emitentes com maior grau de risco.

Ao longo do ano de 2015, a AGMVM reforçou os mecanismos de supervisão prudencial e comportamental, em linha com os desenvolvimentos internacionais, relacionados com uma nova arquitetura do sistema de supervisão do sistema financeiro. Neste sentido, a AGMVM acompanhou diariamente todas as transações e toda a informação veiculada na imprensa nacional sobre os emitentes.

Na sequência das ações de supervisão, foram notificados alguns emitentes para procederem à regularização de situações de incumprimento, sobretudo em relação ao dever de informação, nos termos do Código MVM e do Regulamento n.º 1/2009, que consubstanciam as informações privilegiadas a serem comunicadas ao mercado. As ações de fiscalização centraram-se sobretudo na verificação da existência de mecanismos adequados para a efetiva identificação, avaliação e controlo dos riscos inerentes às atividades exercidas pelos emitentes e pelos intermediários financeiros.

De acordo com os objetivos estabelecidos no seu plano de ação para 2015, a AGMVM intensificou o seu trabalho de proteção dos investidores e de integridade do mercado. Também esteve, durante todo o ano, empenhada no processo de adesão à International Organization of securities Commissions (IOSCO). A adesão à IOSCO irá permitir a convergência da AGMVM com os melhores padrões normativos e práticas internacionais, facilitando a afirmação de Cabo Verde como um centro financeiro regional.

No quadro específico da atividade de supervisão, foi, igualmente, melhorado o sistema de acompanhamento das actividades da Bolsa de Valores de Cabo Verde e dos intermediários financeiros e procedeu-se à actualização do cadastro de todos os registos individuais dos mandatários dos bancos comerciais.

Ainda no terceiro trimestre intensificou-se as atividades com vista a adesão de AGMVM a West African Capital Markets Integration Council – WACMIC.

Autorizações Concedidas

No âmbito das suas atribuições, a AGMVM apreciou dois dossiers referentes a operações fora da Bolsa, tendo autorizado um deles e emitido um esclarecimento ao mercado na sequência do outro pedido.

A AGMVM deu sequência ao processo de padronização dos atos da Auditoria, tornando-os mais céleres.

Após a publicação do Decreto-Lei n.º 67/2014 de 16 de dezembro, sobre a retirada ao Estado dos direitos especiais junto de dois emitentes com títulos cotados, a AGMVM procedeu a autorização do pedido de oferta pública de venda dos referidos títulos.

Ainda em 2015, a AGMVM recebeu três pedidos de registo de peritos avaliadores, tendo autorizado dois deles. Igualmente, no decorrer do ano, recebeu um pedido de registo especial duma sociedade como intermediário financeiro em valores mobiliários, que não foi autorizado, uma vez que o processo não estava devidamente instruído, à luz da legislação vigente.

Legislação/Regulamentação

A AGMVM viu alargada a sua área de intervenção com a entrada em vigor do novo Código do Mercado de Valores Mobiliários, das duas leis especiais sobre os valores mobiliários escriturais e entidades gestoras de sistemas centralizadores de valores mobiliários e da renovada legislação sobre organismos de investimento colectivo.

Em 2015, a AGMVM concluiu o processo de regulamentação das principais normas do novo Código MVM, e, ainda, trabalhou os projetos de regulamentos sobre investidores qualificados e não qualificados, bem como o primeiro pacote de regulamento da legislação sobre os organismos de investimento coletivo, tendo publicado em 2015 os seguintes regulamentos:

- Regulamento da AGMVM n.º 1/2015 - B.O n.º 19 II série, 09/04/2015, B.O n.º 19 II série, sobre o regime jurídico associado aos conceitos de investidor qualificado e não qualificado;
- Regulamento da AGMVM n.º 2/2015 – B.O n.º 09/04/2015, que desenvolve o regime previsto no quadro jurídico dos organismos de investimento coletivo; e
- Regulamento da AGMVM n.º 3/2015 – B.O n.º 56 – II Série, 20/11/2015, regulamento complementar sobre os organismos de investimento coletivo.

Além desses três regulamentos, a AGMVM trabalhou no Regulamento sobre o governo das sociedades cotadas e no código do governo das sociedades cotadas, que foi colocado em consulta pública no terceiro trimestre do ano. Também trabalhou o regulamento sobre custos do mercado, que deverá ser publicado ao longo de 2016.

Ainda, no âmbito da reforma do sector financeiro, desde 2013 a AGMVM vem participando no processo de elaboração de projectos de Decretos-Lei, designadamente sobre a retirada dos direitos especiais do Estado e sobre a reforma da Lei de Intermediação Financeira de valores mobiliários que é de 1998 e encontra-se desatualizada.

A AGMVM trabalhou na regulamentação do Decreto-Lei n.º3/2014, de 16 de janeiro, sobre a contabilidade para os organismos de investimento coletivo, que altera o Decreto-Lei n.º 15/2005 de 14 de fevereiro. Publicou, entretanto, a Resolução n.º 077/2015 de 7 de outubro, que retira as restrições sobre a transmissibilidade das ações.

Capacitação Financeira

No quadro das suas atribuições, a AGMVM tem vindo a privilegiar a capacitação financeira, enquanto vetor importante de desenvolvimento institucional e de garantia da estabilidade financeira. Neste contexto, promoveu em 2015 cinco seminários para capacitar técnicos do sector financeiro nacional, quatro dos quais em parceria com a Agência de Transferência de Tecnologias Financeiras de Luxemburgo (ATTF):

- *Fundamentals of Risk Management*, que decorreu entre três e cinco de março;
- *Basel Regulation of Banks: Past, Present and Future*, de 27 a 29 de abril;
- *International Financial Reporting Standards – IFRS*, que teve lugar entre 15 a 17 de junho;
- *Internal Audit and Control*, de cinco a sete de outubro; e
- A Reforma Regulatória no Sistema Financeiro e do Mercado de Valores Mobiliário, 15 e 16 de Julho de 2015.

A AGMVM, ainda:

- realizou, em parceria com o Instituto de Valores Mobiliários de Lisboa, um *workshop* sobre mercado de capitais;
- promoveu a obra “A Designação de Administradores”, publicado pelo Governance Lab- grupo de investigação internacional dedicado ao estudo do governo das organizações;
- realizou um seminário com a participação de um antigo vice-presidente da NYSE-EURONEXT sobre Plataformas Financeiras do Mercado Valores Mobiliários.

Ao longo de 2015, a AGMVM continuou a trabalhar, em parceria com a Bolsa de Valores de Cabo Verde, na criação de condições para a capacitação institucional do mercado de capitais, como fonte alternativa de financiamento e de investimento em Cabo Verde. Neste quadro, foi retomado o programa televisivo Praça Financeira, como forma de fazer chegar as informações do mercado de capitais ao público em geral.

Visando a partilha de experiências e a promoção das alternativas de financiamento, a AGMVM participou em duas mesas redondas empresariais promovidos pela Bolsa de Valores sobre o *Cluster* de Serviços Financeiros: Desafios e Oportunidades para as Empresas Cabo-Verdianas.

Capítulo 12. Organização e Gestão de Recursos

A estrutura orgânica e funcional do Banco de Cabo Verde tem vindo a ser adaptada, nos últimos anos, para melhor responder aos desafios impostos por um contexto macrofinanceiro cada vez mais complexo e exigente, tendo por referência as melhores práticas de instituições congéneres.

Neste âmbito, em 2015, após o ajustamento da estrutura orgânica em 2014, visando o reforço das funções associadas à supervisão (micro e macro prudencial, bem como comportamental), o BCV procedeu a uma revisão pontual da orgânica, separando as funções de recursos humanos das de gestão do património e segurança. A atualização da orgânica visou igualmente o reforço da função de resolução, que passou a ser atribuição do Gabinete do Governador e dos Conselhos.

Modelo de Governação

Com o objetivo de aprimorar o seu modelo de governação nos domínios de planeamento e organização, deu-se sequência, em 2015, à elaboração da metodologia de gestão de projetos e implementou-se um conjunto de ações no quadro do processo de desenho do plano estratégico para o quadriénio 2016-2019. O processo abrangeu desde a avaliação da execução do plano 2011-2014, a elaboração de uma análise *swot* exhaustiva do funcionamento da instituição, a priorização dos objetivos, estratégias, resultados esperados e metas.

Gestão de Riscos

O Banco de Cabo Verde prossegue uma rigorosa política de gestão de riscos (financeiros e operacionais) assegurada pelo Departamento de Auditoria Interna, em articulação com as demais unidades orgânicas.

Neste quadro, visando a melhoria da eficiência e eficácia dos processos internos, a salvaguarda dos ativos, a fiabilidade da informação financeira e o cumprimento dos regulamentos e das normas, destacam-se as seguintes ações de auditoria levadas a cabo em 2015:

- auditorias internas operacionais aos processos relacionados com a gestão dos recursos humanos, património e administração, gestão de reservas, emissão e tesouraria; e
- ações de conferência de valores na Tesouraria - Sede e aos protocolos de tesouraria com as instituições de crédito.

No que se refere às ações de *follow up* (acompanhamento da implementação das recomendações), os trabalhos contemplaram as operações de política monetária, contabilidade, tesouraria, recursos humanos, gestão de reservas e património.

Realce-se ainda:

- a coordenação dos trabalhos da auditoria externa no encerramento das contas de 2014 e da fase preliminar relativamente ao ano de 2015;
- as atividades do Comité de Segurança e *Compliance*, no âmbito da conformidade, gestão de riscos e segurança e da Comissão de Segurança da Informação;
- as ações no âmbito do *Anti-Money Laundering/Combating the Financing of Terrorism* (AML/CFT).

No seguimento dos trabalhos de melhoria contínua e qualidade dos processos da auditoria interna procedeu-se à segunda fase da actualização do Manual de Auditoria Interna para alinhamento com as IPPF – *International Professional Practice Framework*, no âmbito do processo de convergência com as normas do IIA – Institute of Internal Auditors. Foram melhorados os processos da documentação das fases de planeamento e execução da auditoria e ao nível dos procedimentos de *follow up* elaborou-se uma base de dados para acompanhamento das recomendações, consoante o respectivo estado de implementação.

Sistemas de Informação

O Banco de Cabo Verde procura adequar os seus sistemas e tecnologias de informação (TI) às necessidades e prioridades de negócio, numa perspetiva de racionalização de processos e de optimização do custo/benefício.

Neste domínio, em 2015, destacam-se as seguintes ações:

- desenvolvimento do Sistema de Gestão de Aquisições e Património (SIGAP);
- entrada em produção do portal Extranet;
- desenvolvimento do módulo de fila de espera do Sistema de Gestão de Depósitos e Liquidação (SGDL);
- implementação e consolidação da integração eletrónica BCV/DGT;
- elaboração de uma proposta de plano de continuidade de negócios de tecnologias de informação.

Gestão dos Recursos Humanos

Num contexto de novos desafios que se apresentam ao Banco de Cabo Verde, importa colocar como uma das prioridades o reforço do seu capital humano, contribuindo para a eficácia das suas ações através da atração de quadros qualificados, mantendo também o enfoque em dotar e otimizar os recursos já existentes.

Deste modo, o BCV manteve em 2015 a aposta na contratação de profissionais especializados, na promoção da formação, tanto a nível académico quanto técnico-profissional, e na atualização e reforço constante dos seus instrumentos de gestão de recursos humanos.

No final de 2015, o quadro de colaboradores do BCV era constituído por 141 efetivos, correspondente a um aumento de oito colaboradores face a 2014. Dos 141 efetivos registados, 103 pertenciam ao quadro de pessoal do BCV e 38 (27 por cento) encontram-se em situação de contrato por tempo determinado.

Quadro 19. Evolução dos Efetivos

		2013	2014	2015
Efetivos	Total	125	133	141
Género	Homens	50	52	59
	Mulheres	75	81	82
Movimentação	Admissões	5	13	16
	Reforma	3	2	6
Escalões Etários	<25	0	0	0
	[25;29]	10	11	20
	[30;34]	12	20	22
	[35;39]	24	20	16
	[40;44]	15	15	20
	[45;49]	30	23	22
	[50;54]	19	27	28
	[55;59]	15	17	13
	>= 60	0	0	0

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Mantendo a política de recrutamento com base na priorização de técnicos com sólida formação superior, em 2015, dos 16 novos colaboradores contratados, a maior parte apresentava formação académica igual ou superior à licenciatura, à excepção de três colaboradores com o ensino secundário, perfazendo assim um total de 103 funcionários com formação superior e apenas 38 colaboradores com formação académica não superior.

Quadro 20. Nível Académico e Grupo Funcional dos Colaboradores

	Masculino	Feminino	Total
Nível Académico			
Doutoramento	2	0	2
Mestrado	14	23	37
Pós-Graduação	3	8	11
Licenciatura	19	34	53
Bacharelato	0	1	1
Ensino Secundário	13	13	26
Ensino Básico Integrado/Elementar	8	3	11
Total	59	82	141
Grupos Funcionais			
Governador	1	0	1
Administradores	3	0	3
Cargos de Nomeação (com função de gestão)	7	21	28
Cargos de Nomeação (sem função de gestão)	5	5	10
Funções de Carreira Técnica Superior	27	40	67
Funções de Carreira Técnica Assistente	0	2	2
Funções de Carreira Técnica Administrativa	6	10	16
Funções Auxiliares e de Apoio Geral	10	4	14
Total	59	82	141

Fonte: Banco de Cabo Verde

O BCV manteve os incentivos para estudos, concedendo apoio aos colaboradores-estudantes, através de comparticipação nas inscrições e propinas. Esta política tem resultado no desenvolvimento de novas competências técnicas e pessoais dos colaboradores, sendo uma mais-valia evidente para a instituição.

Durante o ano 2015, foram levadas a cabo diversas ações de formação tanto no país como no estrangeiro, registando-se 116 participações em ações de formação internas ou nacionais, sendo 103 destas participações intra-instituição e 13 inter-instituição. A nível das formações realizadas fora do país verificaram-se 25 participações.

Quadro 21. Número de Participações em Ações de Formação

Tipos de Acções de Formação	Interna		Externa	Total
	Intra-Instituição	Inter-Instituição		
Académica/Qualificante	0	1	0	1
Especializada (específicas)	36	6	11	53
Informática	0	0	0	0
Línguas	0	0	9	9
Comportamental/Gestão	0	0	0	0
Outros Tipos Formação	67	6	5	78
Total	103	13	25	141

Fonte: Banco de Cabo Verde

Gestão Financeira e Patrimonial

No contexto da gestão financeira e patrimonial, o Banco de Cabo Verde tem vindo a prosseguir uma estratégia de promoção da eficiência financeira, designadamente através da melhoria dos procedimentos orçamentais, da racionalização de custos e da *accountability* da instituição.

No quadro daqueles objetivos, em 2015:

- deu-se sequência ao processo de consolidação do projeto de convergência normativa com as *International Financial Reporting Standards* (IFRS), abarcando a reestruturação e a difusão das demonstrações financeiras, de acordo com os *standards* internacionais, bem como o acompanhamento e a integração da evolução das normas nas demonstrações do BCV;
- procedeu-se ao reforço do sistema de controlo interno integrado, que visa salvarguardar o ativo da instituição, conferir maior transparência e credibilidade à informação económico-financeira, promover a eficiência dos recursos e estimular o cumprimento de leis e normas estabelecidas;
- fez-se a compilação e a análise mensal da situação patrimonial e financeira do BCV, de acordo com o novo paradigma internacional, incluindo a execução do orçamento de exploração;
- elaborou-se os orçamentos de exploração e de investimentos de 2016;
- projectou-se o balanço e a demonstração de resultados para o período 2015-2017;
- elaborou-se o relatório e contas de 2015, bem como o relatório de execução dos orçamentos de exploração e de investimentos referentes a 2015;

- trabalhou-se as propostas de regularização de contas diversas visando maior transparência e credibilização das demonstrações financeiras;
- preparou-se o manual de procedimentos, com vista à normalização dos procedimentos contabilísticos assentes nas IFRS e à estruturação de processos, o que contribui para uma maior eficiência e eficácia dos serviços e capacitação dos técnicos da contabilidade e controlo financeiro;
- atualizou-se o Plano de Contas do Banco de Cabo Verde, para publicação sob a forma de Norma de Aplicação Permanente; e
- consolidou-se o projeto de reforma do sistema de planeamento e gestão orçamental do BCV, com inserção de ajustes para melhorar o sistema que visa a definição dos circuitos processuais, o desenvolvimento de um *software* de gestão e a elaboração de um manual de procedimentos.

Capítulo 13. Serviços à Sociedade

No quadro da sua missão e funções, o Banco de Cabo Verde tem a responsabilidade de promover o conhecimento sobre a realidade económico-financeira do país e presta à sociedade um conjunto de serviços.

Este capítulo descreve as atividades principais levadas a cabo pelo BCV, no quadro da prestação de serviços à sociedade.

Promoção do conhecimento sobre a economia cabo-verdiana

O BCV divulga regularmente um conjunto de publicações e estatísticas que abrangem as suas diferentes áreas de atuação e contribuem para o reforço do conhecimento da economia nacional e para a prestação de uma informação credível aos agentes económicos.

Em 2015, além da publicação mensal dos Boletins de Estatísticas e de Indicadores Económicos e Financeiros, semestral do Relatório de Política Monetária e anual dos Relatórios do Conselho de Administração, de Estabilidade Financeira, dos Sistemas de Pagamentos e do Fundo de Garantia Automóvel, foi divulgado o Relatório do primeiro Inquérito à Literacia Financeira da População Cabo-Verdiana. Realce-se que no Relatório Anual, além das análises habituais, na parte referente ao Estado da Economia, foi publicado um ensaio sobre o impacto da crise europeia na economia nacional, bem como os resultados do inquérito trimestral à política de crédito dos bancos e um extenso anexo estatístico.

Considerando que as estatísticas e demais informações produzidas só serão efetivamente úteis para fundamentar as decisões dos diversos agentes se forem disponibilizadas eficientemente e compreendidas pelo público em geral, o BCV iniciou a implementação de um plano para maximizar a eficácia da sua comunicação. No âmbito do plano, em 2015 foram introduzidas substanciais melhorias no menu estatísticas e estudos económicos da página *web* do BCV, disponibilizadas séries estatísticas e indicadores macrofinanceiros complementares, atualizados os metadados e notas informativas das estatísticas sob responsabilidade do Banco.

Tendo em perspetiva, igualmente, a melhoria do acesso às publicações na sua página, o Banco passou a comunicar, numa periodicidade mensal, a um leque variado de interlocutores, a publicação das estatísticas, dos boletins e outros documentos.

O BCV organizou, em Fevereiro de 2015, um encontro, ao mais alto nível, com os bancos comerciais, com o intuito de estabelecer e manter uma comunicação de qualidade e analisar conjuntamente algumas questões que se prendem com a garantia do cumprimento dos objetivos da política económica. No encontro discutiu-se, com os altos responsáveis da banca nacional, os desafios do contexto económico-financeiro internacional e nacional e aprofundou-se o conhecimento do quadro operacional da política monetária de Cabo Verde e dos seus mecanismos de transmissão.

No quadro das comemorações do seu 40º aniversário, o BCV realizou uma conferência internacional intitulada “Novas abordagens da Supervisão na Mitigação dos Riscos”, que

contou com a presença de Governadores e representantes dos bancos centrais parceiros, bem como de todos os altos representantes do sistema financeiro nacional.

O lançamento do livro “História da Moeda em Cabo Verde”, de autoria do Professor João Estevão, que aborda a história da moeda do início do povoamento à atualidade, foi outro ponto alto das comemorações, pelo factor histórico, pelas homenagens feitas, mas também pela simbologia do ato.

Quadro 22. Publicações do Banco de Cabo Verde

Publicação	Objectivo	Periodicidade	Idioma
Boletim de Estatísticas	Apresenta as estatísticas do Banco de Cabo Verde	Mensal	Português
Indicadores Económicos e Financeiros	Divulga os indicadores relevantes sobre a economia cabo-verdiana e de seus principais parceiros económicos	Bimensal	Português
Relatório de Política Monetária	Apresenta o contexto macroeconómico e as diretrizes da política macroeconómica do país	Semestral	Português
Relatório Anual	Apresenta uma análise detalhada da evolução anual da economia nacional	Anual	Português e Inglês
Relatório do Fundo de Garantia Automóvel	Apresenta informação sobre a evolução do pagamento das indemnizações devidas por danos corporais decorrentes de acidentes de viação causados por veículos que não tenham o seguro obrigatório ou o responsável seja desconhecido, ou não beneficie de seguro válido, ou eficaz, ou for declarado falência da seguradora	Anual	Português
Relatório de Estabilidade Financeira	Descreve a dinâmica recente do Sistema Financeiro Nacional, analisa todas as fontes de riscos e vulnerabilidades nos mercados e no sistema financeiro cabo-verdiano, e apresenta os resultados de análises da sua resiliência a eventuais choques bem como as perspectivas para a sua evolução	Anual	Português e Inglês
Relatório do Sector Segurador	Descreve o contexto em que ela se desenvolve, sempre com o apoio de informação quantitativa que ajuda a caracterizar o mercado	Anual	Português
Relatório do Sistema de Pagamento	Evidencia os factos mais importantes em matéria de desenvolvimento do sistema de pagamentos em Cabo Verde	Anual	Português e Inglês
Relatório Gabinete de Apoio ao Consumidor	Apresenta a evolução das reclamações dos consumidores	Anual	Português
Situação Patrimonial e Financeira	Apresenta a evolução da situação patrimonial e financeiro do banco	Mensal	Português

Fonte: Banco de Cabo Verde

Prestação de Serviços à Sociedade

O BCV organiza, desde 1995, o serviço de centralização de riscos de crédito, nos termos do Decreto-Lei n.º 36/95 de 17 de julho, com o propósito de assegurar que as entidades autorizadas a conceder crédito possuam informação completa e atualizada que lhes possibilite avaliar eficientemente o perfil de risco do potencial beneficiário de crédito. Registe-se que a centralização de informação de crédito é instrumental à prossecução das atribuições do BCV relacionadas à promoção da estabilidade financeira, à definição e execução da política monetária, bem como à salvaguarda dos direitos dos consumidores de produtos financeiros.

Neste quadro, o BCV emitiu em 2015 um total de 21.083 relatórios da situação de crédito, 84 por cento dos quais referentes a particulares.

Ainda, no âmbito das suas atribuições, o BCV recebeu e tratou 240 reclamações de clientes do sistema financeiro, em 2015. Respetivamente, 35 e 18 por cento das reclamações relacionavam-se com atendimento inadequado e encargos cobrados indevidamente pelas instituições financeiras. A análise de reclamações pelo BCV conduziu ao ressarcimento de 4,1 milhões de escudos aos reclamantes valor superior aos devolvidos em 2014 em cerca de 2,5 milhões de escudos.

Dando cumprimento às atribuições do BCV, enquanto entidade responsável para a gestão técnico-administrativo e financeira do Fundo de Garantia Automóvel, no âmbito do Decreto-Lei n.º 17/2003, de 19 de Maio, o Fundo registou em 2015, a entrada de 105 solicitações de indemnizações (2014;132), procedeu à liquidação de 18 processos (2014;30) e efetuou o encerramento de 29 processos (2014: 26 processos). Ainda, analisou-se 120 processos pendentes que foram considerados prescritos nos termos do artigo 498º do Código Civil. Fazem parte desse total, processos cuja prescrição foi motivada pelas seguintes razões: (i) participação há mais de três anos sem pedidos de solicitação de indemnização; (ii) pedidos de solicitações de indemnizações em que os autores deixaram de estabelecer contactos com o FGA há mais de três anos e; (iii) recuperação impossível, devido a alteração de morada/telefone dos devedores.

Em 2015, com a instalação do Núcleo de Difusão no Departamento de Estudos Económicos e Estatísticas foram criadas as condições para a estruturação de um sistema de difusão estatística, através do qual são recebidos diariamente solicitações de dados e pedidos de esclarecimento. Os pedidos recebidos, que são cadastrados numa base de dados, têm um prazo máximo de resposta de cinco dias. No ano passado foram recebidos e encaminhados 99 pedidos de informações, dos quais 29 provenientes do estrangeiro. A maior parte das informações solicitadas referiam-se às estatísticas do sector externo (nomeadamente a dados sobre remessas dos emigrantes, exportação, importação e investimento direto do estrangeiro) e do sector monetário e financeiro (depósitos, créditos, taxas de juro de referência, medidas de afrouxamento da política monetária entre outras informações).

Capítulo 14. Representação Internacional e Cooperação Institucional

As funções cometidas ao Banco de Cabo Verde requerem uma atividade institucional abrangente e transversal à generalidade das suas esferas de atuação.

Em 2015, o BCV permaneceu focalizado na criação de condições que concorrem para o reforço da sua imagem institucional e impulsionar medidas que visam o criterioso respeito pelo dever de *accountability* da instituição. Neste domínio, a política de comunicação, sobretudo com recurso à divulgação de informações via *site*, e a aplicação das boas regras de relações públicas foram fundamentais.

Na esfera internacional, continua a destacar-se a implementação dos planos de cooperação com o Banco de Portugal e com o Banco Central do Brasil, materializados através de ações de formação sob a forma de estágios, visitas de trabalho, missões de assistência técnica, seminários e/ou encontros que beneficiaram, praticamente, todas as unidades orgânicas e contribuíram para uma maior e melhor capacitação dos quadros e aperfeiçoamento das suas competências, adaptadas às exigências funcionais de um banco central que se quer credível e de excelência, plenamente habilitado para o bom desempenho das suas atribuições.

A cooperação com o Banco de Portugal saiu reforçada com o lançamento das bases para a assinatura de um acordo de cooperação entre o Departamento de Estudos Económicos e Estatísticas do BCV e o Departamento de Estatísticas do Banco de Portugal.

Foram ainda realizadas ações de capacitação em parceria com a ATTF (Agence de Transfer de Technologie Financière, do Luxemburgo), ministradas por especialistas internacionais.

O BCV continuou a realizar o seguimento das atividades dos principais parceiros, apostando fortemente na melhoria dos relatórios produzidos com relação a instituições como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e o Banco de Pagamentos Internacionais, permitindo um melhor conhecimento de suas atuações. A cooperação com o Banco Central do Luxemburgo foi reforçada através da assinatura de uma adenda ao contrato de gestão das reservas externas do país.

A representação em diversos encontros e fora internacionais tem constituído uma vertente de aproximação e estreitamento das relações com a comunidade internacional, importando aqui destacar:

- o V Encontro de Contabilidade dos Bancos Centrais dos Países de Língua Portuguesa, em Lisboa, Portugal;
- o III Encontro de Supervisão dos Bancos Centrais dos Países de Língua Portuguesa, em Brasília, Brasil;
- a XIV Conferência sobre Auditoria, Risco e Governança, Lisboa, Portugal;
- o XXV Encontro de Lisboa, em comemoração dos 25 anos de cooperação entre os bancos centrais de Portugal e dos Países Africanos de Língua Portuguesa;

- a Conferência internacional sobre Políticas de Investimento e Financiamento: Sustentabilidade da dívida e limites de endividamento, em Lisboa, Portugal;
- o 85º Encontro do Bank for International Settlements (BIS), em Basileia, Suíça;
- o II Encontro dos Bancos Centrais dos Países de Língua Portuguesa sobre a inclusão e formação financeira, em Lisboa, Portugal;
- o XV Encontro de recursos humanos dos Bancos Centrais dos Países de Língua Portuguesa, S. Tomé e Príncipe;
- a 12ª Assembleia Geral e o XIX Conferência Anual da Associação de Supervisores de Seguros Lusófonos (ASEL), Macau; e
- os Encontros Anuais Fundo Monetário Internacional - Banco Mundial, de oito a 11 de outubro em Lima, Perú.

PARTE IV
RELATÓRIO E CONTAS

Capítulo 15. Relatório e Contas

As bases para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras do Banco assentam nas orientações técnicas relativas ao reconhecimento e mensuração dos ativos e passivos, baseadas nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS).

A 31 de dezembro de 2015 o ativo líquido do Banco de Cabo Verde ascendia a 60.084.130 milhares de escudos e evidencia um aumento de 5,93 por cento face ao período homólogo, espelhando o comportamento favorável dos ativos sobre o exterior. Estes, que representando 85,62 por cento do agregado cresceram na ordem dos oito por cento, e refletiram, particularmente, os desembolsos de parceiros internacionais, no quadro da ajuda orçamental e desenvolvimento de projetos de investimento, o rendimento de *Trust Fund* referente a 2014, a apreciação nominal da moeda norte-americana no mercado internacional (2015:100,920; 2014:90,678), pese embora a cedência de divisas às instituições de crédito, no âmbito da execução da política monetária.

O passivo, no valor de 59.936.927 milhares de escudos, evidencia um acréscimo de 4,36 por cento repercutindo, essencialmente, o aumento das responsabilidades para com residentes que representam 71,30 por cento do passivo e das notas e moedas em circulação.

No valor de 42.732.689 milhares de escudos, as responsabilidades para com residentes acusam um acréscimo de 4,88 por cento, refletindo o aumento de 42,57 por cento das responsabilidades para com Estado, associado à emissão de títulos de dívida pública e de 1,69 por cento as responsabilidades para com as instituições financeiras.

As “Responsabilidades para com as Instituições Financeiras”, no valor de 38.198.448 milhares de escudos caracterizam 89,39 por cento do agregado e representam os depósitos das instituições bancárias decorrentes da constituição das disponibilidades mínimas de caixa, os depósitos *overnight* e as operações passivas de política monetária, visando esterilizar a liquidez excedentária no sistema.

Enquanto autoridade monetária, cambial e supervisora do sistema financeiro cabo-verdiano, o banco central continua empenhado na criação de condições mais favoráveis para a execução da política monetária, sendo exemplo disso a manutenção das facilidades permanentes de cedência e de absorção de liquidez e a emissão de títulos próprios. A 31 de Dezembro de 2015 as responsabilidades para com as facilidades permanentes de absorção de liquidez cifram-se em 21.920.000 milhares de escudos, enquanto as relativas aos Títulos de Intervenção Monetária e de Regularização Monetária ascendem a 1.699.465 e 801.945 milhares de escudos, respetivamente.

Os capitais próprios atingem 147.203 milhares de escudos positivos que, comparados aos 712.059 milhares de escudos negativos de 2014, evidencia um aumento significativo resultante da incorporação do resultado do exercício do ano anterior, das correções relativas a exercícios anteriores decorrente do ajustamento da participação na Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamento e do reconhecimento das *securities*, que se encontravam registadas nas contas extrapatrimoniais e das remensurações apuradas de acordo

com o estudo atuarial, bem como da variação do justo valor da carteira disponível para venda.

No montante de 922.505 milhares de escudos positivos, o resultado líquido acusa um decréscimo de 10,92 por cento face a 2014, o qual se deve, essencialmente, ao resultado desfavorável da reavaliação cambial dos ativos em dólares dos EUA, que atinge 216.026 milhares de escudos positivos contra os 1.327.955 milhares de escudos positivos de dezembro 2014, e o resultado líquido de juros e de custos e proveitos equiparados, pese embora, o aumento significativo do resultado em operações financeiras e a redução dos custos administrativos, essa associada à diminuição da contribuição para o fundo de pensões e outros benefícios.

O resultado líquido de juros e de custos e proveitos equiparados ascende a 149.419 milhares de escudos face aos 212.261 milhares de escudos do ano anterior, refletindo essencialmente, a redução dos juros das operações com o exterior na sequência da queda acentuada das taxas de juro internacionais e dos juros de títulos nacionais calculados com base na remuneração do CVDTF (2015: 2,27 por cento; 2014: 3,52 por cento).

O resultado em operações financeiras passa de 136.056 milhares de escudos positivos para 1.156.731 milhares de escudos positivos em 2015, retratando os ganhos na efetivação de operações cambiais e as mais-valias em títulos estrangeiros.

Espelhando o resultado económico do Banco de Cabo Verde, de modo a proporcionar maior transparência aos resultados, o rendimento integral de 2015 cifra-se nos 868.280 milhares de escudos positivos, contra os 1.894.194 milhares de escudos positivos de 2014, e evidencia os ganhos e as perdas reconhecidos diretamente no capital próprio.

BALANÇO A 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Rubricas	Nota	Ativo Bruto	Imparidades e amortizações	Ativo Líquido do 31-12-2015	Ativo Líquido 31-12-2014 reexpresso	Ativo Líquido 01-01-2014 reexpresso	em milhares de escudos	
							Varição	
							em valor	em %
ATIVO								
Ativos sobre o Exterior		51 441 126		51 441 126	47 625 455	39 564 721	3 815 671	8,01
Disponibilidades e aplicações	4	24 780 384		24 780 384	17 996 052	30 416 803	6 784 332	37,70
Títulos estrangeiros	5	24 947 436		24 947 436	27 980 844	7 511 399	(3 033 409)	-10,84
Ativos financeiros disponíveis para venda		24 947 436		24 947 436	27 980 844	7 511 399	(3 033 409)	-10,84
Ativos sobre Organismos Internacionais	6	1 713 307		1 713 307	1 648 559	1 636 519	64 748	3,93
Ativos sobre Organismos Internacionais ME		1 713 307		1 713 307	1 648 559	1 636 519	64 748	3,93
Ativos sobre Residentes		7 523 081	(10 466)	7 512 615	7 861 209	8 090 921	(348 594)	-4,43
Crédito e outros valores a receber		716 745	(10 466)	706 279	742 226	724 619	(35 947)	-4,84
Crédito ao Estado	7	98 541		98 541	98 541	98 541	0	0,00
Crédito a outras entidades	8	618 204	(10 466)	607 738	643 685	626 078	(35 946)	-5,58
Títulos nacionais	9	6 561 993		6 561 993	6 886 090	7 149 329	(324 096)	-4,71
Ativos financeiros disponíveis para venda		6 561 993		6 561 993	6 886 090	7 149 329	(324 096)	-4,71
Investimentos em Associadas	10	244 343		244 343	232 893	216 972	11 450	4,92
Outros ativos		1 898 164	(767 776)	1 130 388	1 232 381	518 646	(101 992)	-8,28
Notas e Moedas, Medalhística e Numismática	11	528 381		528 381	310 103	100 544	218 279	70,39
Ativos Fixos Tangíveis e Ativos Intangíveis	12	1 029 845	(767 776)	262 069	278 820	285 093	(16 751)	-6,01
Outros	13	339 938		339 938	643 458	133 010	(303 521)	-47,17
TOTAL ATIVO		60 862 371	(778 242)	60 084 130	56 719 046	48 174 287	3 365 084	5,93

Fonte: Banco de Cabo Verde.

BALANÇO A 31 DE DEZEMBRO DE 2015

em milhares de escudos

Rubricas	Nota	31-12-2015	31-12-2014 reexpresso	01-01-2014 reexpresso	Variação	
					Valor	%
PASSIVO						
Notas e Moedas em Circulação	14	(10 778 618)	(10 476 268)	(9 808 726)	(302 351)	2,89
Responsabilidades sobre o Exterior	15	(2 804 948)	(2 656 335)	(2 768 846)	(148 613)	5,59
Responsabilidades sobre o exterior em ME		(2 674 552)	(2 529 760)	(2 467 095)	(144 792)	5,72
Responsabilidades sobre o exterior em MN		(130 397)	(126 576)	(301 752)	(3 821)	3,02
Responsabilidades sobre Residentes		(42 732 689)	(40 743 547)	(34 115 107)	(1 989 142)	4,88
Responsabilidades sobre residentes em ME		(1 126 274)	(875 822)	(891 993)	(250 452)	28,60
Responsabilidades para com Instituições Financeiras	16	(1 386)	(1 355)	(1 324)	(31)	2,26
Responsabilidades para com o Estado	17	(1 124 888)	(874 467)	(890 670)	(250 420)	28,64
Responsabilidades sobre residentes em MN		(41 606 415)	(39 867 725)	(33 223 114)	(1 738 690)	4,36
Responsabilidades para com Instituições Financeiras	16	(38 197 062)	(37 561 866)	(30 335 456)	(635 195)	1,69
Responsabilidades para com o Estado	17	(3 409 354)	(2 305 859)	(2 887 658)	(1 103 495)	47,86
Responsabilidades para com pensões e outros benefícios	18	(3 083 276)	(3 014 808)	(3 664 618)	(68 468)	2,27
Outros passivos	19	(537 396)	(540 146)	(423 244)	2 750	-0,51
TOTAL PASSIVO		(59 936 927)	(57 431 105)	(50 780 541)	(2 505 822)	4,36
CAPITAIS PRÓPRIOS						
Capital	20	(200 000)	(200 000)	(200 000)	0	0,00
Reservas	20	(161 497)	(106 349)	1 874	(55 148)	51,86
Resultados Transitados	20	1 136 800	2 054 033	2 804 380	(917 234)	-44,66
Resultado do Exercício	31.1	(922 505)	(1 035 625)		113 120	-10,92
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		(60 084 130)	(56 719 046)	(48 174 287)	(3 365 084)	5,93

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Notas: ME - moeda estrangeira; MN - moeda nacional.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Rubricas	Notas	31-12-2015	31-12-2014 Reexpresso	em milhares de escudos	
				Variação Homóloga	
				Valor	%
Juros e proveitos equiparados		(195 390)	(261 864)	66 474	-25,38
Juros e custos equiparados		45 971	49 603	(3 632)	-7,32
Resultado líquido de juros e de custos e proveitos equiparados	21	(149 419)	(212 261)	62 842	-29,61
Resultado realizado em operações cambiais		(1 124 380)	(82 507)	(1 041 873)	1262,77
Ganhos em operações financeiras		(321 213)	(267 919)	(53 293)	19,89
Perdas em operações financeiras		288 862	214 370	74 492	34,75
Resultado líquido em operações financeiras	22	(1 156 731)	(136 056)	(1 020 674)	750,18
Comissões recebidas					
Comissões pagas		29 936	32 231	(2 294)	-7,12
Resultado líquido de comissões	23	29 936	32 231	(2 294)	-7,12
Rendimentos de instrumentos de capital	24	(94 949)	(154 142)	59 193	-38,40
Resultado em empresas associadas	25	(55 968)	(63 596)	7 628	-11,99
Resultado de reavaliação cambial	26	(216 026)	(1 327 955)	1 111 928	0,00
Outros resultados de exploração	27	(29 624)	(19 268)	(10 356)	53,75
TOTAL DE PROVEITOS E GANHOS LÍQUIDO		(1 672 781)	(1 881 047)	208 266	-11,07
Custos com pessoal	28	526 987	650 814	(123 827)	-19,03
Fornecimento e serviços de terceiros	29	146 046	143 704	2 342	1,63
Depreciações e amortizações	12	47 231	44 616	2 615	5,86
Total de custos administrativos		720 263	839 134	(118 871)	-14,17
Custos com emissão e destruição de notas e moedas	30	30 012	6 288	23 724	377,29
TOTAL DE CUSTOS E PERDAS LÍQUIDO		750 276	845 422	(95 147)	-11,25
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	31.1	(922 505)	(1 035 625)	113 120	-10,92
Realizado		(650 511)	355 925	(1 006 436)	-282,77
Não realizado		(271 995)	(1 391 551)	1 119 556	-80,45

Fonte: Banco de Cabo Verde.

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL A 31 DE DEZEMBRO DE 2015

em milhares de escudos

Rubricas	31-12-2015	31-12-2014	Variação	
			Valor	%
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(922 505)	(1 035 625)	113 120	-10,92
Itens Reconhecidos Diretamente na Demonstração do Rendimento Integral	54 225	(858 569)	912 794	-106,32
Itens que poderão vir a ser reclassificados pela demonstração de resultados				
(Ganhos)/perdas reconhecidos nas Reservas de Reavaliação	(55 148)	(108 223)	53 074	-49,04
Ativos Disponíveis para Venda				
Participação em Organismos Internacionais ME	(100 096)	(95 811)	(4 285)	4,47
Componente cambial	(100 096)	(95 811)	(4 285)	4,47
Outras componentes				
Títulos Estrangeiros	44 948	(12 411)	57 359	-462,15
Instrumentos monetários	44 948	(12 411)	57 359	-462,15
Outras componentes	44 948	(12 411)	57 359	-462,15
Justo valor positivo	29 730	69 254	(39 525)	-57,07
Justo valor negativo	15 218	(81 666)	96 884	-118,63
Itens que não serão reclassificados pela demonstração de resultados				
Remensurações	109 374	(750 346)	859 720	-114,58
RENDIMENTO INTEGRAL DO EXERCÍCIO	(868 280)	(1 894 194)	1 025 914	-54,16

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Notas: ME - moeda estrangeira.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO A 31 DE DEZEMBRO DE 2015

em milhares de escudos

	Capital	Reserva de reavaliação de justo valor	Resultados transitados	Resultado do exercício	Capitais próprios
Saldo em 31 de Dezembro de 2013 - antes da reexpressão	(200 000)	(116 169)	1 888 690	978 462	2 550 984
Impacto de reexpressão		118 043	(62 772)		55 270
Saldo em 31 de Dezembro de 2013 - após a reexpressão	(200 000)	1 874	1 825 918	978 462	2 606 255
Aplicação de resultados			978 462	(978 462)	
Desvios atuariais em pensões e outros benefícios			(750 346)		(750 346)
Variação líquida de ativos financeiros disponíveis para venda		(108 223)			(108 223)
Resultado do exercício				(1 035 625)	(1 035 625)
Saldo em 31 de Dezembro de 2014 reexpresso	(200 000)	(106 349)	2 054 033	(1 035 625)	712 059
Aplicação de resultados			(1 035 625)	1 035 625	0
Desvios atuariais em pensões e outros benefícios			109 374		109 374
Variação líquida de ativos financeiros disponíveis para venda		(49 952)			(49 952)
Ajustamento da participação no Afreximbank		(5 197)	9 014		3 817
Resultado do exercício				(922 505)	(922 505)
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	(200 000)	(161 497)	1 136 800	(922 505)	(147 203)

Fonte: Banco de Cabo Verde.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DE OPERAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA 2015

em milhares de escudos			
	Nota	31-12-2015	31-12-2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais		3 228 316	1 948 943
Recebimento de juros e comissões		434 857	266 498
Pagamento de juros e comissões		(156 472)	(149 584)
(Compra)/venda de títulos		3 338 658	(20 219 439)
(Compra)/venda de moeda estrangeira		(5 762 426)	1 432 316
(Aplicação)/reembolso de depósito a prazo		(2 562 745)	15 733 278
Outros (pagamentos)/recebimentos		7 936 445	4 885 874
Fluxos de caixa das atividades de investimento		(5 278)	(14 459)
Compra de ativos fixos tangíveis e intangíveis		(5 278)	(14 459)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		(34 572)	(95 040)
Empréstimos obtidos			
Pagamento de empréstimos		(34 572)	(95 040)
Alocação de SDR			
Fluxo de caixa		3 188 467	1 839 444
Efeito da variação cambial em caixa e equivalentes de caixa		247 746	299 088
Total		3 436 213	2 138 532
Variação de caixa e equivalentes de caixa		3 436 213	2 138 532
Caixa e equivalentes no início do período		9 946 539	7 808 007
Caixa e equivalentes no fim do período	32	13 382 752	9 946 539

Fonte: Banco de Cabo Verde.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Valores expressos em milhares de escudos cabo-verdianos - CVE)

NOTA 1 – NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco de Cabo Verde (BCV ou Banco) foi criado pela Decisão com Força de Lei n.º 05/75 de 29 de Setembro, publicada no Boletim Oficial n.º 13, de 29 de setembro de 1975. A 30 de junho de 1976, através da Decisão com Força de Lei n.º 13/76, de 26 de junho, foi aprovada a primeira Lei Orgânica do Banco de Cabo Verde, mantendo-se o objeto inicial da instituição definido no diploma de criação e sendo-lhe fixado um capital de cem milhões de escudos cabo-verdianos, capital esse que foi elevado em 1981 a quatrocentos milhões de escudos cabo-verdianos, passando para duzentos milhões de escudos com a cisão do Banco em 1993. A Lei Orgânica do Banco foi posteriormente revogada sucessivamente pelos Decretos-Lei n.º 52-D/90 de 4 de julho e n.º 42/93 de 16 de julho, pela Lei n.º 2/V/96 de 1 de julho e, finalmente, pela Lei n.º 10/VI/2002 de 15 de julho. Segundo esta última, o BCV é uma pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

Até 31 de agosto de 1993, o Banco exerceu as funções de banco central, comercial e de desenvolvimento. Naquela data, através de um processo de cisão, foram destacadas do Banco as vertentes comercial e de desenvolvimento, as quais deram origem ao Banco Comercial do Atlântico, SARL, tendo sido atribuído ao Banco de Cabo Verde exclusivamente as funções de banco central.

O Banco tem sede na cidade da Praia, Ilha de Santiago, podendo ter agências noutras localidades e estabelecer delegações no estrangeiro.

As atribuições do Banco de Cabo Verde são as de banco central da República de Cabo Verde, devendo, nessa qualidade, assegurar e regular a criação, a circulação e o valor da moeda nacional. Enquanto banco central, o BCV tem como atribuição principal a manutenção da estabilidade dos preços e, como objetivo secundário, promover, no país, a liquidez, a solvência e o funcionamento adequado de um sistema financeiro assente na estabilidade do mercado, nunca de forma incompatível com o seu objetivo principal. O Banco deve ainda: (i) colaborar na execução da política económica global do Governo, para além de colaborar na definição da política monetária e cambial, tendo em vista a manutenção da estabilidade dos preços; (ii) executar, de forma autónoma, a política monetária e cambial; e (iii) deter e gerir as reservas de câmbio oficiais e agir como intermediário nas relações internacionais do Estado.

O BCV detém o exclusivo da emissão de notas e moedas, incluindo as comemorativas, e desempenha as funções de conselheiro financeiro do Governo.

No exercício das suas funções, no que respeita à execução da política monetária e cambial, compete ao BCV orientar e supervisionar os mercados monetário, financeiro e cambial, cabendo-lhe, entre outras, as seguintes atribuições:

- (a) Regular o funcionamento dos mercados monetário, financeiro e cambial;
- (b) Emitir, se necessário, normas temporárias de emergência que regulem o volume de crédito e as taxas de juro de operações bancárias de natureza comercial;
- (c) Exigir que as instituições de crédito mantenham depósitos junto do Banco, em montantes mínimos estabelecidos e relacionados com a dimensão, tipo ou maturidade dos depósitos respetivos, empréstimos e outras responsabilidades;
- (d) Exercer a supervisão das instituições de crédito e parabancárias e;
- (e) Exercer a supervisão da atividade seguradora, resseguradora, mediação de seguros e fundos de pensões, de atividades conexas ou complementares daquelas, bem como de outras que a lei determinar.

De acordo com o estabelecido no artigo n.º 64 da Lei Orgânica, o Banco está isento de todas as contribuições, impostos, taxas, emolumentos e demais imposições, nos mesmos termos que o Estado, não estando sujeito à fiscalização preventiva do Tribunal de Contas.

Conforme estabelecido na alínea u) do artigo n.º 42 da Lei Orgânica, estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração a 15 de Abril de 2016 e serão publicadas no site do BCV (www.bcv.cv).

Adicionalmente, informa-se que os totais e sub-totais incluídos nas demonstrações financeiras e nas notas explicativas podem não coincidir devido a arredondamentos, uma vez que os valores estão apresentados em milhares de escudos cabo-verdianos.

NOTA 2 – BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As bases para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras assentam nas orientações técnicas relativas ao reconhecimento e mensuração dos ativos e passivos, baseadas nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS). Atendendo às especificidades da sua atividade, o BCV optou por derrogar as IFRS nos seguintes aspetos:

- As Obrigações do Tesouro do Estado de Cabo Verde detidas pelo BCV registadas na rubrica “Ativos financeiros disponíveis para venda” são contabilizadas ao custo de aquisição, quer no momento do registo inicial, quer subsequentemente. Atendendo a que se encontra definido que estes títulos serão amortizados na maturidade e que serão reembolsados pelo seu valor nominal, considera que não devem estar sujeitos a variação de justo valor e devem ser mantidos ao seu custo de aquisição;
- A Demonstração de fluxos de caixa é preparada apenas para os movimentos de “Caixa e equivalentes” em moeda estrangeira. Tendo em conta que o BCV detém o poder exclusivo de emissão de moeda, foi determinado que a Demonstração de fluxos de caixa iria ser efectuada em moeda estrangeira pois é a que se encontra fora do âmbito da sua emissão (Nota 32);
- Os ganhos e as perdas provenientes de alterações na taxa de câmbio são levados às contas de resultados, de modo a se cumprir com o disposto na IAS 21 - Efeitos de alteração em taxas de câmbio, com exceção das variações cambiais relativas às quotas do FMI (Nota 6), que apesar de ter sido considerado pelo Banco como sendo um ativo monetário, as variações cambiais estão a ser reconhecidas na rubrica de capital próprio “Reserva de reavaliação de justo valor”; e
- O Conselho de Administração, ao reportar a situação financeira do Banco, os seus resultados e operações, segue os princípios e as práticas internacionalmente aceites para o sector financeiro, na extensão em que tais práticas sejam consideradas apropriadas no contexto das funções e responsabilidades de um banco central. Assim, as divulgações relativas às demonstrações financeiras do Banco podem apresentar um menor detalhe sobre os seus ativos, passivos, responsabilidades, contingências e riscos que as das instituições financeiras comerciais.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões têm aplicação obrigatória pela primeira vez no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, mas não têm impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

Norma / Interpretação	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	
Emenda à IAS 19 – Benefícios dos empregados – Contribuições de empregados	01/fev/15	Clarifica em que circunstâncias as contribuições dos empregados para planos de benefícios pós-emprego constituem uma redução do custo com benefícios de curto prazo.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2010-2012)	01/fev/15	Estas melhorias envolvem a clarificação de alguns aspetos relacionados com: IFRS 2 – Pagamentos com base em ações: definição de <i>vesting condition</i> ; IFRS 3 – Concentração de atividades empresariais: contabilização de pagamentos contingentes; IFRS 8 – Segmentos operacionais: divulgações relacionadas com o julgamento aplicado em relação à agregação de segmentos e clarificação sobre a necessidade de reconciliação do total de ativos por segmento com o valor de ativos nas demonstrações financeiras; IAS 16 – Ativos fixos tangíveis e IAS 38 – Ativos intangíveis: necessidade de reavaliação proporcional de amortizações acumuladas no caso de reavaliação de ativos fixos; e IAS 24 – Divulgações de partes relacionadas: define que uma entidade que preste serviços de gestão à Empresa ou à sua empresa-mãe é considerada uma parte relacionada; e IFRS 13 – Justo valor: clarificações relativas à mensuração de contas a receber ou a pagar de curto prazo.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2012-2014)	01/jan/16	Estas melhorias envolvem a clarificação de alguns aspetos relacionados com: IFRS 5 – Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas: introduz orientações de como proceder no caso de alterações quanto ao método expectável de realização (venda ou distribuição aos acionistas); IFRS 7 – Instrumentos financeiros: divulgações: clarifica os impactos de contratos de acompanhamento de ativos no âmbito das divulgações associadas a envolvimento continuado de ativos desconhecidos e isenta as demonstrações financeiras intercalares das divulgações exigidas relativamente a compensação de ativos e passivos financeiros; IAS 19 – Benefícios dos empregados: define que a taxa a utilizar para efeitos de desconto de benefícios definidos deverá ser determinada com referência às obrigações de alta qualidade de empresas que tenham sido emitidas na moeda em que os benefícios serão liquidados; e IAS 34 – Relato financeiro intercalar: clarificação sobre os procedimentos a adotar quando a informação está disponível em outros documentos emitidos em conjunto com as demonstrações financeiras intercalares.
Emenda à IFRS 11 – Acordos conjuntos – Contabilização de aquisições de interesses em acordos conjuntos	01/jan/16	Esta emenda está relacionada com a aquisição de interesses em operações conjuntas. Estabelece a obrigatoriedade de aplicação da IFRS 3 quando a operação conjunta adquirida constituir uma atividade empresarial de acordo com a IFRS 3. Quando a operação conjunta em questão não constituir uma atividade empresarial, deverá a transação ser registada como uma aquisição de ativos. Esta alteração tem aplicação prospetiva para novas aquisições de interesses.

A adoção destas normas não teve um impacto materialmente relevante nas demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2015.

Normas, interpretações, emendas e revisões que irão entrar em vigor em exercícios futuros. As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões já se encontram aprovadas e são de aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros:

Norma / Interpretação	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	
Emenda à norma IAS 1 – Apresentação de demonstrações financeiras – “Disclosure Initiative”	01/jan/16	<p>Esta emenda vem clarificar alguns aspetos relacionados com a iniciativa de divulgações, designadamente: (i) a entidade não deverá dificultar a inteligibilidade das demonstrações financeiras através da agregação de itens materiais com itens imateriais ou através da agregação de itens materiais com naturezas distintas; (ii) as divulgações especificamente requeridas pelas IFRS apenas têm de ser dadas se a informação em causa for material; (iii) as linhas das demonstrações financeiras especificadas pela IAS 1 podem ser agregadas ou desagregadas, conforme tal for mais relevante para os objetivos do relato financeiro; (iv) a parte do outro rendimento integral resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial em associadas e acordos conjuntos deve ser apresentada separadamente dos restantes elementos do outro rendimento integral segregando igualmente os itens que poderão vir a ser reclassificados para resultados dos que não serão reclassificados; (v) a estrutura das notas deve ser flexível, devendo estas respeitar a seguinte ordem:</p> <ul style="list-style-type: none"> • uma declaração de cumprimento com as IFRS na primeira secção das notas; • uma descrição das políticas contabilísticas relevantes na segunda secção; • informação de suporte aos itens da face das demonstrações financeiras na terceira secção; e • outra informação na quarta secção.
Emenda à IAS 16 – Ativos fixos tangíveis e IAS 38 – Ativos intangíveis – Métodos de depreciação aceitáveis	01/jan/16	Esta emenda estabelece a presunção (que pode ser refutada) de que o rédito não é uma base apropriada para amortizar um ativo intangível e proíbe o uso do rédito como base de amortização de ativos fixos tangíveis. A presunção estabelecida para amortização de ativos intangíveis só poderá ser refutada quanto o ativo intangível é expresso em função do rendimento gerado ou quando a utilização dos benefícios económicos está altamente correlacionada com a receita gerada.
Emenda à IAS 16 – Ativos fixos tangíveis e IAS 41 – Agricultura – Plantas de produção	01/jan/16	Esta emenda vem excluir as plantas que produzem frutos ou outros componentes destinados a colheita e/ou remoção do âmbito de aplicação da IAS 41, passando as mesmas a estar abrangidas pela IAS 16.
Emenda à IAS 27 – Aplicação do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas	01/jan/16	Esta emenda vem introduzir a possibilidade de mensuração dos interesses em subsidiárias, acordos conjuntos e associadas em demonstrações financeiras separadas pelo método da equivalência patrimonial, para além dos métodos de mensuração atualmente existentes. Esta alteração aplica-se retrospectivamente.
IFRS 9 – Instrumentos financeiros (2009) e emendas posteriores	01/jan/18	Esta norma insere-se no projeto de revisão da IAS 39 e estabelece os novos requisitos relativamente à classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, à metodologia de cálculo de imparidade e para a aplicação das regras de contabilidade de cobertura.
IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes	01/jan/18	Esta norma vem introduzir uma estrutura de reconhecimento do rédito baseada em princípios e assente num modelo a aplicar a todos os contratos celebrados com clientes, substituindo as normas IAS 18 – Rédito, IAS 11 – Contratos de construção; IFRIC 13 – Programas de fidelização; IFRIC 15 – Acordos para a construção de imóveis; IFRIC 18 – Transferências de Ativos Provenientes de Clientes e SIC 31 – Rédito - Transações de troca direta envolvendo serviços de publicidade.

2.2. Comparabilidade

No exercício de 2015, na sequência da situação descrita na Nota 3 abaixo, o Banco efetuou alguns lançamentos que corresponderam a correções de erros nas demonstrações financeiras de exercícios anteriores. Atendendo à sua relevância, os mesmos foram enquadrados no âmbito da IAS 8 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros, tendo o seu registo sido efetuado retrospectivamente. Desta forma, o Banco alterou as demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2014, de modo a refletirem devidamente as correções efetuadas (Nota 3).

2.3 Resumo das principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas e critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras com referência a 31 de Dezembro de 2015 são os seguintes:

a) Especialização do exercício

O Banco segue o princípio contabilístico da especialização do exercício em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras, nomeadamente no que se refere aos juros das operações ativas e passivas, que são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

b) Conversão de ativos, passivos e resultados denominados em moeda estrangeira

A moeda funcional e de apresentação destas demonstrações financeiras é o escudo cabo-verdiano.

Os ativos e passivos monetários do Banco em moeda estrangeira são convertidos para escudos cabo-verdianos, com base nas taxas de câmbio médio em vigor na data das demonstrações financeiras.

	31-12-2015	31-12-2014
EUR	110,265	110,265
USD	100,920	90,678
SDR	139,848	131,375

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Por sua vez, os custos e proveitos em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio em vigor à data de liquidação das operações.

O direito de saque especial (SDR) é a unidade contabilística utilizada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

c) Operações em moeda estrangeira e apuramento de resultado cambial

O apuramento de ganhos ou perdas cambiais de operações realizadas em moeda estrangeira é efetuado diariamente e por referência ao custo médio ponderado (CMP). De acordo com este método, o câmbio médio ponderado de cada divisa é apenas alterado pelos movimentos de entradas de divisas em moeda estrangeira.

Nos termos da NAP 02/2007, o resultado cambial é calculado com base nos seguintes princípios:

- No caso de ocorrer, durante um dia, um volume superior de saídas de moeda do

que de entradas de moeda, então as saídas de moeda do dia até ao equivalente das entradas de moeda do dia, são valorizadas ao custo médio das entradas de moeda do dia. As restantes saídas de moeda do dia (saídas líquidas) são valorizadas ao custo médio ponderado do dia anterior;

- No caso de ocorrer, durante um dia, um volume superior de entradas de moeda do que de saídas de moeda, então a totalidade das saídas de moeda do dia são valorizadas ao custo médio das entradas do dia. As restantes entradas de moeda do dia afetam o custo médio ponderado do dia anterior ao custo médio das entradas.

O Banco apenas realiza operações cambiais à vista, sendo estas registadas contabilisticamente na data de liquidação das operações. As compras à vista de moeda estrangeira contra a venda de escudos cabo-verdianos são registadas à taxa de câmbio da transação. No caso de compras à vista de moeda estrangeira contra a venda de outra moeda estrangeira, elas são registadas em escudos cabo-verdianos pelo contravalor em escudos cabo-verdianos da moeda vendida na data de contrato à taxa de câmbio oficial (“spot”).

Os ganhos e as perdas provenientes de alterações na taxa de câmbio são levados às contas de resultados, de modo a se cumprir com o disposto na IAS 21 - Efeitos de alteração em taxas de câmbio.

Os resultados da reavaliação cambial dos ativos e passivos monetários na data das demonstrações financeiras, são considerados como não realizados e são registados na rubrica da demonstração de resultados “Resultado de reavaliação cambial”. No que se refere aos resultados de variação cambial realizados são reconhecidos na rubrica “Resultado realizado em operações cambiais”.

d) Reconhecimento de ganhos e perdas em ativos e passivos

De acordo com as IFRS, os ganhos e perdas provenientes da variação do justo valor são levados às contas de resultados, com exceção da variação de preços dos ativos disponíveis para venda, que são reconhecidos nas reservas de reavaliação.

Quando um declínio no justo valor de um ativo financeiro disponível para venda tenha sido reconhecido diretamente no capital próprio e houver prova objetiva de que o ativo está em imparidade, a perda acumulada que tinha sido reconhecida diretamente no capital próprio deve ser removida e reconhecida em resultados do exercício, ainda que o ativo financeiro não tenha sido desreconhecido. Na alienação desses ativos, os ganhos ou as perdas também são transferidos para a conta de resultados.

e) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são reconhecidos na data-valor e são desreconhecidos quando:

- (i) Expiram os direitos contratuais do Banco de receber os seus fluxos de caixa;
- (ii) O Banco tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; ou
- (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, tenha transferido o controlo sobre os ativos.

Os ativos financeiros são registados ao preço de transação e contabilizados nas contas ao *clean price* (preço de transação excluindo quaisquer abatimentos ou juros corridos, mas incluindo os custos de transação inerentes ao preço).

As comissões de custódia e de gestão de conta corrente e outros custos indiretos não são considerados custos de transação, sendo inscritos na conta de resultados. Também não são considerados como parte integrante do custo médio de determinado ativo financeiro.

A classificação dos ativos financeiros depende da intenção subjacente à aquisição do investimento e é definida no momento do reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui: (i) ativos financeiros detidos para negociação e (ii) ativos financeiros ao justo valor através de resultados - ativos designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor.

Ativos financeiros de negociação são títulos transacionados em mercados ativos, adquiridos com o objetivo de venda ou compra no curto prazo.

Os ativos financeiros detidos para negociação e os ativos financeiros ao justo valor através de resultados são mensurados inicialmente ao justo valor. Os ganhos e perdas decorrentes da valorização subsequente ao justo valor são reconhecidos em resultados.

O Banco não tem instrumentos financeiros derivados.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos monetários e não monetários, que não sejam classificados como ativos financeiros detidos para negociação, ao justo valor através de resultados, investimentos detidos até à maturidade ou crédito e outros valores a receber.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados inicialmente ao justo valor. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor ajustado de amortização de prémio ou desconto são reconhecidos em reservas de reavaliação, exceto no caso de perdas por imparidade e de ganhos e perdas cambiais em instrumento monetário, até que o ativo financeiro seja desreconhecido, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas são transferidos para resultados. Contudo, o juro calculado, usando o método de taxa efetiva, é reconhecido nos resultados de acordo com o IAS 39.

Nesta categoria de ativos estão classificados os títulos nacionais e estrangeiros e as participações financeiras em Organismos Internacionais.

Investimentos detidos até à maturidade

Os investimentos detidos até à maturidade são ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixados ou determináveis e maturidade definida, que uma entidade tem a intenção positiva e a capacidade de deter até à maturidade.

Os investimentos detidos até à maturidade são mensurados ao custo amortizado, isto é, deduzidos de prémios ou adicionados de descontos, deduzidos de perdas por imparidade. Os prémios ou descontos são tratados como juros, sendo amortizados à taxa efetiva até à maturidade desses títulos.

Créditos e outros valores a receber

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado com base no método da taxa efetiva, sendo deduzidos de perdas de imparidade.

O custo amortizado é a quantia pela qual o ativo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial menos os reembolsos de capital mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método de juro efetivo de qualquer diferença entre a quantia inicial e a quantia na maturidade, menos qualquer redução de imparidade.

O método da taxa efetiva é o método de calcular o custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro e de imputar o rendimento dos juros ou o gasto dos juros durante o período relevante. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros, estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

f) Participações financeiras

As participações financeiras sobre o Fundo Monetário Internacional são classificadas como disponíveis para venda e são reconhecidas ao custo histórico, com as variações cambiais a serem reconhecidas na reserva de reavaliação.

A participação no Afreximbank, apesar de estar registada ao custo histórico, não está sujeita a atualização cambial por se tratar de um instrumento não monetário. Os dividendos são reconhecidos na data em que são recebidos.

g) Imparidade

O Banco avalia com regularidade se existe evidência objetiva de imparidade na sua carteira de ativos. Para ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação e, (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que possa ser estimado com razoabilidade.

Considera-se indicador de imparidade um decréscimo superior a 20 por cento ou quando este perdurar por um período prolongado (superior a seis meses).

No que se refere aos investimentos detidos até maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação), descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro. Estes ativos são apresentados no balanço líquido de imparidade. Caso os ativos tenham uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respetiva perda de imparidade é a taxa de juro efetiva atual determinada com base nas regras de cada contrato. Se, num período subsequente, o montante da perda por imparidade diminuir e esta diminuição estiver objetivamente relacionada com o evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor deduzida de qualquer perda de imparidade no ativo anteriormente reconhecido em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente

o montante da perda por imparidade diminuir, a perda por imparidade anteriormente reconhecida de instrumentos monetários é revertida por contrapartida de resultados do exercício, até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objetivamente relacionado com o evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade.

As perdas por imparidade em instrumentos não monetários não podem ser revertidas.

Para ativos categorizados como créditos e saldos a receber, as perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas para resultados do exercício caso, num período posterior, o montante da perda estimada diminua.

h) Investimento em associadas

São classificadas como associadas todas as empresas sobre as quais o Banco detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é presumido que o Banco exerça influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20 por cento dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20 por cento, poderá o Banco exercer influência significativa, através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração, com poderes executivos.

Os investimentos em associadas são registados pelo método de equivalência patrimonial desde o momento em que o Banco adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. Entende-se pelo método de equivalência patrimonial, o método contabilístico em que um investimento é inicialmente reconhecido ao custo e ajustado posteriormente pela percentagem detida nos capitais próprios da participada.

Quando o valor das perdas acumuladas incorridas por uma associada e atribuíveis ao Banco iguala ou excede o valor contabilístico da participação e de quaisquer outros interesses de médio e longo prazo nessa associada, o método da equivalência patrimonial é interrompido, exceto se o Banco tiver a obrigação legal ou construtiva de reconhecer essas perdas ou tiver realizado pagamentos em nome da associada.

Em termos gerais, os resultados do investidor correspondem à participação proporcional nos resultados da participada.

i) Ativos intangíveis e ativos fixos tangíveis

Os ativos intangíveis e fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, com exceção dos equipamentos e mobiliário transitados para o Banco de Cabo Verde, aquando do processo de cisão em 1993, tendo sido avaliados nessa altura.

O custo de aquisição corresponde ao preço de compra acrescido de eventuais gastos suportados, direta ou indiretamente, na colocação do bem no local do destino.

Os custos subsequentes são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Banco. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidos como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As amortizações são calculadas em base duodecimal, segundo o método de quotas constantes, aplicando ao custo histórico as taxas anuais máximas permitidas para efeitos fiscais. Com exceção das alterações às taxas de amortização definidas na Circular Interna

(CI) n.º 96/93, de 27 de Maio de 1993 (decorrentes do processo de separação do Banco Comercial do Atlântico) para bens reavaliados, veículos ligeiros/pesados-mistos e equipamentos informáticos, a legislação aplicável no que respeita às taxas de amortização está contemplada na Portaria n.º 3/84 de 28 de Janeiro e na NAP 4/89.

Considera-se que estas taxas não diferem substancialmente da vida útil estimada dos bens:

	Anos
• Imóveis	25
• Obras em imóveis	25
• Equipamento informático e de escritório	4 a 5
• Mobiliário e instalações interiores	6 a 12
• Viaturas	5

Os terrenos e património artístico não são amortizados.

Na ausência de uma avaliação, o valor dos terrenos foi calculado com base na estimativa fiscal, correspondente a 25 por cento do total do valor dos edifícios ao serviço próprio.

O ativo intangível do Banco é composto essencialmente por despesas com aquisição de sistemas de tratamento automático de dados, cujo impacto se repercute para além do exercício em que são gerados. Estas imobilizações são amortizadas no período de 3 anos, pelo método das quotas constantes.

O imobilizado em curso encontra-se registado pelo valor total dos custos já incorridos pelo Banco, cuja transferência para o imobilizado firme é efetuada quando o bem estiver disponível, iniciando a sua amortização.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, é estimado o valor de recuperação do ativo, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade, sempre que o valor líquido do ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados.

O valor recuperável é o mais elevado entre o valor de venda líquido e o valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

j) Locação financeira

A locação é classificada como financeira se ela transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade; caso contrário, é considerada como operacional.

Como locador

Os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados. Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registados como proveitos, enquanto as amortizações de capital também incluídas nas rendas são deduzidas ao valor do crédito concedido. O reconhecimento dos juros é feito com base numa taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

Como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo/passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas: (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

À data de referência, o Banco detém um apartamento cujo contrato de arrendamento a terceiros configuram como uma locação financeira.

k) Medalhística e numismática

Os ativos referentes a medalhística e numismática são reconhecidos segundo os seguintes critérios:

Normal

Inclui-se nesta categoria todos os materiais numismáticos (notas e moedas com curso legal, estojos com moedas em ouro, prata, medalhas, álbuns com moedas correntes, medalhas em prata e bronze) adquiridos pelo BCV, junto de determinados fabricantes, que se destinam à comercialização junto de colecionadores, tanto dentro como fora do país.

Especial

Agrega alguns materiais numismáticos recebidos em doação ou ofertados pelo fabricante ao BCV:

- Placas acrílicas com algumas notas do BCV incorporadas;
- Notas e moedas retiradas de circulação que se encontram completamente amortizadas (notas do Banco Nacional Ultramarino, as primeiras emissões de notas e moedas do BCV);
- Espécimes de notas do BCV oferecidas pelo fabricante no momento da produção das mesmas.

Acervo

Espelha amostras ou exemplares de todos os materiais numismáticos, incluindo notas e moedas para o futuro museu do Banco. A valorização contabilística destas moedas segue a mesma lógica aplicada nas duas divisões anteriores, dependendo do tipo do qual foi originada. Ou seja:

- Materiais numismáticos ao preço de custo;
- Notas e moedas correntes ao valor facial;
- Numismática especial (produtos ofertados), ao preço estipulado superiormente.

l) Provisão para pagamento de passivos

O Banco reconhece uma provisão quando existe um provável desembolso de recursos, desde que esse valor possa ser estimado com confiança. Quando o desembolso de recursos não provável, mas apenas possível, nenhuma provisão é reconhecida, sendo a situação divulgada.

m) Benefícios a empregados

Os empregados admitidos pelo Banco até Setembro de 1993 e seus dependentes beneficiam de pensões de reforma e de sobrevivência de benefício definido, bem como de um plano de assistência médica durante a vida ativa e na reforma. Os empregados admitidos pelo Banco após Setembro de 1993 encontram-se abrangidos pelo Regime de Previdência Social.

Adicionalmente, ao abrigo do artigo 35º da Lei Orgânica do Banco, os membros do Conselho de Administração beneficiam durante o período de vigência do mandato de um plano de assistência médica e medicamentosa.

Benefícios a empregados - pós emprego

- Pensões de reforma e de sobrevivência

As pensões de reforma e de sobrevivência atribuídas aos empregados admitidos até Setembro de 1993 e seus dependentes constituem um plano de benefícios definidos, sem fundo autónomo constituído.

O Banco determina anualmente o valor atual das responsabilidades passadas através de avaliação efetuada por atuário independente, utilizando o método de “*Project Unit Credit*”.

Os pressupostos atuariais (financeiros e demográficos) utilizados têm por base expectativas à data do balanço para o crescimento dos salários e a tábua de mortalidade que se adequa à população do Banco. A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de baixo risco, de prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades.

O passivo reconhecido no balanço relativamente a responsabilidades com benefícios de reforma e sobrevivência corresponde ao valor presente da obrigação do benefício determinado à data do balanço.

As remensurações são reconhecidas na íntegra no período em que ocorrem como Outro Rendimento Integral. O acréscimo de responsabilidades com os serviços passados é reconhecido como custos em resultados, no período em que ocorrem.

As pensões de reforma e de sobrevivência dos empregados abrangidos pelo Regime de Previdência Social constituem um plano de contribuição definida, sendo as contribuições reconhecidas como custos em resultados do período em que são devidas.

- Assistência médica

As responsabilidades assumidas referentes à assistência médica constituem um plano de benefícios definidos, à semelhança de pensão de reforma e de sobrevivência.

Estas responsabilidades são estimadas anualmente por atuário independente, utilizando o método de “*Project Unit Credit*”.

O valor presente da obrigação do benefício definido é determinado pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios, utilizando a taxa de desconto determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de baixo risco, de maturidade que se aproxima da responsabilidade assumida.

Benefícios a empregados - emprego

- Prémio de antiguidade

Em conformidade com a NAP 12/2005, o Banco assumiu o compromisso de pagar aos seus trabalhadores no ativo, quando estes completam 10, 20 e 30 anos ao serviço da instituição, prémio de antiguidade de valor correspondente a uma, duas ou três vezes, respetivamente, o salário mensal recebido à data de pagamento destes prémios.

Os prémios de antiguidade são contabilizados de acordo com a IAS 19R, como outros benefícios de longo prazo a empregados. O valor das responsabilidades do Banco com prémio de antiguidade é reconhecido anualmente, à data do balanço, com base em estudo atuarial.

O aumento da responsabilidade com prémios de antiguidade, incluindo as remensurações é reconhecido nos resultados no período em que ocorrem.

n) Despesas com emissão de notas e moedas

As despesas com emissão de notas e moedas são reconhecidas como custo no período em que são emitidas.

o) Notas e moedas em circulação

O valor de notas e moedas em circulação corresponde à diferença entre os montantes de notas e moedas emitidas e as existências em caixa no Banco de Cabo Verde e as notas e moedas em trânsito.

As moedas retiradas de circulação, enquanto responsabilidade do Banco perante os detentores das mesmas, são registadas numa conta de Exigibilidades diversas, até que sejam atingidos os respetivos prazos de prescrição.

p) Reservas

De acordo com o n.º3 do artigo 57º da Lei Orgânica, o Banco deverá constituir uma Reserva Geral, à qual afetará no final de cada exercício financeiro: (i) um quarto do resultado líquido, quando a Reserva Geral não exceder o capital mínimo realizado ou (ii) um sexto do resultado líquido, quando a Reserva Geral exceder o capital mínimo e não exceder quatro vezes o seu capital realizado.

Caso o Banco incorra em prejuízo num qualquer exercício, o mesmo deve ser imputado à Reserva Geral e se esta for inadequada para cobrir o montante total do prejuízo, o saldo do prejuízo deverá ser levado para a conta de resultados transitados, a qual deverá ser coberta pelo Governo, num prazo máximo de 60 dias, através da entrega de fundos, títulos negociáveis datados e nos termos, condições e câmbios determinados pelo mercado, de montante ou montantes necessários para corrigir o défice.

q) Metodologia de Avaliação

O Justo valor é o valor de mercado apurado tendo por base informação de mercado disponível na *Bloomberg*.

O custo amortizado é o valor da data de reconhecimento, menos os reembolsos de capital mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método de juro efetivo, menos qualquer redução por perda de valor.

O quadro seguinte espelha o resumo da valorização dos principais instrumentos financeiros:

ATIVO	Categoria	Metodologia de avaliação/fonte de informação
Disponibilidades e aplicações	Crédito e outros valores a receber	Custo amortizado
Títulos estrangeiro	Disponíveis para venda	Justo valor - Banco Central do Luxemburgo
Participação em Organismos Internacionais ME - FMI	Disponíveis para venda	Custo histórico
Participação em Organismos Internacionais ME - Outros	Disponíveis para venda	Custo histórico
Crédito às Instituições Financeiras	Crédito e outros valores a receber	Custo amortizado
Crédito ao Estado	Crédito e outros valores a receber	Custo histórico
Crédito a outras entidades	Crédito e outros valores a receber	Custo amortizado
Títulos Nacionais	Disponíveis para venda	Custo histórico
PASSIVO	Categoria	Metodologia de avaliação/fonte de informação
Empréstimo de Organismos Internacionais ME	Outros passivos	Custo amortizado
Responsabilidades p/c/ out. organismos internacionais MN	Outros passivos	Custo histórico
Responsabilidades para com instituições financeiras ME	Outros passivos	Custo histórico
Responsabilidades para com o Estado ME	Outros passivos	Custo histórico
Responsabilidades para com instituições financeiras MN	Outros passivos	Custo amortizado
Responsabilidades para com o Estado MN	Outros passivos	Custo histórico

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Notas: ME - moeda estrangeira; MN - moeda nacional.

NOTA 3 – AJUSTAMENTO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS A 31-12-2014

3.1 Ajustamento da Participação na Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos (SISP)

Em 2015, o Banco reexpressou o valor da participação financeira que detém junto da Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos devido a erro na aplicação do método de equivalência patrimonial. Desta forma, de modo a cumprir com o disposto no IAS 8 - Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros - as contas de 2014 foram reexpressas.

A reexpressão das demonstrações financeiras relativas a 2014, implicou um impacto positivo nos capitais próprios com referência a 31 de Dezembro de 2014 e 2013 de 109.897 milhares de escudos e de 62.772 milhares de escudos, respetivamente, de acordo com o detalhe apresentado no quadro seguinte.

3.2 Ajustamento da Responsabilidade para com o FMI - *Securities*

Nos termos do n.º 2 do artigo 5º do Decreto-Lei n.º 43/2004, as *securities* que se encontravam registadas nas contas extrapatrimoniais constituem uma responsabilidade para o BCV. Para efeito de reconhecimento do valor das *securities* na situação patrimonial e financeira do Banco no passivo, fez-se os ajustes por contrapartida de reservas de reavaliação uma vez que em 2011 aquando da reclassificação do valor da participação sobre

o FMI da conta moeda nacional para a conta moeda estrangeira, não foi considerado o valor das *securities*. Desta forma, de modo a cumprir com o disposto no IAS 8 - Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros, as contas de 2014 foram reexpressas.

A reexpressão das demonstrações financeiras relativas a 2014, implicou um impacto negativo nos capitais próprios com referência a 31 de Dezembro de 2014 e 2013 de 118.043 milhares de escudos.

O quadro abaixo espelha o impacto dos referidos ajustamentos nos capitais próprios com referência a 31 de dezembro de 2013 e 2014:

	Capital Próprio		Resultado
	31-12-2014	31-12-2013	31-12-2014
Saldo antes da reexpressão	703 914	2 550 984	(988 500)
Impacto da reexpressão			
Ajustamentos da Participação na SISP	(109 897)	(62 772)	(47 125)
Ajustamento <i>Securities</i> FMI	118 043	118 043	0
Saldo após reexpressão	712 059	2 606 254	(1 035 625)

Fonte: Banco de Cabo Verde.

BALANÇO A 31 DE DEZEMBRO DE 2014 e 01-01-2014 REEXPRESSO

Rubricas	Nota	Ativo Líquido 31-12-2014 reportado	Ajustes e re- classificações	Ativo Líquido 31-12-2014 reexpresso	Ativo Líquido 01-01-2014 reportado	Ajustes e re- classificações	Ativo Líquido 01-01-2014 reexpresso
ATIVO							
Ativos sobre o Exterior		47 625 455		47 625 455	39 564 721		39 564 721
Disponibilidades e aplicações		17 996 052		17 996 052	30 416 803		30 416 803
Títulos estrangeiros		27 980 844		27 980 844	7 511 399		7 511 399
Ativos financeiros disponíveis para venda		27 980 844		27 980 844	7 511 399		7 511 399
Ativos sobre Organismos Internacionais		1 648 559		1 648 559	1 636 519		1 636 519
Ativos sobre Organismos Internacionais ME		1 648 559		1 648 559	1 636 519		1 636 519
Ativos sobre Residentes		7 751 312	109 897	7 861 209	8 028 148	62 772	8 090 921
Crédito e outros valores a receber		742 226		742 226	724 619		724 619
Crédito ao Estado		98 541		98 541	98 541		98 541
Crédito a outras entidades		643 685		643 685	626 078		626 078
Títulos nacionais		6 886 090		6 886 090	7 149 329		7 149 329
Ativos financeiros disponíveis para venda		6 886 090		6 886 090	7 149 329		7 149 329
Investimentos em Associadas	3	122 996	109 897	232 893	154 200	62 772	216 972
Outros ativos		1 232 381		1 232 381	518 646		518 646
Notas e Moedas, Medalhística e Numismática		310 103		310 103	100 544		100 544
Ativos Fixos Tangíveis e Ativos Intangíveis		278 820		278 820	285 093		285 093
Outros		643 458		643 458	133 010		133 010
TOTAL ATIVO		56 609 148	109 897	56 719 046	48 111 515	62 772	48 174 287

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Notas: ME - moeda estrangeira; MN - moeda nacional.

BALANÇO A 31 DE DEZEMBRO DE 2014 e 01-01-2014 REEXPRESSO

Rubricas	Nota	31-12-2014 reportado	Ajustes e re- classificações	31-12-2014 reexpresso	01-01-2014 reportado	Ajustes e re- classificações	em milhares de escudos 01-01-2014 reexpresso
PASSIVO							
Notas e Moedas em Circulação		(10 476 268)		(10 476 268)	(9 808 726)		(9 808 726)
Responsabilidades sobre o Exterior		(2 538 293)	(118 043)	(2 656 335)	(2 650 804)	(118 043)	(2 768 846)
Responsabilidades sobre o exterior em ME		(2 529 760)		(2 529 760)	(2 467 095)		(2 467 095)
Responsabilidades sobre o exterior em MN		(8 533)	(118 043)	(126 576)	(183 709)	(118 043)	(301 752)
Responsabilidades sobre Residentes		(40 743 547)		(40 743 547)	(34 115 107)		(34 115 107)
Responsabilidades para com o Estado		(874 467)		(874 467)	(890 670)		(890 670)
Responsabilidades sobre residentes em MN		(39 867 725)		(39 867 725)	(33 223 114)		(33 223 114)
Responsabilidades para com Instituições Financeiras		(37 561 866)		(37 561 866)	(30 335 456)		(30 335 456)
Responsabilidades para com o Estado		(2 305 859)		(2 305 859)	(2 887 658)		(2 887 658)
Responsabilidades para com pensões e outros benefícios		(3 014 808)		(3 014 808)	(3 664 618)		(3 664 618)
Outros passivos		(540 146)		(540 146)	(423 244)		(423 244)
TOTAL PASSIVO		(57 313 062)	(118 043)	(57 431 105)	(50 662 499)	(118 043)	(50 780 541)
CAPITAIS PRÓPRIOS							
Capital		703 914	8 145	712 059	2 550 984	55 270	2 606 254
Reservas	3	(200 000)		(200 000)	(200 000)		(200 000)
Resultados Transitados	3	(224 391)	118 043	(106 349)	(116 169)	118 043	1 874
Resultado do Exercício	3	2 116 805	(62 772)	2 054 033	2 867 152	(62 772)	2 804 380
		(988 500)	(47 125)	(1 035 625)			
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		(56 609 148)	(109 897)	(56 719 046)	(48 111 515)	(62 772)	(48 174 287)

Fonte: Banco de Cabo Verde.
Notas: ME - moeda estrangeira; MN - moeda nacional.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS A 31 DE DEZEMBRO 2014 REEXPRESSO

em milhares de escudos

Rubricas	Notas	31-12-2014 reportado	Ajustes e Re- classificações	31-12-2014 reexpresso
Juros e proveitos equiparados		(261 864)		(261 864)
Juros e custos equiparados		49 603		49 603
Resultado líquido de juros e de custos e proveitos equiparados		(212 261)		(212 261)
Resultado realizado em operações cambiais		(82 507)		(82 507)
Ganhos em operações financeiras		(267 919)		(267 919)
Perdas em operações financeiras		214 370		214 370
Resultado líquido em operações financeiras		(136 056)		(136 056)
Comissões recebidas				
Comissões pagas		32 231		32 231
Resultado líquido de comissões		32 231		32 231
Rendimentos de instrumentos de capital		(154 142)		(154 142)
Resultado em empresas associadas	3	(16 471)	(47 125)	(63 596)
Resultado de reavaliação cambial		(1 327 955)		(1 327 955)
Outros resultados de exploração		(19 268)		(19 268)
TOTAL DE PROVEITOS E GANHOS LÍQUIDO		(1 833 922)	(47 125)	(1 881 047)
Custos com pessoal		650 814		650 814
Fornecimento e serviços de terceiros		143 704		143 704
Depreciações e amortizações		44 616		44 616
Total de custos administrativos		839 134		839 134
Custos com emissão e destruição de notas e moedas		6 288		6 288
TOTAL DE CUSTOS E PERDAS LÍQUIDO		845 422		845 422
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(988 500)	(47 125)	(1 035 625)
Realizado		355 926		355 926
Não realizado		(1 344 426)	(47 125)	(1 391 551)

Fonte: Banco de Cabo Verde.

NOTA 4 – DISPONIBILIDADES E APLICAÇÕES

O saldo desta rubrica, a 31 de Dezembro, analisa-se como segue:

em milhares de escudos

	2015	2014
Disponibilidades		
Depósito à ordem no estrangeiro	13 139 193	9 673 211
Notas e moedas estrangeiras em caixa	129 003	132 437
	13 268 196	9 805 648
Aplicações	11 512 188	8 190 404
Total	24 780 384	17 996 052

Fonte: Banco de Cabo Verde.

A variação positiva verificada na rubrica “Disponibilidades e aplicações” decorre da atividade normal do Banco.

As sub-rubricas “Depósito à ordem no estrangeiro” e “Aplicações” refletem, essencialmente, os depósitos junto de bancos centrais e comerciais sedeados na União Europeia e nos Estados Unidos da América, conforme se descreve:

	em milhares de escudos	
	2015	2014
Depósitos à ordem		
EUR	11 709 075	8 441 755
USD	1 427 582	1 208 032
Outros	2 537	23 424
Total	13 139 193	9 673 211
Aplicações		
EUR	11 504 880	7 526 274
USD	0	661 590
Juros de aplicações	7 308	2 540
Total	11 512 188	8 190 404

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Os saldos destas contas encontram-se atualizados ao câmbio médio das divisas à data do balanço.

NOTA 5 – TÍTULOS ESTRANGEIROS

O saldo desta rubrica a 31 de Dezembro analisa-se como segue:

	em milhares de escudos	
	2015	2014
Ativos financeiros disponíveis para venda		
De Emissores Públicos estrangeiros - Bilhetes do Tesouro	4 154 287	9 834 212
De Instituições Financeiras - Obrigações	10 170 349	8 089 723
De Emissores Públicos estrangeiros - Obrigações do Tesouro	7 234 103	6 940 347
De Outros Emissores Públicos Estrangeiros - Obrigações	1 933 887	2 010 554
De Organismos Internacionais- Obrigações	1 454 810	1 106 008
Total	24 947 436	27 980 844

Fonte: Banco de Cabo Verde.

A gestão da carteira de títulos estrangeiros é efetuada pelo Banco Central do Luxemburgo, ao abrigo do acordo celebrado a 14 de setembro de 2002, o qual tem vindo a ser sucessivamente atualizado, sendo a última adenda de 31 de julho de 2015.

As obrigações da carteira de ativos financeiros disponíveis para venda são denominadas em euros e em dólares americanos e vencem juros a taxas que variam entre zero e seis por cento (2014: entre 0,36 por cento e 4,50 por cento) e com prazos de vencimento conforme o quadro que segue:

Em 31-12-2015

	em milhares de escudos				
	até 1 mês	1 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Total
Ativos disponíveis para venda					
<i>Floating Rate Note</i>	0	2 945 360	507 917	9 719 749	13 173 027
<i>Bonds</i>	0	228 726	201 994	7 189 402	7 620 122
<i>Bills</i>	330 848	1 814 000	2 009 440	0	4 154 287
Total	330 848	4 988 086	2 719 351	16 909 151	24 947 436

Em 31-12-2014

	em milhares de escudos				
	até 1 mês	1 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Total
Ativos disponíveis para venda					
<i>Floating Rate Note</i>	0	0	552 102	8 587 587	9 139 689
<i>Bonds</i>	0	5 508 037	1 342 058	2 156 847	9 006 943
<i>Bills</i>	1 323 241	4 207 817	4 303 155	0	9 834 212
Total	1 323 241	9 715 854	6 197 315	10 744 434	27 980 844

Fonte: Banco de Cabo Verde.

O decréscimo registado no período em análise deve-se, essencialmente, ao vencimento e venda dos investimentos em carteira.

NOTA 6 – ATIVOS SOBRE ORGANISMOS INTERNACIONAIS

O saldo desta rubrica a 31 de Dezembro analisa-se como segue:

	em milhares de escudos	
	2015	2014
Ativos sobre Organismos Internacionais ME		
Fundo Monetário Internacional	1 566 297	1 471 397
Direitos de Saque Especiais	114 556	140 891
Afreximbank-Bank Africaine d'Export-Import		
Subscrito	81 135	90 678
Não realizado	(48 681)	(54 407)
	1 713 307	1 648 559

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Notas: ME - moeda estrangeira.

O ativo sobre Organismos Internacionais em moeda estrangeira traduz o contravalor em escudos da quota de Cabo Verde no FMI, no valor de 11.200.000 SDR (2014: 11.200.000 SDR), valorizado ao câmbio à data do Balanço. Face a sua natureza, o Banco considera-o como ativo monetário.

Em 2015, a redução do valor relevado em “Direitos de Saque Especiais” refere-se, essencialmente, à amortização do empréstimo FMI, no âmbito do *Poverty Reduction and Growth Facility* (ver nota 15).

No período, os juros recebidos junto do FMI ascenderam a 469 SDR (2014: 1.573 SDR), cerca de 65 milhares de escudos (2014: 197 milhares de escudos), tendo as comissões suportadas sobre a atribuição cumulativa e empréstimo atingido 4.755 SDR (2014: 8.671 SDR), correspondentes a 665 milhares de escudos (2014: 1.089 milhares de escudos).

O saldo referente à participação no Afreximbank representa o contravalor em milhares de escudos da participação de 1.000.000 de dólares, à taxa de câmbio histórico. Deste total, 400.000 dólares encontram-se realizados.

A participação detida não confere direito ao controlo ou influência significativa nas decisões desse organismo, o que determina a sua contabilização, de acordo com a IAS 39, como Disponível para Venda, sendo registada ao custo de aquisição, que traduz, de forma mais apropriada, a participação do Banco naquela instituição.

NOTA 7 – CRÉDITO AO ESTADO

O saldo desta rubrica a 31 de Dezembro analisa-se como segue:

	em milhares de escudos	
	2015	2014
Crédito ao Estado		
Banco Africano de Desenvolvimento - BAD	88 498	88 498
Banco Mundial - BM	6 695	6 695
Associação Internacional para o Desenvolvimento - IDA	3 348	3 348
	98 541	98 541

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Esta rubrica reflete os créditos concedidos ao Estado para subscrição de participações em Organismos Internacionais. Estes créditos não vencem juros e foram concedidos por prazo indeterminado.

NOTA 8 – CRÉDITO A OUTRAS ENTIDADES

O saldo desta rubrica a 31 de Dezembro analisa-se como segue:

	em milhares de escudos	
	2015	2014
Crédito ao pessoal		
Crédito habitação (i)	452 387	483 122
Outros créditos ao pessoal	165 159	170 348
	617 546	653 470
Outros créditos	658	714
	618 204	654 184
Provisões para crédito vencido	(10 466)	(10 499)
	607 738	643 686

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Nota: (i) vencem juros à taxa que varia entre os 2,5 e 10 por cento.

O Banco concede créditos aos seus empregados no ativo e reformados a uma taxa inferior às taxas praticadas no mercado, nomeadamente crédito à habitação, ao consumo e por motivos de saúde, conforme regulamento interno. De acordo com as IFRS, os empréstimos concedidos abaixo da taxa de mercado devem ser registados no momento inicial ao justo valor. Por se tratar de um crédito com risco muito baixo, considerou-se que o valor nominal do crédito é o justo valor do empréstimo. Desta forma, o reconhecimento ao justo valor não tem impacto em balanço, sendo a diferença entre os juros nominais e os juros calculados de acordo com a taxa efetiva para o exercício em análise reconhecida nos

proveitos de juros por contrapartida de “Custos com pessoal”. A taxa efetiva corresponde à média das taxas praticadas pelos bancos comerciais para créditos com a mesma finalidade.

A sub-rubrica “Outros créditos ao pessoal” inclui crédito ao consumo concedido aos funcionários sob forma de adiantamento de vencimentos, no valor de 147.595 milhares de escudos (2014: 157.823 milhares de escudos) e vencem juros a taxas que variam entre zero e 13,50 por cento (2014: entre zero e 13,50 por cento), crédito ao pessoal para finalidades diversas, no montante de 9.655 milhares de escudos (2014: 3.896 milhares de escudos), adiantamento por motivos de saúde e comparticipação de empregados para tratamento no exterior, nos montantes de 3.262 milhares de escudos e 4.647 milhares de escudos, respetivamente (2014: 4.318 e 4.312 milhares de escudos, respetivamente), estes sem qualquer remuneração.

Os créditos para finalidades diversas incluem créditos para aquisição de automóvel para diretores e equiparados, que vencem juros à taxa de dois por cento (2014: dois por cento).

Os créditos à saúde, quando não justificados, vencem juros à taxa de redesconto em vigor na instituição que, em 2015, fixou-se em 7,50 por cento (2014: 7,75 por cento).

A rubrica “Outros créditos” reflete o *leasing* financeiro, no valor de 658 milhares de escudos (2014: 714 milhares de escudos), referente a um apartamento, situado em Achada de Santo António, arrendado em regime de locação financeira. O decréscimo observado reflete a alienação de um apartamento.

NOTA 9 – TÍTULOS NACIONAIS

No valor de 6.561.993 milhares de escudos, esta rubrica acusou um decréscimo de 4,71 por cento, o qual se deve ao vencimento da sexta parcela das Obrigações do Tesouro. O saldo desta rubrica decompõe-se em:

	milhares de escudos	
	2015	2014
Do Estado de Cabo Verde		
Títulos Consolidados de Mobilização Financeira	4 848 529	4 887 299
Obrigações do Tesouro	1 680 000	1 960 000
Outros	33 464	38 791
De outros residentes	13 880	13 880
Imparidade acumulada	(13 880)	(13 880)
	6 561 993	6 886 090

Fonte: Banco de Cabo Verde.

A sub-rubrica “Títulos Consolidados de Mobilização Financeira” (TCMF) reflete as unidades de participação no *International Support for Cabo Verde Stabilization Trust Fund* (CVDTF) detidas pelo Banco, criadas ao abrigo da Lei n.º 69/V/98, no âmbito do processo da redução do peso da dívida interna e alavancagem da economia cabo-verdiana. Estas unidades de participação são remuneradas à taxa de 90 por cento do resultado líquido do CVDTF, que em 2015 foi de 2,06 por cento (2014: 3,23 por cento).

Não obstante o caráter de perpetuidade dos TCMF, o Estado obriga-se, ao abrigo do artigo 19º da Lei n.º 70/V/98 a adquirir os TCMF num período máximo de 20 anos, a contar da data de aprovação da mesma lei.

Os juros de 2013 foram recebidos em 2015 pelo que a 31 de Dezembro de 2015 se encontravam por receber os juros de 2014 e 2015, que ascendiam a 148.612 milhares de escudos e 94.949 milhares de escudos, respectivamente.

A sub-rubrica “Obrigações do Tesouro”, no valor nominal de 1.680.000 milhares de escudos (2014: 1.960.000 milhares de escudos), refere-se às diversas obrigações emitidas em agosto de 1999 pelo Estado de Cabo Verde com o objetivo de liquidar os créditos titulados por Protocolos existentes a 31 de dezembro de 1998. As diversas emissões detidas em carteira têm vencimento anual a partir de 2009 até 2021, no montante de 280.000 milhares de escudos cada, sendo remuneradas à taxa do rendimento anual do CVDTF que, em 2015 foi de 2,27 por cento (2014: 3,52 por cento). No exercício de 2015 verificou-se a amortização da respetiva prestação, no montante de 280.000 milhares de escudos (2014: amortização de 280.000 milhares de escudos).

A sub-rubrica “Outros” reflete os cinco por cento do rendimento líquido do CVDTF referente aos exercícios de 2014 e 2015, que ascendia a 33.464 milhares de escudos (2014: 38.791 milhares de escudos).

Por sua vez, a rubrica “De outros residentes” representa a participação detida pelo Banco na empresa SOCAPESCA, no montante de 13.880 milhares de escudos. Encontra-se em situação de imparidade, totalmente provisionada, dado que a empresa está em fase de liquidação.

NOTA 10 – INVESTIMENTO EM ASSOCIADAS

O saldo desta conta refere-se à participação do Banco em 40 por cento do capital próprio da SISP, visando a promoção do desenvolvimento do sistema financeiro e do sistema de pagamentos, em particular. Esta participação encontra-se registada pelo método de equivalência patrimonial, com base nas informações, ainda não auditadas, enviadas pela SISP. O saldo desta rubrica decompõe-se em:

	em milhares de escudos	
	2015	2014
Investimento em Associadas		
Saldo em 1 de Janeiro	232 893	216 972
Variação da participação	55 968	63 596
Dividendos recebidos	(44 518)	(47 676)
Saldo em 31 de Dezembro	244 343	232 893

Fonte: Banco de Cabo Verde.

NOTA 11 – NOTAS E MOEDAS, MEDALHÍSTICA E NUMISMÁTICA

O saldo desta conta refere-se às existências de notas e moedas, medalhística e moedas comemorativas emitidas pelo Banco de Cabo Verde.

em milhares de escudos		
	2015	2014
Notas e moedas	410 417	209 343
Medalhística e numismática	117 964	100 759
	528 381	310 103

Fonte: Banco de Cabo Verde.

O acréscimo registado no exercício de 2015 face ao ano anterior deve-se, essencialmente, às despesas com a nova família de notas.

NOTA 12 – IMOBILIZADO

No período, o movimento desta rubrica apresenta-se como se segue:

Em 31-12-2015					
	em milhares de escudos				
	Software	Imóveis	Equipamentos	Património artístico	TOTAL
Saldo em 31-12-2014	74 859	115 363	83 809	4 790	278 820
Custo de aquisição	165 135	368 395	466 548	4 790	1 004 867
Amortização acumulada	(90 276)	(253 032)	(382 739)	0	(726 047)
Movimentos em 2015	(8 070)	(2 167)	(6 513)	0	(16 751)
Aquisições	6 774	918	23 722	0	31 413
Venda/abate	0	0	(15)	0	(15)
Amortização do exercício	(14 844)	(2 167)	(30 220)	0	(47 231)
Regularizações	0	(918)	0	0	(918)
Saldo em 31-12-2015	66 788	113 196	77 295	4 790	262 069

Em 31-12-2014					
	em milhares de escudos				
	Software	Imóveis	Equipamentos	Património artístico	TOTAL
Saldo em 31-12-2013	72 481	122 040	85 782	4 790	285 093
Custo de aquisição	153 654	369 815	454 527	4 790	982 785
Amortização acumulada	(81 173)	(247 776)	(368 744)	0	(697 693)
Movimentos em 2014	2 378	(6 677)	(1 974)	0	(6 273)
Aquisições	11 481	0	30 630	0	42 111
Venda/abate	0	0	(501)	0	(501)
Amortização do exercício	(9 103)	(6 677)	(28 836)	0	(44 616)
Anulação de amortização	0	0	(3 267)	0	(3 267)
Saldo em 31-12-2014	74 859	115 363	83 809	4 790	278 820

Fonte: Banco de Cabo Verde.

NOTA 13 – OUTROS

O saldo desta rubrica a 31 de Dezembro analisa-se como segue:

em milhares de escudos		
	2015	2014
Operações cambiais com a SISP	325 278	124 377
Outros	14 660	519 081
	339 938	643 458

Fonte: Banco de Cabo Verde.

A rubrica “Operações cambiais com a SISP” reflete o contravalor em escudos cabo-verdianos da compra antecipada de moeda estrangeira pela SISP, respeitante ao pagamento antecipado dos movimentos realizados por via dos cartões VISA/Mastercard, conforme deliberação do Conselho de Administração.

A rubrica “Outros” representa saldos a regularizar provenientes de diversas operações ativas, nomeadamente as receitas a receber da atividade de supervisão, de 5.560 milhares de escudos (2014: 5.323 milhares de escudos) e as despesas antecipadas com custos administrativos, no valor de 5.587 milhares de escudos (2014: 6.178 milhares de escudos). Inclui, ainda, diversas operações ativas a regularizar, no montante de 1.853 milhares de escudos (2014: 370.074 milhares de escudos), bem como o valor de 1.281 milhares de escudos (2014: 1.029 milhares de escudos) referente a caixa ATM.

NOTA 14 – NOTAS E MOEDAS EM CIRCULAÇÃO

O saldo desta rubrica a 31 de Dezembro analisa-se como segue:

em milhares de escudos		
	2015	2014
Notas e moedas emitidas	(14 914 430)	(13 308 893)
Notas em caixa	4 123 844	2 815 204
Moeda metálica em caixa	10 452	15 811
Notas e moedas em trânsito	1 516	1 610
	(10 778 618)	(10 476 268)

Fonte: Banco de Cabo Verde.

A rubrica “Notas e moedas em circulação” corresponde à diferença entre o valor das notas e moedas emitidas e o valor das notas e moedas existentes na Tesouraria e em trânsito.

A seguir é apresentada a distribuição de notas e moedas, por denominação, em circulação:

	31-12-2015		31-12-2014	
	Quantidade (unidades)	Valor (milhares de escudos)	Quantidade (unidades)	Valor (milhares de escudos)
NOTAS	8 489 608	10 211 089	8 236 656	9 939 794
200\$00	1 791 563	358 313	1 649 185	329 837
500\$00	847 804	423 902	865 633	432 816
1.000\$00	3 057 086	3 057 086	3 106 015	3 106 015
2.000\$00	2 531 330	5 062 659	2 335 998	4 671 996
5.000\$00	261 826	1 309 130	279 826	1 399 130
MOEDAS	55 328 724	567 528	52 129 009	536 474
1\$00	32 524 642	32 525	30 574 640	30 575
5\$00	8 003 490	40 017	7 518 657	37 593
10\$00	5 971 733	59 717	5 673 557	56 736
20\$00	4 016 057	80 321	3 833 857	76 677
50\$00	2 841 013	142 051	2 661 439	133 072
100\$00	1 890 731	189 073	1 789 521	178 952
200\$00	48 601	9 720	49 103	9 821
250\$00	25 471	6 368	21 249	5 312
1.000\$00	6 486	6 486	6 486	6 486
2.500\$00	500	1 250	500	1 250
Total	63 818 332	10 778 618	60 365 665	10 476 268

Fonte: Banco de Cabo Verde.

NOTA 15 – RESPONSABILIDADES PARA COM O EXTERIOR

O saldo desta rubrica a 31 de Dezembro analisa-se como segue:

	em milhares de escudos	
	2015	2014
Responsabilidades para com o exterior ME		
Atribuição cumulativa-FMI	(1 282 221)	(1 204 533)
Depósitos à Ordem - FMI	(1 392 331)	(1 292 515)
Empréstimo de m/l prazo Org. Internacionais	0	(32 712)
	(2 674 552)	(2 529 760)
Responsabilidades para com o exterior MN		
Responsabilidade para com FMI - <i>Securities</i>	(118 043)	(118 043)
Depósitos à Ordem	(12 354)	(8 533)
	(130 397)	(126 576)
	(2 804 948)	(2 656 335)

Fonte: Banco de Cabo Verde.

A sub-rubrica “Atribuição cumulativa – FMI” reflete a responsabilidade referente à atribuição dos direitos de saque especiais perante o FMI (9.168.679 SDR), decorrente da

participação naquele organismo internacional. A variação no exercício deve-se à flutuação cambial.

A sub-rubrica “Empréstimo de m/l prazo Organismos Internacionais” regista o financiamento concedido pelo FMI em 2002, no âmbito do *Poverty Reduction and Growth Facility*, por um período de dez anos, com 5,5 anos de carência e que vence juros à taxa de 0,5 por cento ao ano. Em 2015, o Banco liquidou as duas prestações remanescentes no total de 249.000 SDR, equivalente a 34.572 milhares de escudos(2014: amortização de seis prestações no valor de 744.000 SDR e comissões equivalentes a 1.089 milhares de escudos), tendo a rubrica apresentado um saldo nulo a 31 de Dezembro de 2015.

A sub-rubrica “Depósito à Ordem – FMI” traduz os depósitos do FMI junto do BCV. A variação verificada no exercício deveu-se à reavaliação cambial.

Responsabilidade para com o FMI – *Securities* – espelha o valor das Promissórias assinadas a favor do FMI, no âmbito da subscrição da quota, que nos termos do n.º 2 do artigo 5º do Decreto-Lei n.º 43/2004 constitui responsabilidade do Banco.

A rubrica “Depósito à Ordem MN” representa os depósitos à ordem em moeda nacional de organismos internacionais junto do Banco. O acréscimo registado em 2015 deve-se à transferência exterior a favor da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental CEDEAO.

NOTA 16 – RESPONSABILIDADES PARA COM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

O saldo desta rubrica decompõe-se como segue:

	em milhares de escudos	
	2015	2014
Responsabilidades para com Instituições Financeiras MN		
Depósitos à ordem	(13 775 652)	(20 291 477)
Facilidades permanentes de liquidez - absorção	(21 920 000)	(14 770 000)
Operações passivas de política monetária	(2 501 410)	(2 500 389)
Títulos de Intervenção Monetária	(801 945)	(399 988)
Títulos de Regularização Monetária	(1 699 465)	(2 100 401)
	(38 197 062)	(37 561 866)
Responsabilidades para com Instituições Financeiras ME		
Depósitos à ordem	(1 386)	(1 355)
	(38 198 448)	(37 563 222)

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Notas: ME - moeda estrangeira; MN - moeda nacional.

A sub-rubrica “Depósitos à ordem” traduz os depósitos em escudos cabo-verdianos constituídos pelas instituições financeiras, que servem o duplo objetivo de conta de liquidação e de retenção das disponibilidades mínimas de caixa (DMC), os quais não são remunerados. O regime de reservas mínimas de caixa visa, essencialmente, a estabilização das taxas de juro do mercado monetário e a maior eficiência dos instrumentos de transmissão de política monetária. Constituem base de incidência das DMC, as responsabili-

dades por depósitos e outras responsabilidades para com residentes e não residentes, em moeda nacional e estrangeira, com exceção das com o BCV e com as outras instituições sujeitas a DMC, conforme a Circular Série A, n.º 157 de 08-11-2010.

A sub-rubrica “Facilidades permanente de liquidez – absorção” apresenta um saldo de 21.920.000 milhares de escudos (2014: 14.770.000 milhares de escudos), o qual se deve aos depósitos *overnight*, remunerados à taxa de 0,25 por cento a partir de 16 de Fevereiro de 2015 (2014: 0,50 por cento).

A sub-rubrica “Operações passivas de política monetária” reflete as aplicações em Títulos de Intervenção Monetária (TIM), com o objetivo de absorver e gerir os excedentes de liquidez, por um prazo até um ano, bem como em Títulos de Regularização Monetária (TRM) de muito curto prazo (até 14 dias) que, para além de absorver e gerir a liquidez excedentária, tem o objetivo de diminuir a volatilidade das taxas de juro no mercado monetário interbancário. No período, os TRM e os TIM foram remunerados à taxa média de 0,38 e 0,44 por cento, respetivamente (2014: 0,60 e 0,69 por cento, respetivamente).

A sub-rubrica “Depósitos à ordem” releva o contravalor dos depósitos à ordem em moeda estrangeira constituídos pelas instituições financeiras no Banco.

NOTA 17 – RESPONSABILIDADES PARA COM O ESTADO

O saldo desta rubrica a 31 de Dezembro analisa-se como segue:

	em milhares de escudos	
	2015	2014
Responsabilidades para com o Estado MN		
Tesouro-Conta Caixa	(1 997 781)	(1 074 363)
Tesouro-Conta Investimento	(1 146 012)	(900 387)
Tesouro- Credores	(243 379)	(308 927)
Tesouro-Fundo de Reg. Dívida Pública Interna	(22 182)	(22 182)
	(3 409 354)	(2 305 859)
Responsabilidades para com o Estado ME		
Tesouro-Conta Investimento	(1 124 888)	(874 467)
	(1 124 888)	(874 467)
	(4 534 241)	(3 180 326)

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Notas: ME - moeda estrangeira; MN - moeda nacional.

A rubrica “Responsabilidades para com o Estado MN” reflete, basicamente, os depósitos à ordem do Estado enquanto caixa do Tesouro (artigo 29º da Lei Orgânica do BCV) e os depósitos relativos a projetos do Tesouro financiados por instituições estrangeiras, os quais não são remunerados. A sub-rubrica “Tesouro - Credores” reflete o depósito cativo do Tesouro junto do Banco.

A rubrica “Responsabilidades para com o Estado ME” representa o contravalor de depósitos à ordem em moeda estrangeira, não remunerados, de projetos do Tesouro financiados por instituições estrangeiras.

NOTA 18 – RESPONSABILIDADES PARA COM PENSÕES E OUTROS BENEFÍCIOS

Os empregados admitidos pelo Banco até Setembro de 1993 e seus dependentes beneficiam de pensões de reforma e de sobrevivência de benefício definido, assim como de um plano de assistência médica durante a vida ativa e na reforma.

Os empregados admitidos pelo Banco após Setembro de 1993 encontram-se abrangidos pelo Regime de Previdência Social.

Adicionalmente, ao abrigo do artigo 35º da Lei Orgânica do Banco, os membros do Conselho de Administração beneficiam de um plano de assistência médica durante o período de vida ativa.

De salientar, ainda, a responsabilidade do Banco para com o pagamento de antiguidade aos trabalhadores no ativo, quando estes completam 10, 20 e 30 anos ao serviço da instituição, correspondente a um, dois ou três salários mensais, respetivamente.

O Banco de Cabo Verde segue integralmente a IAS 19R no reconhecimento e registo das responsabilidades para com pensões e outros benefícios.

As responsabilidades para com pensões e outros benefícios encontram-se registados no passivo do Banco, uma vez que não existem ativos detidos por um fundo de benefícios de longo prazo de empregados, ou apólices de seguro elegíveis, para fazer face às obrigações atuariais com os programas de benefícios mantidos pelo Banco de Cabo Verde em benefício dos seus colaboradores.

As remensurações de benefícios aos empregados pós-emprego (anteriormente denominadas desvios atuariais), quando incorridas, são reconhecidas em capital próprio, como outro rendimento integral, enquanto o custo de curto prazo estimado é reconhecido no resultado do exercício, pelo método de duodécimo.

O exercício de 2015 foi marcado pela estabilidade das obrigações atuariais quando comparadas aos exercícios anteriores, facto devido principalmente ao comportamento da economia cabo-verdiana, sob inflação praticamente nula e taxas estáveis na emissão dos títulos públicos.

Os quadros que seguem representam a evolução das responsabilidades com pensões e outros benefícios e as informações utilizadas nos cálculos atuariais.

Cálculo Atuarial e Movimentos no Período

em 31-12-2015

em milhares de escudos

	Pensão de Reforma	Pensão de Sobrevivência	Fundo Assistência Médica	Prémio de Antiguidade	Total
Valor presente das obrigações atuariais a 31-12-2014	2 475 478	160 897	354 589	23 844	3 014 808
Custos dos Serviços Correntes	35 622	0	1 882	4 005	41 509
Custo dos Juros	134 666	8 753	19 290	1 297	164 006
Contribuição dos Participantes	6 024	0	6 507	0	12 531
Remensurações	92 561	(17 571)	(19 164)	(5 738)	50 089
Pagamento de Benefícios	(156 251)	(16 164)	(23 686)	(3 565)	(199 666)
Valor presente das obrigações atuariais a 31-12-2015	2 588 100	135 915	339 417	19 844	3 083 276

Em 31-12-2014

em milhares de escudos

	Pensão de Reforma	Pensão de Sobrevivência	Fundo Assistência Médica	Prémio de Antiguidade	Total
Valor presente das obrigações atuariais a 31-12-2013	3 150 143	158 299	327 169	29 008	3 664 618
Custos dos Serviços Correntes	53 440	0	2 053	1 513	57 006
Custo dos Juros	199 891	10 123	20 491	1 855	232 360
Contribuição dos Participantes	6 489	0	5 129	0	11 618
Remensurações	(788 054)	9 285	28 423	(6 556)	(756 902)
Pagamento de Benefícios	(146 430)	(16 810)	(28 676)	(1 975)	(193 892)
Valor presente das obrigações atuariais a 31-12-2014	2 475 478	160 897	354 589	23 844	3 014 808

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Remensurações Reconhecidas em Outro Rendimento Integral (Ver Nota 17)

em milhares de escudos

	Pensão de Reforma	Pensão de Sobrevivência	Fundo Assistência Médica	Total
Reconhecimento em 2014	(788 054)	9 285	28 423	(750 346)
Reconhecimento em 2015	98 585	(17 571)	28 359	109 374

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Despesas Reconhecidas no Resultado do Exercício (Ver Nota 30.1)

em 31-12-2015

em milhares de escudos

	Pensão de Reforma	Pensão de Sobrevivência	Fundo Assistência Médica	Prémio de Antiguidade	Total
Custos dos Serviços Correntes	29 598	0	(4 625)	4 005	28 978
Custo dos Juros	134 666	8 753	19 290	1 297	164 006
Remensurações	0	0	(41 016)	(5 738)	(46 754)
Custo Total	164 264	8 753	(26 352)	(435)	146 229

em 31-12-2014	em milhares de escudos				
	Pensão de Reforma	Pensão de Sobrevivência	Fundo Assistência Médica	Prémio de Antiguidade	Total
Custos dos Serviços Correntes	53 440	0	2 053	1 513	57 006
Custo dos Juros	199 891	10 123	20 491	1 855	232 360
Remensurações	0	0	0	(6 556)	(6 556)
Custo Total	253 331	10 123	22 544	(3 188)	282 810

Fonte: Banco de Cabo Verde..

A reavaliação das obrigações a 31 de dezembro de 2015 considera a revisão das premissas de curto e longo prazos, resultando na alteração de valores projetados. Em decorrência, os impactos nas responsabilidades decompõem-se como segue:

31-12-2015	em milhares de escudos				
	Pensão de Reforma	Pensão de Sobrevivência	Assistência Médica	Prémio de Antiguidade	Total
Impacto nas responsabilidades	118 645	(24 982)	32 352	(4 000)	122 015
Impacto resultante de incrementos e liquidações de benefícios	20 060	(7 412)	3 993	1 737	18 379
Remensurações	98 585	(17 571)	28 359	-5 738	103 636
Impacto resultante da alteração da taxa de desconto	48 078	2 525	9 547	332	60 482
Impacto resultante da alteração da massa salarial	0	(24 165)	0	(1 252)	(25 416)
Diferenças contributivas	19 233	0	6 507	0	25 740
Outros efeitos de curto prazo	15 216	4 069	0	0	19 285
Alterações Populacionais	16 057	0	0	0	16 057
Impacto resultante da variação de custo médico	0	0	26 291	0	26 291
Impacto de revisões cadastrais	0	0	0	(4 706)	(4 706)
Impacto resultante da alteração da taxa de evolução salarial	0	0	0	0	0
Impacto resultante de outras naturezas	0	0	(13 986)	(112)	(14 097)

31-12-2014	em milhares de escudos				
	Pensão de Reforma	Pensão de Sobrevivência	Assistência Médica	Prémio de Antiguidade	Total
Impacto nas responsabilidades	(674 665)	2 598	27 420	(5 163)	(649 810)
Impacto resultante de incrementos e liquidações de benefícios	113 390	(6 687)	(1 003)	1 393	107 092
Remensurações	(788 054)	9 285	28 423	(6 556)	(756 902)
Impacto resultante da alteração da taxa de desconto	(462 328)	(3 288)	(47 285)	(2 847)	(515 748)
Impacto resultante da alteração da massa salarial	(255 493)	19 063	0	(1 192)	(237 623)
Diferenças contributivas	0	0	0	0	0
Outros efeitos de curto prazo	0	0	0	0	0
Alterações Populacionais	0	0	0	0	0
Impacto resultante da variação de custo médico	0	0	75 584	0	75 584
Impacto de revisões cadastrais	0	0	0	0	0
Impacto resultante da alteração da taxa de evolução salarial	(64 550)	0	0	(2 321)	(66 870)
Impacto resultante de outras naturezas	(5 683)	(6 490)	124	(197)	(12 245)

Fonte: Banco de Cabo Verde.

* Valores ajustados em função da mudança na demonstração.

ESTUDO ATUARIAL BCV - PRESSUPOSTOS UTILIZADOS

	2015	2014
Pressupostos		Fundo Pensões
Atuariais		
Tabela de Mortalidade	TV73/77 100,0%	TV73/77 100,0%
Tabela de Invalidez	EKV80 50,0%	EKV80 50,0%
Tabela de <i>Turnover</i>	PCRTurnOver 100,0%	PCRTurnOver 100,0%
Financeiros		
Taxa de desconto	5,20%	5,44%
Taxa de Crescimento Salarial (longo prazo)	1,25%	1,25%
Taxa de Atualização das Pensões		1,25%
Taxa de Crescimento das Pensões	0,00%	1,25%
Taxa de Inflação (curto prazo)	0,80%	1,00%
Dados Gerais		
Idade Normal de Reforma	A definida no NAP 20/90	A definida no NAP 20/90
Número de Pagamentos do Benefício	12+1	12+1
Número de Pagamento do Salário	12	12
Índice de dependência	1,8	1,8
Diferença de Idades	4	4
Comparticipação Participantes	6%	6%
Pressupostos	Assistência Médica	Assistência Médica
Atuariais		
Tabela de Mortalidade	TV73/77 100,0%	TV73/77 100,0%
Tabela de Invalidez	EKV80 50,0%	EKV80 50,0%
Tabela de <i>Turnover</i>	PCRTurnOver 100,0%	PCRTurnOver 100,0%
Financeiros		
Taxa de desconto	5,20%	5,44%
Taxa de Crescimento Salarial	1,25%	1,25%
Taxa Real de Cresc. Custos Médicos - LP	3,00%	3,00%
Taxa de Inflação (longo prazo)	NA	NA
Taxa de Inflação (curto prazo)	0,80%	1,00%
Dados Gerais		
Idade Normal da Reforma	A definida no NAP 20/90	A definida no NAP 20/90
Comparticipação Participantes	2,0%	2,0%
Número de Pagamentos do Salário	12	12
Número de Pagamentos de Pensão	12+1	12+1
Índice de dependência	1,8	2,09
Diferença de Idades	4	4
Pressupostos	Prémio Antiguidade	Prémio Antiguidade
Atuariais		
Tabela de Mortalidade	TV73/77 100,0%	TV73/77 100,0%
Tabela de Invalidez	EKV80 50,0%	EKV80 50,0%
Tabela de <i>Turnover</i>	PCRTurnOver 100,0%	PCRTurnOver 100,0%
Financeiros		
Taxa de desconto	5,20%	5,44%
Taxa de Crescimento Salarial	1,25%	1,25%
Taxa de Inflação (curto prazo)	0,80%	1,00%

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Notas: (2015 e 2014) Tabelas reproduzidas a partir dos Relatórios Atuariais - *Assistants*;

NA = Não aplicável aos cálculos atuariais, embora exposta nos anos anteriores apenas para observações.

COMPARAÇÃO ENTRE VARIAÇÕES REAIS E PRESSUPOSTOS ATUARIAIS

	2015	2014	VAR. REAL (%)	HIPÓTESE TEÓRICA
NOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS				
Valor médio das Pensões de Reforma	99 367	99 623	(0,3)	0,2
Valor médio das Pensões de Sobrevivência	44 052	48 790	(9,7)	0,2
NOS BENEFÍCIOS A CONCEDER				
Valor médio das remunerações ativas	147 018	144 635	1,65	1,45 (Nota 1)
Variação do custo médio geral - titular	78 362	77 204	1,50	3,2 (Nota 2)

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Notas: Nota 1 = 1,25% + 0,2% ; Nota 2 = 3,0% + 0,2%.

População BCV

	31-12-2015			31-12-2014		
	Homens	Mulheres	Totais	Homens	Mulheres	Totais
PROGRAMA DE ASSISTENCIA MÉDICA						
Quantidade - Ativos	28	29	57	41	39	80
Quantidade - Reformados e Pensionistas	71	72	143	69	70	139
Idade Média (em anos)	66,80	64,21	65,49	65,58	65,58	65,58
Familiares Agregados de Ativos	47	74	121	48	79	127
Familiares Agregados de Inativos	37	69	106	26	66	92
População Total do Programa	183	244	427	184	254	438
PROGRAMA DE ANTIGUIDADE						
Quantidade	75	88	163	66	87	153
Idade Média (em anos)	44,48	41,86	43,07	45,62	42,54	42,07
PROGRAMA DE PENSÕES						
Quantidade	103	105	208	101	104	205
Idade Média (em anos)	66,48	64,05	65,25	65,61	63,46	64,52

Fonte: Banco de Cabo Verde.

O comportamento das obrigações atuariais estimadas para o Plano de Pensões e de Prémio de Antiguidade são sensíveis à taxa de desconto aplicada no longo prazo e à taxa projetada de crescimento salarial, enquanto as do Plano de Assistência médica são afetados pela evolução dos custos médicos.

O quadro que a seguir se insere, espelha os potenciais efeitos da eventual variação de um ponto percentual para mais ou para menos em cada uma dessas hipóteses, para cada um dos programas.

Em 31-12-2015	em milhares de escudos				
	Pensão de Reforma	Pensão de Sobrevivência	Fundo Assistência Médica	Prémio de Antiguidade	Total
Valor presente das obrigações Atuariais	2 588 100	135 915	339 417	19 844	3 083 276
Variação da taxa de desconto					
+ 1%	(293 350)		(31 362)	(1 187)	(325 900)
- 1%	210 846		39 780	1 327	251 953
Variação da evolução salarial					
+ 1%	52 952			1 319	54 271
- 1%	(49 874)			(1 270)	(51 144)
Variação dos Custos Médicos					
1%			33 568		33 568
-1%			(28 375)		(28 375)

Em 31-12-2014	em milhares de escudos				
	Pensão de Reforma	Pensão de Sobrevivência	Fundo Assistência Médica	Prémio de Antiguidade	Total
Valor presente das obrigações Atuariais	2 475 478	160 897	354 589	23 844	3 014 808
Variação da taxa de desconto					
+ 1%	(283 912)		(32 747)	(1 427)	(318 086)
- 1%	204 062		47 088	1 595	252 745
Variação da evolução salarial					
+ 1%	51 248			1 585	52 833
- 1%	(48 269)			(1 526)	(49 795)
Variação dos Custos Médicos					
1%			35 072		35 072
-1%			(29 633)		(29 633)

Fonte: Banco de Cabo Verde.

NOTA 19 – OUTROS PASSIVOS

O saldo desta rubrica a 31 de Dezembro analisa-se como segue:

	em milhares de escudos	
	2015	2014
Exigibilidades diversas	(335 688)	(334 275)
Custos a pagar	(55 227)	(128 901)
Receitas com proveito diferido	(21 747)	(14 056)
Outras contas de regularização passiva	(124 732)	(62 914)
	(537 396)	(540 146)

Fonte: Banco de Cabo Verde.

A rubrica “Exigibilidades diversas” inclui:

(i) 283.345 milhares de escudos referentes às notas retiradas de circulação, cuja responsabilidade do Banco perante os detentores permanece até expirar o respetivo prazo de prescrição de dez anos, conforme o artigo 9º da Lei Orgânica (2014: 285.692 milhares de escudos);

(ii) 52.020 milhares de escudos relativos à aplicação de dois por cento sobre os prémios simples de seguro automóvel obrigatório, que serve para cobertura de sinistros (quando o responsável é desconhecido ou não beneficie de seguro válido ou ainda tenha sido declarada falência da seguradora) e outros custos no âmbito do “Fundo de Garantia Automóvel”. O Fundo de Garantia Automóvel integrou-se no Banco de Cabo Verde por imposição do Decreto-lei nº 56/96 de 26 de Dezembro, subsidiariamente pelo Decreto-lei nº 17/2003, não tendo o Banco qualquer responsabilidade para com o Fundo de Garantia Automóvel, para além do valor acima registado (2014: 48.250 milhares de escudos); e

(iii) 324 milhares de escudos respeitantes ao abono para falhas concedido aos funcionários de tesouraria (2014: 333 milhares de escudos).

A rubrica “Custos a pagar” inclui a especialização de custos administrativos, no valor de 48.336 milhares de escudos (2014: 122.004 milhares de escudos), e as comissões a pagar relativas à gestão da carteira pelo Banco Central do Luxemburgo, no montante de 6.739 milhares de escudos (2014: 6.738 milhares de escudos).

A rubrica “Receitas com proveitos diferidos” agrega as transferências de valores à guarda, registados em contas Extrapatrimoniais para o ativo (Numismática). A regularização desta conta é efetuada aquando da venda do material numismático.

A rubrica “Outras contas de regularização passiva”, no valor de 124.732 milhares de escudos (2014: 62.914 milhares de escudos), reflete diversos valores aguardando regularização para serem integrados nas respetivas contas, nomeadamente, o valor de 17.515 milhares de escudos (2014: 14.382 milhares de escudos) referente à apreensão de divisas por transporte ilegal.

NOTA 20 – CAPITAIS PRÓPRIOS

Capital

De acordo com a Lei Orgânica, o capital do BCV, no valor de 200.000 milhares de escudos, foi integralmente subscrito e realizado pelo Estado de Cabo Verde.

Reserva de reavaliação

A reserva de reavaliação, no valor de 161.497 milhares de escudos (2014: 106.349 milhares de escudos), acusa uma variação positiva de 51,86 por cento face a 2014, refletindo as variações do justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda.

Resultados transitados

Em 2015, os movimentos nesta rubrica resultam da transferência do Resultado do exercício anterior e do registo dos movimentos relacionados com as remensurações apuradas de acordo com o estudo atuarial (ver nota 18) e das correções relativas a exercícios anteriores decorrente do ajuste da participação na SISP.

Os movimentos ocorridos nas rubricas de reservas e resultados transitados foram os seguintes:

em milhares de escudos

	2015	2014
Reservas de reavaliação		
Saldo em 1 de Janeiro	(106 349)	1 874
Variação justo valor ADPV	(55 148)	(108 223)
Componete Cambial	(100 096)	(95 811)
Outros componentes (Títulos)	44 948	(12 411)
Saldo em 31 de Dezembro	(161 497)	(106 349)
Resultados transitados		
Saldo em 1 de Janeiro	2 054 033	1 888 690
Resultado líquido ano anterior	(1 035 625)	978 462
(Ganhos) e perdas reconhecidos em Outros Rendimento Integral	109 374	(750 346)
Ajustamentos IFRS	9 014	(62 772)
	1 136 800	2 054 033

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Nota: ADPV - ativos financeiros disponíveis para venda.

NOTA 21 – RESULTADO LÍQUIDO DE JUROS E DE CUSTOS E PROVEITOS EQUIPARADOS

O saldo desta rubrica a 31 de Dezembro analisa-se como segue:

	em milhares de escudos	
	2015	2014
Juros e proveitos equiparados		
Operações com o exterior		
Títulos Estrangeiros		
Instituições Financeiras - Obrigações	(36 012)	(45 123)
Emissores Públicos Estrangeiros - Obrigações do Tesouro	(9 238)	(15 617)
Organismos internacionais - Obrigações	(958)	(2 323)
Outros Emissores Públicos Estrangeiros - Obrigações	(5 715)	(14 588)
Emissores Públicos estrangeiros - Bilhetes do Tesouro	(10 695)	(5 477)
	(62 618)	(83 128)
Depósitos a Prazo	(21 771)	(21 370)
Depósitos à ordem	(304)	(7 019)
Outros (Direito de Saques Especiais FMI)	(66)	(197)
	(84 759)	(111 714)
Operações com residentes		
Títulos nacionais		
Obrigações do Tesouro	(44 468)	(78 891)
Direito a receber dos 5 por cento do CV <i>Trust Fund</i>	(13 045)	(20 418)
	(57 513)	(99 309)
Crédito ao Pessoal		
Crédito habitação	(36 034)	(34 793)
Outros créditos	(17 020)	(15 980)
	(53 054)	(50 773)
Crédito a outras entidades	(64)	(68)
	(110 631)	(150 150)
	(195 390)	(261 864)
Juros e custos equiparados		
Responsabilidades para com Residentes		
Responsabilidades para com Instituições Financeiras		
Título de Intervenção Monetária	7 622	7 986
Título de Regularização Monetária	2 272	2 120
Facilidades permanentes de absorção de liquidez	36 077	39 497
	45 971	49 603
Responsabilidades para com o Estado	0	0
	45 971	49 603
Resultado líquido de juros e de custos e proveitos equiparados	(149 419)	(212 261)

Fonte: Banco de Cabo Verde.

O decréscimo do “Resultado líquido de juros e de custos e proveitos equiparados” deveu-se, essencialmente, à redução dos juros das operações com o exterior na sequência da queda acentuada das taxas de juro internacionais e dos juros de títulos nacionais calculados com base na remuneração do CVDTF (2015: 2,27 por cento; 2014: 3,52 por cento).

Em 2015, as taxas médias de emissão dos títulos de operações passivas de política monetária atingiram 0,44 por cento (TIM) e 0,38 por cento (TRM) e a taxa de absorção de liquidez fixou-se em 0,25 por cento a partir de 16 de Fevereiro de 2015 (2014: 0,50 por cento).

NOTA 22 – RESULTADO LÍQUIDO EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

O saldo desta rubrica a 31 de Dezembro analisa-se como segue:

	em milhares de escudos	
	2015	2014
Resultado realizado em operações cambiais	(1 124 380)	(82 507)
Ganhos em operações financeiras		
Realizados	(318 207)	(266 313)
Ganhos realizados em outros valores ativos	(3 006)	(1 606)
	(321 213)	(267 919)
Perdas em operações financeiras		
Realizadas	288 862	214 370
	288 862	214 370
Resultado líquido em operações financeiras	(1 156 731)	(136 056)

Fonte: Banco de Cabo Verde.

O aumento do “Resultado líquido em operações financeiras” deveu-se à variação positiva do resultado em operações cambiais associada à apreciação nominal do dólar americano verificada no período.

Os “Ganhos realizados em outros valores ativos” refletem o reconhecimento das mais-valias na venda de material numismático.

NOTA 23 – RESULTADO LÍQUIDO DE COMISSÕES

O saldo desta rubrica a 31 de Dezembro analisa-se como segue:

	em milhares de escudos	
	2015	2014
Comissões pagas		
Gestão de fundo	26 985	28 958
Atribuição cumulativa - FMI	665	1 089
Outras	2 286	2 184
	29 936	32 231
Resultado líquido de comissões	29 936	32 231

Fonte: Banco de Cabo Verde.

“A “Gestão de fundo” refere-se à comissão paga no âmbito do contrato de gestão da carteira assinado com o Banco Central do Luxemburgo (BCL), enquanto as “Outras” refletem as despesas com os correspondentes e os custos com custódia de títulos estrangeiros geridos pelo BCV.

Em 2015, a comissão paga ao BCL decresce na ordem dos 6,81 por cento face a 2014, decorrente da variação do justo valor da carteira.

NOTA 24 – RENDIMENTO DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

O saldo desta rubrica a 31 de Dezembro analisa-se como segue:

	em milhares de escudos	
	2015	2014
Títulos nacionais		
Títulos Consolidados de Mobilização Financeira	(94 949)	(148 599)
Ativos sobre Organismos Internacionais	0	(5 543)
	(94 949)	(154 142)

Fonte: Banco de Cabo Verde.

A remuneração dos TCMF's em 2015 foi de 2,06 por cento (2014: 3,23 por cento).

NOTA 25 - RESULTADO EM EMPRESAS ASSOCIADAS

No valor de 55.968 milhares de escudos (2014: 63.596 milhares de escudos), reflete a apropriação do resultado líquido da Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamento, pelo método de equivalência patrimonial, na proporção da participação do BCV naquela instituição.

No exercício de 2014, foi ajustado o valor de 47.125 milhares de escudos e retrata a correção do valor da participação decorrente de erros na incorporação nos resultados da SISP, pelo método da equivalência patrimonial.

NOTA 26 - RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

O saldo desta rubrica a 31 de Dezembro analisa-se como segue:

	em milhares de escudos	
	2015	2014
Ganhos não realizados em operações cambiais		
Ganhos em reservas cambiais	(2 087 540)	(1 678 367)
Perdas não realizadas em operações cambiais		
Perdas em reservas cambiais	1 871 514	350 412
	(216 026)	(1 327 955)

Fonte: Banco de Cabo Verde.

A variação verificada deve-se à reavaliação de ativos e passivos denominados em dólares, ao câmbio médio à data das demonstrações financeiras (2015: 100,920; 2014: 90,678).

As operações são registadas em conformidade com a política contabilística descrita na Nota 2.3.

NOTA 27 - OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

O saldo desta rubrica a 31 de Dezembro analisa-se como segue:

	em milhares de escudos	
	2015	2014
Outros proveitos e ganhos de exploração		
Receitas da atividades de Supervisão	(31 678)	(23 220)
Outros proveitos e ganhos operacionais	(1 860)	(12 001)
	(33 538)	(35 221)
Outros custos e perdas de exploração		
Subsídios e Donativos	1 080	2 172
Contribuição p/assistência financeira internacional	1 861	1 514
Outros custos e perdas operacionais	973	12 267
	3 914	15 953
Outros resultados de exploração	(29 624)	(19 268)

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Em 2015, os “Outros proveitos e ganhos operacionais” espelham, basicamente, as receitas provenientes da alienação de uma viatura, no montante de 890 milhares de escudos e da recuperação de crédito vencido, no valor de 395 milhares de escudos.

A sub-rubrica “Subsídios e donativos” agrega os apoios concedidos às atividades de carácter cultural e artístico e de promoção social.

NOTA 28 - CUSTOS COM PESSOAL

O saldo desta rubrica a 31 de Dezembro analisa-se como segue:

	em milhares de escudos	
	2015	2014
Remunerações		
De empregados	285 034	268 786
De órgãos de gestão e fiscalização	15 702	18 712
	300 736	287 499
Encargos sociais		
Pensões de reforma (ver Nota 18)	164 264	253 331
Pensões de sobrevivência (ver Nota 18)	8 753	10 123
Assistência médica (ver Nota 18)	(26 352)	22 544
Prémio de antiguidade (ver Nota 18)	(435)	(3 188)
Contribuição para Previdência Pública (Encargos INPS)	25 610	21 840
Outros	5 743	6 352
	177 584	311 002
Outros custos com pessoal	48 667	52 314
	526 987	650 814

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Os custos com pessoal acusam um decréscimo de 10,80 por cento face a 2014, o qual se deve, essencialmente, à diminuição dos encargos sociais.

Os “Encargos sociais” referem-se a:

- i) Custo do serviço corrente e de juros, decorrentes do estudo atuarial de 2015, com pensões de reforma e sobrevivência, assistência médica e prémio de antiguidade;
- ii) Encargos para a Previdência Social comparticipados pelo Banco em 15 por cento;
- iii) Outros encargos sociais incluem seguro de vida dos funcionários, no montante de 4.376 milhares de escudos (2014: 4.406 milhares de escudos), abono de família aos empregados que ingressaram na instituição até 1993, no valor de 642 milhares de escudos (2014: 659 milhares de escudos), os subsídios de funeral, no montante de 365 milhares de escudos (2014: 740 milhares de escudos) e os custos com seguro de acidentes de trabalho, de 340 milhares de escudos (2014: 326 milhares de escudos).

O saldo credor registado na rubrica assistência médica reflete o reconhecimento dos desvios atuarias das obrigações correntes.

A rubrica “Outros custos com pessoal” abarca os custos com formação e valorização do pessoal, no montante de 6.249 milhares de escudos (2014: 11.406 milhares de escudos), os custos com atividades de carácter social, no valor de 6.051 milhares de escudos (2014: 5.114 milhares de escudos), 32.227 milhares de escudos (2014: 32.206 milhares de escudos) relativos à bonificação de taxas de juro e 3.849 milhares de escudos (2014: 3.340 milhares de escudos) relacionados com a melhoria das condições de salubridade nos locais de trabalho.

NOTA 29 – FORNECIMENTO E SERVIÇOS DE TERCEIROS

O saldo desta rubrica a 31 de Dezembro analisa-se como segue:

	em milhares de escudos	
	2015	2014
Fornecimentos de terceiros		
Água e eletricidade	15 140	17 643
Material informático	3 780	3 357
Material de consumo corrente	2 494	2 500
Publicações	1 356	1 389
Outros	3 844	5 029
	26 616	29 918
Serviços de terceiros		
Conservação e reparação	26 211	26 486
Comunicações	13 009	17 443
Serviços especializados	26 265	15 056
Honorários	11 208	16 461
Deslocações, estadias e representações	9 598	7 885
Publicidade e edições	5 754	6 496
Outros	27 385	23 957
	119 430	113 786
	146 046	143 704

Fonte: Banco de Cabo Verde.

O saldo de “Honorários” inclui serviços de advogados, no montante de 2.381 milhares de escudos (2014: 3.533 milhares de escudos), os custos com serviços de auditoria, no valor de 8.216 milhares de escudos (2014: 5.755 milhares de escudos) e os custos relacionados com serviços de consultoria, no montante de 2.823 milhares de escudos (2014: 6.452 milhares de escudos), associados, essencialmente, aos serviços de consultoria para elaboração do estudo atuarial de 2015, para emissão de parecer sobre a legislação de instituições de pagamento, e consultoria sobre Leis Bancárias.

No período, a rubrica foi creditada, no valor de 2.846 milhares de escudos, resultado da regularização de despesas estimadas em anos anteriores, conforme deliberação do Conselho de Administração.

NOTA 30 – CUSTOS COM EMISSÃO E DESTRUIÇÃO DE NOTAS E MOEDAS

No montante de 30.012 milhares de escudos, espelha os custos suportados com emissão da nova família de notas, com a emissão de moedas e com a destruição de notas.

NOTA 31 – RESULTADO

NOTA 31.1 – RESULTADO DO EXERCÍCIO

O resultado do exercício ascende a 922.505 milhares de escudos positivos e acusa um decréscimo de 10,92 por cento face a 2014, o qual se deve, essencialmente, ao resultado desfavorável da reavaliação cambial dos ativos em dólares americanos que atinge 216.026 milhares de escudos positivos contra os 1.327.955 milhares de escudos positivos de Dezembro 2014 e o resultado líquido de juros e de custos e proveitos equiparados, pese embora, o aumento significativo do resultado em operações financeiras e a redução dos custos administrativos associada à diminuição da contribuição para o fundo de pensões e outros benefícios.

NOTA 31.2 – RENDIMENTO INTEGRAL

A Demonstração do Rendimento Integral (DRI) tem como objetivo evidenciar o resultado económico do Banco, de modo a proporcionar maior transparência aos resultados. Na DRI são evidenciados os ganhos e perdas reconhecidos diretamente no capital próprio cujos, itens estão demonstrados na nota 20.

NOTA 32 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O objetivo da Demonstração de Fluxo de Caixa é evidenciar a capacidade de uma entidade gerar caixa para fazer face às suas necessidades de liquidez. Tendo em conta que o BCV detém o poder exclusivo de emissão, a demonstração do fluxo de caixa abarca apenas as operações em moeda estrangeira uma vez que essas se encontram fora do âmbito da sua emissão.

Na Demonstração de Fluxo de Caixa em moeda estrangeira, o item “Caixa e Equivalentes de Caixa” compreende, para além das notas e moedas em caixa, os depósitos à ordem e as disponibilidades junto do FMI, conforme espelha o quadro seguinte.

	em milhares de escudos	
	2015	2014
Disponibilidades		
Depósito a ordem no estrangeiro	13 139 193	9 673 211
Notas e moedas estrangeiras em caixa	129 003	132 437
Direitos de saque especiais	114 556	140 891
	13 382 752	9 946 539

Fonte: Banco de Cabo Verde.

NOTA 33 – CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

A 31 de Dezembro, as contas extrapatrimoniais apresentavam a seguinte discriminação:

	em milhares de escudos	
	2015	2014
Garantias e avales prestados	(2 500)	(2 500)
Valores recebidos em caução	205 162	204 653
Valores recebidos em depósito	(23 723 468)	(23 723 468)
Crédito abatido ao ativo	716 248	698 453
Outras contas extrapatrimoniais	(140 647 483)	(98 563 960)
Contas de regularização	86 730	86 730

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Os “Valores recebidos em caução” dizem respeito aos imóveis hipotecados ao Banco, no âmbito dos créditos concedidos antes da separação do Banco Comercial do Atlântico.

A rubrica “Valores recebidos em depósito” inclui:

- (i) Os títulos consolidados de mobilização financeira (TCMF) desmaterializados, emitidos pelo Estado de Cabo Verde;
- (ii) As promissórias do Estado a favor de organismos internacionais e;
- (iii) Os títulos de participação no Cabo Verde *Development Trust Fund*.

O “Crédito abatido ao ativo” representa créditos vencidos, totalmente provisionados, dos quais 537.649 milhares de escudos relativos ao crédito de natureza comercial que, por força do protocolo assinado aquando da separação da vertente comercial em 1993, ficaram domiciliados no Banco de Cabo Verde, e 178.599 milhares de escudos referentes ao crédito concedido sob forma de acordos de pagamentos bilaterais assinados com o Governo de Cuba (linha de crédito) em dólares dos EUA.

A rubrica “Outras contas extrapatrimoniais” inclui 138.545.040 milhares de escudos (2014: 97.505.060 milhares de escudos) referente a notas e moedas prontas a emitir, que se encontram nos cofres do Banco.

A rubrica “Contas de Regularização” regista o saldo líquido de valores ativos e passivos decorrentes do processo de cisão ocorrido em 1993, quando foram destacadas do Banco, as vertentes comercial e de desenvolvimento, dando origem ao Banco Comercial do Atlântico. Naquela data, os valores encontravam-se em balanço a aguardar regularização tendo sido decidido, pelo Conselho de Administração, é retirado do saldo líquido dos

valores ativos e passivos do Balanço, por utilização de uma provisão, tendo sido relevados em extrapatrimoniais, por forma a refletir os direitos e as responsabilidades inerentes ao BCV.

NOTA 34 – PARTES RELACIONADAS

NOTA 34.1 – ESTADO

Ao abrigo do artigo 29º da Lei Orgânica, o Banco desempenhará, a título gratuito, o serviço de caixa do Tesouro em todas as localidades em que tenha agências e aceita depósitos do Estado e de outros organismos do sector público administrativo, nos termos da lei.

Enquanto instituição depositária, o Banco recebe e desembolsa valores, assegurando o respetivo registo contabilístico e efetuando pagamentos até ao limite dos montantes depositados, mediante ordens de pagamento sobre as referidas contas.

À data das demonstrações financeiras, os depósitos do Estado ascendem a 4.534.241 milhares de escudos (2014: 3.180.326 milhares de escudos) (ver nota 17).

A gestão dos títulos de dívida pública é da responsabilidade da Bolsa de Valores desde Junho de 2013, conforme previsto no Decreto-Lei n.º 60/2009 de 14 de dezembro.

NOTA 34.2 – SOCIEDADE INTERBANCÁRIA E SISTEMAS DE PAGAMENTOS

O Banco detém uma participação de 40 por cento no capital próprio da Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos (SISP), visando a promoção do desenvolvimento do sistema financeiro e do sistema de pagamentos, em particular (ver nota 10).

Neste quadro, desde 2004, o Banco de Cabo Verde tem vindo a liquidar diariamente as transações em escudos cabo-verdianos ocorridas por conta de BIN'S emitidos pela VISA junto aos terminais com a entrada em produção de *acquiring* VISA na rede vinti4.

De acordo com a deliberação do Conselho de Administração, o montante global da posição financeira liquidado pelo Banco é depositado semanalmente pela SISP, sem despesas para o Banco, junto a um correspondente no exterior, a critério do BCV (ver nota 13).

Em finais de Dezembro de 2015, a participação ascendia a 244.343 milhares de escudos (2014: 232.893 milhares de escudos), enquanto as “Operações cambiais com a SISP” atingiu o valor de 325.278 milhares de escudos (2014: 124.377 milhares de escudos).

NOTA 34.3 – PESSOAL-CHAVE

À data das demonstrações financeiras, o Banco possuía quatro administradores (incluindo o governador), uma auditora geral de mercado de valores mobiliários e dez diretores de departamentos, que beneficiam de empréstimos e outras regalias vigentes na instituição.

Para os diretores que ingressaram no quadro de pessoal até 1993, o Banco é responsável pelo pagamento de pensão de reforma e sobrevivência e assegura as despesas com assistência médica, conforme o plano de benefício a empregado (ver nota 18).

Os benefícios pagos incluem salários, encargos sociais, subsídio de residência e prémio de antiguidade.

O quadro que a seguir se insere reflete alguns benefícios concedidos ao pessoal-chave de gestão:

	em milhares de escudos	
	2015	2014
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		
Retribuição Base e Subsídio	14 799	15 426
Deslocação e Estadia	1 196	2 208
Contribuição para Reforma	0	219
Contribuição para Assistência Médica	0	73
Subsídio Residência	130	86
Contribuição Prémio Antiguidade	50	19
Crédito	17 523	29 383
DIRETORES E EQUIPARADOS		
Retribuição Base e Subsídio	43 797	40 900
Deslocação e Estadia	883	782
Contribuição para Reforma	1 092	944
Contribuição para Assistência Médica	364	315
Contribuição Prémio Antiguidade	256	166
Crédito	74 435	72 392

Fonte: Banco de Cabo Verde.

NOTA 35 – HIERARQUIA DE JUSTO VALOR

De acordo com a norma internacional de relato financeiro, as mensurações do justo valor são classificadas dentro de uma hierarquia de três níveis, baseada no tipo de dados utilizados pelas técnicas de valorização que segue:

- (i) Nível 1 - compreendem os preços cotados, não ajustados, em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- (ii) Nível 2 - são aqueles que não são preços cotados incluídos no Nível 1 e que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente e;
- (iii) Nível 3 - compreendem dados não observáveis (incluindo os dados próprios da entidade, que são ajustados, se necessário, para refletir as premissas que os participantes do mercado utilizariam nas circunstâncias).

O quadro que se segue representa o saldo dos instrumentos financeiros do BCV avaliados ao justo valor, de acordo com o nível de hierarquia do justo valor no qual está classificado:

Em 31-12-2015	em milhares de escudos			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativo				
Títulos estrangeiros	24 947 436			24 947 436
Participação em Organismos Internacionais ME - FMI		114 556		114 556
Total Ativo	24 947 436	114 556	0	25 061 992
Em 31-12-2014	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativo				
Títulos estrangeiros	27 980 844			27 980 844
Participação em Organismos Internacionais ME - FMI		1 471 397		1 471 397
Total Ativo	27 980 844	1 471 397	0	29 452 241

Fonte: Banco de Cabo Verde.

NOTA 36 – GESTÃO DE RISCO

O Banco de Cabo Verde é responsável pela definição e implementação da política monetária, ancorada nos objetivos de garantia da estabilidade dos preços e manutenção da solidez e da credibilidade do regime cambial, exigindo este último a constituição de um volume de reservas cambiais que garanta a plena convertibilidade do escudo cabo-verdiano. Para além do fim último de assegurar a credibilidade do regime cambial, as reservas externas têm também como objetivo garantir os pagamentos externos do Estado, enquanto caixa do Tesouro, contribuindo para reduzir a vulnerabilidade da economia a choques externos.

A gestão das reservas externas do BCV pauta-se pelos princípios da prudência, da consciência e da ética profissional, que servem de orientação para a definição dos objetivos essenciais de gestão, nomeadamente, a preservação do capital, a liquidez e a rentabilidade.

A avaliação de riscos pelo banco central compreende o equilíbrio dos objetivos de política macroeconómica, tais como a política monetária e cambial, e os aspetos microeconómicos, como a definição de *benchmarks* e a avaliação da gestão. Neste âmbito, a proteção dos ativos internos e externos de uma instituição requerem a definição de políticas, procedimentos e sistemas de gestão de riscos adequados, pelo que a metodologia de gestão e controlo de riscos traçada é fundamental para defender a fiabilidade da informação financeira.

No concernente à plataforma de gestão das reservas externas, encontra-se definida uma clara divisão de responsabilidades entre o *front office*, que realiza as transações, o *back office*, responsável pelo processamento de operações, e o *middle office* que procede à avaliação e controlo de riscos. Todo o processo, desde a avaliação, acompanhamento, controlo e *reporting* sobre a exposição ao risco, é conduzido de forma independente, no âmbito da segregação das funções.

Tendo em conta as áreas de negócio específicas, o BCV tem definido dois importantes grupos de instrumentos financeiros, com características e políticas de risco distintas:

a) Instrumentos financeiros destinados à gestão das reservas externas

A gestão das reservas externas do BCV é realizada por via da utilização de um conjunto de instrumentos financeiros que melhor se adequam aos objetivos da gestão. Estes instrumentos obedecem às Normas Orientadoras de Gestão de Reservas (NOGR) aprovadas pelo Conselho de Administração, onde estão estabelecidos os objetivos e as preferências, as restrições e os limites a serem observados nos investimentos em carteira.

b) Instrumentos financeiros destinados à execução da Política Monetária

Para a manutenção da estabilidade dos preços, o BCV dispõe de um quadro operacional de política monetária aprovado pelo Conselho de Administração, com um conjunto de instrumentos de cedência e de absorção da liquidez bancária, onde se incluem os TRM, os TIM, as facilidades permanentes de liquidez e as reservas mínimas de caixa.

As notas que seguem apresentam os principais riscos financeiros a que a gestão monetária e das reservas externas estão expostas, bem como a política de gestão adotada pelo BCV.

NOTA 36.1 – RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez reflete a impossibilidade ou a dificuldade de mobilização de fundos, num dado momento ou a potencial incapacidade de financiar ativos por prazos de maturidade e a taxas apropriadas ou de liquidar atempadamente posições em carteira a preços razoáveis.

a) Gestão de Reservas Externas

A política de gestão do risco de liquidez do BCV tem por objetivo garantir o cumprimento de todos os compromissos financeiros assumidos. Para o efeito, existe uma política de diversificação de vencimentos e de definição de limites, com o objetivo de garantir a transação de ativos em carteira no mercado sem acarretar movimentos bruscos nos respetivos preços.

A monitorização deste risco é efetuada através da análise da estrutura por prazos dos investimentos.

A 31 de dezembro de 2015, a estrutura por prazos dos investimentos apresentava a seguinte composição:

Instrumento	em milhares de escudos			
	2015		2014	
	ME	MN*	ME	MN*
Depósito à Vista	119 225 471	13 146	87 749 742	9 676
Depósito a Prazo**	104 338 276	11 505	74 256 579	8 188
Bilhetes de Tesouro	37 675 425	4 154	89 187 298	9 834
Obrigações	188 586 188	20 794	164 588 007	18 148
Total	449 825 360	49 600	415 781 626	45 846

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Nota: * valores em milhões de escudos.

** inclui Fixbis.

b) Política Monetária

As intervenções de política monetária do BCV são realizadas por via dos instrumentos à sua disposição e visam assegurar o equilíbrio da liquidez no sistema bancário e a consequente estabilidade de preços.

O quadro seguinte reflete as operações ativas de política monetária a 31 de dezembro, desagregadas por instrumentos, taxas de juro e montantes.

Instrumentos	2015		2014	
	Taxa em %	Montante em milhões de escudos	Taxa em %	Montante em milhões de escudos
TRM 7D	-	-	-	-
TRM 14D	0,3125	802	0,5625	400
TIM 30D	-	-	-	-
TIM 60D	-	-	0,5625	300
TIM 90D	0,3125	400	0,5625	300
TIM 90D	0,3125	1300	0,5625	500
TIM 180D	-	-	0,5938	1 000
Facilidades Permanentes de Absorção	0,2500	21 920	0,5000	14 770
Total Absorção	-	24 422	-	17 270
Facilidades Permanentes de Cedência	6,5000	-	6,7500	-
Reverse Repo 7D	-	-	-	-
Total Cedência	-	-	-	-

Fonte: Banco de Cabo Verde.

NOTA 36.2 – RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito está associado à possibilidade de incumprimento das obrigações por parte de um emitente ou contraparte.

a) Instrumentos financeiros de gestão das Reservas Externas

Conforme definido nas NOGR, as operações estão sujeitas a critérios de elegibilidade e limites de exposição. Existem limites por contraparte/emitente e para a carteira como um todo, que consideram o montante de recursos que pode ser aplicado por instituição, bem como o *rating* mínimo e o prazo máximo admissíveis.

A avaliação do risco de crédito é sustentada, essencialmente, na classificação das agências de *rating*, devendo os investimentos em títulos serem efetuados em ativos e instituições classificadas por, pelo menos, uma das seguintes instituições de *rating*: a Standard & Poor's, a Moody's Investor Services e a Fitch Ratings.

A 31 de dezembro de 2015, a Carteira de Liquidez (*Trading*) apresentava as seguintes características:

Estrutura por contraparte:

					2015
Instituição	Investimento Acumulado em milhões de CVE	Investimento Acumulado EUR	Limite*	Disponível	Peso (em %)
ING Belgium (Brussels)	1 044	9 469 836	16 870 660	7 400 824	3
Citibank (New York)	8	71 256	16 870 660	16 799 404	0
Société Générale (Paris)	10 092	91 521 954	16 870 660	-74 651 294	27
Banco Santander Totta - Lisboa (Lisbon)	491	4 452 769	16 870 660	12 417 891	1
Bred Banque Populaire (Paris)	1 110	10 067 728	16 870 660	6 802 932	3
Rabobank (London)	1 213	11 005 015	16 870 660	5 865 645	3
LBBW (Berlin)	505	4 576 240	16 870 660	12 294 420	1
ANZ Banking Group	505	4 576 240	16 870 660	12 294 420	1
Natixis Bank (Paris)	505	4 576 240	16 870 660	12 294 420	1
Banque Fed. Cred. Mutuel (Paris)	630	5 712 258	16 870 660	11 158 402	2
Skandinaviska Enskilda Banken AB (Stockholm)	229	2 074 331	16 870 660	14 796 329	1
Bank of Montreal (Montreal)	177	1 603 942	16 870 660	15 266 718	0
Abbey National Treasury Services (London)	1 087	9 862 187	16 870 660	7 008 473	3
Pohjbank (Helsinki)	17 595	2 114 749	16 870 660	14 755 911	1
Credit Suisse London	331	3 002 403	16 870 660	13 868 257	1
Total Bancos Privados	35 521	164 687 149			49
Bank for International Settlement	4 743	43 016 658			13
Federal Reserve Bank of New York	1 383	12 538 898			4
Banque de France	1 917	17 389 713			5
Governo dos Estados Unidos	3 823	34 674 949			10
Dexia Credit Local	2 251	20 411 921			6
BPIFrance Financement	1 732	15 706 639			5
KFW Frankfurt	202	1 831 890			1
BCEE (Luxembourg)	2 220	20 135 457			6
Países seleccionados			33 339 375	30 338 898	10
Reino de Espanha	331	3 000 477			1
Portugal					0
Itália					0
Total Bancos Centrais e Supragov.	18 602	168 706 600			51
Total	54 123	333 393 749			100

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Nota: * 10% da Carteira de Liquidez; ** Máx 10% da Carteira de Liquidez.

					2014
Instituição	Investimento Acumulado em milhões de CVE	Investimento Acumulado EUR	Limite*	Disponível	Peso (em %)
DZ Bank (Frankfurt)	453	4 111 842	30 023 728	25 911 886	1
BNP Paribas (Paris)	3 432	31 128 006	30 023 728	-1 104 278	10
Bred Banque Populaire (Paris)	453	4 111 842	30 023 728	25 911 886	1
Citibank (New York)	0	1 545	30 023 728	30 022 183	0
Société Générale (Paris)	3 779	34 268 627	30 023 728	-4 244 899	11
Natixis Bank (Paris)	934	8 467 105	30 023 728	21 556 623	3
Svenska Handelsbanken (Stockholm)	453	4 111 842	30 023 728	25 911 886	1
ING (Belgium)	1 038	9 411 794	30 023 728	20 611 934	3
Rabobank (London)	568	5 147 835	30 023 728	24 875 893	2
ANZ Banking Group	453	4 111 842	30 023 728	25 911 886	1
Caisse Financement L'Habitat	573	5 199 080	30 023 728	24 824 648	2
Cie Financement Foncier	565	5 127 784	30 023 728	24 895 945	2
Total Bancos Privados	12 702	115 199 145			38
Banque de France	25 405	20 559 211			7
Bank for International Settlement	2 720	24 671 053			8
Federal Reserve Bank Of New York	1 208	10 953 983			4
República Francesa	3 750	34 005 268			11
Reino da Bélgica	1 103	10 002 060			3
Governo dos Estados Unidos	4 982	45 179 970			15
República Federal Alemã	553	5 013 034			2
BCEE (Luxembourg)	453	4 111 842			1
Caisse Nationale des Autoroutes	700	6 352 736			2
Caisse D'Amortissement Dette Sociale	337	3 055 157			1
Land Thuringen	907	8 226 332			3
Land Berlin	677	6 140 591			2
Freie Hansestadt Hamburg	678	6 147 510			2
Agence Francaise Development	68	619 393			0
Total Bancos Centrais e Supragov.	43 541	185 038 138			62
Total	56 244	300 237 283			68

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Nota: *10% em relação ao valor da carteira.

Estrutura por Rating

2015					
Instituição	País	S&P	Moody's	Fitch	
Societe General (Paris)	França		A1	P1	F1
BNP Paribas (Paris)	França		A1	P1	F1
Citibank (New York)	EUA		A2	P2	F1
Rabobank (London)	Reino Unido		A1	P1	F1+
Svenska Handelsbanken (Stockholm)	Suécia		A1+	P1	F1+
Den Norske Bank (Oslo)	Noruega		A1	P1	n.r
DZ Bank (Frankfurt)	Alemanha		A1+	P1	F1+
Credit Agricole (Paris)	França		A1	P1	F1
ING Bank N.V.	Bélgica		A1	P1	F1
BCEE (Luxembourg)	Luxemburgo		A1+	P1	n.r
ANZ Banking Group	Reino Unido		A1+	P1	F1+
SEB (London)	Reino Unido		A1	P1	F1
HSBC (London)	Reino Unido		A1	P1	F1+
Nordea AB (Stockholm)	Suécia		A1+	P1	F1+
UBS AG	Suíça		A1	P1	F1
Credit Suisse (Zurich)	Suíça		A1	P1	F1
Bank of Montreal (London)	Reino Unido		A1	P1	F1+
Royal Bank of Canada	Reino Unido		A1+	P1	F1+
Bank of Nova Scotia	Reino Unido		A1	P1	F1+
Bred Banque Populaire	França		A1	P1	F1
Natixis	França		A1	P1	F1
LBBW	Alemanha		n.r	P1	F1
República Francesa			A1+	P1	F1+
Reino da Bélgica			A1+	n.r	F1+
Alemanha			A1+	P1	F1+
Estados Unidos da América			A1+	P1	F1+

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Nota: n.r. - *not rated*

Instituição	País	S&P	Moody's	2014
				Fitch
Societe General (Paris)	França	A1	P1	F1
BNP Paribas (Paris)	França	A1	P1	F1
Rabobank (London)	Reino Unido	A1	P1	F1+
Svenska Handelsbanken (Stockholm)	Suécia	A1+	P1	F1+
Den Norske Bank (Oslo)	Noruega	A1	P1	n.r
DZ Bank (Frankfurt)	Alemanha	A1+	P1	F1+
Credit Agricole (Paris)	França	A1	P1	F1
ING Bank N.V.	LU/BE	A1	P1	F1+
BCEE (Luxembourg)	Luxemburgo	A1+	P1	n.r
ANZ Banking Group	Reino Unido	A1+	P1	F1+
SEB (London)	Reino Unido	A1	P1	F1
HSBC (London)	Reino Unido	A1	P1	F1+
Nordea AB (Stockholm)	Suécia	A1+	P1	F1+
UBS AG	Suíça	A1	P1	F1
Credit Suisse (Zurich)	Suíça	A1	P1	F1
Bank of Montreal (London)	Reino Unido	A1	P1	F1+
Royal Bank of Canada	Reino Unido	A1+	P1	F1+
Bank of Nova Scotia	Reino Unido	A1	P1	F1+
Bred Banque Populaire	França	A1	P1	F1
Natixis	França	A1	P1	F1
LBBW	Alemanha	n.r	P1	F1+
República Francesa		A1+	P1	F1+
Reino da Bélgica		A1+	n.r	F1+
Alemanha		A1+	P1	F1+
Estados Unidos da América		A1+	P1	F1+

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Nota: n.r. - *not rated*

A 31 de dezembro de 2015, a Carteira de Investimentos apresentava a seguinte composição por instrumento e contraparte/emittente:

						2015
Tipo de Instrumento	Rating	Moeda	Valor Nominal	Cupão (em %)	Emissor	Data de Maturidade
BOND	AA-	EUR	9 000 000	4,63	CAF - DEVELOPMENT BANK OF LATIN AMERICA	29/mar/18
BOND	AA-	EUR	5 587 000	1,38	NORDEA BANK AB	12/abr/18
BOND	AA-	EUR	5 707 000	1,50	KOREA DEVELOPMENT BANK	30/mai/18
BOND	A	EUR	10 000 000	0,38	DEVELOPMENT BANK OF JAPAN	21/out/19
BOND	AA-	EUR	8 000 000	0,88	WESTPAC BANKING CORP	16/fev/21
FRN	AAA	EUR	3 000 000	0,00	EUROPEAN INVESTMENT BANK	15/jan/18
FRN	AAA	EUR	6 200 000	0,00	FMS WERTMANAGEMENT	23/jan/18
FRN	AAA	EUR	8 000 000	0,00	LAND BADEN-WURTTTEMBERG	11/out/18
FRN	AAA	EUR	10 000 000	0,00	STATE/CITY OF BREMEN	14/nov/18
FRN	A	EUR	3 500 000	0,53	ABBAY NATIONAL TREASURY SERVICES	22/mai/19
FRN	AAA	EUR	5 000 000	0,01	HSH FINANZFONDS	17/jun/19
FRN	A	EUR	3 000 000	0,62	ABBAY NATIONAL TREASURY SERVICES	13/ago/19
FRN	A	EUR	11 000 000	0,40	CREDIT SUISSE LONDON	16/out/19
FRN	AA-	EUR	7 200 000	0,34	AUST & NEW ZEALAND BANKING GROUP	28/out/19
FRN	AA-	EUR	8 000 000	0,39	BNZ INTERNATIONAL FUNDING	02/dez/19
FRN	AA-	EUR	4 500 000	0,19	RABOBANK NEDERLAND	29/mai/20
FRN	AA-	EUR	3 000 000	0,18	NORDEA BANK AB	05/jun/20
FRN	AA-	EUR	3 000 000	0,36	ROYAL BANK OF CANADA	06/ago/20

Fonte: Banco de Cabo Verde.

2014

Tipo de Instrumento	Rating	Moeda	Valor Nominal	Cupão (em %)	Emissor	Data de Maturidade
BOND	A	EUR	3 000 000	4,00	FORTIS BANK NEDERLAND	03/fev/15
BOND	AAA	EUR	2 800 000	1,00	NYKREDIT	01/abr/15
BOND	AA	EUR	5 000 000	3,33	FLEMISH COMMUNITY	12/mai/15
BOND	AA	EUR	3 000 000	3,00	CAISSE D'AMORT DETTE SOC	25/fev/16
BOND	A+	EUR	5 000 000	2,63	BNP PARIBAS	16/set/16
BOND	A	EUR	5 000 000	3,88	STANDARD CHARTERED	20/out/16
BOND	AA-	EUR	5 587 000	1,38	NORDEA BANK AB	12/abr/18
FRN	AA+	EUR	5 000 000	0,28	UNICREDIT BANK AG	24/ago/15
FRN	AA	EUR	3 000 000	0,68	BELGIUM KINGDOM	15/fev/16
FRN	AA	EUR	5 000 000	0,38	ERSTE ABWICKLUNGSANS-TALT	15/ago/16
FRN	AAA	EUR	10 000 000	0,11	EUROPEAN INVESTMENT BANK	15/jan/18
FRN	AAA	EUR	6 200 000	0,09	FMS WERTMANAGEMENT	23/jan/18
FRN	AAA	EUR	8 000 000	0,08	LAND BADEN-WURTTTEMBERG	11/out/18
FRN	AAA	EUR	10 000 000	0,13	STATE/CITY OF BREMEN	14/nov/18
FRN	A	EUR	3 500 000	0,71	ABBEY NATIONAL TREASURY SERVICES	22/mai/19
FRN	AAA	EUR	5 000 000	0,23	HSH FINANZFONDS	17/jun/19
FRN	BBB+	EUR	3 000 000	0,78	ABBEY NATIONAL TREASURY SERVICES	13/ago/19
FRN	A	EUR	11 000 000	0,53	CREDIT SUISSE LONDON	16/out/19
FRN	AA-	EUR	5 000 000	0,49	AUST & NEW ZEALAND BANKING GROUP	28/out/19
FRN	AA-	EUR	8 000 000	0,58	BNZ INTERNATIONAL FUNDING	02/dez/19

Fonte: Banco de Cabo Verde.

No que concerne ao *credit rating*, os instrumentos subdividem-se como segue:

	2015		2014	
	Rating *	em %	Rating *	em %
Longo Prazo	AAA	28	AAA	38
	AA	44	AA	35
	A	28	A	27
Total		100		100

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Nota: *Standard & Poor's

O risco de crédito é gerido, também, por via da seleção de emitentes originários de países elegíveis definidos nas NOGR.

A distribuição geográfica dos investimentos totais da Carteira Global no último dia do ano apresentava-se da seguinte forma:

Distribuição Geográfica	2015	2014
	em percentagem	
Zona Euro	58	67
US	11	14
UK	9	8
Restantes	23	12
TOTAL	100	100

Fonte: Banco de Cabo Verde.

b) Instrumentos financeiros de execução da Política Monetária

A 31 de dezembro, o BCV não tinha em carteira qualquer ativo derivado da cedência de fundos aos bancos comerciais. De acrescentar que, os ativos em títulos do Estado que tem em carteira, não comportam um risco de crédito associado, devido à credibilidade do emitente.

Igualmente, os títulos do BCV (TRM e TIM), acumulados no fim do ano, não comportam risco de crédito para o sistema financeiro, devido à grande credibilidade do emitente, enquanto autoridade monetária.

NOTA 36.3 – RISCO DE MERCADO

O risco de mercado representa a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital de uma instituição, devido a movimentos desfavoráveis no valor de mercado dos ativos financeiros, provocados por flutuações nas taxas de juro e taxas de câmbio. Pode ser medido como o ganho ou a perda potencial de uma carteira de ativos associados a um movimento de preços com uma determinada probabilidade, num determinado horizonte temporal. O risco de mercado é constituído por diferentes classes de risco, nomeadamente de taxas de juro e de câmbio, sendo o seu controlo e manutenção em níveis considerados adequados, assegurados pela imposição de limites.

36.3.1 Risco de taxa de juro

É o risco resultante das alterações nas taxas de juro que afetam o justo valor e o fluxo financeiro futuro dos instrumentos.

O risco de taxa de juro é medido e monitorizado através da *Modified Duration* (MD), que no fecho do ano apresentava os seguintes valores, por tipo de carteira:

Carteira	MD
Investimento	1,18
Liquidez	0,31

Fonte: Banco de Cabo Verde

36.3.2 Risco de taxa de câmbio

O risco cambial traduz as oscilações do valor dos ativos e passivos denominados em moeda estrangeira.

O risco de câmbio é acompanhado através de uma abordagem de gestão de ativos e

passivos, no qual se exige sempre, no curto prazo, posições cobertas (*matched positions*) das principais moedas, EUR e USD.

A composição cambial dos ativos, a 31 de dezembro, era de 65,8 por cento EUR e 34,2 por cento USD.

A distribuição dos investimentos, por moeda, era a seguinte:

Moedas	em milhões de escudos			
	2015		2014	
	ME	MN*	ME	MN*
EUR	295 945 087	32 632	291 154 131	32 104
USD	153 857 279	16 965	124 415 065	13 719
Outros	22 994	3	212 429	23
Total		49 600		45 846

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Notas: * valores em milhões de escudos; ME - valor equivalente em euros.

Notas: MN - moeda nacional, valor em milhões de escudos; ME - moeda estrangeira, valor equivalente em euros.

NOTA 36.4 – RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é o risco de perdas pelo mau funcionamento de sistemas informáticos, de sistemas de transmissão e da inadequação ou falhas dos processos internos, de erros humanos ou em consequência de eventos externos. Para a sua prevenção e controlo, o BCV possui sistemas de controlo interno, adaptados às características das suas atividades, regulamentos que estabelecem as competências de cada departamento e as atribuições de seus gestores e, ainda, normas e manuais que definem os critérios e procedimentos para as atividades da instituição.

O Sistema Integrado de Gestão de Reservas, que opera também como um sistema de gestão de risco e privilegia a automatização dos procedimentos, é fundamental na minimização dos riscos operacionais.

O cumprimento dos normativos internos e a observância dos sistemas de controlo interno são acompanhados pelo departamento de auditoria interna, a quem compete zelar pela regularidade dessas ações. Adicionalmente, os departamentos zelam individualmente, pelo cumprimento dos normativos instituídos referentes às operações sob a sua responsabilidade, reunindo-se periodicamente para avaliar os níveis de controlos instituídos e propor as medidas necessárias ao ajustamento e adequação dos procedimentos.

Neste âmbito, visando contribuir para o reforço e a implementação de um sistema baseado na credibilidade, segurança e integridade da informação, o Comité de Segurança e *Compliance* tem a missão de adotar os princípios de boa governança corporativa e dar continuidade ao processo de fortalecimento da imagem da instituição, nomeadamente a nível da melhoria do sistema de controlo interno, da identificação e mitigação dos riscos inerentes às atividades e da qualidade da informação prestada.



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

BANCO DE CABO VERDE

**Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2015 acompanhadas
do Relatório de Auditoria**

RELATÓRIO DE AUDITORIA

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Ao Conselho de Administração
do Banco de Cabo Verde

Introdução

1. Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Banco de Cabo Verde ("Banco"), as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015, que evidencia um total de mCve. 60.084.130 e um capital próprio de mCve. 147.203, incluindo um resultado líquido de mCve. 922.505, as Demonstrações dos Resultados, dos Resultados e do Outro Rendimento Integral, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

2. O Conselho de Administração do Banco é responsável pela preparação e adequada apresentação destas demonstrações financeiras, de acordo com os princípios contabilísticos aplicáveis ao Banco de Cabo Verde e pelo controlo interno que determine ser necessário para assegurar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Responsabilidade do auditor

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião independente sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria, a qual foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Estas normas exigem que cumpramos requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.
4. Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e adequada apresentação das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também avaliar a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pelo Conselho de Administração, bem como avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras.
5. Consideramos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada como base para a nossa opinião de auditoria.

Opinião

6. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco de Cabo Verde em 31 de dezembro de 2015, bem como o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos aplicáveis ao Banco de Cabo Verde, os quais se encontram divulgados na Nota 2.1 do Anexo.

Ênfase

7. Conforme descrito na Nota 3 do Anexo às demonstrações financeiras, o Banco efetuou a reexpressão das demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2014, apresentadas para efeitos comparativos, ao abrigo do disposto na IAS 8 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros. As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, antes dos efeitos da referida reexpressão, foram examinadas por outros auditores, cujo Relatório de auditoria, datado de 26 de março de 2015, não incluía reservas ou ênfases.

Lisboa, 13 de maio de 2016



Deloitte & Associados, SROC S.A.

